

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DOUTORADO

MARIA APARECIDA BORGES DE BARROS ROCHA

**ATTITUDES DIANTE DA MORTE EM CUIABÁ – 1860 A 1926: A
guerra, a doença e a secularização dos cemitérios da cidade.**

**GOIÂNIA
2013**

MARIA APARECIDA BORGES DE BARROS ROCHA

ATITUDES DIANTE DA MORTE EM CUIABÁ – 1860 A 1926: A guerra, a
doença e a secularização dos cemitérios da cidade.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Goiás, como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em
História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e
Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários
Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Elizia Borges

Goiânia
2013

MARIA APARECIDA BORGES DE BARROS ROCHA

ATITUDES DIANTE DA MORTE EM CUIABÁ – 1860 A 1926: A guerra, a
doença e a secularização dos cemitérios da cidade.

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da
Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutora em História, aprovada em
____/____/2013, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr^a Maria Elizia Borges – UFG-
Presidente

Prof. Dr. Renato Cymbalista – FAU – USP - SP
Membro

Prof^a. Dr^a. Maria Adenir Peraro – UFMT – MT
Membro

Prof^a. Dr^a. Heloisa Capel - UFG
Membro

Prof. Dr. Márcio Pizarro – FGV - UFG
Membro

Prof. Dr. Renato Franco – FGV - RJ
Suplente

Prof^a Dr^a Cristina de Castro Morais - UFG
Suplente

A morte dos pobres

*A morte é que consola e que nos faz viver
É o alvo desta vida e a única esperança
Que, como um elixir, nos dá fé e confiança
E força para andar até o anoitecer
Em meio a tempestade e a neve a se desfazer,
É a luz que em lívido horizonte avança
É a pousada que um livro diz como se alcança
E onde se pode descansar e adormecer.
É um Arcanjo que tem nos dedos imantados
O sono eterno e o dom dos sonhos extasiados,
E arruma o leito para os nus e os desvalidos;
É dos Deuses a glória e o místico celeiro,
É a sacola do pobre e o seu dar verdadeiro,
O pórtico que se abre aos céus desconhecido*

Baudelaire

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas participaram comigo nesta empreitada e neste momento feliz quero agradecer a todos pela contribuição, solidariedade e companheirismo. Com certeza não conseguirei agradecer a todos e peço desculpas antecipadamente por qualquer eventual omissão de minha parte.

A professora Maria Elísia pela orientação muito firme e segura, sugerindo caminhos e propondo soluções enquanto disponibilizava seu tempo e bibliografia em muitos encontros durante a construção desta tese.

A Adalgisa Campos e Heloisa Capel pelas ricas contribuições por ocasião do exame de qualificação.

A Maria Adenir Peraro, forte referência intelectual na construção de minha vida acadêmica, participou da construção desta tese desde as definições do projeto de pesquisa, também me disponibilizou sua biblioteca, agradeço pelo carinho e atenção.

A professora Joana Fernandes pelo carinho com que me recebeu em sua casa durante o período das disciplinas do doutorado.

Ao fotógrafo Glauco pelo trabalho de adequação das imagens fotográficas.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, do Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso – NDIHR e do Arquivo da Assembléia Legislativa de Mato Grosso sempre tão solícitos em atender as ansiedades desta pesquisadora.

Aos alunos da graduação do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso que discutiram comigo a ideia do projeto em sala de aula e àqueles que me auxiliaram em diversos momentos por ocasião do levantamento e transcrição de documentação nos principais arquivos do Estado de Mato Grosso, agradeço à Marisa, Nilda e Graziela.

Agradeço em especial à Rafaela que esteve comigo no decorrer da pesquisa no Arquivo Público de Mato Grosso e no trabalho com as tabelas, imagens e na formatação da tese.

Aos meus irmãos, compadres e amigos Tuca e Nelson tão acolhedores, a quem agradeço por inúmeras contribuições que vão desde as intensas discussões sobre o tema da pesquisa, até sua elaboração, escrita e na finalização da tese... Agradeço pela companhia e também pelas agradáveis conversas com muita música nas noites de frescor da nossa cidade tão *caliente*, para restabelecer o amor e o bom humor.

Aos meus familiares tão queridos, muitas vezes tolhidos da minha companhia; em especial ao meu marido, presença constante de compreensão, tolerância e companheirismo em todos os momentos da construção desta tese sobre um tema que de início incomodava tanto, mas, vencendo lentamente sua inicial dificuldade, se tornou mais um curioso e cuidadoso observador dos cemitérios.

A minha filha Mara Luiza e ao meu genro “mais querido” Renato Sala, geólogos de plantão, que tão gentilmente disponibilizaram do seu tempo também me auxiliando no trabalho de adequação dos mapas e imagens que fazem parte do texto, agradeço também por me acompanharem, tão assídua e carinhosamente, na construção desta tese.

Aos meus filhos Thiago Euler e Ana Flávia, Diogo Cesar e Fabiana pelo carinho e compreensão com que me cercaram durante os anos em que estive muitas vezes reclusa e cercada por livros e papéis.

A minha neta Yasmin que vem construindo um olhar naturalmente atento e curioso e já trilha os primeiros passos nas descobertas da literatura, das artes e da História.

Aos meus netos Ítalo, Théó e Heitor pelo tempo interrupto das brincadeiras e alegrias nas frestas do feitio desta tese....Vamos crianças, desligar o computador???

RESUMO

Esta tese investiga atitudes diante da morte e sua normalização na cidade de Cuiabá na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando a cidade se defrontou com infortúnios como a Guerra do Paraguai e a varíola. Esses fatos históricos exerceram influências sobre o comportamento da população, propiciando a aceitação dos enterramentos fora dos templos. Em Cuiabá, a construção e administração desses campos santos apresentam especificidades que a diferenciam de outras cidades do Império. Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em identificar e discutir a especificidade apresentada em Cuiabá quando da construção dos primeiros cemitérios fora dos templos, as relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado, buscando também compreender como se desenrolará a questão da secularização dos cemitérios nos primeiros anos da República, no limiar do século XX. Fez-se relevante considerar a atuação das irmandades religiosas aglutinando brancos, pardos e pretos num momento crucial para seus interesses definido pela mudança do regime de governo e a crise envolvendo o Estado e a Igreja, influenciando sobre as principais funções desenvolvidas por essas entidades junto à sociedade civil, em particular a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e sua atuação junto à população e nos enterramentos dos pobres. Investigamos também a questão da secularização dos cemitérios de Cuiabá e sua interação com os personagens imbricados nessa problemática como os Presidentes de Província do período elencado, Bispos e Deputados do Parlamento Estadual além de redatores de jornais e advogados dos envolvidos nessa disputa político-religiosa e judicial.

Palavras-Chave: Cuiabá; Morte; Cemitérios; Santa Casa; Secularização.

ABSTRACT

This thesis investigates attitudes toward death and its standardization in the city of Cuiabá in the second half of the nineteenth century and first decades of the twentieth century, when the city was faced with changes caused by the Paraguayan War and smallpox. Those historical facts have exerted influence on people's behavior face of death, leading to acceptance of burials outside the temples. In Cuiaba, the construction and management of these saints fields have specific that differentiate it from other cities of the Empire. To identify relationships the face of death in Cuiabá privilege testamentary clauses determining the care of the body and the soul, concerning burials and votes. Discuss specifics of Cuiabá located in frontier region of the Empire during the construction of the first cemeteries outside the temples, the relations between Church and State, also looking to understand how the issue will unfold the secularization of cemeteries in the early years of the Republic, on the brink twentieth century. Became relevant to consider the religious fraternities city bringing together white, brown and black and the main functions performed by these entities with civil society, particularly the Sisterhood of the Holy House of Cuiabá and their engagement with the public and the burials of the poor people. We also investigate the issue of secularization of cemeteries Cuiabá and its interaction with the characters inherent in this problem as the Presidents of the Province of the period, Bishops and Members of Parliament State besides writers of newspapers and lawyers involved in this politic-religious and judiciary.

KEYWORDS: Cuiabá; Death; Cemeteries; Holy House; Secularization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 01 - Anúncio do Cine Parisien.....	39
FIGURA 02 - Imagem do Álbum gráfico - Cemitério da Piedade.....	41
FIGURA 03 - Imagem do Córrego da Prainha em Cuiabá.....	47
FIGURA 04 - Imagem de Linha de bondes de tração animal.....	55
FIGURA 05 - Imagem da Casa Orlando em Cuiabá.....	113
FIGURA 06 - Imagem de túmulo da família Orlando no Cemitério da Piedade.....	114
FIGURA 07 - Imagem da Casa Laraya ou Palacete do Presidente.....	115
FIGURA 08 - Imagem do prédio do Tesouro do Estado.....	116
FIGURA 09 - Imagem de mostra de Ladrilho hidráulico.....	117
FIGURA 10 - Imagem de carro de transporte funerário Gaeta.....	124
FIGURA 11 - Imagem de Debret–Carros funerários do Rio de Janeiro.....	126
FIGURA 12 - Anúncio de Empresa Funerária de Antonio Tenuta publicado no jornal <i>A Cruz</i> de 28.03.1920.....	126
FIGURA 13 - Anúncio de coroas para túmulos publicado pela empresa fúnebre de Antonio Tenuta no jornal <i>A Cruz</i> de 24.10.1926.....	129
FIGURA 14 - Anúncio de empresa funerária de Antonio Tenuta no jornal <i>A Cruz</i> de 28.11.1926 com apresentação de carro funerário.....	130
FIGURA 15 - Imagem panorâmica parcial do Cemitério da Piedade.....	215
FIGURA 16 - Portal e portão de entrada do Cemitério da Piedade.....	217
FIGURA 17 - Imagem do túmulo de D. Bárbara Maria do Carmo de Cerqueira Caldas, Baronesa de Diamantino.....	219
FIGURA 18 - Imagem do túmulo de D. Carmelita Barboza de Lima.....	220
FIGURA 19 - Imagem de túmulo do Capitão Antonio Correa da Costa.....	222
FIGURA 20 - Imagem de túmulo do Cel. José Marques de Fontes.....	224

FIGURA 21 - Placa de identificação de Marmoraria G. Fantini Ayolas da cidade de Assunção, Paraguai no túmulo do Coronel José Marques de Fontes.....	225
FIGURA 22 - Placa de identificação da marmoraria de José V. da Costa, da cidade do Rio de Janeiro incrustada no túmulo de D. Carmelita Barbosa de Lima	226
FIGURA 23 - Identificação de marmoraria de Emanuele Cresta e Cia, Rio de Janeiro gravado em mármore branco no túmulo do Barão de Melgaço.....	226
FIGURA 24 - Imagem do túmulo do Cel. Rogaciano Monteiro de Lima.....	227
FIGURA 25 - Imagem do túmulo de Floriano de Souza Neves.....	228
FIGURA 26 - Túmulo de Antonio Peixoto de Azevedo.....	229
FIGURA 27- Túmulo de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço.....	230

MAPAS E PLANTA

MAPA 01 - Imagem de “Plano de Cuiabá” (1770-1775).....	34
MAPA 02 - Perímetro urbano de Cuiabá em meados do século XIX.....	89
PLANTA 01 - Planta de situação e localização do Cemitério da Piedade e seu entorno.....	213

TABELAS

Tabela 1 - Pedidos de missas ou outros sufrágios nos testamentos.....	97
Tabela 2 - Amostragem das principais motivações alegadas para redação de testamentos em Cuiabá no período de 1858-1906.....	99
Tabela 3 - Determinações testamentárias de mortalhas e funeral	102
Tabela 4 - Doações e negociações de liberdade para escravos nos testamentos.....	105
Tabela 5 - Doações testamentárias para familiares nos testamentos.....	107
Tabela 6 - Determinação de local de enterramento.....	109
Tabela 7 - Doações testamentárias à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá nos séc. XIX e XX	147
Tabela 8 - Despesas com o Cemitério da Piedade - 1861 a 1871.....	193

LISTA DE ABREVIATURAS

APMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

ACMC - Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá

NDIHR - Arquivo do Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso

AMPL - Arquivo Memória do Poder Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO E A CIDADE DE CUIABÁ NOS SÉCULOS XIX E XX	
1.1 - Múltiplos olhares dos viajantes e residentes temporários à Província de Mato Grosso e à cidade de Cuiabá	28
1.2 – Urbanização e relações cotidianas em Cuiabá nos séculos XIX e XX.....	41
1.3 – Normalização da morte em Cuiabá: construção e regulamentação do Cemitério da Piedade.....	58
CAPÍTULO II – ATITUDES DIANTE DA MORTE EM CUIABÁ – 1860-1926	
2.1 – Diversos confrontos com a morte: a Guerra do Paraguai, a fome e a varíola.....	79
2.2 – Testamentos oitocentistas: como preparar-se para morrer em Cuiabá.....	92
2.3 – Novas práticas de enterramento em Cuiabá – Imigrantes italianos na cidade, no Cemitério da Piedade e no ritual funerário – Sardi, Gaeta e Tenuta.....	111
CAPÍTULO III – SOB O MANTO DA MISERICÓRDIA: A SANTA CASA - FUNDAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL ENTRE OS VIVOS E OS MORTOS	
3.1- Brancos Pretos e pardos nas Irmandades Religiosas de Cuiabá.....	134
3.2- A caridade cristã e a Santa Casa de Misericórdia no Brasil e em Cuiabá.....	140
3.3 - A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá – fundação, legados e doações.....	143
3.4 - A Santa Casa de Misericórdia e os enterramentos dos pobres em Cuiabá.....	163
CAPÍTULO IV - O ESPAÇO DO MORTO E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DA CIDADE DE CUIABÁ NO DECORRER DOS SÉCULOS XIX E XX	
4.1 – A secularização dos cemitérios de Cuiabá e o Ultramontanismo na Província de Mato Grosso.....	181
4.2 – Um caso peculiar em Cuiabá no limiar do século XX: Disputa judicial entre o poder eclesiástico e o município.....	199

4.3 - Os cemitérios de Cuiabá – paisagens entremeadas de memórias culturais – túmulos e epitáfios do Cemitério da Piedade	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	239
GLOSSÁRIO.....	257

INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo estudo de temas relacionados a cemitérios, morte e enterramentos surgiu a partir das leituras e discussões realizadas na graduação do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso, principalmente no decorrer do curso de História Medieval, quando foram privilegiadas as obras clássicas de Philippe Ariès¹, Georges Duby², Jacques Le Goff³ e Jean Delumeau.⁴ Além dessas leituras, foi determinante minha participação, como bolsista de iniciação científica do CNPq, em um projeto de pesquisa sobre as transformações do espaço urbano de Cuiabá,⁵ oportunidade em que desenvolvi estudos sobre cidades, espaço e legislação urbana, higienização, transferência de enterramentos e construção de cemitérios. Nesse período deram-se as minhas primeiras incursões ao principal arquivo de documentação disponível em Cuiabá, o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), que me propiciou a produção de uma monografia de conclusão de curso intitulada *Igrejas e Cemitérios – A representação social da morte e da vida em Cuiabá no período de 1850 a 1901*. Nela discuto relações de homens e mulheres com a morte em Cuiabá, sua organização em torno das irmandades religiosas e a construção do Cemitério da Piedade, primeiro campo de inumação da cidade. Durante o curso de Especialização em Metodologia da Pesquisa, oferecido pela mesma universidade, dei continuidade a essas investigações, dessa vez privilegiando diversas relações com a morte, por meio do estudo de alguns dos principais ícones dessa relação, na monografia intitulada: *Negociando a morte: Estudo de testamentos, túmulos e epitáfios em Cuiabá no período de 1870 a 1889*.

Durante o curso de Mestrado em História, também na UFMT, dediquei-me ao aprofundamento das pesquisas e análises sobre a construção do Cemitério da Piedade e sua regulamentação, a transferência dos enterramentos e a proibição de sua execução no interior e

¹ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Trad.: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediuro, 2003.; ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

²DUBY, Georges. *Guilherme marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

³LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida – a usura na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente. (1300-1800)*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

⁵ Projeto de pesquisa *Transformações do Espaço Urbano de Cuiabá (1840-1940) e sua dinâmica social: as medidas profiláticas do discurso moral e seu acompanhamento cartográfico*, sob orientação dos professores mestres Osvaldo Machado Filho e João Mariano de Oliveira. O objetivo do estudo foi promover o resgate de sinais e pistas que permitissem ampliar as possibilidades de compreensão do processo de transformação do espaço urbano de Cuiabá, desde a promulgação do Código Penal de 1830 e da intensificação do discurso burguês de moralização da cidade até o período do Estado Novo e de sua política de “marcha para o Oeste”.

adros das igrejas da cidade de Cuiabá, originando a organização de resistência a esses procedimentos por parte das irmandades religiosas. Investiguei também o imaginário da morte, mediante leituras de testamentos e anúncios fúnebres publicados nos principais jornais de Cuiabá, além da apresentação de uma análise de túmulos e epitáfios do primeiro cemitério da cidade. Encerrei essa etapa de investigações com a defesa da dissertação *Transformações nas práticas de enterramento em Cuiabá (1850 – 1889)*,⁶ posteriormente publicada.

A apresentação dos resultados dessa pesquisa, em diversas oportunidades, gerou inquietações e debates que sugeriam a continuidade das investigações, e, da mesma forma, apontavam o fato de não ter sido possível contemplar todas as possibilidades de pesquisa oferecidas pela documentação selecionada. Senti-me, assim, estimulada a dar continuidade a esses estudos, pois, já havia feito o levantamento de fontes nos principais arquivos da cidade de Cuiabá, o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC). Foi neste último que me deparei com extensa documentação referente à história da Igreja Católica no estado de Mato Grosso. Um texto bastante específico chamou-me a atenção e muito aguçou minha curiosidade: o processo denominado *A questão dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado*, publicado pelo jornal *O Rebate* em 1901. Apesar de o texto ter me impressionado muito, naquele momento eu buscava outras informações, que versassem sobre as transformações nas práticas de enterramento e a construção dos primeiros cemitérios da cidade de Cuiabá em meados do século XIX.

Fiz uma leitura atenta do documento, posteriormente o transcrevi, observando mais detidamente a riqueza de informações apresentadas, mas, em função do período e pela discussão apresentada, o considerei à parte de meus objetivos mais imediatos. No entanto, frequentemente o percebia invadindo sutilmente ou de assalto minhas memória e reflexões, instigando ou sugerindo a necessidade de uma investigação em prol de sua compreensão, ou de suas possibilidades. O curso de mestrado, pela riqueza de experiências proporcionadas e pelo contato com extensa gama de documentação nos principais arquivos do estado de Mato Grosso, suscitou grandes possibilidades de investigação; todavia, não tive condições de contemplá-las totalmente à época.

Anos mais tarde, tive a oportunidade de me debruçar sobre esse documento e fui estimulada a inaugurar uma nova etapa de estudos, com o objetivo de investigar as atitudes

⁶ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramento - Cuiabá, 1850-1889*. Cuiabá: Central de Texto, 2005. Publicado pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado de Mato Grosso.

dos cuiabanos diante da morte entre o fim do século XIX e início do século XX, período marcado pela Guerra do Paraguai, pela proliferação da varíola e pela transferência dos enterramentos para os cemitérios, e, posteriormente, a sua secularização. Esses fatos históricos deram origem ao projeto de pesquisa de meu doutorado em História na Universidade Federal do Estado de Goiás.

A forma como esses acontecimentos se desencadearam em minha vida lembrou-me a experiência apresentada por Carlo Ginzburg na introdução de sua obra *O queijo e os vermes – O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*,⁷ relatando que essa pesquisa surgiu por acaso, quando ele investigava o arquivo da Cúria Episcopal da cidade de Udine, Itália, e se deparou com um documento muito instigante, que atraiu sua curiosidade, mas que, por não corresponder a seus interesses mais imediatos, não foi utilizado; no entanto, periodicamente ressaltava de seus papéis e se fazia presente em sua memória, instigando-o. Oito anos mais tarde Ginzburg busca compreender o que aquele documento significou para quem o formulara, um moleiro perseguido pela Inquisição por disseminar ideias heréticas ao povo de sua aldeia. Essa investigação inaugura uma nova etapa na trajetória desse pesquisador, pois, seguindo a trilha deixada por aquela documentação, Ginzburg faz um estudo sobre cultura e circularidade cultural, numa prática de micro-história, que revela a atuação das classes subalternas e apresenta uma hipótese geral sobre a cultura popular, na qual o autor trata da influência mútua entre as culturas popular e erudita.

Enfim, aquele documento encontrado no arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá estabeleceu em mim uma grande necessidade de novamente trilhar os caminhos da investigação histórica. Considero que as questões apresentadas tanto nessa obra de Ginzburg, quanto em *Mitos, emblemas e sinais*, também de sua autoria, foram fundamentais como norteadores de meu trabalho de pesquisa, desde a definição do método indiciário, que enfatiza a necessidade de examinarem-se os pequenos detalhes, as particularidades ou os indícios considerados pistas, sintomas, indícios ou signos até então negligenciáveis, mas que aos olhos do historiador tornam-se reveladores.⁸

A história cultural como uma história plural definindo caminhos alternativos e possibilidades de fazer história a partir de propostas metodológicas que ampliam o campo de investigação histórica, também se fizeram presentes influenciando nossas práticas de

⁷ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 5 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991a.

⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991b.

investigação. Considerando conforme Vovelle⁹, que nada é mais cultural do que a morte, identificamos esse veio cultural determinando as relações de homens e mulheres cuiabanas com a morte, da mesma forma o modelo em que essas questões são abordadas nos estamentos oitocentistas registrando a preparação para a morte que se apresenta culturalmente também nos momentos na escolha da mortalha. Nada é mais cultural do que a forma como velamos nossos defuntos, como, quando e onde os enterramos e sob quais rituais fazemos a encomendação dos cadáveres, como definimos os sufrágios, da mesma forma como construímos e adornamos os túmulos familiares.

Considero como baliza temporal inicial a década de 1860, quando se dá a inauguração do primeiro cemitério da cidade, a eclosão da Guerra do Paraguai, a crise de abastecimento na Província, a grande enchente do Rio Cuiabá e, logo após, o retorno dos soldados contaminados pela varíola, em consequência da guerra. A peste que chega à cidade trouxe o medo do outro, do estrangeiro e da morte, propiciando dessa forma a transferência dos enterramentos das igrejas para locais fora do perímetro urbano da cidade. À época, a construção do Cemitério da Piedade já vinha sendo proposta e cobrada pelos Códigos de Posturas e Relatórios de Presidentes de Província há cerca de trinta anos.

Um ato da Câmara Municipal de Cuiabá representou um marco importante nesta investigação: a Resolução nº 40, de 19 de novembro de 1900, que estabeleceu que a partir de 1º de janeiro de 1901 os cemitérios públicos dos 1º e 2º Distritos de Cuiabá passassem para a administração da municipalidade, definindo dessa forma a sua secularização na cidade.

O marco final foi definido com as reações da Igreja, representada pelo Arcebispo de Cuiabá D. Carlos Luiz D'Amour, que, diante desses acontecimentos, repudia o projeto de secularização dos cemitérios da cidade e impede que nesses campos de inumação se efetue qualquer cerimônia religiosa, proibição que prevaleceu durante cerca de vinte anos, ou seja, até sua morte em 1921. Como baliza final foi, então, definido o ano de 1926, quando D. Francisco de Aquino Correa, depois de assumir a Arquidiocese de Cuiabá, reagirá de forma oposta à D. Carlos, aceitando a secularização dos cemitérios da cidade e sua administração pelo poder municipal. A Igreja faz então o compromisso de manter sua atuação restrita às atividades religiosas nas capelas desses cemitérios.

Apesar de o meu objetivo, inicialmente, ter sido buscar compreender as atitudes diante da morte em Cuiabá e como se desenrolou o processo de secularização dos cemitérios da cidade, tornou-se relevante compreender a atuação da Igreja Católica naquele momento na

⁹ VOVELE. Michel. *Imagens e imaginário da História*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

Provínciae por isso algumas questões se colocaram, tais como: o que representou a secularização dos cemitérios da cidade? Representaria a perda de poder ideológico para a Igreja? Quais eram as relações da Igreja Católica com o Estado na nascente República? O que representava para a população de Cuiabá a secularização dos cemitérios da cidade, assim como a não oficialização de atos religiosos neles? Essa disputa entre Estado e Igreja também ocorreu em outras cidades do país?

Considerarei a utilização dos arquivos e o questionamento da documentação, como sugerem Ginzburg¹⁰, Certeau¹¹ e Farge¹², e a necessidade de observar os sinais e indícios apresentados no decorrer da pesquisa, apreciando com particular atenção os pormenores e as novas possibilidades de leitura, uma vez que estas introduzem uma “arte” que, se não traduz passividade, mas, pode trazer inovações, como o inesperado, ou, pode indicar novos elementos a serem investigados, pois o estudo costuma ser previsto, mas as abordagens podem se transformar.¹³ É preciso, como indicam Ginzburg e Farge buscar e trilhar novos caminhos.

Nesta investigação utilizo documentação disponibilizada pelos principais arquivos da cidade: o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), o Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC) e o arquivo do Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR). No APMT, maior centro de documentação do estado de Mato Grosso, localizei fontes que deram origem e respaldo à investigação. Faz parte desse acervo as fontes impressas representadas pelo *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, os jornais diários *A Província de Mato Grosso*, *O Comércio*, *A Gazetilha*, *O Rebate* e *O Porvir*, além de fontes manuscritas, como o *Regulamento para os Cemitérios Públicos da Cidade de Cuiabá*, de 1864; diversos Códigos de Posturas, como os de 1832, 1835 e 1897; Compromissos de Irmandades Religiosas, Relatórios de Presidentes de Província e da administração dos cemitérios da cidade e documentos da Assembleia Legislativa Provincial, além de Leis, Decretos de Lei e ofícios da administração provincial e municipal, além de testamentos e inventários.

No acervo do Arquivo Público de Mato Grosso encontramos uma caixa com documentação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá que juntamente com as informações

¹⁰GINZBURG, Carlo *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991b.

¹¹CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

¹²FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Ed. Edusp, 2009.

¹³ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 51.

encontradas nos jornais e na literatura pertinente justificaram uma investigação sobre a atuação dessa casa de saúde em Cuiabá.

No arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá encontrei demonstrativos de receitas e despesas dos cemitérios da cidade de Cuiabá; relações nominais de pessoas falecidas e sepultadas nesses cemitérios; Cartas Pastorais, além de um documento intitulado *A questão dos cemitérios públicos de Cuiabá – considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado sobre o mesmo em 1901*, que, conforme já dito, reafirmou meu interesse por esta pesquisa.

No arquivo do NDIHR pesquisei e transcrevi as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas pelo Arcebispo Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707, além de diversas cartas pastorais, periódicos como os jornais *A Cruz* e *A Reação* e outros documentos de cunho religioso ou referentes à administração eclesiástica em Mato Grosso no período referenciado.

Infelizmente não pudemos complementar nossa pesquisa no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, motivo pelo qual não utilizamos Certidões de Óbito e outros documentos de caráter religioso ou da administração da Diocese que fazem parte desse arquivo.

Além do trabalho nos arquivos citados, a pesquisa de campo no Cemitério da Piedade, o mais antigo da cidade, normalizado pelo Regulamento para os Cemitérios Públicos de 1864, teve a intenção de selecionar túmulos que, por suas peculiaridades, fossem representativos da história regional e do período estudado. Assim, mediante imagens visuais, busquei identificar, capturar e registrar seus principais elementos e localizá-los nos mapas desse campo de inumação.

Os registros fotográficos e os mapas permitiram o reconhecimento e o registro do corpo do cemitério e do seu entorno, assim como da fachada, e do conjunto de seus artefatos funerários, etapa em que os túmulos foram identificados e selecionados. Enquanto isso, foram feitos diversos registros fotográficos desses monumentos, capturando imagens de elementos, privilegiando a lateral, a posição frontal e os detalhes considerados pertinentes, sem deixar de observar as interferências climáticas, tais como a iluminação e a intensidade da luz solar no momento dos registros. Esses cuidados são pertinentes, uma vez que a documentação

fotográfica tem função de registro, apesar de apresentar certo grau de intencionalidade, já que resulta de vivências, experiências e escolhas do pesquisador.¹⁴

A partir das fontes citadas, busquei contemplar as atitudes diante da morte em Cuiabá no período referenciado, ou seja, identificar como a população da cidade, distante dos grandes centros e localizada numa região de fronteira, desenvolveu relações, atitudes e práticas específicas diante da morte e dos enterramentos, justificando nosso interesse pelo tema. As lacunas existentes na historiografia regional sobre essas questões também reforçaram meu interesse, uma vez que poucos trabalhos da historiografia tradicional mato-grossense abordaram tangencialmente essas questões. Os demais cemitérios da baixada cuiabana e das demais regiões do estado de Mato Grosso aguardam pelo despertar da curiosidade histórica em torno de sua história.

Conforme Farge e Ginzburg, as fontes utilizadas pelos historiadores devem ser percebidas como construções, pois elas são também testemunhas dos fatos e devem ser investigadas, interpeladas, provocadas no sentido de apontar ou indicar mais do que parecem propor. É preciso, pois, estar atento a todos os pequenos indícios apresentados pela documentação e buscar o que não está de pronto apresentado pelas fontes. Para Farge, os documentos que compõem os arquivos são produtos de realidades de confronto que registram também o não-dito, aquilo que não seria registrado se não fosse a ocorrência de conflitos ou desordens, tornando visíveis aspectos que teriam permanecidos encobertos. “O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retráida de um fato inesperado”, diz a autora, reiterando que a sua consistência mostra o ordinário, mas advém do imprevisto.¹⁵

Essa discussão se aproxima do princípio indiciário proposto por Ginzburg, pois, para o autor, é função natural da prática de investigação historiográfica decodificar textos impressos na natureza, nos papéis e nas telas, que também são textos. É preciso perceber ou identificar o que não é aparente, o que não é imediatamente perceptível, o que costuma estar oculto nas entrelinhas e que, no entanto, precisa ser decifrado. É também função do historiador desenvolver e transmitir essa percepção mais apurada da realidade.

O trabalho de pesquisa nos arquivos exige certa *operação historiográfica*, como a denominou Michel de Certeau. A construção de um texto, como resultado dessa operação, envolve uma determinada arquitetura, construída a partir dos arquivos, dos processos de arquivamento, do estabelecimento e levantamento das fontes, das leituras que se constituem

¹⁴BORGES, Maria Elizia. *Cemitérios convencionais: espaços de popularização da arte erudita no Brasil* – <http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/cemiterios%20convencionai.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

¹⁵FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 14.

em objetos das operações cognitivas.¹⁶ Farge define o arquivo como um lugar fronteiro, um espaço povoado de multiplicidades, no qual a teoria prévia apenas pode construir uma fala ou uma proposta provisória. Pensar o arquivo é, então, abster-se de vê-lo como manifestação do uno, do perfeito ajustamento do sentido e do nome das coisas; há de se mergulhar nele como um “errante” sempre em busca de algo. Nesse lugar, o historiador perde seu estatuto de estabilidade, seus caminhos podem deparar-se com o novo, o improvável ou desconhecido, ele mergulha na ordem da diferença.¹⁷ Essa diferença, esse contato com o inesperado pode ser fundamental em um trabalho de pesquisa.

Desde o início dos trabalhos nos principais arquivos da cidade os objetivos estavam muito bem delineados como de investigar a secularização dos cemitérios públicos de Cuiabá no limiar do período republicano. No entanto, a partir de uma nova etapa nos arquivos, novas leituras e transcrição de grande parte da documentação já citada, se delinearam alguns caminhos a serem percorridos, redefinindo e ampliando a proposta inicial da pesquisa que resultou na tese apresentada.

Esta tese foi organizada em quatro capítulos, cada um deles com três itens coordenados entre si, conforme a seguir: no primeiro capítulo, intitulado *A Província de Mato Grosso e a cidade de Cuiabá nos séculos XIX e XX*, apresento o cenário onde se desenrolará a trama de nossa investigação: a cidade de Cuiabá no período anunciado, privilegiando suas principais características, como a denominação das ruas, a movimentação das pessoas nesses espaços de trabalho e lazer, enfrentando as carências de uma cidade pobre e distante dos maiores centros urbanos do Império e da nascente República. Uma população com dificuldades para conquistar elementos considerados ícones de urbanização e desenvolvimento, como o arruamento, a iluminação a higiene e a saúde pública, representadas por matadouros e cemitérios públicos.

Para vislumbrar esse lugar, privilegio o olhar dos viajantes a partir de seus escritos sobre suas incursões na região, tais como: Luiz D’Allincourt (1823-1830)¹⁸, George Von Langsdorff (1825-1827)¹⁹, Karl Von Den Steinen (1884, 1887-1888)²⁰, Joaquim Ferreira

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000, p. 81.

¹⁷ FARGE, Arlette. Op. cit., p. 11

¹⁸ D’ALLINCOURT, Luiz – *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Ed. Itatiaia. 1975.

¹⁹ KOMISSAROV, Boris – *Expedição Langsdorg: acervo e fontes históricas*. São Paulo, Access Editora, 1994.

²⁰ STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil central*. São Paulo: Nacional, 1942.

Moutinho (1850-1868)²¹ e Maria do Carmo de Mello Rego (1888-1889).²² Os viajantes descrevem a região a partir da relação de estranhamento estabelecida com a realidade que os envolve. De acordo com eles, qualquer ideia de mudança ou desenvolvimento para a região só seria considerada exequível se proporcionada por elementos externos, como os imigrantes estrangeiros, supostamente portadores de “cultura superior”, dado o seu gênio empreendedor e audaz, ou por meio de investimentos de companhias estrangeiras. A colonização era, portanto, vista como solução para os principais problemas da região, enquanto a fome e a miséria eram atribuídas à preguiça do povo, já que ali se poderia viver na abundância.

Procuro discutir o ideal de urbanização e higienização, muito mais desejado do que conquistado ou estabelecido na região, a partir de elementos como a construção e regulamentação dos cemitérios da cidade, discorrendo sobre as condições de vida de sua população, sobre o que a cidade oferecia a seus moradores e visitantes, pois, na segunda metade do século XIX, Cuiabá não se enquadrava nos parâmetros de desenvolvimento e progresso desejado pelas elites locais e vivenciado no sul do país.

Apresento as principais casas comerciais que influenciaram a movimentação na cidade, incidindo sobre o consumo e determinando hábitos no cotidiano da população. Incluo uma discussão sobre a atuação dos imigrantes italianos em diversos ramos comerciais, desde lojas de importação e exportação de produtos diversos à construção civil, propiciando transformações arquitetônicas na cidade e implementando novas práticas de enterramento, com as primeiras empresas funerárias da cidade. Todas essas empresas apresentam seus serviços à população com anúncios em jornais.

Considero também os dispositivos legais de controle das classes populares e suas linhas de fuga, visando compreender, a partir de sinais identificados na literatura pertinente e nos arquivos disponíveis, principalmente nos jornais diários, nos Relatórios de Presidentes de Províncias e nos Códigos de Posturas Municipais, a atuação de homens e mulheres comuns e

²¹ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a provincia de matto grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo. Typ. Schroeder, 1869.

²² Esposa de Francisco Rafael do Mello Rego, Presidente da Província de Mato Grosso de 16.11.1887 a 16.02.1889, período em que residiu em Cuiabá. Seu grande interesse pela região levou-a aos estudos etnográficos e sociais de Mato Grosso no século XIX. Participou de umaviagem fluvial de Cuiabá a Cáceres. Escreveu *Lembranças de Mato Grosso* (1897), reeditado pela Fundação Júlio Campos em 1993, em que narra suas impressões sobre a viagem pelo Rio da Prata até Cuiabá, além de retratar cenas do cotidiano da província no final do século XIX. Ver: REGO, Maria do Carmo de Mello. *Lembranças de Mato Grosso*. v. 1, Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1993. Coleção Memórias Históricas da Fundação Júlio Campos.

também as principais personagens envolvidas diretamente com as questões investigadas. Para tal foram fundamentais as obras de Galetti²³, Mesquita,²⁴ Peraro,²⁵ Machado²⁶ e Volpato.²⁷

Em seguida apresento uma discussão sobre a normalização da morte, a partir da proibição dos enterramentos no interior dos templos e da construção e regulamentação dos primeiros cemitérios fora do perímetro urbano da cidade. Em 1865 o Presidente da Província de Mato Grosso General Alexandre Manoel Albino de Carvalho sancionou o primeiro Regulamento para os Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá, composto de 11 capítulos e 67 artigos, com o objetivo de normalizar as práticas de enterramentos na cidade, retirando-os definitivamente do interior dos templos.

A aceitação desse Regulamento e das novas práticas de enterramento não se deu em Cuiabá de forma imediata, pois a secularização dos cemitérios entrava em confronto com antigos hábitos e com interesses das irmandades religiosas, que detinham poder econômico e grande influência na sociedade. Essa resistência registrada em Cuiabá apresenta especificidades locais, no entanto, não de diferencia muito da realidade de outras cidades, como São Paulo estudada por Guedes²⁸, Rio de Janeiro, estudada por Rodrigues,²⁹ e Salvador, estudada por Reis.³⁰

A partir de uma mentalidade higienista, o saber médico considera os sepultamentos dentro dos templos ou no perímetro urbano como altamente prejudiciais à saúde dos vivos. De forma semelhante a outros exemplos de normalização dos vivos, os governos provinciais seguem determinações médicas, procurando reordenar o espaço ocupado pelos mortos, estabelecendo uma nova geografia urbana na relação entre mortos e vivos. Eles requeriam que

²³GALETTI, Lilia Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

²⁴MESQUITA, José de. As Necrópoles cuiabanas. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, t.35-38, p. 37-70, Cuiabá, 1936.

²⁵PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

²⁶MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

²⁷VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero/Cuiabá: Ed UFMT, 1993.

²⁸GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH- USP

²⁹RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além – A secularização da morte no Rio de Janeiro, sec. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005.

³⁰REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

a morte e os mortos fossem expulsos da cidade dos vivos e segregados para sempre em cemitérios extramuros.³¹

Os relatos de viajantes, os Relatórios de Presidente de Província e de Estado, os Códigos de Posturas e os jornais são, assim, as fontes que apresentam diferentes versões da realidade da cidade de Cuiabá e da Província de Mato Grosso, assim como das intervenções governamentais propostas, pois retratam jogos de interesse e poder que determinam as relações entre a população e as elites, o Estado e a Igreja, e o cotidiano dos indivíduos nessas relações. Com o objetivo de melhor apresentar ao leitor uma visualização do espaço urbano da cidade de Cuiabá entre os séculos XIX e XX, apresento imagens diversas do período referenciado, privilegiando as ruas principais e a localização dos principais edifícios públicos e particulares, assim como das igrejas e cemitérios.

No segundo capítulo, intitulado *Atitudes diante da Morte em Cuiabá – 1860 a 1926*, tomo como viés de investigação A Guerra do Paraguai (1864-1870), maior conflito armado do Império brasileiro, e suas relações com a transferência dos enterramentos e a utilização do primeiro cemitério da cidade de Cuiabá. Busco compreender de que forma esse conflito atingiu a Província, trazendo atrás de si a fome e o contágio da varíola, dois elementos que teriam facilitado a aceitação dos enterramentos nos cemitérios fora do perímetro urbano.³²

Na segunda metade do século XIX, várias cidades do Império brasileiro defrontaram-se com o medo da morte, como o Rio de Janeiro, que enfrentou a febre amarela,³³ o cólera morbus³⁴ e a varíola.³⁵ Outras cidades, de forma semelhante, enfrentaram na mesma época epidemias, que poderiam ser caracterizadas pela enorme perda de vidas que acarretavam. Esse foi um período muito penoso para Cuiabá, pois se estabelece uma relação de devastadora proximidade entre seus habitantes e a morte. Volpato denomina esse período de “apocalipse cuiabano”³⁶, no qual Moutinho observou a instalação de um “clima de pânico geral” na cidade, em que os habitantes que podiam se preparavam para fugir da capital da Província antes que

³¹Ibidem, idem, p. 247.

³² Essa realidade se aproxima da que foi registrada em outras cidades do Império, onde a população passa a aceitar novas práticas de enterramentos nos cemitérios a partir do medo da morte, em virtude do enfrentamento de epidemias como a cólera em Salvador e a varíola em Cuiabá na segunda metade do século XIX.

³³ A febre amarela fustigou o Rio de Janeiro nas décadas de 1850 a 1870, fazendo vítimas fatais, principalmente entre os imigrantes e estrangeiros de passagem pela Corte. Ver: CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

³⁴ Sobre a *cólera morbus* no Rio de Janeiro, ver: CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril – Cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 77; e em São Paulo, ver: GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986, p. 64.

³⁵ Sobre varíola no Rio de Janeiro, ver: CHALOUB, Op. cit., p. 123-133.

³⁶VOLPATO, Op. Cit. P. 56

os paraguaios chegassem³⁷. O medo da guerra e da morte tomou conta das pessoas de uma forma geral.

Identifico relações de homens e mulheres com a morte e as mudanças nos hábitos de testar e nos enterramentos a partir dos testamentos oitocentistas, comumente utilizados como um meio de transferir bens e encomendar missas e outros sufrágios, com objetivo de aliviar as almas dos testadores dos pecados cometidos. Tomando como referenciais os trabalhos de Le Goff,³⁸ Rodrigues³⁹ e Reis,⁴⁰ identificamos nos testamentos oitocentistas o medo do inferno, e o estabelecimento de diversas estratégias para livrar a alma do moribundo desse lugar, pois se temia que, após a morte, a alma fosse arrebatada para um convívio de sofrimentos num vale de sombras. Os testamentos proporcionam aos testadores uma última oportunidade de se desfazerem de bens materiais, transferindo-os para familiares, escravos, igrejas, irmandades e instituições religiosas, assim como para os pobres ou menos privilegiados. Tinham também a função de definir o local de enterramento e garantir o pagamento de despesas com o funeral e com as missas ou outros sufrágios que revertissem em benefícios à alma do testador, .

Em seguida investigo novas práticas de enterramento em Cuiabá nas primeiras décadas do século XX, procurando identificar a participação de imigrantes italianos que se dedicaram à construção civil na cidade dos vivos e de túmulos na cidade dos mortos. Dedicaram-se também a variados ramos de negócios na cidade de Cuiabá, assim como das primeiras empresas funerárias.

No terceiro capítulo, intitulado *Sob o manto da Misericórdia: A Santa Casa no Brasil e em Cuiabá – Fundação e função social entre os vivos e os mortos*, apresento uma discussão sobre a formação e atuação das irmandades religiosas no Brasil e em Cuiabá. Fundamentadas na Santa Casa de Lisboa, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá era uma irmandade branca de elite, que tinha sua organização baseada em seus estatutos e obedecia à hierarquia social. A discussão privilegia os meios utilizados pela Santa Casa para arrecadar fundos com objetivo de atender às suas principais obrigações, voltadas para as necessidades dos irmãos e da população pobre quando diante dos infortúnios da doença da morte e no pós-mortis.

³⁷MOUTINHO, Joaquim Ferreira *Notícia sobre a provincia de matto grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo. Typ. Schroeder, 1869.

³⁸LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. 2. Ed. Lisboa: Estampa, 1995.

³⁹RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além - A secularização da morte no Rio de Janeiro, sec. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005.

⁴⁰REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Apresento, portanto, um relato ou histórico sobre a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e do Hospital dos Lázaros, abordando os principais legados e doações utilizados para mantê-los, a maioria deles efetuados por meio de testamentos de homens de grandes posses e fragilizados diante da doença e da iminência da morte.

Uma das principais missões da Santa Casa era curar doentes, mas quando não encontrava êxito, quando isso não mais era possível, fazia o enterramento dos cadáveres oferecendo-lhes mortalhas e sepulturas. Apresento uma discussão privilegiando sua atuação quando no atendimento aos pobres diante da doença e da morte, fazendo seus enterramentos. Relaciono a realidade desses enterramentos em Cuiabá com os realizados em outras localidades, como São Paulo e Salvador. Os trabalhos de Russel-Wood⁴¹, Franco⁴², Guimarães Sá⁴³ e Firmo Rodrigues⁴⁴ muito contribuíram para nossas análises.

No quarto capítulo, intitulado *O espaço do morto e o processo de secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá no decorrer dos séculos XIX e XX*, proponho inicialmente uma discussão sobre a atuação da Igreja Ultramontana na Província de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX. Em seguida discorro sobre uma disputa judicial entre Estado e Igreja pela administração dos cemitérios da cidade, a partir do documento *A questão dos cemitérios públicos de Cuiabá – considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado, 1901*.⁴⁵ Trata-se de um processo escrito e defendido no Parlamento estadual pelo Deputado Flávio Crescêncio de Mattos desde o ano de 1888 e posteriormente publicado pelo jornal *O Rebate*. Com o documento buscava-se apresentar às elites da cidade o desenrolar do processo de construção administração e secularização dos cemitérios de Cuiabá no limiar do século XX, numa tentativa de sensibilizá-las. Por considerá-lo marco principal da efetiva secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá, procuro compreender as possibilidades de investigação oferecidas por esse documento, os principais sinais, indícios ou pistas que, como diz Ginzburg, ele apresenta à curiosidade histórica.

⁴¹RUSSELL-WOOD, A. J.R. *Fidalgos e Filantropos – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Trad: Sérgio Duarte. Brasília: Editora UNB, 1981.

⁴²FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (1700-1822)*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

⁴³SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português – 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997.

⁴⁴RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. Vol1. São Paulo: Gráfica Mercúrio. 1959.

⁴⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. APMC, caixa 95, rolo 53.

Para compreender como esse processo de secularização é percebido pela sociedade da época, recorro aos principais jornais cuiabanos, que abriam suas páginas tanto para defendê-la quanto para combatê-la. Todos, porém, expressavam também informações sobre o cotidiano da cidade e as relações da população com a morte, assim como a atuação das personagens aqui apresentadas como atores principais dessa contenda, com especial relevância para os bispos D. Carlos Luiz D'Amour e D. Aquino Correa. A atuação deles na liderança da Igreja Católica local foi contrastante no que diz respeito à secularização dos cemitérios da cidade, mas, ambos foram agentes determinantes dessa questão.

Finalmente apresento imagens como representações dos cemitérios da cidade, privilegiando paisagens entremeadas de memórias culturais. Os cemitérios, repletos de signos e símbolos, são, sobretudo, lugares de memórias, espaços que invariavelmente remetem à existência material e lembranças do vivido. Buscando melhor visualizar esses espaços, concebidos com uma função social definida, como o sepultamento dos mortos, privilegio imagens de túmulos do século XIX e início do século XX, entre eles, alguns de participantes da Guerra do Paraguai, como o Barão de Melgaço, considerado herói pela sua atuação nesse conflito. Os cemitérios chamam a atenção para a necessidade de ressignificação de seu espaço, a partir de novas concepções na dinâmica social e da relação do homem com a morte. Além dos referenciais teóricos citados, para pensar a realidade da cidade de Cuiabá no período, assim como a questão da secularização dos cemitérios, fizeram-se relevantes as contribuições da historiografia local.

I - A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO E A CIDADE DE CUIABÁ NOS SÉCULOS XIX E XX

1.1 Múltiplos olhares de viajantes e residentes temporários sobre a Província de Mato Grosso e a cidade de Cuiabá

O estabelecimento da corte de D. João VI na cidade do Rio de Janeiro fez da antiga colônia sede do reinado português. A abertura dos portos brasileiros em 1808 acompanhou a alteração do rigoroso estatuto colonial, que até então restringia viagens de estrangeiros ao país. A convite da família real, diversas expedições artísticas e científicas foram realizadas, com o propósito de desbravar e conhecer o imenso território brasileiro e seus habitantes, além de possibilitar a coleta de espécimes naturais. Nos relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX constam impressões de perplexidade e estranhamento dos europeus diante da natureza, dos habitantes e dos costumes locais. Essas impressões, documentadas em crônicas, diários de viagens, pinturas, gravuras, desenhos e mapas, definem diferentes representações do Brasil e representam o olhar do estrangeiro que “descobriu”, “nomeou” e catalogou o país.

As narrativas dos viajantes não apenas descrevem o que é visto, mas também mostram muito deles próprios, pois, definem o olhar, a percepção desse território e de sua gente a partir do outro. Belluzzo⁴⁶ observa que esses viajantes produziram um grande legado iconográfico e que a literatura de viagem dos cronistas europeus permite a visualização de lugares designados ou configurados mediante intenções alheias. É o olhar do outro se fazendo presente. Os escritos dos viajantes privilegiaram determinados pontos de vista, distâncias, modos de observação e triangulações do olhar.

Para compreender o olhar dos viajantes sobre o território de Mato Grosso, faz-se necessário considerar o lugar de origem. Os viajantes europeus que estiveram na Província de Mato Grosso e na cidade de Cuiabá privilegiaram as especificidades encontradas, no entanto, as diferenças em relação ao padrão de vida na Europa nos séculos XVIII e XIX nem sempre foram compreendidas. A forma como Mato Grosso foi visto e os registros sobre a região, sua gente e seu modo de vida, mantendo como referencial a civilização europeia ocidental, faz definir o mato-grossense como indivíduo fora da civilização ou como habitante de um lugar

⁴⁶BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros/Salvador: Fundação Odebrecht, 1994.p. 8.

de barbárie, distante, inóspito e desconhecido, que precisava, no entanto, ser conhecido para ser devidamente apropriado e transformado.⁴⁷

Kury⁴⁸ identifica no olhar estrangeiro e no discurso europeu do século XIX a presença de ambivalências em relação ao Brasil, manifestadas em um certo mal-estar com o sistema local – caracterizado pela escravidão, pela religiosidade barroca e por determinados hábitos de vestuário e alimentação – e em um sentimento de encantamento e admiração em relação à natureza do lugar. Sobre a produção de letrados e intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a autora considera o espaço dedicado aos relatos de viajantes e às obras científicas que descrevem o território brasileiro e a beleza dos trópicos como regiões cuja exuberância da natureza deveria ser minuciosamente descrita. Sobre esses viajantes e o modo como retratavam o território brasileiro, Kury considera que a natureza foi mostrada como exótica e maravilhosa, mas ressalta que quaisquer representações sobre o Brasil deveriam afastar-se da ideia de selvageria, enquanto era propalada ou difundida a necessidade de civilização, para o controle e a domesticação da natureza pelo homem.⁴⁹

Os viajantes que estiveram em Mato Grosso no decorrer do século XIX procuraram em seus escritos descrever a região a partir desse olhar ambivalente. Entre eles, merecem destaque: Luiz D’Allincourt (1823-1830); Langsdorff (1825-1827); Joaquim Moutinho (1850-1868) Karl Von Den Steinen (1884 e 1887-1888), e por último: Maria do Carmo de Mello Rego⁵⁰ (1887-1889).

A expedição da Rússia Imperial no Brasil, realizada entre 1822 e 1829 e organizada pelo barão e cônsul-geral da Rússia no Brasil Georg Heinrich Von Langsdorff,⁵¹ percorreu um longo trajeto pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Vários estudiosos e artistas foram contratados por essa expedição, como o desenhista e

⁴⁷ LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e Arte – Fotógrafos e fotografia em Mato Grosso – 1860-1960*. Cuiabá: Ed. Carlini Caniato/EdUFMT, 2008. p. 18.

⁴⁸ KURY, Lorelai Brilhante. *O Império dos miasmas. A Academia Imperial de Medicina. (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1990. p. 50.

⁴⁹ Id. Ibid., p. 63-65.

⁵⁰ Esposa de Francisco Rafael do Mello Rego, Presidente da Província de Mato Grosso de 16.11.1887 a 16.02.1889, período em que residiu em Cuiabá. Seu grande interesse pela região levou-a aos estudos etnográficos e sociais de Mato Grosso no século XIX. Participou de umaviagem fluvial de Cuiabá a Cáceres. Escreveu *Lembranças de Mato Grosso* (1897), reeditado pela Fundação Júlio Campos em 1993, em que narra suas impressões sobre a viagem pelo Rio da Prata até Cuiabá, além de retratar cenas do cotidiano da província no final do século XIX. Ver: REGO, Maria do Carmo de Mello. *Lembranças de Mato Grosso*. v. 1, Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1993. Coleção Memórias Históricas da Fundação Júlio Campos.

⁵¹ Georg Heinrich Von Langsdorff era cientista, pesquisador e médico, nascido na Prússia e naturalizado russo liderou a vasta expedição ao território mato-grossense. Ver: COSTA e DIENER. *Viajando nos bastidores da viagem da Expedição Langsdorff*. Cuiabá: Edições Universidade Federal do Mato Grosso, 1995. p. 13.

topógrafo Hércule Florence,⁵² que executou diversas aquarelas que privilegiaram o ambiente natural e social do Brasil da época; e os pintores João Maurício Rugendas⁵³ e Adrien Taunay,⁵⁴ que registraram paisagens e descreveram aspectos da vida social dos índios bororo. Contou ainda com a participação dos zoólogos Eduardo Ménétriès e Christian Hasse, do astrônomo Alexandre Rubsov, e do botânico Luiz Riedel. Os trabalhos realizados durante a expedição resultaram em um rico acervo iconográfico.

Essa expedição fez o mapeamento e a descrição geográfica, político-social, econômica e etnográfica da região percorrida, e para tal cruzou o Cerrado do Brasil Central, o Pantanal mato-grossense e a Floresta Amazônica. Usando os rios como “estradas d’água”, navegaram pelo Taquari, Cuiabá, Paraguai, Guaporé, Madeira, Juruena, Tapajós e pelo Amazonas. Em Mato Grosso a expedição permaneceu cerca de vinte meses, entre 1825 e 1827, visitando e descrevendo cidades e povoações, e a diversidade da flora e fauna regional. Na época, a Província de Mato Grosso era muito pouco conhecida e exerceu enorme interesse sobre Langsdorff e integrantes da expedição.⁵⁵ Diversos cenários e aspectos proporcionados pela viagem foram registrados pelos artistas da expedição, como o céu avermelhado pelo pôr do sol, a luz refletida nas águas dos rios, os traços geológicos da Chapada dos Guimarães, as palmeiras e demais árvores. Grande quantidade de pássaros, peixes, diversos animais e insetos foram capturados, empalhados e acondicionados pelos integrantes da expedição. Também foram registradas a localização e as características de diversas etnias indígenas em suas atividades cotidianas: pescando, cozinhando, pintando os rostos para cerimônias, alimentando seus filhos ou acomodados em suas ocas.

Imbuído do ideal higienista europeu, Langsdorff e os participantes da expedição observaram as peculiaridades da cidade de Cuiabá e os hábitos e costumes da população da Província de Mato Grosso, atrelando o atraso econômico do país e da região à disponibilidade de recursos naturais não aproveitados, assim como às características da população. Um lugar

⁵²Antoine Hércule Romuald Florence nasceu em Nice, França, em 1804, e faleceu em Campinas/SP em 1879. Foi desenhista, pintor, fotógrafo e litógrafo. Acompanhou a Expedição Langsdorff fazendo registros visuais e escritos sobre a natureza e os habitantes locais.

⁵³ João Maurício Rugendas, artista viajante alemão e pintor versátil, foi um dos maiores criadores da iconografia americana. Sua obra representa um rico legado à América. Participou da Expedição Langsdorff entre 1822 e 1824. Durante vinte anos viajou pelo Brasil, México, Chile, Peru, Bolívia, Argentina e Uruguai, registrando suas impressões em inúmeros trabalhos. Ver: COSTA, Diener, *A América de Rugendas*– Obras e documentos. São Paulo: Kosmos, 1999. p. 13-16.

⁵⁴ Aimé-Adrien Taunay, nascido em Paris, era desenhista da expedição comandada por Langsdorff no interior do Brasil. Realizou uma obra com delicada intuição artística e seu trabalho é considerado um dos mais significativos entre os artistas viajantes, apesar de ter morrido com apenas 24 anos de idade. Ver: COSTA, Diener, *A América de Rugendas*– Obras e documentos. São Paulo: Kosmos, 1999.

⁵⁵ KOMISSAROV, Boris; BRAGA, Marcos P. Acervo da Expedição Langsdorff e um manuscrito sobre Mato Grosso. In: COSTA, Maria de Fátima G. Costa (Org.) *Percorrendo manuscritos – Entre Langsdorff e D’Allincourt*. Cuiabá: Ed UFMT, 1993. p. 15.

que oferecia como um dos aspectos mais relevantes de sua definição a caça abundante, a pescaria copiosa, além de boas águas e bons ares. Nessas condições, a terra fértil era considerada quase desnecessária, pois, para que trabalhar, se o tal “berço da preguiça”, conforme definido por Vilhena, estava sem dúvida no coração do Brasil?⁵⁶

O português Luiz d’Allincourt⁵⁷ esteve na Província de Mato Grosso entre 1823 e 1830 coletando material para compor o *Mapa Estatístico de Mato Grosso*, portanto, no mesmo período que Langsdorff. D’Allincourt considerou Cuiabá medíocre, como uma cidade que convivia historicamente com dificuldades provocadas pela escassez e por sua localização fronteiriça. Ele relata que a Cuiabá deve seu nome ao rio que a margeia e se estende em um vale cercado por modestos morros, como o Bom Despacho e do Rosário, e ao poente, pelo morro da Boa Morte. O ouro, segundo ele, teria sido o principal atrativo para a fundação do arraial, pois todo o terreno imediato e circunvizinho o forneceu em grande quantidade e do melhor quilate, principalmente o Morro do Rosário.⁵⁸ No local onde fica a igreja de Nossa Senhora do Rosário, à margem esquerda do Córrego da Prainha, teria sido localizada uma mina de ouro, em torno da qual surgiu a povoação de Cuiabá.⁵⁹

A cidade foi formada lentamente a partir de um casario simples, com casas de taipa e térreas, pequenas e pobres, assim como os templos religiosos, construídos nos morros. Apresentam-se alguns poucos sobrados além das habitações modestas cobertas de telha ou capim, outras usavam pedra e cal. Os principais edifícios públicos localizavam-se na praça central. A Igreja Matriz da Invocação do Senhor Bom Jesus é considerada de qualidade e dimensões regulares e além dela existem ainda hoje mais quatro templos de menores dimensões: Nossa Senhora do Bom Despacho, Rosário, Boa Morte e Senhor Dos Passos.⁶⁰

Cuiabá é uma cidade setecentista e em seu desenho barroco abarca ruas tortuosas e estreitas, além de becos, largos e praças. Dessa forma, seu espaço refletia as curvas, os meandros e ondulações do terreno, de forma semelhante à sinuosidade natural do Rio Cuiabá, que a margeia, com suas praias, corixos e vazantes.⁶¹ O mapa a seguir evidencia as características da cidade, que cresceu em torno do Córrego da Prainha.

⁵⁶ ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios—Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993. p. 83.

⁵⁷ Luiz D’Allincourt era português e engenheiro-chefe da Comissão Estatística e Topográfica que pesquisava Mato Grosso no século XIX.

⁵⁸ D’ALLINCOURT, Luiz – *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo / Belo Horizonte : EDUSP / Itatiaia, 1975. p.155.

⁵⁹ FREIRE, Júlio de Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*, Cuiabá: Ed UFMT, 1997. p. 40.

⁶⁰ D’ALLINCOURT, Op. cit., p. 156.

⁶¹ Id. Ibid. p. 1-18.



Mapa 1 - Plano do Cuyabá

Fonte: GOULART, Nestor. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000. p.392.

D'Allincourt, em sua rápida descrição da cidade de Cuiabá, faz referência à dois hospitais que, conforme seu parecer, eram “muito bons”: Hospital São João dos Lázaros, destinado aos leprosos e construído fora do perímetro urbano da cidade, para o bem da saúde pública, e o Hospital da Misericórdia, à época ainda em construção dentro do perímetro urbano da cidade, localizado próximo ao Morro do Bom Despacho.

Ainda que as minas de ouro tenham dado origem ao povoamento da região de Cuiabá, a Província de Mato Grosso e a cidade eram consideradas pobres, assim como sua população. Localizada em uma região de fronteira,⁶² a Província era um lugar distante e até então considerado desconhecido e exótico, onde civilização e barbárie se defrontavam cotidianamente. Apesar dessas dificuldades, existem registros de viajantes que privilegiaram as especificidades locais e o modo de vida da população, registrando impressões sobre o que viram e viveram nessa terra tão diversa das suas. São relatos de viajantes e pesquisadores europeus, militares de carreira e comerciantes estrangeiros, além do registro das impressões

⁶² Barth define fronteiras como linhas divisórias que separam e segregam, mas que podem ser móveis e fluidas e, por isso, podem ser ultrapassadas, removidas ou reerguidas. As fronteiras são articuladas conforme a interação dos atores sociais, e determinados interesses fazem com que sejam objetos de separação ou de ampliação. Ver: BARTH, Fredrick. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: PONTIGNAT, Philippe; STREIFF-FNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

da esposa de um Presidente de Província. Todos eles observadores astutos da realidade que os cercava e das experiências vividas, propondo-se a preservá-las registrando-as.

De acordo com esses viajantes, qualquer ideia de mudança ou desenvolvimento para a região só seria considerada exequível se proporcionada por elementos externos, como os imigrantes estrangeiros, supostamente portadores de “cultura superior” em vários sentidos, inclusive pelo seu gênio empreendedor e audaz, ou mesmo por meio de investimentos de companhias estrangeiras. A colonização era vista como solução para os problemas da região. Joaquim Ferreira Moutinho⁶³ considerou a possibilidade de abrir mão das riquezas locais à exploração por companhias estrangeiras, principalmente às inglesas, por considerá-las mais capazes, pelo gênio empreendedor e audaz que sempre manifestaram. O autor identifica a preguiça do povo como a causadora da fome e da miséria na região, já que ali poderia viver na abundância. Em seu entender, essa terra, contando com uma natureza tão pródiga, trazia como consequência o desestímulo das pessoas do lugar ao trabalho.⁶⁴

A iniciativa de homens experientes e com capital era considerada imprescindível ao desenvolvimento regional, pois eles seriam capazes de transformar os moradores locais em aproveitável mão de obra, conforme Karl Von Den Steinen,⁶⁵ de nada adiantava esperar por auxílio governamental. Reiterando as palavras de Moutinho, Steinen considera que, apesar de destemidos antepassados terem adentrado esses sertões como audazes aventureiros na busca do ouro, das pedras preciosas e do gentio, o mato-grossense com que ele se depara é pobre, sem iniciativa ou disposição para o trabalho. Em tom apocalíptico, Steinen afirma: “As perspectivas do homem cuiabano são muito piores do que ele mesmo pensa [...]. Não se habita impunemente o centro de semelhante continente”.⁶⁶

Tanto viajantes como moradores temporários ressaltavam em seus relatos as características específicas da região, atentando para o diferente, o exótico, o primitivo ou o bárbaro, mas, sobretudo, sugerindo formas de impingir um novo andamento, capaz de retirar seus habitantes do estágio embrionário em que se encontravam, fazendo-os transpor da

⁶³Joaquim Ferreira Moutinho era médico português e morou em Cuiabá durante dezoito anos, inclusive quando a cidade e seus habitantes sofreram as consequências da Guerra do Paraguai e foram tomados pela varíola. Ele discorreu em sua obra sobre os sofrimentos da população, inclusive de sua família, alertando para os cuidados considerados necessários no trato dos doentes e nos enterramentos dos variolosos, que deveriam ser feitos em cemitério afastado da cidade.

⁶⁴MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Typ. Schroeder, 1869. p.33-35.

⁶⁵Steinen, médico, explorador, etnólogo e antropólogo alemão, pesquisador da Universidade de Berlim, esteve na Província de Mato Grosso em duas oportunidades: em 1884 e 1887/1888. Em 1884 partiu de Cuiabá descendo pelo Rio Xingu até a sua foz, indo até o Pará. Estudou diversos índios dessas regiões, e em suas expedições contou com apoio financeiro do Império brasileiro. Entre outros trabalhos publicou em 1942 a obra *O Brasil Central*, pela Editora Nacional.

⁶⁶STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central*. São Paulo: Editora Nacional, 1942. p. 62.

barbárie à civilização, principalmente mediante a exploração das riquezas e das potencialidades regionais. Para isso, os habitantes locais deveriam abandonar arcaicos modos de vida e adotar as novas relações capitalistas.

Esses relatos apresentam a população da cidade de Cuiabá como refratária aos ideais de controle do tempo e do espaço propostos pela sociedade burguesa, assim como às atividades produtivas, com delimitação de tempo de trabalho remunerado e de lazer. O ideal burguês propunha também esquadrihar e delimitar o espaço urbano com normas e discursos assentados na legislação oficial, como os Códigos de Posturas e os Regulamentos urbanos, com o intuito de controlar principalmente os hábitos e as práticas de higiene das camadas mais populares da população. Voltava-se principalmente para as atividades cotidianas de escravos e livres pobres nas ruas, bicas, chafarizes ou em quaisquer outros lugares que se fizesse necessária a coerção exercida pela polícia ou pela guardamunicipal.

Rama faz críticas às cidades coloniais latino-americanas, qualificando-as como lugares da vigência da ordem, pois neles teria existido a primeira aplicação sistemática do poder barroco.⁶⁷ O autor, no entanto, faz uma distinção entre a cidade real e a cidade letrada, pois, segundo ele, esta constrói um universo de poder apoiado na rígida palavra escrita, apesar de restrita a uma minoria, entre a qual a letra seria sempre acatada, apesar de não cumprida. Rama afirma que os escritos e a vida social nessa cidade letrada não se coadunam, pois os primeiros não emanam da segunda, e sim procuram impor-se a ela e enquadrá-la em um molde não adequado às suas medidas.⁶⁸

Em Cuiabá, como em outras cidades do Império, escrevia-se a regulamentação, mas não a cumpria, pois mesmo os policiais, que deveriam fazer a guarda, não raramente participavam de batuques ou de outras atividades consideradas ilícitas, propostas por homens e mulheres que teimavam em fugir das malhas do controle social. Os inspetores de quarteirão tinham como seus objetivos principais vigiar o comportamento de “vadios, bêbados e prostitutas”, considerados elementos perturbadores da ordem pública, enquanto ao chefe de polícia cabia vigiar e esquadrihar a cidade em distritos e quarteirões, mediante regulamentos, relatórios, estatísticas de crimes e inspeções nos lugares públicos.⁶⁹ Apesar dos esforços das autoridades, os escravos e os livres pobres perambulavam pelas ruas de Cuiabá, que se constituíam assim em espaços de desordem, apesar de se impingir o discurso do controle e da ordem.

⁶⁷ RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 25-26.

⁶⁸ Id. *Ibid.*, p. 55.

⁶⁹ SOUZA, Clementino Nogueira. *Entre a vida e a morte no jogo das paixões – Mulheres e homens no espaço urbano de Cuiabá no século XIX*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História – UFMT. p. 20.

Era comum ocorrer na cidade prisões por embriaguez e desordens, praticadas por aqueles que faziam das ruas espaços de transgressão, enquanto as elites preferiam o espaço da casa. Dessa forma, a desordem da rua contrastava com a “ordem” da casa e com uma pretensa organização familiar burguesa. Conforme DaMatta, essa realidade indica a utilização de propostas muito rígidas, mediante decretos e a cobrança inflexível da lei, que propõem a disciplinarização e permitem a exclusão, o banimento e a condenação dos infratores.⁷⁰ As impressões deixadas por viajantes sobre a realidade que os cercava, assim como os Relatórios de Presidentes de Província, acabam por desmentir as inflexões apresentadas pelos Códigos de Posturas sobre o cotidiano da cidade e o uso do espaço urbano.

Viajantes, moradores temporários e Presidentes de Província defenderam estímulos à imigração, considerando que o desenvolvimento e o progresso não poderiam advir naturalmente da região, e sim que teriam de vir de fora. Consideravam eles que os habitantes da região, de uma forma incompreensível, não se esforçavam para usufruir as riquezas naturais disponíveis; eram apáticos, sem vigor ou ambição, porque suas necessidades, atendidas pela natureza, não estimulavam o trabalho regular. Mesmo as elites locais eram consideradas sem iniciativa e apegadas aos cargos públicos. Esse olhar do outro sobre a realidade da cidade e seus moradores, no entanto, parece ser extremamente duro, seco e inflexível, que não admite ou não assimila a diferença ou a diversidade proposta por um modo de vida diferenciado, num lugar que não havia sido atingido pelas “novas” relações de trabalho.

A cidade oferecia diversas oportunidades de encontros, distração e lazer, entre elas, os passeios à beira dos rios, as festas religiosas, as procissões e os bailes, além de jogos de cartas. Essas festividades, no entanto, não correspondiam às expectativas dos viajantes e das elites da cidade. Maria do Carmo de Mello Rego, esposa do Presidente de Província de Mato Grosso Coronel Francisco Rafael de Mello Rego e que morou em Cuiabá entre 1888 e 1889, após sua volta para o Rio de Janeiro ao escrever sobre sua estada em Cuiabá se refere à indescritível paixão dos cuiabanos pela dança, pois, costumavam vencer longas distâncias na busca de reuniões dançantes. Fossem elas motivadas por batizados, aniversários casamentos, mesmo por ocasião de reuniões religiosas, sempre havia o baile como ponto forte. A autora também se refere a vários passeios efetuados às margens do histórico Rio Coxipó, de cujas barrancas teria saído o primeiro ouro para, segundo ela, gerar cobiça, origem de tantos crimes.

⁷⁰ DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 5. ed., 1997. p. 19.

Nos momentos de lazer, esse rio, com suas cristalinas águas, margeadas de luxuriante vegetação, a todos recebia.⁷¹

Ainda sobre o Rio Coxipó, um artigo do jornal *Tributo as Letras* reporta-se a essas atividades quase com ironia, definindo-as como único lugar de distração dos cuiabanos, uma espécie de “Cintra” ou uma “Petrópolis” mato-grossense em miniatura. Segundo a publicação, esse tipo de lazer só teria duas utilidades: permitir a prática de exercício e mitigar a sede dos que lá se encontravam, dada a boa qualidade da água.⁷²

O cotidiano e os hábitos dos habitantes da cidade de Cuiabá foram descritos por viajantes e residentes temporários como extremamente rotineiros e desinteressantes. Mesmo as classes mais abastadas teriam esses hábitos interioranos. Os homens exerciam as atividades da administração das propriedades, exerciam suas profissões e atuavam politicamente, enquanto as mulheres administravam a casa e o trabalho de escravos e agregados. Residir em Cuiabá, uma região definida como a mais central da América do Sul, tinha como consequência o afastamento de quaisquer oportunidades de experiências sociais consideradas mais elaboradas e dinâmicas.⁷³

Apesar das condições apresentadas, um ideal de civilização e progresso difundia-se na região como sinônimo de investimentos de capital, no entanto, asseveravam os viajantes, fazia-se necessário também disciplinar a população para o trabalho e dotá-la de espírito empreendedor que viesse ao encontro às necessidades das elites locais. A conquista de meios de comunicação mais eficientes com o litoral, também fazia parte dos horizontes mentais de parcela significativa dessas elites.⁷⁴

Nas primeiras décadas do século XX, algumas alterações indicam novas práticas sociais na cidade, como a construção de uma sala de projeções, que divulgava anúncios nos principais jornais da cidade, convidando a população para assistir as películas importadas. Tentava-se atender aos mais diversos gostos, com filmes românticos e de suspense, constituindo uma atividade lúdica que propunha entreter as elites da cidade.

⁷¹REGO, Maria do Carmo de Mello. *Lembranças de Mato Grosso*. v. 1. Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1993. p. 18. Coleção Memórias Históricas da Fundação Júlio Campos.

⁷² Tributo às Letras. *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891, p. 1, rolo 33-a.

⁷³ VOLPATO, Luiza. *Cativos do sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850 – 1888)*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/EdUFMT, 1993. p. 37.

⁷⁴GALETTI, Lilia Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. p. 57



Figura 1 - Reprodução de anúncio do jornal *A Cruz*, de 28 de novembro de 1926.
Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

O território de Mato Grosso, com suas diversidade e riquezas naturais, como a borracha ou látex, a poaia e a erva-mate, estimulará a *necessidade* de civilizar, colonizar e explorar a região, atividades que fazem parte dos ideais da nascente República, como a integração nacional, a construção de uma identidade de Nação e a elaboração de um imaginário popular republicano.⁷⁵

No entanto, para governantes, viajantes e membros da elite mato-grossense, a visão de progresso estava ligada à imigração, à construção de estradas de ferro, à exportação de produtos naturais e ao maior consumo de bens manufaturados. Por isso, consideravam a necessidade de atrair colonos estrangeiros para a região, imigrantes com aptidão para o trabalho e que estabelecessem bom relacionamento com a população mato-grossense. É clara a preocupação dos dirigentes da Província com a prestabilidade do imigrante para o trabalho agrícola e para o esforço exigido por uma agricultura tropical de desbravamento.⁷⁶ Apesar da distância dos grandes centros do país, Cuiabá e o estado de Mato Grosso, ao receberem o estrangeiro, visto como ideal para alavancar o progresso da região, poderiam se livrar das influências e práticas de velhos costumes regionais que travancaram seu desenvolvimento.⁷⁷

A Província de Mato Grosso torna-se um grande mercado de investimentos e, a partir da livre navegação pelo Rio da Prata, recebe nas últimas décadas do século XIX e início do

⁷⁵ Sobre a construção do imaginário na nascente República, ver: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁷⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.p. 187.

⁷⁷ Jornal Tributo às Letras. *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891, p. 1, rolo 33-a. APMT

século XX expressivo contingente de imigrantes europeus, em sua maioria italianos, que já teriam passado pelas Repúblicas do Rio da Prata para se estabelecer nas cidades de Cáceres, Corumbá e Cuiabá. Eles se dedicarão a diversos ramos de comércio de importação e exportação, constituindo grandes casas comerciais, com amplo leque de mercadorias.⁷⁸ Importavam vestuários, produtos farmacêuticos e de perfumaria, joias e relógios, móveis, louças, produtos finos e automóveis, e exportavam borracha, ipecacuanha, penas e peles de animais, além de madeira e cereais. Os italianos estabeleceram as duas primeiras casas funerárias na cidade e, dessa forma, participaram ativamente do movimento das cidades, atendendo às necessidades dos vivos e também das famílias enlutadas.⁷⁹

Nesse período a economia mato-grossense, ligada ao comércio internacional, mantinha relações comerciais com os países da região do Rio da Prata – Argentina, Paraguai e Uruguai. Essa proximidade e a utilização da navegação fluvial teriam facilitado o fluxo de contingentes estrangeiros ligados às atividades mercantis na região, atraídos pelas possibilidades de lucro, em virtude de o estado de Mato Grosso se caracterizar como uma extensa região carente de abastecimento.⁸⁰

O *Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso*⁸¹ é um exemplo do esforço do governo do Estado para torná-lo conhecido dentro e fora do país, definindo-o como território propício a investimentos nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, apresenta como uma das principais conquistas da cidade de Cuiabá o Cemitério da Piedade, que já contava em 1914 com alguns túmulos e uma pequena capela, conforme imagem a seguir (Figura 2). Nela observa-se, junto aos túmulos do cemitério, que um grupo de mulheres caminha. Seria Dia de Finados? Não podemos afirmar, mas desde a segunda metade do século XIX lentamente vai estabelecendo-se em Cuiabá o hábito de ir em família ao cemitério para visitar os túmulos dos mortos. Esse hábito burguês é difundido no Brasil a partir de sua disseminação na Europa, onde os cemitérios se transformam em pontos de visitação pública, enquanto se multiplicam os jazigos familiares burgueses decorados com ornamentos e construções fúnebres luxuosos.

⁷⁸ Na cidade de Cáceres, a casa comercial O Anjo da Ventura; na cidade de Corumbá, a Casa Josetti & Cia; e em Cuiabá, a Casa Orlando Irmãos & Cia são exemplos de grandes casas comerciais em Mato Grosso nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

⁷⁹ GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT/Entrelinhas, 2005., p. 19-20.

⁸⁰ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1994. p. 41.

⁸¹ AYALA, S. Cardoso; F. SIMON (org.) *Album Gráfico de Matto-Grosso*. Corumbá/Hamburgo: s. n., 1914. Publicado originalmente na cidade de Hamburgo, Alemanha, em 1914, essa obra apresenta as características e riquezas naturais do estado de Mato Grosso, a exuberância da natureza, ricamente ilustradas com fotografias, e as possibilidades de sua exploração pelo homem.

Como nos cemitérios europeus, será comum nos cemitérios brasileiros a construção de túmulos que lembram pequenos altares, como no Cemitério da Piedade, em Cuiabá, ocasião em que é buscada uma forma de representar os altares de igrejas nos campos de inumação. Talvez fosse uma resposta à proibição dos enterramentos nos templos, pois, já que o corpo não pode ir para a Igreja, a Igreja vai para o cemitério.

Na Europa, o Dia de Finados abre o inverno, quando os dias são curtos, cinzentos e tristes e as mulheres arrumam-se para o inverno, vestem-se com roupas pesadas e escuras para enfrentar o frio e visitar os cemitérios. Elas portam chapéus, guarda-chuvas e botas, praticando um hábito, que envolve também homens e crianças em um hábito que se generaliza, de preservação do luto e da caridade em honra dos mortos.⁸² Enquanto o túmulo representa o sentimento de continuidade da família, o cemitério desenvolve propõe a noção de continuidade na cidade. Cuiabá, apesar de distante da realidade europeia, não estará imune aos costumes e comportamentos europeus em relação à morte, aos mortos e aos cemitérios, e sua população preserva rituais de enterramento, faz visitas aos cemitérios e presta homenagens aos mortos, principalmente no Dia de Finados.



Cuyabá, Cemeterio da N. S. da Piedade

Figura 2 - Reprodução de imagem do Cemitério da Piedade
Fonte: Álbum Gráfico de Mato Grosso, 1914. APMT

⁸²MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In *História da Vida Privada*. Vol. 4, Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 226.

O Cemitério da Piedade é apresentado pelo Álbum Gráfico de Mato Grosso como um dos primeiros e mais importantes elementos representativos de modernidade e de higienização do espaço urbano de Cuiabá. Essa publicação teve como propósito apresentar Mato Grosso ao exterior e às demais províncias do país, como um lugar rico, belo, saudável e pleno de possibilidades para investimentos estrangeiros e o desenvolvimento da região. Desde o Império muitos Relatórios de Presidentes de Província e pareceres de viajantes reclamavam das condições da cidade e da necessidade de trabalhadores migrantes e imigrantes para o desenvolvimento da região, pois, conforme visto anteriormente, o natural da terra era considerado incapaz ou inadequado para tal. Essa preocupação continuará na República, conforme mensagem a seguir.

Muitos foram os nacionais e estrangeiros, procedentes, sobretudo, dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, que entraram e fixaram-se neste Estado. Segundo a informação prestada pela Diretoria de Terras, pode ser calculado o número em cerca de 5.000 pessoas. A alguns retirantes cearenses que chegaram a esta capital, no fim do ano passado, mandei distribuir lotes de terras, junto à Vila de Melgaço, ferramentas e sementes, a fim de trabalharem por conta própria, conforme o desejo que manifestaram.⁸³

O Presidente do Estado diferencia, na mensagem acima, os migrantes das regiões Sul e Sudeste do país daqueles provindos do Nordeste, aos quais denomina “retirantes”, talvez por considerar os primeiros mais empreendedores e capazes de participar com afinco da missão de desenvolver o Estado. O recenseamento de 1872 evidencia que a cidade de Cuiabá, nas últimas décadas do século XIX, recebeu diversos grupos de imigrantes, merecendo destaque os paraguaios, portugueses e italianos. Entre os italianos, destacamos os irmãos Orlando, comerciantes importadores de manufaturados europeus e exportadores de produtos naturais mato-grossenses, assim como os construtores João e José Sardi e as famílias Tenuta e Gaeta. Estas detinham as primeiras empresas funerárias da cidade, assunto que trataremos mais adiante neste trabalho. Quanto aos portugueses, podemos citar o próprio Moutinho, que se dedicou a escrever sobre Cuiabá quando a cidade enfrentava a epidemia de varíola, em consequência da Guerra do Paraguai.

⁸³Mensagem do Presidente do Estado, Antonio Paes de Barros, 04 de Março de 1905. APMT, p. 13. Documento - 04. Estante - 03. p. 13.APMT

1.2 Urbanização e relações cotidianas em Cuiabá nos séculos XIX e XX

Considerando conforme Farge, que um texto impresso quando dirigido intencionalmente ao público tem o objetivo de ser lido e compreendido por um grande número de pessoas com a finalidade de divulgar um pensamento e alterar a realidade que a cerca⁸⁴, trabalharemos neste ítem a partir de um artigo anônimo publicado em 16 de outubro de 1891, no jornal *Tributo as Letras*⁸⁵ apresentando informações sobre a cidade de Cuiabá, sua população e seu cotidiano nas últimas décadas do século XIX. Pretendemos identificar o cenário por onde se deslocaram os migrantes e imigrantes, homens e mulheres, que adotaram a cidade como morada e o desenrolar de diversas atividades que influenciaram o seu cotidiano. Seus testamentos permitem entender o seu modo de viver e morrer e suas relações com a morte, os mortos e os vivos, os cemitérios e os enterramentos, que resvalaram nos confrontos entre Igreja e Estado e culminaram com a secularização dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá.

Esta cidade conta actualmente vinte casas de fazendas e modas estabelecimentos esses de primeira ordem, oitenta lojas, cento e setenta e duas tavernas, incluindo alguns bons armazens de molhados ou mercearias. Tem mais uma livraria, uma boa pharmanacia, dous salões com bilhares, um hotel bem collocado, quatro padarias, uma fabrica de sabão, uma relojoaria, um atelier de pintura e dous salões de barbeiro. Brevemente conta inaugurar o serviço de matadouro cuja falta há muito se fazia sentir.⁸⁶

O artigo faz críticas à realidade de Cuiabá, discorrendo sobre as condições de vida de sua população, sobre o que a cidade oferecia a seus moradores e visitantes, mas, também, sobre o que era desejado. Na segunda metade do século XIX, Cuiabá não se enquadrava nos parâmetros de desenvolvimento e progresso desejados pelas elites locais ou em andamento no sul do país. Situada em um pequeno vale, circundado por morros de elevações modestas, a cidade de Cuiabá, embora capital da Província, era pequena e pobre. De acordo com estudos e estatísticas disponíveis, a população local, nas últimas décadas do século XIX, no período pós Guerra do Paraguai (1864-1870), variava entre 30.000 a 37.000 habitantes, entre livres e escravos.⁸⁷

⁸⁴FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Ed. Edusp, 2009 . p. 13

⁸⁵Tributo ás letras - *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891. p. 1, rolo 33-a. APMT

⁸⁶Id. Ibid., p. 1, rolo 33-1.

⁸⁷PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.p.39-66; MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Ed. UFMT. 2006. p. 22.

A partir da segunda metade do século XIX, a cidade rompe as imposições da topografia do canal do Córrego da Prainha⁸⁸ e ganha os pontos circunvizinhos mais elevados. Foram incorporados novos espaços, sem atentar para traçados retilíneos e geométricos, que não passam de um ideal de cidade planejada, difícil de se adequar à realidade do seu espaço, resultante de uma organização espacial específica, nascida de uma área de mineração. As ruas, com características coloniais, eram estreitas e íngremes serpenteando por entre os morros e vales que denominavam seus logradouros. As ladeiras tortuosas, os becos, largos e praças não tinham calçamento, salvo as praças mais centrais, calçadas de pedra cristal. Em virtude de sua localização na parte mais central do continente, o clima de Cuiabá é quente e úmido, determinando maior movimentação nas ruas apenas durante as manhãs e nos fins de tardes, por serem os períodos mais frescos do dia.⁸⁹

A capital mato-grossense é uma cidade setecentista, cujo desenho se constituiu a partir da irregularidade da mineração, que lhe deu origem e determinou seu arruamento respeitando a topografia local. Esse espaço urbano parece refletir nas curvas da malha urbana a sinuosidade dos rios que o cercam: o Coxipó e o Cuiabá, assim como a intensa luminosidade e o calor de uma cidade tropical.⁹⁰ As igrejas caracterizaram-se como sedes de irmandades religiosas e localizam-se preferencialmente no alto dos morros, e em torno delas o casario se espalhou. Os principais núcleos da administração localizam-se na região da Sé: a casa da Câmara e a cadeia, o Palácio do Governo, os prédios da Tesouraria, dos Correios e do Comando das Armas.⁹¹

As ruas não contavam com denominação oficial, sendo conhecidas por designações populares, referentes às localizações geográficas ou às características que remetiam aos tempos coloniais, tais como: Rua de Baixo, Rua do Meio, Rua de Cima, Rua do Campo, Rua Bela do Juiz, Beco do Candeeiro, Beco Sujo, Beco Quente, Rua do Oratório, Rua dos Pescadores, Rua do Guilherme e Rua do Ernesto. Na Rua do Oratório ergueu-se a Igreja Senhor dos Passos.

A Rua de Cima, hoje Pedro Celestino, também recebia o nome de Rua Augusta, em virtude de ali residirem pessoas ilustres da sociedade cuiabana. Nessa rua e na Rua do Meio concentravam-se as moradias do senhorio rural. Os comerciantes se estabeleciam na Rua de Baixo e no início da Rua Bela do Juiz, posteriormente denominada Rua 13 de Junho. Em

⁸⁸A cidade contava com pequenos córregos, que desaguavam no rio que dá nome à cidade, sendo o principal deles o *Córrego da Prainha*, que corta a cidade de leste a oeste.

⁸⁹Jornal Tributo às Letras – Artigo: *Cidade de Cuyabá*. 16 de outubro de 1891. p. 1, rolo 33-a. APMT

⁹⁰FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*, Cuiabá: Ed.UFMT. 1997.p.117

⁹¹VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993.

torno dessa área ficavam os bairros suburbanos, como Mandioca, Baú, Lavapés, Mundéu e a região do bairro do Porto, que aglutinava o restante da população formada pelas classes menos favorecidas.⁹² A Rua do Meio, hoje Ricardo Franco, também recebia a denominação de Rua do Comércio, porque concentrava os principais estabelecimentos comerciais da cidade. A Rua dos Pescadores era utilizada por esses profissionais para comercializar seus produtos no centro da cidade. Outras ruas, como a dos Vieiras, a do Guilherme ou a do Ernesto, eram assim denominadas em virtude de nelas residirem personalidades destacadas da sociedade cuiabana.⁹³

Nas décadas posteriores à Guerra do Paraguai, diversas ruas e logradouros do centro antigo da cidade receberam denominações alusivas a participantes e a datas desse conflito, como a Rua Barão de Melgaço, a Rua 13 de Junho, a Rua Comandante Antonio Maria, a Rua 7 de Setembro e a Travessa Voluntários da Pátria.⁹⁴ Também em consequência da Guerra, o Cemitério da Piedade guarda em seu interior túmulos de heróis e personagens de destaque nesse conflito, como o do coronel cuiabano morto em Curuzu, Antonio Peixoto de Azevedo, e de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço. Cuiabá se diferencia, já se trata de uma cidade imaginada, bem diversa da anterior; apresenta agora indícios de uma história vivida como uma das marcas que carrega.⁹⁵

A cidade se desenvolve lentamente em torno do Córrego da Prainha, num espaço caracterizado por intersecções constantes entre o sagrado e o profano onde se localizam as principais igrejas da cidade, construídas no século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Essas igrejas, ao contrário das igrejas barrocas construídas em Minas Gerais no mesmo período e que promoveram grande surto artístico,⁹⁶ eram construções pobres, embora ornadas com cuidado pelos devotos, traduziam a condição econômica local e as dificuldades enfrentadas cotidianamente pela população.

A Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá localizada na região da Sé, primeiro núcleo urbano da cidade, era sede da Irmandade do mesmo nome que aglutinava em sua formação membros da elite local. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Morro do Rosário, era sede da Irmandade de São Benedito e do Rosário dos negros; a Igreja do Bom Despacho, no morro do mesmo nome apresenta em sua construção traços que lembram a Notre Dame de

⁹² MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder*. Cuiabá: Ed. UFMT 2006. p. 21-22.

⁹³ BRANDÃO, Jesus da Silva – *Cuiabá: Desenvolvimento Urbano e Sócio-Econômico*. Cuiabá: Editora Livro Matogrossense, 1986.. p.16-17.

⁹⁴ Angel Rama faz alusão à denominação de logradouros com acontecimentos relevantes da história das cidades, como em Cuiabá, que deu nomes alusivos à Guerra do Paraguai a várias ruas da cidade. Ver: RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.p. 51.

⁹⁶ PINHO. Raquel Tegon de. *Cidade e loucura*. Cuiabá: Central de texto, 2007., p. 34.

Paris; a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, que sediava a Irmandade do mesmo nome e pertencia aos pardos, no Morro da Boa Morte. Havia, ainda na região central, a Igreja de Nosso Senhor dos Passos, localizada nas proximidades do Córrego da Prainha, entre as ruas Sete de Setembro, Galdino Pimentel e a Cândido Mariano⁹⁷ e a Capela da Imaculada Conceição, no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. A Igreja de São Gonçalo localizava-se em outra freguesia, denominada São Gonçalo de Pedro II, que abrangia o Bairro do Porto.⁹⁸

Todas as igrejas recebiam enterramentos. Na Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, eram enterrados os corpos dos representantes da elite cuiabana, organizados em torno da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.⁹⁹ A Igreja de São Benedito e do Rosário, aglutinava e fazia enterramentos dos homens pretos,¹⁰⁰ enquanto a Igreja da Boa Morte, sede da irmandade do mesmo nome, aglutinava e enterrava corpos dos homens pardos.¹⁰¹ Na Freguesia de São Gonçalo, onde se localiza o porto e o Rio Cuiabá, a Igreja de São Gonçalo e o Cemitério de mesmo nome onde eram realizados os enterramentos dos menos privilegiados da sociedade cuiabana do século XIX.

O Córrego da Prainha fazia parte da história da cidade desde a sua fundação, mas, conforme relatórios de presidentes de Província e a imagem a seguir (Figura 03), foi totalmente englobado pela ocupação urbana desordenada. Uma vez que não existia rede de esgoto e de tratamento de água na cidade, o córrego recebia excrementos e os lançava diretamente no Rio Cuiabá. Após percorrer coletando esgoto de toda a área central da cidade, o Prainha escondeu-se envergonhado de tanta sujeira, não lhe sendo mais permitido desaguar

⁹⁷Íocus privilegiado da descrição feita por Osvaldo Machado ao apresentar o cenário da trama de um crime hediondo perpetrado em Cuiabá na segunda metade do século XIX e por ele investigado IN: MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder – um crime célebre em Cuiabá (1872)- suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2006.

⁹⁸Sobre as igrejas barrocas mineiras, ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao barroco mineiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

⁹⁹Sobre Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ver: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Irmandade do Senhor Bom Jesus, padroeiro do Cuiabá*. Cuiabá: [s.n.], 1993. (mimeo)

¹⁰⁰A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi construída por escravos no século XVI e é o único exemplar dessa arquitetura na cidade de Cuiabá. Ver: LACERDA, Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso – Bens edificadas tombados pelo Estado e União*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008. Sobre irmandade do Rosário e São Benedito ver: SILVA, Cristiane dos Santos – *Irmãos de fé, irmãos no poder: A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1751-1819)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

¹⁰¹ Sobre a Irmandade da Boa Morte de Cuiabá, ver: CONTE, Cláudio Quoos. *Igreja e irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: história e arquitetura*. Monografia (Especialização em História), Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 1992.

no Rio Cuiabá: uma estação elevatória leva suas águas contaminadas para tratamento antes de jogá-las no rio.¹⁰²



Figura3 - Reprodução de imagem do Córrego da Prainha, atual Avenida Tenente Coronel Duarte, em imagem de 1941. Fonte: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *Cuiabá - De vila à metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2006. p. 29.

Por sua localização, às margens do Córrego da Prainha, estão dois pontos muito representativos da história da cidade de Cuiabá e que ora se contrapõem, ora se complementam. À direita do córrego, fica o Palácio das Águias, um espaço de prazer ou de perdição, o mais famoso prostíbulo da cidade nas primeiras décadas do século XX; ao fundo, visualizamos parte da torre da Igreja do Rosário e São Benedito, um espaço de contrição, oração e salvação. À esquerda está um casario que, como o Palácio das Águias, foi tragado pelo progresso, não existe mais.

A imagem permite visualizar o que confirmamos por meio do acesso às fontes documentais: a cidade, conforme abordado anteriormente, não contava com uma rede de esgotos, sendo seus habitantes forçados a deixar águas servidas escoarem livremente para as ruas, transgredindo as posturas municipais, que impunham multas referentes a tal infração. No entanto, muitos não possuíam condições para efetuar esses pagamentos, tampouco de

¹⁰²SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. (Org.). *Cuiabá - De vila à metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2006. p. 26-30.

solucionar o problema, por não contar com criados para execução desses serviços, o que causava constrangimentos incessantes a essa parcela da população.

Portanto, as orientações higienistas constituíam os ideais de uma minoria, não atingindo a população, que procurará resistir a essas medidas, uma vez que esbarravam frequentemente em seus hábitos e costumes, como bem assinalam estudos que tratam da higienização das cidades e das famílias no Brasil, estrategicamente buscada pelo Estado Moderno.¹⁰³

Por ocasião da abertura da Navegação do Rio da Prata houve um período de incremento no comércio de importação e exportação na região, interrompido, no entanto, pelas contingências da Guerra do Paraguai.¹⁰⁴ Com o fim desse conflito entram em atividade as companhias de comércio, como a Companhia Lloyd Brasileira, que enviava à capital mato-grossense dois vapores por mês, cruzando as águas dos rios Cuiabá e Paraguai.

A população se organizava em estrutura piramidal, contando com uma minoria privilegiada, representada por grandes proprietários de terras e comerciantes, que mantinha a sua volta extensa rede de serviçais, agregados, escravos e dependentes. No mesmo nível de privilégios situava-se a cúpula do governo provincial, seguida de seus atendentes, assim como ouvidor-geral, o juiz da comarca e o bispo metropolitano. Dessa forma articulavam-se os principais representantes do poder na Província, que se apropriavam de espaços pertencentes à elite.

No 1º Distrito, ou Freguesia da Sé, encontrava-se a administração da cidade: no Largo do Palácio, moravam o governador, sua família e imediatos; no Largo da Matriz, localizavam-se os principais sobrados, moradias de ricos senhores, assim como a Câmara Municipal, a Tesouraria Provincial, os Correios, o Comando das Armas e a Repartição da Polícia. No Largo do Palácio existia uma praça ajardinada muito frequentada pelas elites da sociedade cuiabana, principalmente às quintas-feiras e aos domingos a partir das seis horas da tarde, atraídos pela música que ali se fazia ouvir durante algum tempo. No centro do jardim existia um tanque que servia de bacia a um vistoso repuxo, quase sempre seco, mas que quando alimentado com água se constituía em mais uma atração. Para a Praça da Igreja da Sé convergiam as principais ruas, de forma que nesses lugares se concentrava todo o movimento da população.¹⁰⁵

¹⁰³ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

¹⁰⁴ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993.

¹⁰⁵ Tributo às letras. *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891, p. 1, rolo 33-a. APMT

Um pouco mais distante, na Colina do Rosário, localizava-se a Santa Casa de Misericórdia, única casa de saúde da cidade que atendia a toda a população civil, assim como aos presos, sentenciados, escravos, livres pobres e alienados mentais. Trataremos mais adiante dessa instituição e de sua interação com a cidade dos vivos e dos mortos. Mais afastado do centro havia outro hospital, denominado São João dos Lázaros, onde ficavam confinados homens e mulheres morféticos, reduzidos a precárias condições de vida, dependendo da caridade pública e do atendimento da Santa Casa de Misericórdia, que era sua administradora. Apesar de constantes denúncias dos inspetores de saúde pública, as condições dessas duas instituições continuavam sendo deploráveis, pois faltava estrutura aos prédios e cuidados com limpeza e higiene, além da carência de leitos, alimentos, medicamentos e atendimento médico adequado.¹⁰⁶

A administração da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá era feita por representantes da elite mato-grossense, como o Barão de Diamantino, Antonio de Cerqueira Caldas, que também exerceu o cargo de Chefe de Polícia e de Vice-Presidente da Província entre 1870 a 1875. O deputado Flávio Crescêncio de Mattos¹⁰⁷ exerceu o cargo de fiscal da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia e considerava que até mesmo os dois pequenos cômodos destinados à prisão e tratamento de alienados precisavam de urgentes reparos, dados os seus estados de ruína.¹⁰⁸

Sobre o Hospital de São João dos Lázaros e a proliferação da lepra em Mato Grosso, Nascimento, ao analisar as representações e práticas sociais acerca da doença e as estratégias de segregação social e de isolamento hospitalar na cidade de Cuiabá (1924-1941), buscou compreender como a sociedade mato-grossense, representada por seus dirigentes, se mobilizou para enfrentá-la, embora convivendo com o medo, a rejeição, o preconceito e o estigma milenar em relação à doença. Também estudou como as representações que fizeram parte do imaginário resultaram em segregação social, obrigando os leprosos a se manterem isolados em hospitais destinados a esse fim.¹⁰⁹

Apesar desses enfrentamentos, a elite cuiabana contava, desde a segunda metade do século XIX, com agremiações voltadas para a apreciação das artes cênicas, da música, da

¹⁰⁶MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: Um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006. p. 21.

¹⁰⁷ Deputado representante de Mato Grosso na disputa de terras com o Estado do Pará. Em 1901 foi autor e atuante defensor do projeto de Secularização dos Cemitérios da Cidade de Cuiabá no plenário estadual, redigindo um documento que discutiremos no capítulo IV desta tese.

¹⁰⁸MACHADO FILHO, Op. cit., p. 37.

¹⁰⁹NASCIMENTO, Heleno Braz. *A lepra em Mato Grosso: Caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

história e da literatura, como a Sociedade Teatral, organizada pelo Presidente de Província Joaquim Raimundo De Lamare em 1867; a Sociedade Dramática Amor à Arte, fundada em 1877; o Clube Literário, de 1882; a Sociedade Cuiabana Escola Dramática, de 1893; e a Sociedade Internacional de Estudos Científicos.¹¹⁰

Talvez uma leitura da cidade de Cuiabá se aproxime daquela efetuada por Mattos sobre os espaços de atuação dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, onde, conforme o autor, as ruas que contavam com intenso movimento eram definidas pelas elites como espaços de desordem, contrapondo-se aos locais da ordem, que eram os interiores das casas. As pessoas de bem, principalmente as mulheres, não saíam desacompanhadas ou por motivos fúteis, mas apenas para atividades familiares, religiosas ou, mais raramente, das associações, citadas.¹¹¹

A manutenção da ordem pública em Cuiabá era problema antigo e de difícil solução para a administração municipal. Os Códigos de Posturas de então determinavam que os inspetores de quarteirão fizessem a prevenção de crimes na cidade, vigiando a população, admoestando os vadios, os bêbados por hábito, as prostitutas que perturbavam o sossego público, e, da mesma forma, os turbulentos que, por palavras ou ações, ofendiam os bons costumes e a tranquilidade pública. Fazer uma leitura desses documentos pode, no entanto, indicar, como diria Ginzburg, a presença de sinais, indícios ou pistas de resistência às suas determinações¹¹².

O Artigo 10 do Código de Posturas Municipais de Cuiabá, de 1843, dispõe que para manter a tranquilidade pública deveriam ser dispersos quaisquer ajuntamentos em que houvesse perigo de desordem, considerando como tais reuniões com três ou mais pessoas, com a intenção ou o interesse de cometer delitos. Caso resistissem à ordem de dispersão, o fato deveria ser comunicado imediatamente ao subdelegado ou a outras autoridades policiais. O Artigo 12 elenca os lugares considerados merecedores de maior atenção das autoridades policiais e dos inspetores de quarteirão, devendo estes vigiarem tabernas e botequins para que não houvesse desordem e disputas, e que não consentissem que os taberneiros conservassem escravos parados em seus estabelecimentos por mais tempo do que aquele necessário à compra de produtos ou gêneros que buscavam adquirir.¹¹³

¹¹⁰SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (org.) *Cuiabá, de vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas. 2006. p. 134.

¹¹¹MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

¹¹²GINZBURG. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991b, p. 143-151.

¹¹³ Código de Posturas Municipais de Cuiabá de 1843.Caixa-001. Documento- 12- APMT

Os Códigos de Posturas permitiam identificar informações do cotidiano dos moradores da cidade, atentando para a possibilidade de proibição de atos praticados e/ou desejados pela população. As bicas da cidade, frequentemente abordadas nos Códigos, eram pontos de encontros ou de ajuntamentos diversos, envolvendo escravos e livres pobres que, apesar da execução de trabalhos diários, identificavam frestas no sistema coercitivo para a prática de atos ilícitos ou de pequenos delitos que trouxessem alívio momentâneo às suas vidas de privações.

As elites buscavam normalizar o espaço urbano, não admitindo nas ruas da cidade elementos turbulentos ou que pudessem atentar contra a ordem e os bons costumes mediante palavras ou ações. Não eram bem-vindos vadios, bêbados e prostitutas que pudessem perturbar a tranquilidade pública. No entanto, eles teimavam em se fazer presentes, utilizando estratégias ou táticas, aproveitando as falhas que as conjunturas particulares permitiam na vigilância do poder, buscando ou prevendo saídas, operando num campo totalmente adverso. Conforme Certeau, utilizavam a tática e a astúcia, que invariavelmente são as armas dos fracos.¹¹⁴

Esse ambiente permissivo envolvendo o cotidiano de homens e mulheres das camadas populares, indica que a pretensa normalização dos costumes da população não se efetivou de acordo com o ideal das instituições e das classes privilegiadas. Apesar do conservadorismo e do pretense controle da Igreja Católica e das elites, por meio das instituições governamentais, em Cuiabá diversas práticas tornaram-se corriqueiras, como os jogos de azar e as festas regadas a bebidas alcoólicas, além das atividades nos prostíbulos da cidade, como o Palácio das Águias, nas décadas de 1920 e 1930.¹¹⁵

Estava presente na elite nacional daquele momento uma preocupação com o controle do espaço urbano e com o deslocamento da população nesse perímetro e, apesar da distância dos grandes centros, em Cuiabá esse ideal se colocava nos Relatórios de Presidentes de Província e nos olhares e escritos dos viajantes que procuravam influenciar o cotidiano da elite cuiabana propondo o reordenamento do espaço urbano da cidade através dos Códigos de Posturas Municipais. O objetivo era controlar a população, fazer o arruamento da cidade, a construção de muros e calçadas, o escoamento de águas servidas, estabelecer uma forma de eliminação do lixo e dejetos, além da implantação de elementos de higienização, matadouros

¹¹⁴CERTEAU, Michel. *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Ed.Vozes 1994, p. 101.

¹¹⁵SOUZA, Clementino Nogueira. *Entre a vida e a morte no jogo das paixões – Mulheres e homens no espaço urbano de Cuiabá no século XIX*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Deptº de História – UFMT.

e cemitérios públicos. Essa legislação, no entanto, não chegava a alterar o cotidiano da cidade e de sua população, que não raras vezes a ignorava ou desobedecia.

A maior parte da população não se inteirava dos ideais de ordenamento da cidade, assim como dos ideais de consumo e de hábitos burgueses, muito distantes de sua realidade e pretendidos por um pequeno grupo liderado pelos dirigentes e elites locais. Enquanto isso a população buscava estratégias de resistência à regulamentação imposta a seus hábitos, seja através do uso da violência, seja protelando ou mesmo deixando de obedecê-la. Por exemplo, os Códigos de Posturas, que desde 1832 proibiam os enterramentos nos templos, não foram obedecidos, sendo considerados *letra morta*.

Como o povoamento da cidade foi definido a partir da mineração, questões fundamentais para os moradores, como a proximidade dos rios, foram esquecidas ou menosprezadas, dificultando dessa forma o abastecimento de água da cidade. Para amenizar esse problema foram construídas sete bicas na Freguesia da Sé, que se mostraram, no entanto, insuficientes para atender à população, que passou a procurar construir cisternas em suas casas ou a buscar água nos córregos ou rios.¹¹⁶

José de Mesquita, crítico da realidade da cidade, comenta sobre a preocupação dos governos provinciais com o abastecimento de água, considerando-o como problema de difícil solução. Segundo o autor, em 1863, durante o governo de Alexandre Manoel Albino de Carvalho, a cidade sofreu uma grande seca e, buscando uma solução, foi então construído o Tanque do Baú,¹¹⁷ mas o problema continuou sem solução definitiva. Em 1872, no governo Cardozo Júnior, foram consideradas de urgente necessidade a reconstrução de antigas bicas da cidade e a construção de um novo chafariz no Rosário e outro no Mundéu, além de ser estudada a possibilidade de um terceiro chafariz na Praça Santa Rita.¹¹⁸ Esses serviços incluíam a compra de um terreno para a Santa Casa de Misericórdia. Esse problema de abastecimento de água será uma constante no século XIX, e no governo Alencastro, na década de 1880, foi feita uma nova iniciativa para a canalização das águas do Rio Cuiabá para atender a população.¹¹⁹

Cuiabá contava com alguns espaços, que, embora pudessem ser utilizados como locais de encontros ou como pontos de convergência da população, não eram denominados nem caracterizados como praças. Os principais largos eram o da Matriz, o do Palácio, o da Boa

¹¹⁶RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. Vol1. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1959.p. 8

¹¹⁷Relatório de Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho de 1863.Documento-03A. Estante – 03. APMT

¹¹⁸Códigos de Posturas Municipais de 1832, artigos 9º e 10. Caixa- 001. Documento- 9- APMT

¹¹⁹MESQUITA, José de. Funerais à antiga, IN: *Gente e coisas de Antanho*. IN: *Cadernos cuiabanos*, Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, n. 4, 1978. p. 130-131, 1978.

Morte, o Ipiranga do Arsenal de Guerra, o de São Gonçalo e o do Ourique. Neste último foi instalada a forca, antigo instrumento de punição que no final do século XIX foi banida do cotidiano da cidade, por não se adequar aos novos ideais de urbanização e controle da população.¹²⁰

A capital mato-grossense era considerada pelos viajantes como muito aquém dos grandes centros que se organizavam sob a ótica capitalista. Era uma cidade que tinha grande parte de seu contingente populacional formado por escravos e forros, que durante o dia movimentavam-se pelas ruas executando as mais diversas tarefas ou buscando atenuar sua situação de excluídos ou despossuídos. Durante a noite, essas personagens faziam das ruas seu espaço de manifestação ou de transgressão, aproveitando a incipiente iluminação das ruas para fugir do controle proposto pelas elites e desempenhado pelas rondas policiais. A iluminação era feita com lampiões à base de azeite de mamona e dependia dos serviços de um tocheiro, que percorria as ruas executando um serviço que deixava muito a desejar, pois os lampiões não eram acesos nas noites de luar. Todavia, nas noites mais escuras, ficavam acesos até por volta da meia-noite. Era o tempo da natureza e das noites enluaradas.¹²¹

Nos relatórios dos Presidentes da Província e nos textos de viajantes, são constantes as reclamações contra a falta de calçamento nas ruas, de redes de esgotos e de iluminação pública. As ruas estavam quase sempre escuras durante a noite, sendo compreendidas como espaços da perdição, onde as normas da “boa sociedade” não se faziam respeitar, onde tudo podia acontecer, inclusive os mais horrendos crimes. Apesar das rondas policiais percorrerem as ruas da cidade, transgressores das posturas municipais, com muita inventividade, ludibriavam as patrulhas, que comumente se limitavam à região do Porto.¹²²

Os discursos dos chefes de polícia, assim como dos Presidentes de Província, trazem constantes referências às dificuldades de se combater a criminalidade na cidade, em virtude do baixo contingente humano e da deficiência da iluminação pública. Conforme esses discursos, tanto 1º como no 2º Distrito da cidade havia necessidade de manter a população turbulenta sob controle, preocupação que permanecerá mesmo depois de proclamada a República.

Após a Guerra do Paraguai, com o restabelecimento da navegação fluvial, ressurgiu o comércio na região do Bairro do Porto, ou Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, com as

¹²⁰VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993.

¹²¹MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

¹²²Id. Ibid., p. 59.

empresas exportadoras de produtos da indústria extrativa local, como a da poaia, da erva-mate e da borracha, e a importação de produtos diversos, gerando uma alternativa de impulso à debilitada economia local. O Rio Cuiabá era utilizado como meio de comunicação e de transporte de mercadorias,¹²³ conforme veicula jornal da época: “A Companhia Lloyd Brasileira envia a esta cidade dois vapores por mês, cruzando-se muitos outros nas águas dos rios Cuiabá e Paraguai em demanda deste porto”.¹²⁴ A matéria do jornal enfatiza que características consideradas importantes para o desenvolvimento econômico regional não se faziam observar entre a população cuiabana; ao contrário, o que se notava era pouca ambição, falta de vaidade e nenhum interesse pelo trabalho, sendo que a vaidade e a ambição eram considerados os principais motores do progresso. Da mesma forma, enfatizava o jornal a falta que fazia em Cuiabá, ao contrário dos maiores centros, o acompanhamento do que era considerado moda e de bom-tom.¹²⁵

No entanto, desde 1877 já havia na cidade importantes casas importadoras, como a Firmo de Matos e Cia, a Orlando Irmãos e Cia, a Martim Guilherme e Cia, a Barão de Aguapehy, a Carlos Antunes Muniz, a Miguel Braga e Fonseca, a Veiga e Santana e a Pinho e Rosário, que ofereciam uma grande variedade de produtos, como maquinários e ferramentas; móveis finos, armas e munição; alimentos e bebidas, como azeites, vinhos, queijos e chocolates; utensílios diversos, como cristais, louças e instrumentos musicais; tecidos finos, como veludos, lã, linho, seda, cetins e rendas; produtos finos de toucador, como perfumes, chapéus, sombrinhas; e drogas diversas, voltados para o atendimento de uma pequena elite privilegiada que podia consumi-los.¹²⁶

As camadas mais favorecidas da sociedade cuiabana procuravam copiar, além dos ditames da moda, os valores culturais oferecidos pelas novidades que chegavam da Europa ao Rio de Janeiro e eram oferecidos em Cuiabá por essas casas comerciais. Estas, no entanto, não tinham seus negócios restritos às vestimentas, pois também ofereciam as ideias e os conceitos vinculados a essas mercadorias e em livros, jornais e revistas. A influência da Corte e mesmo da Europa podia ser observada também nos divertimentos e no lazer da elite cuiabana, pois os passeios e banhos de rio não eram bem-vistos, enquanto os saraus, em que se ouviam poesias, tocavam-se instrumentos musicais e dançavam-se valsas francesas, oportunidade em que homens e mulheres se vestiam à moda europeia considerada de bom gosto.

¹²³VOLPATO, Op. Cit, p 49

¹²⁴Tributo às letras - *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891, p. 1, rolo 33-a. APMT

¹²⁵Id. Ibid.

¹²⁶Anúncios das casas importadoras de Cuiabá, publicado no jornal O Porvir de 18 de maio de 1877. APMT.

No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, muitas casas comerciais em Cuiabá passaram a fazer uso de jornais diários para anunciar seus produtos e negócios, principalmente quando da chegada das embarcações, ou para oferecer seus serviços de exportação de produtos naturais do estado e de importação de artigos manufaturados estrangeiros.

O trajeto entre o 1º e o 2º Distrito da cidade, respectivamente a Sé e São Gonçalo de Pedro II, era costumeiramente feito a pé ou no lombo de cavalos e burros. No entanto, a reabertura da navegação pelo Rio Paraguai possibilitou importante incremento de relações comerciais e maior trânsito de passageiros pelo Rio Cuiabá, estimulando a criação de uma linha de bondes de tração animal ligando esses dois distritos, inaugurada em 1891 pela Companhia Progresso Cuiabano,¹²⁷ conforme figura a seguir.



Figura 4 - Imagem de Linha de Bondes de Cuiabá na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II
Fonte: Disponível em: www.google.com.br fotos históricas de Cuiabá. Acesso em: mar. 2013

Quanto ao aformoseamento e aos melhoramentos urbanos tão desejados, o Relatório do Presidente da Província José Maria de Alencastro, de 1881, traz referências às obras da Praça Alencastro, mencionando a construção de um jardim no largo do Palácio, devendo seu uso ser franqueado ao público.

¹²⁷Jornal: Tributo às letras. Artigo: *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891, p. 1, rolo 33-a. APMT

Reconhecendo a falta que nesta capital se fazia sentir de um tal melhoramento que tão benéfica influência exerce sobre os costumes, por essa que, como um ponto de freqüentes reuniões, facilitava as relações que aproximam os homens na sociedade, entende que, prestava um bom serviço a esta capital, tratando de preencher tão sensível falta.¹²⁸

Além dos relatórios dos Presidentes da Província propondo alterações na realidade da cidade, também os Códigos de Posturas, como o de 23 de junho de 1870, propuseram alterar o visual da cidade, proibindo o trânsito de animais pelas ruas, sob pena de seus proprietários pagarem multas. O Código de 1870 estabelecia que aqueles que quisessem ter em suas casas cães de caça ou de guarda deveriam pagar taxas correspondentes à obtenção de licença; todavia, se esses animais fossem encontrados soltos pelas ruas, o fiscal municipal poderia matá-los e submeter seus proprietários ao pagamento de multa.¹²⁹

Outra preocupação era a segurança pública, tendo esse mesmo Código de Posturas proibido a utilização de armas de fogo por ocasião de festas religiosas ou profanas, ficando os infratores passíveis de pagamento de penas de dez mil réis. Por outro lado, os fiscais da Câmara que se submetessem a suborno ou patronato, não impondo a multa aos infratores, seriam reprovados por aqueles órgãos e multados em vinte mil réis na primeira vez e, quando reincidentes, a multa recairia sobre todo o ordenado do funcionário.

A proibição de utilização de armas de fogo, no entanto, não bastava para conter os ânimos daqueles que se propunham a empunhá-las e fazer uso delas enquanto a população da cidade buscava o repouso noturno. Os jornais continuamente traziam notícias sobre tiros disparados nas ruas da cidade durante a noite e madrugada.

Enquanto a polícia prometia aprisionar esses ‘vagabundos’ anteontem, pelas duas horas da madrugada muitos tiros foram dados para o lado do Rosário e fazendo-os do Cemitério da Piedade. À polícia cumpre deitar a mão a esses vagabundos, fazendo-os assinar termo de bem viver.¹³⁰

Apesar das medidas restritivas, o poder público tinha dificuldade em adequar às normas os segmentos da população adeptos do uso de armas de fogo, principalmente quando por ocasião de reuniões e festas religiosas ou profanas.

Em 1879 o Presidente da Província João José Pedrosa apresentou em relatório parecer sobre as condições desfavoráveis da segurança da Província, “considerando a impunidade dos crimes, a facilidade de evasão e má a índole como causas geradoras de crimes envolvendo

¹²⁸ Relatório do Presidente de Província José Maria de Alencastro de 1881. APMT.

¹²⁹ Código de Postura Municipal de 23 de junho de 1870. APMT.

¹³⁰ Jornal: O Comércio. Artigo: *Tiros à noite*. 26 de maio de 1910. APMT

parte da população”.¹³¹ Paradoxalmente, o Relatório do Presidente de Província Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju, de 1881, apresenta como muito favoráveis as condições de tranquilidade pública da Província, segundo ele, “devido à índole ordeira e pacífica do povo mato-grossense que sabe compreender o dever e a necessidade da manutenção da ordem social”.¹³² O mesmo Relatório apresenta preocupação com o pequeno e ineficiente aparato policial disponível na capital e no interior do estado para a captura de criminosos e para fazer respeitar a sua autoridade.

O artigo do jornal *Tributo as Letras*, ao qual temos nos referido, define a sociedade cuiabana como harmoniosa, apesar de algumas vezes “sacrificada” por dissensões políticas. Apesar de não termos como objetivo fazer análises dessas questões, vale a pena registrar que, no fim do século XIX e inícios do século XX, houve turbulentos acontecimentos e sangrentas disputas pelo poder político e econômico na região, envolvendo as principais oligarquias do estado.¹³³

Com relação à higiene urbana, esta preocupação continuou presente em regulações que previam o afastamento de matadouros e cemitérios, a limpeza das ruas e a remoção de excrementos de animais, entre outras preocupações. O Relatório da Intendência Municipal de Cuiabá de 22 de julho de 1895 qualifica como “felizmente muito satisfatório o estado sanitário da capital”, embora considere a necessidade de algumas medidas urgentes na busca pela higienização da cidade, conforme comprova o mesmo documento: “O serviço de matança de gado, muito deixa ainda a desejar pela falta d’água em abundância, para acorrer às limpezas necessárias, parecendo que tem sido as causas principais de não ter ele atingido o grau de aperfeiçoamento tão necessário a higiene pública”.¹³⁴

Apesar de os registros de viajantes afirmarem que o comércio da cidade era insuficiente, não oferecendo opções de consumo aos seus moradores, um anúncio jornalístico afirma que a cidade contava com livraria, farmácia, hotel, relojoaria, dois salões de bilhares, quatro padarias, um atelier de pintura, uma fábrica de sabão, dois salões de barbeiro, além de

¹³¹ Relatório de Presidente da Província João José Pedrosa de 1879. APMT

¹³² Idem.

¹³³ Entre essas disputas merece registro a “Revolução de 1892”, protagonizada por Generoso Ponce; a de 1899, comandada por Totó Paes; a de 1906, como um revide, comandada por Generoso Ponce e que tem como desfecho uma perseguição implacável a Totó Paes, então Presidente do Estado, que havia se refugiado na região do Coxipó, próximo à fábrica de pólvora, onde foi encontrado e assassinado. Em 1916, outro episódio, conhecido como *Caetanada*, ocorreu quando o General Caetano Albuquerque, politicamente pressionado, deixa o governo do Estado. Em 1917, como resultado dessa instabilidade política, houve uma intervenção federal no Estado. Após muitos debates, em 1918 o Bispo de Cuiabá D. Francisco de Aquino Corrêa, considerado personalidade neutra, é alçado ao Governo do Estado com objetivo de minimizar a violência entre as elites da região.

¹³⁴ Relatório da Intendência Municipal de Cuiabá, de 22 de julho de 1895. APMT.

vinte casas de fazenda e várias tavernas, armazéns ou mercearias de secos e molhados.¹³⁵ O comércio local parecia atender aos anseios dos moradores, oferecendo produtos que vinham ao encontro de seus hábitos ou desejos de consumo, justificando assim as atividades mantidas nesses pontos comerciais.

Apesar das denúncias constantes nos Relatórios dos Presidentes de Províncias, sobre as atividades dos matadouros em Cuiabá, a péssima qualidade da carne oferecida à população e das tentativas de controle dos Códigos de Posturas sobre esses serviços, a população tinha nesse item um sério problema de saúde pública, que, no entanto, não se restringia à capital mato-grossense. No Rio de Janeiro, em 1846, Tomaz Ewbank, um inglês que visitava a capital, condenou as condições higiênicas vistas, pois afirma ter presenciado todas as iniquidades praticadas no matadouro público daquela capital.¹³⁶ A inauguração do matadouro municipal da cidade de Cuiabá ocorre apenas em 1891, já no período republicano, ou seja, apenas a partir dessa data carne oferecida à população seria de melhor qualidade.

Como não havia saneamento urbano, as águas servidas eram jogadas diretamente nas ruas ou nos córregos que cortavam a cidade, tornando-se mais um elemento comprometedor da qualidade da higiene da cidade. O Relatório de Higiene Pública de 1907 apresenta o Córrego da Prainha no centro da cidade, como um recipiente de todas as imundícies descartadas pela população. Como não havia serviço regular de remoção do lixo, este era atirado em qualquer lugar, indo com as águas servidas para o leito dos córregos e rios.¹³⁷

Uma crítica ao relatório do Intendente Municipal Ten. Cel. Avelino de Siqueira, publicada pelo jornal *O Comércio* em abril de 1910, apresenta algumas conquistas e aspirações da população. Apesar das queixas sobre as dificuldades financeiras, aparecem entre as principais conquistas as obras realizadas no Cemitério da Piedade, seguidas pelo calçamento de várias ruas da cidade, a reforma e aformoseamento dos dois jardins públicos, a restauração da antiga Cacimba do Urbano, o melhoramento da Bica da Prainha, além da iluminação pública do Distrito de Pedro II e a transformação da Avenida Quinze de Novembro, iniciadas pelo seu antecessor na administração municipal.

¹³⁵ Jornal: Tributo às letras. Artigo *Cidade de Cuyabá*. Cuiabá, 16 de outubro de 1891. p. 1, rolo 33-a. APMT

¹³⁶ Sobre as considerações de Ewbank a respeito dos matadouros do Rio de Janeiro oitocentista, ver: SILVEIRA, Felipe Augusto Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: O processo de Criação do Campo Santo na Cidade de Diamantina (1846-1915)*. Dissertação de Mestrado – UFMG, 2005. p. 64-67.

¹³⁷ Relatório de Higiene Pública apresentado ao Vice-Presidente do Estado Pedro Leite Ozório em 1907. estante 11, doc. 84. APMT

Determinados odores são considerados insalubres e anti-higiênicos, sendo, portanto, proibidos dentro do perímetro urbano.¹³⁸ Os enterramentos, que antes se efetuavam nas igrejas ou nas suas imediações, são considerados nocivos à saúde pública, e por isso devem ser feitos nos arredores da cidade. Essas determinações constam do Regulamento para os Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá de 1864, sancionado pelo Presidente da Província General Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Composto de 67 artigos, tem como objetivo normalizar as práticas de enterramentos na cidade, retirando-os definitivamente do interior das igrejas.¹³⁹

O Código de Posturas de 1881,¹⁴⁰ sugerindo dificuldades de imposição do Regulamento citado, procura mais uma vez regulamentar a prática dos enterramentos. O Artigo 31 do Capítulo X, intitulado “Dos Enterramentos e Cemitérios”, proíbe enterramentos em locais considerados inadequados: “É expressamente proibido enterrar-se corpos dentro das Igrejas, capelas, sacristias ou casas públicas e particulares neste município. Os infratores serão punidos com multa de 30 Mil Réis, ou oito dias de prisão”. Nos artigos seguintes, o Código indica os procedimentos considerados necessários ao manejo do cadáver, assim como com o caixão, e da mesma forma determina os cuidados na inumação e o número de cadáveres permitidos em cada cova. O Artigo 32 desse Capítulo determina que “nenhum cadáver de adulto ou párvulo de qualquer condição, cor ou estado, será conduzido ao Cemitério Público sem ser em caixão fechado. Os infratores que transgredirem essa determinação serão punidos com a multa de 20 Mil Réis ou com seis dias de prisão”.

Dezesseis anos após a inauguração do Cemitério da Piedade, a regulamentação dos enterramentos procura estabelecer uma nova sensibilidade diante da morte e dos mortos, que deveriam ser mantidos distantes da cidade e das pessoas. Os caixões deveriam ser conduzidos fechados ao cemitério, não só para evitar propagação de ares pestilentos emanados pelo cadáver, mas também para proteger o defunto de olhares curiosos durante seu último trajeto. Os enterramentos deveriam ser feitos em covas com uma profundidade mínima de seis palmos, certamente para evitar o desenterramento de corpos por parte de animais.

Outro artigo proíbe enterramentos, nos cemitérios da cidade, de suicidas, acatólicos e outros que, pelas leis canônicas do país, não fossem considerados mercedores de um sepultamento cristão. Após a leitura desse documento, ficamos a indagar se havia condições e

¹³⁸Ver: CORBIN, Alain. *Sabores e Odores: O objeto e o imaginário social do século XVII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹³⁹A respeito da transferência dos enterramentos e sobre o Regulamento para os Cemitérios Públicos de Cuiabá, Ver: ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá (1850-1889)*. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

¹⁴⁰Código de Posturas Municipais de Cuiabá de 1881. Caixa-002. Documento- 22-APMT

interesse, da população e das elites políticas locais, de executar esse regulamento. Não encontramos referências que confirmem a existência de cemitérios para suicidas e acatólicos em Cuiabá, no entanto, o Código traz penalidades àqueles que não cumprissem as determinações municipais. Acreditamos que, mesmo diante das normas de enterramentos no Cemitério da Piedade, a população criava condições de resistência, principalmente por meio das irmandades religiosas, lançando mão de estratégias ou táticas diferenciadas para burlar as determinações provinciais.¹⁴¹

Além do cemitério, outros elementos foram construídos ou desejados nessa busca de higienização da cidade e de enquadramento da população. Vale destacar a construção do Seminário da Conceição, contíguo à Igreja do Bom Despacho, assim como a construção da cadeia nova, buscando atender às novas funções de educação de crianças pobres e à reeducação de presos, para reintegrá-los à sociedade. Formou-se uma comissão na Câmara Municipal para vistoriar os estabelecimentos públicos de caridade, de saúde e prisões para estabelecer controle sanitário desses espaços.

1.3 - Normalização da morte em Cuiabá: construção e regulamentação dos cemitérios da cidade

Durante todo o período colonial e parte do Império, os enterramentos em Cuiabá eram feitos no interior das igrejas nas imediações da cidade, por meio das irmandades religiosas.¹⁴² Como estratégia para alcançar o paraíso celeste, esses enterramentos em local considerado sagrado, no interior das igrejas, davam-se, segundo o imaginário oitocentista, na crença de que proximidade com os santos de devoção facilitariam a purgação dos pecados e o encaminhamento da alma para o céu. Assim sendo, as igrejas sediavam as irmandades religiosas e guardavam sob seu assoalho os cadáveres de seus membros desejosos de receber as graças da salvação eterna.

¹⁴¹ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá (1850-1889)*. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

¹⁴² Irmandades religiosas eram organizações de fiéis com feição predominantemente laica de origem europeia, que, além de promover o culto religioso, buscava estabelecer mútua assistência entre seus integrantes no âmbito econômico, social e espiritual, procurando resguardá-los, assim como a suas famílias, da miséria e do desconforto diante de enfermidades ou da morte, oferecendo enterro digno e sufrágios necessários à salvação de suas almas. Eram regidas por estatutos denominados Compromissos e também prestavam assistência a doentes, presos e desamparados. Ver: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 316; e BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.p. 12-13, 51.

As irmandades religiosas exerciam funções auxiliares, complementares e substitutas da Igreja e da alçada do poder público, facilitando a vida social,¹⁴³ e não raras vezes exerciam funções de solidariedade grupal, catalisando individualidades, sentimentos e aspirações, como os anseios por liberdade dos cativos e as manifestações de suas necessidades.¹⁴⁴ Seus compromissos estabeleciam deveres e obrigações na vida e na morte. Os irmãos deveriam ter bom comportamento e devoção católica, participar das atividades civis e religiosas das irmandades, assim como manter em dia o pagamento das anuidades. Havendo necessidade, recebiam ajuda médica, jurídica e financeira. As irmandades tinham como um de seus objetivos garantir enterramento decente para os irmãos e sua família, com acompanhamento digno em capelas próprias.¹⁴⁵

Regiões mineradoras, como Minas Gerais e Mato Grosso, receberam, desde o século XVIII, muitos aventureiros em busca de riquezas, cujas vidas constituíam-se de incertezas e inseguranças num lugar definido pela violência. Muitos deles buscaram nas irmandades coesão, proteção social e ajuda mútua, fazendo das igrejas e capelas centros de práticas religiosas e de vida social, integrando dessa forma o temporal e o espiritual.¹⁴⁶

A garantia dos sepultamentos *ad sanctos* tornou-se muito relevante desde os tempos coloniais. Esse costume perdurou até os primeiros anos do século XIX, quando os enterramentos dentro das igrejas foram proibidos por ordem régia. No entanto, em Cuiabá e em outras cidades do Império, a transferência dos enterramentos fora dos templos só ocorreu na segunda metade do século XIX. Nesse ínterim, todos temiam o fogo do inferno no *pós-mortis* ou uma estada muito prolongada no purgatório, e por esse motivo era importante participar de uma irmandade e deixar pedidos de sufrágios e ofícios em intenção de suas almas registrados em testamentos, assim como se fazia necessário cuidado especial com o local da sepultura. No entanto, o local do enterramento no interior das igrejas ou dos cemitérios era determinado pela posição que o indivíduo havia ocupado no seio da sociedade, assim como também dependia da irmandade da qual fazia parte.¹⁴⁷

Mesquita identifica em Cuiabá, no século XIX, três tipos de enterramentos: dos abastados, geralmente efetuados por irmandades religiosas nos consistórios das igrejas; das pessoas comuns, efetuados no corpo das igrejas ou das capelas; e dos pobres, efetuados nos cemitérios

¹⁴³ BOSCHI, Op. cit., p. 3.

¹⁴⁴ Id. Ibid., p. 14.

¹⁴⁵ REIS, João José. *A morte é uma festa – Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. P.50

¹⁴⁶ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986. p. 22, 150.

¹⁴⁷ Ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996; e BOSCHI, Op. cit.

das igrejas, localizados nos seus pátios ou em seus entornos.¹⁴⁸ Os enterramentos diferenciavam-se também de acordo com as cerimônias fúnebres, pois os sepultamentos daqueles considerados abastados, efetuados por irmandades religiosas brancas, eram realizados com muita pompa e esplendor. O corpo era conduzido em tumba da irmandade a que pertencia em procissões pelas ruas da cidade, da residência do falecido até a igreja, onde era velado e enterrado em sepultura distinta.¹⁴⁹

Os enterramentos comuns, realizados por irmandades religiosas de pretos ou de pardos, eram feitos de forma menos suntuosa, porém, sempre no interior das igrejas. Já os enterramentos dos pobres e daqueles que não pertenciam às irmandades religiosas eram feitos no adro ou no pátio das igrejas, não raramente efetuados pela Santa Casa de Misericórdia, irmandade que administrava o único hospital local e aglutinava pessoas da classe mais privilegiada da cidade, e que tinha como um de seus objetivos atender aos doentes, pobres, necessitados e loucos, assim como fazer seus enterramentos.¹⁵⁰ Dessa forma, mesmo aqueles que não fossem enterrados no interior das igrejas estariam resguardados para sempre em lugares próximos àqueles considerados sagrados, onde haviam feito suas orações, recebido sacramentos, participado de festas religiosas, enfim, onde vivenciaram toda sua vida social e religiosa.

A morte de um ente querido costumava ser assistida por todos os seus familiares. Quando afortunados, os moribundos faziam testamentos deliberando sobre todos os seus bens móveis e imóveis e escravos e sobre as despesas do funeral com missas e custas do sepultamento. Todavia, essas despesas podiam ser bancadas com recursos das próprias irmandades religiosas. Os irmãos estariam protegidos pela irmandade na vida e após a morte, bastando que seus familiares informassem o seu passamento aos membros responsáveis para que as providências fossem tomadas. Essas confrarias previam penas em seus regulamentos, como punição monetária e até de expulsão, aos membros que se recusassem a participar do acompanhamento de funeral de membros da irmandade à sepultura.

As práticas de inumação de cadáveres no interior e no adro das igrejas, no entanto, vinham sendo sistematicamente reprovadas no Brasil desde as primeiras décadas do século XIX. A primeira regulamentação proibindo esses enterramentos se fez com a Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1801, que determinava também a construção de cemitérios

¹⁴⁸ MESQUITA, José de. *As Necrópoles cuiabanas*. Revistado Instituto Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, tomos 35-38, p. 4, 1936.

¹⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. 38.

¹⁵⁰ Apresentamos no Capítulo III uma discussão sobre a formação e atuação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e seu atendimento aos pobres quando doentes e ou em seus enterramentos.

extramuros.¹⁵¹ A Lei Imperial de 28 de outubro de 1828, exarada sob a ideologia liberal, exigia das Câmaras Municipais o dever de manter vigilância sobre a limpeza, o saneamento, os reparos, a iluminação e o embelezamento do espaço urbano. Também a construção de cemitérios fazia parte desse ideal, não mais sendo permitida a aproximação até então estabelecida entre vivos e mortos. Cada cidade ou região deveria apresentar suas especificidades nessa questão, determinando seu próprio tempo para assimilação das propostas.

As teses da Medicina divulgavam uma nova visão médica e higienista, que encontrava defensores entre as elites políticas, como os presidentes de Províncias, que legislavam em defesa das chamadas mudanças civilizatórias, propondo a reordenação do espaço físico das cidades mediante legislação, como os Códigos de Posturas da Câmara Municipal. Sua aplicação junto à população tinha o objetivo de arregimentar conquistas, tais como: a construção de mercados públicos, abatedouros e curtumes, o recolhimento do lixo e a construção de cemitérios públicos. Esses ícones de desenvolvimento e civilização eram propostos em todo o Império, conforme Miriam Lott, ao considerar a cidade de Ouro Preto no mesmo período.¹⁵²

Desde 1830, os Códigos de Posturas Municipais da cidade de Cuiabá alertavam a população sobre a necessidade de construir cemitérios afastados da cidade e de não se fazer os enterramentos no interior dos templos. No entanto, apesar dessa legislação, os enterramentos continuaram sendo feitos no interior dos templos até meados da década de 1860, quando se dá a inauguração do Cemitério da Piedade, durante a presidência de Alexandre Manuel Albino de Carvalho. Nesse mesmo período eclode a Guerra do Paraguai, trazendo como consequência o contágio da varíola, inicialmente entre os soldados, que retornavam dos campos de batalha trazendo consigo, além das lembranças dos sofrimentos vividos e da rudeza do conflito, seus corpos contaminados pela peste, que se tornará um grande flagelo para a população da cidade.

A construção dos cemitérios e a transferência dos enterramentos em Cuiabá envolvem um longo processo, que contou com resistência da Igreja e da população organizada em torno das irmandades religiosas da cidade. Essa resistência fez com que esse processo fosse protelado por vários anos.

¹⁵¹ REIS, João José *A morte é uma festa.– Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 274.

¹⁵²LOTT, Miriam Moura *Sob o badalar dos sinos o ar da modernidade, Ouro Preto: População, Família e Sociedade*. 1838-1897. Tese de doutoramento. FAFICH/UFMG. 2009, P.355

Legislações específicas foram criadas para a consignação de verbas para a construção de cemitérios, tais como a Lei nº 18, de 28 de agosto de 1835, que consignava verba de 1.200 réis para a construção de um cemitério na cidade de Cuiabá, e a Lei nº 21, de 2 de setembro de 1835, que propunha a regulamentação e organização dos cemitérios, além de fixar o número de campos santos considerados necessários para a cidade. Essa mesma lei definia também a necessidade de manutenção de um portão com chave e de um coveiro para exercer as funções de guardar o local e dar sepulturas aos defuntos. Ambas as leis proibiam os enterramentos no interior das igrejas e regulamentavam as atividades religiosas, com o objetivo de encomendar os defuntos e permitir aos familiares dos inumados construírem, no interior dos cemitérios, túmulos com a decência que quisessem. Restaria aos párocos das igrejas dedicar cuidados especiais com os doentes em risco de morte, conforme já estabelecido pelas Constituições do Arcebispado da Bahia de 1707, e com os enterramentos, conforme o Regulamento para os Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá de 1864.

A transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos fez parte de uma proposta de reordenação e higienização do espaço urbano da cidade, pretendida principalmente pelas elites locais, em busca de progresso, desenvolvimento e civilização.¹⁵³ Esses ideais eram difundidos pelo interior do Império, a partir da Corte portuguesa, principalmente pelos discursos dos Presidentes de Províncias, que defendiam a necessidade de novas práticas higiênicas, como os enterramentos em cemitérios fora do perímetro urbano.¹⁵⁴

Em 1845 o Presidente de Província de Mato Grosso Ricardo José de Gomes Jardim declarou, em relatório endereçado à Câmara Provincial, a necessidade do estabelecimento de cemitérios públicos como um dos principais elementos de higienização de vilas e cidades. Determinava também a proibição de enterramentos nas igrejas, por considerá-los como focos de exalações pestíferas.

Em 1852 Augusto Leverger, no exercício da Presidência da Província, discorreu sobre a necessidade de se abandonar os enterramentos nas igrejas, considerando que não deveria ser tal a confiança na salubridade do clima que tornasse dispensáveis as providências higiênicas,

¹⁵³ Sobre a busca desses ideais em Cuiabá, ver: GALETTI, Lylia Guedes. *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000; e MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: Um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Ed.UFMT, 2006.

¹⁵⁴ Sobre novas práticas higiênicas e enterramentos nos cemitérios de São Paulo e Rio de Janeiro, ver: CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das letras, 1996.; RODRIGUES, Cláudia, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos – tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997; e GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH-USP.

já indicadas em diversos outros Relatórios anteriores ao seu, que determinam o estabelecimento de cemitérios para colocar fim aos enterramentos nas igrejas.¹⁵⁵

O Presidente de Província Joaquim Raymundo de Lamare denuncia em 1859 as mesmas práticas de enterramentos e defende a construção de um cemitério público para a inumação dos cadáveres.¹⁵⁶ A mesma discussão reaparece em 1861, no Relatório do Presidente de Província Coronel Antônio Pedro de Alencastro, considerando de grande necessidade a construção de um cemitério fora da cidade, para que cessassem os enterramentos nas igrejas. Solicita, para tal, auxílio da Câmara, seguro de que tal ajuda não lhe seria negada.¹⁵⁷

O Presidente de Província Herculano Penna anuncia, em Relatório de 1863, que o Cemitério da Piedade estaria quase pronto para ser entregue e servir à população. Ao assumir a Presidência da Província, o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho declara, em Relatório de 3 de maio de 1864, que ao chegar à capital mato-grossense teve o desgosto de ver que ainda persistia na cidade o antigo hábito de fazer os enterramentos no interior dos templos. Ressaltou, no entanto, que teve também a alegria de observar que já estava em estado adiantado a construção da Capelinha de Nossa Senhora da Piedade, no interior do cemitério de mesmo nome na cidade.¹⁵⁸

Apesar de já existir um cemitério na cidade, a transferência dos enterramentos das igrejas para ele ganha maior relevância durante a gestão do Presidente Alexandre Albino, que identifica em Cuiabá a urgência de extirpar esse costume então reprovado por todos os povos civilizados, e por isso mesmo já extinto em todas as demais províncias do império.¹⁵⁹

O Cemitério da Piedade foi inaugurado e benzido, assim como sua capela, pelo bispo da Arquidiocese local nos dias 1 e 2 de novembro de 1863. Localizado próximo ao 1º Distrito do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, viria a dividir suas funções com dois outros cemitérios públicos: o Cemitério de São Gonçalo, localizado no 2º Distrito, na região do Bairro do Porto e o Cemitério do Cai Cai, espaço de inumação destinado aos enterramentos dos variolosos de 1867.¹⁶⁰

¹⁵⁵ Relatório de Presidente de Província Augusto Leverger à Assembléia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/405/000020.html>

¹⁵⁶ Relatório de Presidente de Província Joaquim Raymundo de Lamare à Assembleia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1859. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/405/000020.html>

¹⁵⁷ Relatório de Presidente de Província Antonio Pedro de Alencastro à Assembleia Legislativa Provincial, em 20 de maio de 1861. Documento- 03b. estante-03 -APMT

¹⁵⁸ Relatório do Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em 3 de maio de 1864. Documento-04. Estante- 03 - APMT

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá (1850-1889)*. Cuiabá: Central de Texto, 2005. p. 38.

A aceitação dessas novas práticas de enterramento e a utilização dos cemitérios não se deram de forma imediata pela população, pois essa questão envolvia ou entrava em confronto com antigos hábitos, assim como com interesses das irmandades religiosas, que detinham poder econômico e grande influência na sociedade cuiabana, proveniente de sua organização e de suas atividades de enterramentos até então efetuados no interior das igrejas. Essas irmandades procuraram resistir às novas determinações higienistas que condenavam os enterramentos *ad santos*, como podemos identificar na atuação da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que, apesar de aglutinar pessoas da elite cuiabana, deixou de tomar posse do terreno que lhe foi concedido no interior do Cemitério da Piedade, alegando dificuldades para arcar com despesas decorrentes da transferência dos enterramentos.

Augusto Leverger, o Barão de Melgaço e então Presidente da Província, fez considerações sobre o prazo concedido às irmandades, julgando-o insuficiente, em virtude dos poucos recursos de que elas dispunham; no entanto, esse certamente não era o caso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá¹⁶¹, cujos integrantes pertenciam às elites da cidade. Analisando os registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Miriam Lott considera que as mudanças nas práticas de sepultamento e o processo de secularização da morte no Brasil no século XIX teve de romper com resistências da Igreja e da sociedade, havendo debates entre o poder público e o eclesiástico sobre as concepções culturais tradicionais e os velhos conhecimentos médicos higienistas.

A cidade de Cuiabá, apesar de distante dos maiores centros urbanos, não se excluía dos principais acontecimentos nacionais, nem suas elites viviam desconectadas das aspirações desses grupos de outras cidades do país. Ao contrário, recebia informações do desenvolvimento no Centro-Sul do país e desejava participar desse movimento, principalmente após a abertura da navegação pelo Rio da Prata em 1857, que trouxe melhorias nas condições de comércio, transporte e comunicações. Com os conflitos geradores da Guerra do Paraguai, essa rota de navegação foi bloqueada, dificultando as relações comerciais de Mato Grosso com o Império e o mundo.

Consideramos que a transferência dos enterramentos na cidade de Cuiabá, assim como a aceitação dos cemitérios públicos pela população, não se deu simplesmente pela força do Regulamento para os Cemitérios Públicos ou das Posturas Municipais proibindo os enterramentos nas igrejas, e sim porque essa mudança de hábito só se desencadeou em Cuiabá a partir da Guerra do Paraguai e de suas drásticas consequências, como as dificuldades de

¹⁶¹ Relatório do Vice-Presidente de Província Augusto Leverger, apresentada na abertura de sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>

abastecimento e a tomada da cidade pela varíola. Esse fato obrigou a construção do Cemitério de Nossa Senhora do Carmo para o enterramento dos variolosos em local afastado da cidade e a utilização dos Cemitérios da Piedade e Pedro II, de acordo com o Regulamento para os Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá.

A partir de uma mentalidade higienista, o saber médico se preocupa com os mortos, considerando os sepultamentos dentro dos templos ou no perímetro urbano como altamente prejudiciais à saúde dos vivos. De forma semelhante a outros exemplos de normalização dos vivos, os governos provinciais seguem determinações médicas, procurando reordenar o espaço ocupado pelos mortos, estabelecendo uma nova geografia urbana na relação entre mortos e vivos. Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte e os mortos fossem expulsos da cidade dos vivos e segregados para sempre em cemitérios extramuros.¹⁶²

Os médicos propunham alterações de hábitos funerários que durante três séculos não haviam sido contestados: os corpos sepultados nas igrejas estariam mais próximos de Deus? Seriam as almas protegidas, portanto, a caminho do Paraíso? As transformações nas práticas de enterramentos não foram feitas à revelia da Igreja, que desempenhou papel relevante em sua elaboração, regulamentação e legitimação. A questão não estava, portanto, restrita aos bastidores do saber médico; tratava-se também do enfrentamento de uma situação extrema na cidade de Cuiabá: a de tentar deter o avanço de um surto epidêmico de varíola.

O Cemitério da Piedade tinha seu interior dividido a partir da necessidade de aglutinar diferentes associações, com o principal objetivo de oferecer enterramentos dignos aos seus confrades. O discurso médico vence resistências e acaba propiciando a transferência dos enterramentos em Cuiabá, sendo os cemitérios administrados conforme o Regulamento para os Cemitérios Públicos.

Em 12 de maio de 1865 o Presidente da Província de Mato Grosso General Alexandre Manoel Albino de Carvalho sancionou o primeiro Regulamento para os Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá, cujo objetivo era normalizar as relações entre vivos e mortos, assim como as práticas de enterramentos na cidade, retirando-os definitivamente do interior dos templos. Esse Regulamento, composto de 11 capítulos e 67 artigos, é resultado de uma proposta de normalização, disciplinarização e salubridade do espaço urbano da cidade, limitando e determinando o cotidiano e o comportamento dos vivos, assim como suas relações com os cemitérios, a morte e os mortos, definindo onde e como estes deveriam ser inumados.

¹⁶²REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 247.

A respeito dessas sanções normalizadoras e higienistas sobre os vivos e os mortos, Foucault considera a forma como na França, desde o século XVIII, os hospitais e prisões encerram no interior de seus muros aqueles considerados doentes, loucos ou delinquentes.¹⁶³ Naquele país, segundo o autor, são delimitados diferentes espaços dentro do perímetro urbano para os vivos considerados sãos e para os insanos, além de construir os cemitérios em locais afastados para encerrar os mortos, considerados potenciais transmissores de doenças e, por isso, a necessidade de mantê-los sob controle. A respeito dos cemitérios franceses do século XVIII, Foucault afirma:

É assim que aparece na periferia das cidades um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrihar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem. Eles vão, portanto, ser colocados no campo e em regimento, uns ao lado dos outros, nas grandes planícies que circundam as cidades.¹⁶⁴

O Cemitério da Piedade de Cuiabá foi construído fora do perímetro urbano, num altiplano varrido constantemente pelos ventos e longe dos caminhos cotidianamente percorridos pela população, totalmente afastado das moradias e igrejas, locais onde continuariam a ocorrer as manifestações religiosas. A sua localização reflete a preocupação de garantir a prática de enterramentos a céu aberto, pois, dessa forma, as exalações provenientes dos cadáveres em putrefação facilmente se dispersariam, não afetando a saúde dos vivos.

O Regulamento Para os Cemitérios Públicos de 28 de junho de 1864 define sua função normalizadora sobre os enterramentos, expondo a existência de associação entre os poderes laico e religioso na administração desses campos de inumação. No documento afirma-se que o Presidente da Província, em virtude da autoridade que lhe era conferida, determina que se observe o dito Regulamento, expedido mediante acordo entre a administração provincial e a diocesana. Na conformidade da citada lei, esses cemitérios deveriam ter administradores e tesoureiros nomeados pelo governo da Província, incumbindo-se os párocos respectivos apenas da administração espiritual desses estabelecimentos.¹⁶⁵

O Regulamento, em seu Capítulo I, intitulado “Dos enterramentos no interior dos templos”, traz uma declaração que traduz seus principais objetivos, determinando que a partir daquela data passam a ser expressamente proibidos os enterramentos de cadáveres no interior

¹⁶³FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.. p. 90.

¹⁶⁴ Id. *Ibid.*, p. 90.

¹⁶⁵ A respeito da transferência dos enterramentos em Cuiabá a partir desse regulamento ver: ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá – 1850 a 1889*. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

dos templos da cidade de Cuiabá, excetuando-se, no entanto, os cadáveres dos prelados diocesanos, das dignidades eclesiásticas prelatícias e canônicas e dos reverendos párocos ou curas perpétuos, na forma das constituições canônicas.¹⁶⁶ Aos representantes da Igreja ficava, portanto, garantido o direito de continuidade de enterramentos no interior dos templos. Apesar da proposta de transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios, a administração destes, conforme o Regulamento, ficará a cargo de representantes da Igreja, em uma demonstração de interação entre os poderes laico e eclesiástico na Província.¹⁶⁷

O Capítulo II, intitulado “Dos cemitérios públicos e particulares”, possui 14 artigos, e no primeiro deles identifica em Cuiabá a existência de apenas dois cemitérios públicos: o de Nossa Senhora da Piedade, no 1º Distrito, e o de São Gonçalo de Pedro Segundo, no 2º Distrito. Conforme visto anteriormente, três anos mais tarde, em 1867, em virtude da proliferação da varíola na cidade, será criado um terceiro cemitério, em local também considerado afastado, onde serão inumados corpos dos mortos pela varíola.

O Artigo 5º desse Capítulo prevê a construção de capelas no interior dos cemitérios da Piedade e Pedro II para que as pessoas que assim queiram possam orar em seu interior ou mandar celebrar missas de corpo presente por ocasião do falecimento de seus familiares e pela alma de seus defuntos, contando com a participação dos reverendos párocos que ali poderão proferir esses ofícios religiosos e encomendações. As missas e orações no interior das capelas dos cemitérios eram um dos principais rituais póstumos e de encomendação de cadáveres e até então eram feitas apenas no interior das igrejas da cidade.

Se as irmandades quisessem adquirir terrenos no interior do cemitério público, para nele construir cemitérios particulares, elas deveriam, conforme o Artigo 9º do Regulamento, requerê-los no prazo de um mês, a partir de publicação daquele documento. As irmandades deveriam fazer petições ao governo da Província para que este, de acordo com o prelado diocesano, mandasse demarcar a área requerida. O Presidente da Província, ouvindo o administrador da irmandade e levantados os marcos, mandaria lavrar nos livros dos cemitérios e das irmandades os termos competentes. Finalizados esses atos, estabelecia-se então a data para tomada de posse dos terrenos.

O Cemitério da Piedade ainda hoje apresenta em seu interior ruínas de muros que podem ser considerados indícios da existência de cemitérios particulares de irmandades

¹⁶⁶Artigo 1º do Regulamento para os Cemitérios Públicos de Cuiabá, de 1864. Caixa-001, Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

¹⁶⁷As constituições canônicas citadas referem-se às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito arcebispado e do conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas no sínodo diocesano que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

religiosas. Enquanto no Cemitério de São Gonçalo de Pedro II ainda se mantém a placa indicativa do Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Encontramos notícias da atuação dessa irmandade em nota de 1910, conforme abaixo:

Da ordem de Exma. Piora desta irmandade D. Alexandrina Bellarmina de Souza, convida todos os fieis devotos - irmandades e confrarias, para assistirem as festas de Nossa Senhora da Conceição – Padroeira da mesma irmandade – que se realizarão no próximo mez de dezembro, no 2º distrito desta capital, cujo programa é o seguinte: dias 8, 9 e 10 missa da madrugada e reza a tarde com benção do Santíssimo Sacramento, havendo comunhão geral das irmãs no ultimo dia. No dia 11, domingo, as 8 horas da manha, solene missa com sermão ao evangelho do Ver. Sr. Padre dr. Francisco de Aquino Correa e assistência de S. Exa. Revma, o Sr. Bispo coadjutor D. Cirylo, e as 5 horas da tarde procissão, que percorrerá as ruas para uma quermesse de prendas oferecidas pelas irmãs e mais devotos. E para maior brilhantismo da festa pede-se aos Sr. Paes de família a concorrerem com seus anjinhos.¹⁶⁸

O Regulamento Para os Cemitérios Públicos traz várias indicações de como os enterramentos e a administração dos cemitérios deveriam ser feitos. Nesses artigos é flagrante a imposição de novas condições às irmandades religiosas, que entravam em choque com sua autonomia e seus principais objetivos. O Artigo 10 dispõe sobre a necessidade de demarcar a área a ser utilizada por cada irmandade na presença de seus representantes, para só então serem lavrados nos livros do cemitério e da Irmandade os termos competentes; finalizados esses atos se efetuará a tomada a posse.

O Artigo 11 reza que as irmandades que não observassem as disposições dos Artigos 9º e 10º e não levantassem até 31 de dezembro daquele ano os seus cemitérios particulares, na forma do Artigo 7º, perderiam o direito de enterrar os cadáveres de seus irmãos e das pessoas a quem, por compromisso, deveriam dar sepulturas, como até então o faziam nos consistórios das igrejas. As irmandades reclamaram das restrições às suas atividades e resistiram a elas, como ocorreu com a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que atendia à camada mais privilegiada da cidade e considerou o prazo extremamente curto, e alegando também falta de recursos econômicos fazer a transferência dos enterramentos.

O Artigo 12 determina que, assim que as irmandades tivessem construído seus cemitérios particulares no interior do cemitério público, deveriam transferir para esses recintos os enterramentos de seus irmãos, assim como os das demais pessoas a quem

¹⁶⁸Jornal O Comércio. Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Cuiabá, de 01 de dezembro de 1910, p. 3, rolo 40. APMT.

deveriam prestar esse serviço. O Regulamento dispõe também que, ainda que fosse permitido à mesa diretora da irmandade a plena administração de seus cemitérios particulares, ficariam estes sujeitos à polícia interna e às disposições do citado regulamento quanto à edificação dos ditos cemitérios, modelos e dimensões dos jazigos. Da mesma forma estipulava como deveriam ser realizados o enterramento e a exumação de cadáveres, assim como o prazo de ocupação das sepulturas.

A Irmandade de São Miguel e Almas é reconhecida no Regulamento como a fundadora da capela do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade e de uma parte do mesmo cemitério, e por isso recebe o título de administradora da referida capela e o controle de concessão e posse de terrenos para sepulturas adquiridos antes da publicação da Lei de 1º de junho de 1864 e da expedição do próprio Regulamento.

Investigando a formação e atuação dessa Irmandade, Adalgisa Campos observa que a crença e a veneração a São Miguel e às almas do purgatório entre os portugueses vêm desde tempos bastante recuados. Com a colonização, essa crença se alastra no ultramar, inclusive no Brasil, sob os auspícios do Concílio Tridentino (1545/1563).¹⁶⁹

Motivado pela tradição e também pela reforma religiosa, o culto a São Miguel atinge a cidade e o campo, avançando para além-mar, atraindo os governantes, o clero regular, secular e os leigos. Durante o seiscentos e setecentos, transforma-se em um culto dotado de bases sociológicas ampliadas. Dominando as manifestações mais populares, compartilhando, muitas vezes o mesmo altar com outra invocação, notadamente das Almas do Purgatório, das quais é considerado o principal defensor.¹⁷⁰

A Irmandade de São Miguel e Almas contava com muitos adeptos nas cidades do Porto e Lisboa, assim como fora de Portugal, na Espanha e na Galícia, tendo sido bastante difundida no Brasil. Acreditamos que, com a colonização portuguesa nas terras mato-grossenses, a Irmandade se fez presente na região do Cuiabá desde a fundação das primeiras povoações, da mesma forma quando da construção do primeiro cemitério da cidade.

Os estatutos internos das irmandades determinavam atenção especial à assistência aos mortos, pois a salvação eterna da alma dependia da forma como havia se preparado para a morte, bem como da intercessão dos vivos. Neste sentido, todos deviam ser solidários com a morte de um irmão, participando dos ritos fúnebres e das missas pelas almas dos falecidos.

¹⁶⁹CAMPOS, Adalgisa Arantes. *São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças*: iconografia e veneração na Época Moderna. [artigo científico] Disponível em:

<www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigo07/campos01.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

¹⁷⁰ Id. Ibid.

Quanto ao acompanhamento dos defuntos até a sepultura, os compromissos da Irmandade determinavam que, falecendo qualquer irmão ou irmã, dava-se parte da morte ao Procurador, ao Juiz e aos demais irmãos da confraria, assim como aos moradores da cidade e a outros de fora dela, para que comparecessem à Igreja, para de lá saírem, com suas capas brancas e tochas ou velas nas mãos, acompanhando a Cruz, para se fazer com pompa o tal enterro.

Confirmando que a morte não iguala os vivos, pelo contrário, é uma situação em que a condição econômica do falecido ou da família enlutada se manifesta plenamente diante da sociedade e faz a diferença em todos os detalhes do enterramento, o terceiro Capítulo do Regulamento faz diferenciação entre os inumados, classificando-os em classes, ordens e dimensões. Define também aqueles que poderão ser enterrados no cemitério, como uma forma de distinção que permanece depois da morte. Da mesma forma, o Artigo 15 do Regulamento determina que os jazigos dos cemitérios públicos serão divididos em quatro classes e duas ordens correspondentes.

No Artigo 16 define primeira classe como aquela que compreende as sepulturas rasas para adultos na 1ª ordem e nelas deverão ser enterrados os cadáveres dos escravos. Os senhores deveriam pagar pela abertura da cova, conforme a taxa a ser definida em tabela, ou deveriam mandar abrir cova, sob a inspeção de guardas ou do zelador do cemitério, para a inumação dos corpos dos escravos. A cidade de Cuiabá contava com pequenos plantéis de escravos, que executavam os mais diversos serviços. Havia os escravos de ganho, que comercializavam produtos pelas ruas da cidade; os escravos domésticos, que realizavam trabalhos nas casas de morada e que conviviam na intimidade das famílias de seus senhores; e aqueles que prestavam serviços em atividades de agricultura e pecuária nas chácaras de seus proprietários, eram os escravos da lida que executavam os trabalhos mais pesados. Apesar dos princípios da opressão e violência que a caracterizava,

a relação senhor/escravo assumiu em Cuiabá nuanças próprias que a matizaram, fazendo com que cada caso fosse específico e próprio. Assim, mesmo sem deixar de ser uma relação entre um senhor e seu escravo, o que já a definia como de profunda desigualdade, a aproximação, em certos casos, até afetiva entre um e outro, chegou a haver.¹⁷¹

No segundo capítulo desta tese identificaremos, a partir de análises de testamentos, diferentes relações entre senhores e escravos em Cuiabá, apresentando oscilações que vão

¹⁷¹VOLPATO, Op. cit., p. 117.

desde a transferência de bens beneficiando-os ou fazendo reconhecimento de relações de paternidade ou apadrinhamento, até sua transferência a outrem como simples propriedade

O Artigo 25 do Regulamento para os Cemitérios Públicos de Cuiabá determina que os enterramentos dos supliciados não mais sejam feitos em solo sagrado, atendendo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, vigentes no período do Império. Na cidade, uma das primeiras medidas de racionalização do espaço ocorreu no início da segunda metade do século XIX com a desarticulação da forca, instrumento de execução, e a proibição desse espetáculo da morte no Campo do Ourique, região central da cidade. A esse respeito, Moutinho afirma:

Tivemos ocasião de assistir ali ao bárbaro espetáculo do estrangulamento de dois homens pela forca. Felizmente tem desaparecido esse costume repugnante e imoral de castigar os crimes, porque não consegue esta pena os fins a que quer a sociedade chegar, não aterrando ao menos com o exemplo, em razão de as execuções continuadas não trazerem como resultado senão o familiarizar-se o povo com eles, sem que deem lugar ao arrependimento do criminoso.¹⁷²

A forca e seu espetáculo de morte explícita, ainda que sob alegada finalidade educativa, não mais condizia com a realidade da cidade, cujos moradores das classes privilegiadas buscavam um ideal de racionalização, higienização e desenvolvimento que os aproximasse das condições vividas na Corte. Logo a seguir, o Regulamento para os Cemitérios Públicos de 1864 define que a segunda classe compreenderá, conforme o Artigo 17, sepulturas na 1ª ordem para adultos e na 2ª ordem para anjos ou menores de 8 anos. Serão também enterrados na segunda classe os cadáveres de todas as pessoas indigentes que não tenham adquirido jazigos particulares nem puderam adquiri-los e também daquelas que podendo adquirir jazigos não o tenham feito.

A terceira classe compreenderá sepultura rasa, preparada pelos familiares com alguma decoração, sendo as de 1ª ordem para adultos e as de 2ª ordem para anjos ou menores de 8 anos. Serão neles enterrados cadáveres cujos encarregados dos enterramentos preferirem sujeitar-se às taxas da tabela a ser definida. Essa terceira classe define os enterramentos de pessoas de maior poder aquisitivo, por isso era permitida a decoração dos túmulos.

A indicação de enterramentos de 2ª ordem para crianças talvez refletisse a existência em Cuiabá de uma preocupação diferenciada em torno dos enterramentos dos anjinhos. Como seriam feitos esses rituais de enterramento em Cuiabá entre os séculos XIX e XX? Sabe-se que os ritos fúnebres no Brasil colônia e no Império caracterizavam-se como espetáculos, com

¹⁷²MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Typ. Schroeder, 1869. p. 38.

ampla mobilização social e material, como as demais manifestações de religiosidade desenvolvidas por essa população.

No conjunto dos gestos que compunham as práticas fúnebres no Brasil dos oitocentos, faz-se interessante observar a forma evidente de associação entre a criança e a figura de São Miguel Arcanjo e a utilização do paralelismo no uso do termo “anjinho” para designar a criança morta. De acordo com Vailatti,¹⁷³ a relação entre eles era tão forte que a morte não era a única circunstância em que a criança tinha a oportunidade de se vestir como tal. Diversas descrições de viajantes que estiveram no Brasil entre 1820 e 1870 falam sobre procissões em que os cadáveres de crianças, geralmente menores de 7 anos, saíam às ruas representando anjos, e cujas vestes, conforme as descrições, eram bastante semelhantes às mortalhas, mas com asas artificiais, perucas e profusão de pedras. Nesses casos ainda existia forte proximidade entre as representações dos anjos e a temática da morte

Ainda segundo Vailatti, os relatos de rituais de enterramento de crianças podem traduzir a existência de um apreço significativo por elas: as descrições apresentam um zelo intenso, muitas vezes assumido nos detalhes da mortalha e dos adereços que as acompanham, até o asseio com que eram preparados os espaços onde eram sepultadas. Em Cuiabá, esse zelo aparece nos anúncios fúnebres de jornais locais no nascente século XX, nos quais lamenta-se a morte de crianças, conforme notas a seguir.

Na última edição desta folha noticiamos o batizamento do pequenino Luiz, a interessante criança depositada em casa da Exm^aSr^a Benedita Mamoré, que então achava-se gravemente enfermo. Apesar do carinhoso cuidado com que era cercado aquele inocente, e apesar dos desvelos sem conta com que foi tratado no seio da família, veio ele a sucumbir na tarde do dia 29 do mês próximo passado. O enterro da mimosa criança efetuou-se na manhã de segunda feira, sendo sepultado no Cemitério da Piedade, sob uma braçada de flores, brancas flores como branda e cândida era a alma que do pequenino corpo alou-se para o seio do criador.¹⁷⁴

Após dias de grave enfermidade, rebelde a todo tratamento médico e ao desvelo sem conta de seus extremosos pais, entregou a alma do criador o inocente Carlos Alberto, filho do Sr. Tenente-coronel Alexandre Addôr. O seu enterro efetuou-se na manhã de 17 do corrente, saindo o pequenino féretro da casa de residência de seus desolados progenitores, no segundo distrito, para repousar o sono eterno no Cemitério da Piedade. Ao Sr Tenete-coronel Alexandre Addor, assim como a sua Exm^a. esposa, significamos os nossos sentimentos pelo duro golpe que acabam de sofrer.¹⁷⁵

¹⁷³ VAILATTI, Luiz Lima. *Os funerais de "anjinho" na literatura de viagem*. Revista Brasileira de História. v. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

¹⁷⁴ Anúncio fúnebre publicado no Jornal *O Comércio* em 02 de junho de 1910. APMT.

¹⁷⁵ Anúncio fúnebre publicado no jornal *O Comércio* em 20 de outubro de 1910. APMT.

O Regulamento para os Cemitérios Públicos dispõe também sobre o comprimento, a largura e a profundidade dos jazigos dos cemitérios públicos e particulares. Conforme o Artigo 21, os jazigos devem obedecer às mesmas dimensões: os dos adultos devem ter 10 palmos de comprimento, 4 ½ de largura e 7 de profundidade; e os dos anjos, 6 de comprimento, 3 de largura e 5 de profundidade. Serão separados dos outros jazigos pelo intervalo de 3 palmos de circunferência e sob pretexto algum poderão ser unidos por um só cercado.

Todos os túmulos ou jazigos devem ser numerados segundo as classes e as ordens a que pertencerem e deverão ser registrados no livro do mesmo cemitério e no livro auxiliar do obituário diário. Dessa forma traduz-se a proposta de numeração, ordenação e organização dos mortos nesses campos de inumação, indicativas de novas atitudes diante da morte ou do controle dos vivos sobre a cidade dos mortos. E, de modo semelhante ao controle estabelecido na cidade dos vivos, através do olhar.

Essas determinações sobre enterramentos podem ser entendidas como representativas de uma extensão do controle que então se buscava estabelecer sobre os vivos. Podemos perceber sua intensidade no Artigo 23, que *absolutamente proíbe a interpolação da numeração para enterramento de cadáveres nos jazigos de 1ª e 2ª classes, quer na ordem dos destinados aos adultos, quer nas dos destinados aos parvulos, conforme os artigos 16 e 17*¹⁷⁶. No entanto, para a 3ª e 4ª classes, o Regulamento estabelece, conforme o Artigo 24, que haverá livre escolha de qualquer ordem, quer dos cemitérios públicos, quer dos particulares.

Os cemitérios da Piedade e Pedro II, de acordo com o Regulamento, são lugares católicos, e sua administração é efetuada pela Igreja, por meio de seu bispo diocesano, apesar de a construção de ambos ter contado com investimentos da Presidência da Província. O Artigo 25 do Regulamento proíbe, tanto nesses cemitérios como nos das irmandades, que fossem realizados enterramentos de cadáveres de pessoas às quais, pelas leis canônicas, eram vedadas sepulturas eclesiásticas. De acordo com as Constituições do Arcebispado da Bahia, estariam proibidos de receber enterramento cristão os acatólicos, os judeus, os hereges, os sismáticos, os apóstatas da Santa Fé e os que os defendiam e os favoreciam, da mesma forma que os blasfemos, os que se mataram ou mandaram matar, os manifestos usurários e roubadores, os excomungados, os que deixarem de confessar e comungar, assim como os supliciados, os infiéis e os pagãos. Para todos, no entanto, havia a possibilidade de salvação

¹⁷⁶Artigo nº 23 do Regulamento para os Cemitérios Públicos de Cuiabá, de 1864. Caixa-001, Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

eterna, desde que na hora da morte tivessem a oportunidade de manifestar sinais de penitência e arrependimento.¹⁷⁷

O Artigo 25 determina ainda que, para atender esses casos, o Governo da Província deverá mandar construir um cemitério especial. Identificamos transferências de fundos do Governo da Província para o Bispado, com o objetivo de aquisição de um terreno anexo ao Cemitério da Piedade para a construção de um cemitério especial destinado a acatólicos:

[...] em dezembro último mandei entregar ao Reverendo Cônego administrador do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade desta capital, conforme requisitou-me S. Ex^a Rev^a o Sr. Bispo Diocesano, a quantia de 706\$000 Réis, para aquisição e preparo de um terreno contíguo ao mesmo cemitério, para nele serem sepultadas as pessoas acatólicas.¹⁷⁸

Não encontramos, no entanto, outras indicações da efetiva construção e existência desse cemitério especial. Talvez essa seja uma indicação de que o Regulamento, apesar de extremamente criterioso, não foi plenamente obedecido pela população e pelas classes dirigentes da Província. A cidade contava com pequeno número de imigrantes europeus, que muito provavelmente eram protestantes; no entanto, teriam sido enterrados nos dois cemitérios católicos da cidade, uma vez que não existia cemitério protestante na cidade.

O Capítulo IV do Regulamento trata dos enterramentos em jazigos dos cemitérios, e no Artigo 27 dispõe que nenhuma pessoa será sepultada neles sem que tenham decorrido 24 horas do seu falecimento. Estabelece também que aos guardas dos cemitérios deveria ser apresentado o atestado de óbito, com a ordem para sepultamento provinda de uma autoridade policial, assim como o visto do pároco e o cumpra-se do administrador. O Regulamento lista as exceções previstas: quando o cadáver apresentar, no intervalo anterior às 24 horas imediatamente posteriores à sua morte, sinais que indiquem processo de decomposição; e em tempos de epidemia, quando os rituais da morte se rompem, pois existe urgência de proceder inumação imediatamente ao falecimento. Nesses casos, o Regulamento prevê que sejam suprimidos os rituais *pós-mortis*, uma vez que o medo do contágio desencadeou o estabelecimento de normas de exceção, para a preservação da saúde dos vivos. Exceção se

¹⁷⁷ Título 54 – Livro 4 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – Das pessoas a quem se deve negar a sepultura eclesiástica. VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

¹⁷⁸ Relatório apresentado em 1874 à Assembléia Legislativa Provincial por José de Miranda Silva Reis, Presidente da Província de Mato Grosso. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/>

fará também aos executados e àqueles corpos que forem remetidos aos cemitérios por autoridades policiais com ordem expressa de serem logo enterrados.

Conforme já afirmado, o Regulamento prevê a necessidade de escrituração da morte em documento criado para esse fim: o atestado de óbito, no qual deverão constar: identificação do finado, estado civil, filiação, naturalidade, idade, causa da morte, assim como dia e hora em que esta se deu. Esse atestado mostra a escrituração da morte se desencadeando, como ocorre com a escrituração da vida e sua secularização em certidões de nascimento e de casamento, anteriormente fornecidas e controladas pela Igreja e que passaram a ser escritas e controladas por cartórios civis. Da mesma forma indica a legislação dos vivos sobre a morte, como resultado de novas atitudes diante desse acontecimento.

Parecendo atender, mais uma vez, ao princípio da escrituração e normalização da morte e da escrituração e organização do cemitério da cidade de Cuiabá, o Regulamento prescreve que tão logo se dê sepultura ao cadáver deve-se lançar no atestado de óbito o número, a classe e a ordem do jazigo e a irmandade a que pertencia o falecido, fazendo o mesmo quando se tratar de jazigo do cemitério público. Esse atestado deve ser entregue ao administrador do cemitério para ser lançado no livro de óbitos competente.

Propondo controle sobre a construção e utilização de túmulos, epitáfios e inscrições tumulares, o Regulamento Para os Cemitérios Públicos traz no Artigo 46 a determinação de que nenhuma inscrição ou epitáfio será admitido nos campos sepulcrais ou monumentos sem licença prévia da autoridade eclesiástica. Da mesma forma é proibida a construção de monumentos sobre sepulturas ou carneiras que impeçam o trânsito entre eles, mas não o plantio de flores e pequenos arbustos, assim como a colocação de lápides, cruzes levantadas e grades de ferro ou de madeira, contanto que não excedam a cinco palmos de altura.

Os túmulos e epitáfios no interior desses lugares dos mortos estariam sob regulamentação dos vivos. Esses monumentos trazem a identificação dos inumados, e em alguns deles constam, em frases curtas, os sentimentos de pesar e saudades manifestados pelos familiares dos falecidos. Também são encontrados adornos significativos, de acordo com o desejo e as posses da família e a mentalidade da época. Ariès afirma que os cemitérios reproduzem em sua topografia diversas relações estabelecidas na sociedade global, tal como um mapa reproduz um relevo ou uma paisagem.¹⁷⁹ Todos os túmulos e monumentos estão reunidos nesse mesmo recinto, mas cada qual no seu lugar e a seu modo traz a representação de uma ausência. Uma das finalidades do cemitério, além da inumação dos corpos sem vida, é

¹⁷⁹ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977

representar um resumo simbólico da sociedade em que se insere. Pode constituir, também, uma galeria de pessoas ilustres, onde a nação mantém a memória dos grandes homens.

Ainda sobre a escrituração dos cemitérios públicos de Cuiabá, o Capítulo VIII do citado Regulamento traz indicações das pessoas que estariam aptas a cuidar dela, assim como sobre suas aplicações. O Artigo 50 estipula que devem ser usados sete livros, numerados, rubricados, encerrados e selados pelos administradores, cada um com uma destinação específica: um deles seria reservado à escrituração dos terrenos, às concessões de terrenos às irmandades e aos particulares, e ao título de jazigos perpétuos; e em outro, o movimento diário da entrada dos cadáveres, com as notas feitas nos atestados do facultativo. Em um terceiro livro, para obtuários, deveria ser inscrito cada jazigo, com seu número em uma lauda, e nesta se lançariam todos os movimentos de enterramentos, exumação, privilégio a que se devem. Um quarto livro, de registro, era destinado à cópia das correspondências entre os administradores e as autoridades civis, judiciárias, policiais e eclesiásticas, relativos aos cemitérios públicos e particulares. Esses livros ficariam a cargo dos administradores dos cemitérios, aos quais seria disponibilizado um escriturário, que receberia um salário, a combinar, pelos serviços. Como era um cargo de confiança dos administradores, a nomeação dos escriturários cabia ao Governador da Província.

Quanto aos três livros restantes, um destinava-se ao diário do tesoureiro, no qual deveria ser registrada a escrituração da receita e da despesa diária dos cemitérios, com declaração das ordens em virtude das quais foram despendidas as quantias e das naturezas que recolheram as ditas quantias. Outro livro, denominado borrador, era para o registro diário do movimento das contas do cemitério; e no último deles, de contas correntes, seria marcado o saldo ou débito dos tesoueiros com as caixas dos cemitérios públicos. Esses três últimos livros ficariam a cargo do tesoureiro. Apesar de o Regulamento citar a necessidade de todos esses livros para a administração dos cemitérios, não encontramos nenhum deles em nossa pesquisa de levantamento de fontes nos principais arquivos do Estado.

Ainda em sua descrição sobre as condições dos cemitérios da cidade, o Relatório aponta que os dois cemitérios têm estado sob a administração eclesiástica, sendo o primeiro administrado pelo Cônego Manoel Pereira Mendes e o segundo, pelo Cônego Antonio Henrique de Carvalho Ferro, vigário da freguesia do Pedro II. O terceiro cemitério, denominado do Cai Cai, dedicado aos mortos pela varíola, não tinha administrador, e *conserva-se sob os cuidados da população solícita em guardar os restos mortais aí depositados das pessoas que lhes foram caras*. Destacamos em itálico essa informação por considerá-la relevante informação sobre a realidade da cidade de Cuiabá quando da

contaminação da população pelo flagelo da varíola. No entanto, conforme o ocorrido em outras cidades do Império que também enfrentaram o mesmo mal, e já discutido nesta tese, o medo do contágio ao contrário de propiciar cuidados, leva ao afastamento dos doentes, dos mortos e dos cemitérios.

Os administradores dos cemitérios vinham acumulando as funções de tesoureiros, e não prestavam contas ao juiz de capelas, como prescreve o Artigo 56 do Regulamento, limitando-se a fazê-lo apenas ao próprio diocesano, que seria, segundo opinião do Presidente de Província João José Pedroza, incompetente para dar-lhe quitação legal¹⁸⁰. Pedroza registra ainda que deseja bem cumprir suas funções administrativas no Estado, assim como regularizar os serviços nos cemitérios, e, para tal, requisita informações mais precisas dos seus administradores antes de tomar quaisquer providências. Em resposta, os administradores informam ao Presidente de Província que o cemitério público de Nossa Senhora da Piedade de Cuiabá não pertence à Província, e sim à Fábrica da Catedral desde os seus primeiros alicerces. Dessa forma, não lhe devem prestação de contas.

No mesmo Relatório Pedroza declara que, durante a administração do Presidente de Província General Alexandre Manoel Albino de Carvalho (1863-1865), estavam em exercício as formalidades prescritas no Regulamento por ele formulado, ressalta ainda que quando José Vieira Couto de Magalhães (1867-1868) chegou á Cuiabá para exercer o governo da Província, esse Regulamento deixou de ser obedecido, ficando os cemitérios sem administradores. Segundo o mesmo Relatório, os cemitérios teriam ficado em completo abandono, até que o Cônego Manoel Pereira Mendes que a princípio calou-se, pôde então reivindicar a administração do Cemitério Nossa Senhora da Piedade e entrar no domínio pleno e pacífico do que era considerado direito da Igreja, dirigindo desde então esse estabelecimento e fazendo correr tudo debaixo de sua imediata inspeção, na forma das leis canônicas então em vigor no Império.

Quando Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, assumiu o governo da Província, o Prelado reclamou oficialmente contra o procedimento do Presidente anterior acerca do terreno do cemitério e contra a confecção do seu Regulamento para os Cemitérios Públicos. Como único resultado desses embates, a Assembleia não aprovou o dito Regulamento, que apenas teria servido de um simples diretório dado pelo mesmo prelado.

De acordo com o parecer da administração paroquial, ainda que o Regulamento para os Cemitérios Públicos estabeleça terem sido eles construídos com investimentos da

¹⁸⁰Relatório com que o João José Pedroza, presidente da província de Mato Grosso, 1879. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/430/>

Província, os cemitérios teriam, na verdade, sido instalados em período anterior a esses dispositivos. O Cemitério Nossa Senhora da Piedade já estava pronto e, segundo a prelazia, a Província não lhe prestou nenhum auxílio, conforme consta no Relatório do Presidente de Província João José Pedroza. Ao contrário, o auxílio foi prestado pelos habitantes da Capital, a quem por várias vezes foram feitos pedidos de esmolas para sua construção.

A discussão sobre a construção dos cemitérios de Cuiabá gerou outra contenda, sobre a quem caberia sua administração, que apresentará nuances diferenciadas pelos dois grupos interessados até seu desfecho final, no ano de 1923. Sabemos que a aceitação e utilização desses cemitérios não se deram de forma imediata, pois essas práticas se confrontavam com antigos hábitos da população, assim como com os principais interesses das irmandades religiosas. Estas detinham poder econômico, político e grande influência sobre a sociedade cuiabana, proveniente de sua organização e participação nas principais atividades na vida e morte da população e nos enterramentos dos corpos.

A transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios de Cuiabá, não se deu simplesmente após a proibição dos enterramentos *ad sanctos*, e esse evento não gerou maiores debates ou manifestações da população, como aconteceu em Salvador. Tivemos em Cuiabá apenas uma sutil resistência de grupos organizados em torno das irmandades religiosas, resistência essa vencida pelo medo da morte representada pelo advento da guerra e da peste insurgindo sobre a população da Província na segunda metade do século XIX, como passaremos a ver no capítulo dois a seguir.

II - ATITUDES DIANTE DA MORTE EM CUIABÁ (1860-1926)

2.1 - Confrontos com a morte e o medo da Guerra do Paraguai, da fome e da varíola

A Província de Mato Grosso, por sua localização no extremo-oeste do Império brasileiro, desde a colônia arcou com o ônus de ser uma região de fronteira¹⁸¹, convivendo com dificuldades impostas pela distância dos grandes centros e pelas ameaças constantes de invasão pelos países vizinhos. Apesar dessas condições, nunca esteve totalmente isolada das demais regiões do Império; ao contrário, manteve, mesmo no período da Guerra do Paraguai, relações administrativas e comerciais com a Corte e com outras Províncias. No entanto, a conduta do cuiabano diante da morte e as formas de enterramento na região no fim do século XIX e início do XX podem ser consideradas díspares da realidade nacional, em virtude das condições históricas, conforme a seguir.

A segunda metade do século XIX foi um período atípico para a Província de Mato Grosso e para a cidade de Cuiabá. Em 2 de novembro de 1864, Dia de Finados, deu-se a inauguração do primeiro cemitério fora dos templos da cidade: o Cemitério da Piedade. No entanto, a prática de enterramentos nesse cemitério não é imediatamente aceita pelos cuiabanos e as irmandades religiosas, em torno das quais a população se organizava, procuraram resistir à transferência do local dos sepultamentos. Essa resistência às proibições de enterramentos no interior dos templos religiosos foi feita principalmente mediante constantes pedidos de prorrogação de prazo para a transferência dos sepultamentos para os cemitérios, protelando sua execução, usando como estratégia a falta de recursos dessas associações.

Em dezembro de 1864, tropas paraguaias invadem o sul da Província e, além de bloquear a navegação pelo Rio da Prata, principal meio de comunicação e via comercial da Província de Mato Grosso, dão início ao maior conflito externo da História do Império Brasileiro: a Guerra do Paraguai. Em consequência desse conflito, dá-se a invasão de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso, não pelos soldados paraguaios, mas pela varíola, peste que trará como consequência a construção de um novo cemitério nos arredores da cidade destinado aos variolosos, o Cemitério do Cai Cai.¹⁸²

¹⁸² Sobre a varíola em Cuiabá e o Cemitério do Cai Cai, ver: VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Depº de História – UFMT.

A população mato-grossense estará, nessa ocasião, enfrentando a morte simultaneamente em quatro frentes: a guerra, representada pelo enfrentamento do conflito armado com o Paraguai; a peste, representada pela varíola, ceifadora inexorável de vidas e trazida à cidade pelos soldados que defendiam a Província no conflito; a fome gerada pela carestia e pelo desabastecimento; e as intempéries naturais, como as enchentes do Rio Cuiabá, descritas pelos cuiabanos como a maior inundação at e então vista. As  guas do rio que d  nome   cidade saíram de seu leito causando grandes estragos e prejuízos, pois atingiu planta es e moradias, ficando destruídas as roças de feijão, cana-de-açúcar, arroz e mandioca, destinadas à subsistência da popula o.¹⁸³

O contágio da varíola trouxe para a popula o da Província de Mato Grosso, e mais especificamente da cidade de Cuiabá, a desestrutura o de antigas práticas de enterramentos nas igrejas, até então desenvolvidas pelas irmandades religiosas. Da mesma forma proporcionou um novo convívio com a morte, caracterizada como violenta, abrupta e em número tão intenso que desfazia a possibilidade de prepara o do cadáver para os rituais familiares. Não mais se velavam os mortos como anteriormente. As famílias enfrentaram em seus lares a morte e o luto, e as vítimas da varíola eram de tal monta que a Igreja Matriz teve seus sinos emudecidos. Essas mortes geraram intranquilidade e medo, mas também propiciaram a aceita o e utiliza o dos cemitérios da cidade.

A Guerra do Paraguai teve início durante o governo do General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, 16  presidente da Província de Mato Grosso (1863-1865). As hostilidades começaram com o apresamento do navio brasileiro Marqu s de Olinda e a deten o de seus passageiros, entre os quais se encontrava o novo presidente da Província Frederico Carneiro de Campos e vários oficiais, que seguiam para Cuiabá. No desenrolar dessa guerra, o sul da Província de Mato Grosso foi invadido. Dada a proximidade do Paraguai e a densidade demográfica, a Província possuía pequena capacidade de defesa militar, parecendo presa fácil aos paraguaios. Mas no desenrolar da Guerra, enquanto Solano Lopez proclamava vitórias no território mato-grossense, o Império brasileiro preparava uma contra ofensiva na Região Sul, para levar o embate ao solo inimigo.

Em 13 de janeiro de 1865, Augusto Leverger, Comandante do Batalhão Voluntários da Pátria, partiu para a colina de Melgaço, a fim de impedir a subida da flotilha paraguaia que

¹⁸³VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993.

ameaçava adentrar os limites geográficos da capital da Província. Retornando a Cuiabá, Leverger assumiu o governo, em Agosto de 1865, acumulando também o cargo de Comandante das Armas. Na presidência, reorganizou a defesa da Província, fundando o Corpo de Voluntários Cuiabanos, em cujo socorro deu-se a criação, pelo governo imperial, do corpo de Voluntários da Pátria.¹⁸⁴

Em 13 de julho de 1867, o tenente-coronel Antônio Maria Coelho, saindo de Cuiabá com o 1º Corpo de Vanguarda, rumou para a cidade de Corumbá, retomando-a do poder dos paraguaios. Essa cidade estava assolada pela epidemia de varíola, que acabou sendo levada a Cuiabá pelos soldados que regressavam à capital. A população de Cuiabá foi densamente contaminada, e dos seus 12.000 habitantes mais da metade teria perecido em decorrência desse contágio.

Em 1867, portanto, o anjo da morte, representado pela varíola, andava de porta em porta em Cuiabá ceifando vidas. Nos meses de agosto e setembro, quando foram maiores os índices de mortalidade, já não se ouvia tocar o viático e dobrar os sinos pelos mortos, enquanto os cinco campanários que dominavam a cidade ficaram emudecidos, a frequência de perdas era irreparável.¹⁸⁵

Esse foi um período muito penoso para Cuiabá, pois se estabelece uma relação de devastadora proximidade entre seus habitantes e a morte. Volpato denomina esse período de “apocalipse cuiabano”,¹⁸⁶ em que a morte, decorrente da fome, da guerra, da peste e das intempéries naturais, invade o cotidiano da população. Talvez essa população tenha procurado proteção nas orações direcionadas aos padroeiros de suas igrejas e irmandades, ou talvez tenham organizado procissões pelas ruas da cidade, formando grupos religiosos para lutar contra os males que tanto alteravam e dificultavam seu cotidiano. Sabemos que muitos daqueles que tinham melhores condições econômicas abandonaram suas casas e a cidade, em busca de refúgio em locais mais afastados, enquanto o flagelo da varíola ceifava todos aqueles que cruzassem seu caminho.

¹⁸⁴ Em virtude da necessidade de complementação dos efetivos militares do Exército Imperial, em 7 de janeiro de 1865 o imperador D. Pedro II expediu o Decreto Imperial nº 3.371, criando os corpos de Voluntários da Pátria. Podia compor esses grupos todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade que aceitasse as condições estabelecidas, que incluía 300 réis por dia, além do soldo de 165 réis. As famílias dos mortos em combate receberiam pensão de meio soldo, e aqueles que participassem de toda a campanha receberiam gratificação de 300 mil réis. Ver: RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (In)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

¹⁸⁵ VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História – UFMT. p. 86-87.

¹⁸⁶ VOLPATO, Op. cit. p. 57

É nosso objetivo refletir sobre a Guerra do Paraguai e as relações estabelecidas entre a população de Cuiabá e esse conflito que engendra uma intensa relação com o medo. Esse medo não se reduz ao confronto armado, mas além do medo da guerra, é o medo da fome, da peste, da morte e da indefinição sobre o que haveria para todos e para cada um no *pós-mortis*. Afinal, que destino estaria reservado? Homens e mulheres católicos temiam intensamente os sofrimentos que poderiam estar reservados para suas almas, numa ocasião em que se a realidade se alterou a ponto de comprometer as condições de se preparar uma boa morte¹⁸⁷.

Nos séculos XVIII e XIX, a morte é um momento crucial, que podia definir onde a alma passaria a eternidade, daí os preparativos para tal evento, conforme indicam testamentos e inventários. A morte não era apenas o fim da vida, mas, sim uma continuidade e possibilidade de eternidade em um bom lugar, a depender dos cuidados e preparativos feitos pelos vivos. A sacralidade da morte e suas representações persistiram nos núcleos urbanos desde a Colônia e no decorrer do século XIX.¹⁸⁸ Buscamos compreender como a população da cidade de Cuiabá vivenciou a Guerra do Paraguai e suas consequências; de que forma esse conflito influenciou em suas vidas, e nas relações sociais e como se deram as atitudes diante da morte a partir desses acontecimentos.

Com a tomada do sul de Mato Grosso pelos paraguaios, o medo atingiu de frente os cuiabanos. Parecia a todos que os inimigos poderiam adentrar a capital da Província e que nada poderia ser feito para impedir seu avanço.¹⁸⁹ Moutinho, médico e comerciante português que viveu durante muitos anos em Cuiabá, observou que “instalou-se na cidade um clima de pânico geral, e aqueles que podiam se preparavam para fugir da capital da Província antes que os paraguaios chegassem. O medo da guerra e da morte tomou conta das pessoas de uma forma geral”.¹⁹⁰

A cidade de Cuiabá estava sob clima de terror e insegurança gerado pelo medo do outro, do estrangeiro, daquele que até então era vizinho, mas que naquele momento passa a ser a personificação do mal, pois sua presença poderia significar a morte iminente. O sul da Província sob domínio dos paraguaios, era assunto largamente discutido na capital, assim

¹⁸⁷A boa morte era aquela que não se dava repentinamente, mas, que havia tempo para os últimos sacramentos religiosos como a penitência, a confissão dos pecados e a extrema-unção. Ver: RODRIGUES, Cláudia. *As Fronteiras do Além – A secularização da morte do Rio de Janeiro*. RJaneiro: Arquivo Nacional, 2005. REIS, João José. *A Morte è Uma Festa*. São Paulo: CIA das Letras, 1991.

¹⁸⁸CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Considerações sobre a pompa fúnebre*. www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigo. acesso em: 10.05.2012.

¹⁸⁹VOLPATO, op. cit. p. 58

¹⁹⁰MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Typ. Henrique Schroeder, 1869. p. 69.

como as possíveis consequências dessa ocupação. Qualquer atitude diferenciada poderia parecer suspeita, e os estrangeiros eram vistos com muita desconfiança.¹⁹¹

Em consequência da Guerra, houve certa militarização na região de Cuiabá, e muitos militares de altas patentes vieram a fazer parte da elite da sociedade local. O medo atingia a todos, sendo estimulado por comentários e boatos sobre o desenrolar do conflito no sul da Província, a ferocidade dos inimigos e sobre a iminência de os paraguaios adentrarem a cidade. O medo do estrangeiro, fosse ele paraguaio ou de outra nacionalidade, era definido como o medo do inimigo.

Os enfrentamentos proporcionados pela Guerra do Paraguai trouxeram funestas consequências, principalmente o contágio da varíola, gerando transformações nas relações de homens e mulheres com a morte. Parece que o medo, conforme já consideramos, foi o principal sentimento a reorientar essas relações na cidade de Cuiabá no século XIX.

Nos últimos anos de sua estada em Cuiabá, Moutinho viveu uma experiência trágica, quando perdeu um filho, contaminado pela varíola. Lamentando essa perda e de tantas outras vítimas, ele não deixa de incriminar as autoridades, a seu ver, culpadas pelo desenrolar dos acontecimentos, considerando que em 1867 a perda de grande número de vidas pelo flagelo das bexigas abateu o ânimo da população, que na capital, em dois meses, foi reduzida a menos da metade. Todavia, esses números não foram os mesmos apresentados pelo Presidente de Província ou pelo Chefe de Polícia, que, em virtude de seus interesses, diminuiram o quantitativo de vítimas.¹⁹² Mas, Moutinho rebate: “É inegável que a mortalidade causada pela bexiga não foi menor de 6.500 almas dentro da cidade e pelos pantanais no regresso da infausta expedição ao Corumbá. Logo é matematicamente exato, o estar a população das suas freguesias reduzida à metade”.¹⁹³

O texto de Moutinho apresenta com muita intensidade os sofrimentos da população cuiabana em seu confronto com a varíola, inclusive porque sua família também foi tocada por esse mal. O autor deixa um relato rico e detalhado sobre a realidade da cidade e as condições da população diante desse flagelo.

Guardadas as especificidades de local e de tempo, torna-se relevante observar condições de enfrentamento da peste na Europa moderna. Delumeau, avaliando as transformações na Europa do século XIV, decorrentes da peste negra, aponta a diferença do tratamento reservado em tempos comuns aos doentes, quando parentes, médicos e religiosos

¹⁹¹ VOLPATO, Op. cit., p. 60.

¹⁹² Id. Ibid., p. 108.

¹⁹³ Id. Ibid., p. 118.

os cercam de cuidados diligentes, e em períodos de epidemia, quando o medo do contágio acarreta uma realidade diversa: os próximos se afastam, os médicos não tocam os doentes, ou fazem-no o mínimo possível, os cirurgiões só operam com luvas; os enfermeiros depositam medicamentos e alimentos ao alcance do doente¹⁹⁴.

É construída a ideia da peste como castigo para homens e mulheres por suas almas pecadoras. Para os artistas que procuraram retratá-la, assim como para os religiosos, a peste era representada como uma chuva de flechas abatendo uma população pecadora por orgulho, cupidez ou luxúria, atendendo à vontade de um Deus encolerizado.¹⁹⁵

No Brasil do século XIX prevalece ideia semelhante, pois a varíola era vista como castigo ou como resultado da manifestação irada de um Deus vingador, que teria motivos para enviar sobre seus filhos um anjo exterminador que atingisse igualmente inocentes e pecadores.¹⁹⁶ Mesmo aqueles que, depois de infectados, conseguissem permanecer vivos carregariam na própria pele, para sempre, as marcas desse infortúnio.

A contaminação dessas epidemias na Europa é comparada a grandes incêndios que fogem totalmente ao controle humano, propagando-se com rapidez e violência, precipitando-se sobre todas as pessoas, semeando a morte à sua passagem como uma nuvem devoradora de gente. A intensidade da epidemia é devastadora pela facilidade de contaminação, gerada pelas péssimas condições de moradia e higiene. A epidemia é como um fogo ardente alimentado por vidas humanas, irrompendo sobre uma cidade e aumentando intensamente sua fúria, devastando-a em toda sua extensão com a rapidez de um abrasamento.¹⁹⁷

A população teme até mesmo o ar que respira, teme os vivos, mas principalmente teme os defuntos, pois a morte muitas vezes envolve-se nas roupas com que se cobrem e poderão servir de mortalha em razão da rapidez que a morte se manifesta em tempos de peste. As ruas, as praças e mesmo as igrejas ficavam tomadas de cadáveres, apresentando aos olhos dos transeuntes um triste e perigoso espetáculo, cuja visão torna os vivos desejosos da sorte daqueles que já morreram. A solidão dá mais expressão ao medo e ao desespero, enquanto qualquer piedade é recusada por tornar-se perigosa. Não existe compaixão.¹⁹⁸

Essas mortes são verdadeira tragédia para os vivos, pois, enquanto traz o abandono dos ritos apaziguadores, ela é desmascarada, indecente, dessacralizada, anônima e repulsiva. Quando uma população inteira, tomada pela peste, corre o risco do desespero ou da loucura,

¹⁹⁴ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*, 1ª edição 1978. Rio de Janeiro: Companhia das letras

¹⁹⁵ DELUMEAU, Op. cit. p. 113

¹⁹⁶ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Typ. Henrique Schroeder, 1869.p. 101.

¹⁹⁷ DELUMEAU, Op. cit., p. 112.

¹⁹⁸ Id. Ibid., p. 121.

sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam dignidade, segurança e identidade.¹⁹⁹

Defoe quando faz um relato de Londres em 1665, o ano da peste, apresenta ruas desertas e as pessoas, ao saírem de casa, desviando-se umas das outras e caminhando rapidamente com medo da contaminação, evitando a aproximação das casas ou sentir odores que pudessem contaminá-las.²⁰⁰ Em consequência da peste, o comércio e a economia da cidade estancaram. A população fugia da cidade ou apelava para a religião ou para credences populares, cartomantes, bruxos e astrólogos,²⁰¹ enquanto o governo estimulava a devoção, com rezas, jejum e recolhimento moral. Afinal, a peste era reconhecida como expressão da ira de Deus com os pecados da humanidade. Conforme dados oficiais, a peste em Londres levou à morte cerca de 70.000 pessoas. Diante dessa situação, os ladrões aproveitavam para saquear casas abandonadas ou aquelas onde todos haviam perecido, talvez roubassem os próprios mortos e arrancassem dentes de ouro, talvez após esses atos, também sucumbissem à morte.

As pestes inauguram enterramentos em covas coletivas, Ariès pontua que os mortos ficavam amontoados e o cheiro de cadáver dominava as cidades européias²⁰². Nessas condições, a morte anônima transforma as relações entre vivos e mortos, pois, não há tempo para rituais nem condições para enterramentos dignos. Quando a peste deixa de afrontar a população, a vida volta à normalidade e a morte readquire seu caráter ritualístico e personalizado. O moribundo volta a exercer o papel central, que garante sua identidade nos acontecimentos que antecedem o grande momento: deixa registrado em testamento a relação de seus bens e os beneficiados, faz a confissão de pecados, pede perdão e encomenda sua alma ao Santíssimo, além de registrar o local da sepultura. A morte institucionaliza-se em torno do testamento e da Igreja: o morto, a Igreja e seus atores estarão presentes ditando normas que se farão respeitar durante a vigília que antecede a morte, no velório e no cortejo funerário, em seguida no enterramento e finalmente no luto da família.

Graças à intensificação do comércio e ao constante deslocamento de homens e mercadorias, a peste espalhou-se de modo fulminante na Europa durante o que foi chamado por Bárbara Tuchman de “o terrível século XIV”, porque apresentava as pegadas dos quatro cavaleiros do Apocalipse. No verão de 1348, particularmente entre os meses de junho a setembro, cerca de um terço da população da Europa sucumbiu, alterando as relações entre

¹⁹⁹ Id. Ibid.

²⁰⁰ DEFOE, Daniel. *Um diário do ano da peste*. São Paulo: LPM, 1987 p. 34.

²⁰¹ Id. Ibid., p. 37- 41.

²⁰² ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

homens e mulheres europeus com a morte e o morrer. O número de mortos trazia dificuldades nos enterramentos, pois não havia madeira suficiente para providenciar os caixões.²⁰³

A peste se espalhava como um rastilho de pólvora, desfavorecendo a prática de quaisquer rituais até então praticados diante da morte: as pessoas morriam sem sacramento e eram enterradas sem orações. Famílias inteiras desapareceram, os sinos já não dobravam, ninguém mais vertia lágrimas, pois, apesar de suas perdas, todos esperavam a morte.²⁰⁴

Para a Europa, a peste negra trouxe consequências como o controle da população e transformações das relações de homens e mulheres com a morte pois, nos anos de incidência da peste, nota-se nos arquivos dos notários elevação do número de confecção de testamentos, e quando a doença entra em remissão, o aumento do número de contratos de casamento.²⁰⁵ Em Cuiabá, nos anos da varíola, parece ter ocorrido o contrário, pois, não encontramos nos arquivos cartoriais registros de testamentos referentes aos anos da peste. Apresentamos no ítem a seguir uma discussão a partir da leitura de testamentos oitocentistas de Cuiabá, apesar de identificarmos ausência de testamentos nos anos da Guerra do Paraguai e da varíola.

Na segunda metade do século XIX, epidemias grassavam em várias cidades do Império Brasileiro, como as de cólera morbus, febre amarela, tuberculose e varíola, transformando relações até então estabelecidas com a morte. O enfrentamento dessas pestes gerará a intensificação das propostas de higienização urbana, que irão alterar o cotidiano da população, como a transferência dos enterramentos, que passarão a ser feitos nos cemitérios.

Em tempos de normalidade no Brasil, a morte não se apresentava sem seus principais rituais integrantes da cultura local. Em Cuiabá costumava se suceder uma sequência de cuidados especiais, que incluíam a preparação do corpo do falecido e de sua casa para o velório, que deveria ser longo, envolvendo todos os familiares e conhecidos, além da participação de representantes da Igreja e da irmandade religiosa a que o falecido pertencia. As irmandades exerciam nesses momentos seus principais objetivos de compromisso, quando os irmãos dedicavam-se à preparação do cadáver e ao atendimento da família enlutada, atos que antecediam a inumação. Concomitantes às lágrimas, às lembranças e às palavras de conforto aos familiares, desenvolviam-se a arrumação da câmara mortuária, do cortejo fúnebre, e o enterramento se fazia diante dos olhos de parentes, amigos e irmãos, com todos os elementos constitutivos do rito de passagem do mundo dos vivos ao mundo dos mortos.

²⁰³ DUBY, Georges. Ano 1000 ano 2000- na pista dos nossos medos. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.p. 85.

²⁰⁴ TUCHMAN, Barbara W.; *Um espelho distante*, 2ª edição, Graphos Industrial Gráfico Rio de Janeiro- RJ, 1991. p. 89.

²⁰⁵ DUBY, Op. cit., p. 86.

As igrejas de Cuiabá, identificadas como lugares de louvação e de expressão de fé da população, eram lugares desses rituais. No entanto, por ocasião da epidemia de varíola, foram utilizadas não apenas como espaços de congregação, mas também de enfrentamento de uma realidade que alterava profundamente o cotidiano das famílias, reféns quando o sopro da morte invadindo as moradas, irremediavelmente arrancava de seu convívio muitos entes queridos, não permitindo rituais de despedida e enterramentos como até então se fazia.

O mapa abaixo mostra a cidade de Cuiabá na segunda metade do século XIX, privilegiando igrejas, largos e praças, principais espaços de agrupamento, de congregação e fé, assim como os hospitais, identificados como locais de combate entre a saúde e a doença, e finalmente os locais de enterramentos: os três cemitérios da cidade.



Mapa 2 - Perímetro urbano de Cuiabá em meados do século XIX.

Fonte: MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*, São Paulo: Typ. Henrique Schoreder, 1869.

Os tempos de guerra, de fome e de pestes trouxeram a abolição dos paramentos e dos cuidados que fazem a morte ser individualizada, personalizada e ritualizada, enquanto os mortos, de sagrados, passam a ser considerados perniciosos. A saúde pública e o discurso médico propunham transformações nas relações e no olhar dos vivos sobre os mortos, difundindo o afastamento dos locais de sepultamento.

Em relatório de 20 de setembro de 1867, o Presidente de Província de Mato Grosso Couto Magalhães destacou: “Lutamos aqui com uma medonha epidemia de bexigas, a qual do dia 14 de agosto a 17 do corrente nos arrebatou número de vítimas superior a 1500, só nesta capital”.²⁰⁶ A expressão usada e o número de mortos apresentados podem traduzir a difícil realidade enfrentada pela população mato-grossense.

Conforme visto anteriormente, é o medo da morte que se faz presente em diferentes momentos e sob diversas faces. Em nome dos princípios de higienização e normalização dos costumes, desenvolvem-se novas relações entre vivos e mortos, estes, de sagrados e valorosos, passam a ser considerados perniciosos e perigosos à saúde dos vivos, sendo o corpo morto identificado como provável transmissor de terríveis epidemias, conforme identificado por Silveira na cidade de Diamantina, Minas Gerais.²⁰⁷

As propostas médicas de higienização e controle de contágio de doenças, trazidas da Europa, foram discutidas no Rio de Janeiro e levadas a todas as Províncias do Império, enquanto eram descartados os argumentos religiosos de que as doenças eram manifestações da cólera divina sobre homens pecadores. Todavia, os médicos higienistas que trabalharam na cruzada de combate às epidemias interpretavam as doenças a partir do contágio ou da infecção. Era necessário, portanto, que as cidades fossem higienizadas, e nesse processo uma das primeiras preocupações foi a de construir, em lugares afastados das cidades, espaços considerados necessários, porém, constantemente infectos ou nauseabundos, como os hospitais, prisões, matadouros e cemitérios.²⁰⁸

Várias cidades do Império Brasileiro, na segunda metade do século XIX, defrontaram-se com o medo da morte, em virtude de epidemias como as do Rio de Janeiro, que enfrentou a febre amarela,²⁰⁹ o *cólera morbus*²¹⁰ e a varíola.²¹¹ Outras cidades, de forma semelhante,

²⁰⁶Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso. Livro nº 229, 23 de setembro de 1867 [manuscrito]. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

²⁰⁷SILVEIRA, Felipe Augusto Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: O processo de Criação do Campo Santo da cidade de Diamantina (1846-1915)*. Dissertação de Mestrado – UFMG, 2005. p. 39.

²⁰⁸SILVEIRA, Op. cit., p. 38-39.

²⁰⁹A febre amarela fustigou o Rio de Janeiro nas décadas de 1850 a 1870, fazendo vítimas fatais, principalmente entre os imigrantes e estrangeiros de passagem pela Corte. Ver: CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das letras, 1996.

enfrentaram na mesma época essas ou outras epidemias, que podiam se caracterizar pela enorme perda de vidas que acarretavam.

O enfrentamento do *cólera morbus* em São Paulo fez com que aumentassem as cobranças por implementação de medidas sanitárias na cidade, e um dos principais elementos sanitários reclamados pela Câmara Municipal foi o término da construção do cemitério.²¹² Na cidade de São Paulo, até 1850 os enterramentos eram realizados no interior das igrejas. Apenas em 1856, diante de uma epidemia de *cólera morbus*, é que o primeiro cemitério da cidade passou a ser construído, sendo inaugurado em 1858, depois de enfrentar a resistência de irmandades religiosas e da população.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, em meados do século XIX foi assombrada pela morte que a sitiara, pois enfrentou epidemias de febre amarela sucessivamente nos anos 1850, 1852, 1853 e 1854, vitimando sobretudo os estrangeiros. Em 1856, ano do *cólera morbus*, a doença dizimou muitos escravos. Mattos, indica que, essa peste não teria desprovido a população dos últimos cuidados diante do grande infortúnio, pois, quando chamados pela família daqueles que se encontravam desesperadamente enfermos, os padres ajudavam os brasileiros a morrer.²¹³ Os funerais das famílias mais abastadas, segundo o autor, eram pomposos e em muitas ocasiões tornaram-se acontecimentos sociais relevantes, marcando a vida da cidade, sendo noticiados e descritos nos jornais.²¹⁴

Quando o Rio de Janeiro foi infectado pela febre amarela, a população salientou a ineficiência do poder público no controle de sua difusão. As principais causas dessa ineficiência seriam as precárias condições sanitárias da cidade, que teriam se agravado com as características geográficas regionais, com seus pântanos e poças d'água imundas e estagnadas, com diversos detritos em decomposição, considerados facilitadores da proliferação de doenças, enquanto os mosquitos, verdadeiros transmissores, continuavam escolhendo suas vítimas.²¹⁵ Enquanto a febre desafiava médicos, legisladores e administradores da cidade, havia preocupação com o moral dos pacientes, e por isso foram terminantemente proibidos os dobres de sinos anunciando falecimentos na cidade, sob alegação de que poderiam tornar as

²¹⁰ Sobre o *cólera morbus* no Rio de Janeiro, ver: CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril – Cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996 p. 77; e em São Paulo, ver: GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH-USP. p. 64.

²¹¹ Sobre varíola no Rio de Janeiro, ver: CHALOUB, Op. cit., p. 123-133.

²¹² GUEDES, Op. cit., 1986. p. 64.

²¹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

²¹⁴ Id. Ibid., p. 73.

²¹⁵ CHALOUB, Op. cit., p. 68.

pessoas mais abatidas ou assustadas e, dessa forma, mais fragilizadas diante da infestação da doença.²¹⁶

A cidade de Campinas, São Paulo, também sofreu com as epidemias de febre amarela, que, conforme Lapa, a partir de 1889 causou mais de mil mortes, e ao longo de toda a década de 1890 abalou o projeto modernizante em curso, enquanto se evidenciava a precariedade do saneamento público vigente. A epidemia forçou providências e intervenções abruptas das autoridades, e a criação de políticas públicas de saneamento, higienização e saúde pública, que, no entanto, não atingiram seus objetivos.²¹⁷

Nas últimas décadas do século XIX, quando Ouro Preto, Minas Gerais, viveu o enfrentamento da epidemia de varíola, já existia na cidade um jardim botânico numa região privilegiada pelos ventos e afastada da cidade, sendo por esses motivos considerada conveniente para a localização de um hospital de tratamento de variolosos e sepultamento das vítimas dessa epidemia.²¹⁸

A cidade de Curitiba, Paraná, também defrontou-se com uma epidemia que justificou a necessidade de construir um cemitério. Em 1850, diante das bexigas na cidade, como também era chamada a varíola, foi formada uma comissão para orçar as obras do cemitério, a partir da aquisição de um terreno de propriedade de um religioso da região. Esse, inclusive, foi o motivo de ter o cemitério ficado conhecido como Chácara do Padre Agostinho. Mas o cemitério somente foi inaugurado quinze anos mais tarde, em 2 de novembro de 1865, Dia de Finados.²¹⁹

Um ano antes da inauguração do cemitério de Curitiba e no mesmo Dia de Finados, deu-se a inauguração do Cemitério da Piedade na cidade de Cuiabá, que também se defrontou com o contágio e a proliferação das bexigas. O Cemitério em Cuiabá, numa referência ao Presidente da Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho, recebeu, pilhericamente, o cognome ou a denominação de Chácara do Albino.²²⁰ Essa denominação é utilizada pelo historiador José Mesquita, talvez com o interesse de ridicularizar ou desqualificar o trabalho do Presidente de Província, que propunha a transferência dos enterramentos para os cemitérios, chocando-se com hábitos da população, organizada em torno das irmandades

²¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 69.

²¹⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp/Unicamp, 2008. p. 259.

²¹⁸ LOTT, Miriam Moura. *Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade – Ouro Preto: população, família e sociedade (1838-1847)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. p. 420.

²¹⁹ CAROLLO, Cassia Lacerda. *Cemitério municipal São Francisco de Paula - monumento e documento*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. p.57-74

²²⁰ MESQUITA, José de. *As Necrópoles cuiabanas*. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, 1936. p. 3.

religiosas. A população, segundo Mesquita, não queria ser enterrada na “chácara do Albino”.²²¹

O número de mortos pela varíola em Cuiabá, segundo Moutinho, teria sido realmente catastrófico, trazendo como consequência a desorganização da vida cotidiana e dos rituais diante da morte.²²² Silveira, por sua vez, ao analisar as epidemias e o caos social decorrente delas no país, pontuou que não havia na época qualquer expectativa ou preparativo para o amanhã, uma vez que a morte tornou-se acontecimento comum, banalizado, que dispensava rituais. Dada a continuidade dos acontecimentos, homens e mulheres tornaram-se indiferentes a ela, as lágrimas secaram e instaurou-se a insensibilidade diante de tanto sofrimento.²²³

As propostas médicas de higienização e de controle de doenças, trazidas da Europa, foram discutidas no Rio de Janeiro e levadas às Províncias do Império, enquanto eram descartados os argumentos religiosos de que as doenças eram manifestações da cólera divina. Todavia, os médicos higienistas que trabalharam na cruzada de combate às epidemias interpretavam as doenças a partir do contágio ou da infecção. Era necessário, portanto, que as cidades fossem higienizadas, e nesse processo uma das primeiras preocupações foi a de construir, em lugares afastados das cidades, espaços considerados necessários, porém, infectos ou nauseabundos, como os hospitais, prisões, matadouros e cemitérios.²²⁴

Em 23 de março de 1870 chega a Cuiabá uma notícia aguardada com muita expectativa: O término da Guerra do Paraguai. Logo em seguida é retomada a livre navegação pelas águas das bacias do Rio da Prata, do Rio Paraguai e do Rio Cuiabá, trazendo novo impulso econômico à capital de Mato Grosso. Os homens, soldados ou voluntários, que até então lutaram no conflito, voltam às suas casas e ao seio de suas famílias. Mas, que lugar teria sido reservado à memória daqueles que não regressaram e perderam suas vidas no decorrer desse conflito? A guerra e suas consequências teriam alterado as relações de homens e mulheres com a morte? No item a seguir temos o intuito de identificar atitudes diante da morte a partir de leitura e análise de testamentos efetuados na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do séc. XX em Cuiabá.

²²¹ MESQUITA, Op. cit.

²²² MOUTINHO, Joaquim F. *Notícias sobre Província de Mato Grosso*. São Paulo. Typ. Schroeder, 1869, p.33-35.

²²³ SILVEIRA, Felipe Augusto Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: O processo de Criação do Campo Santo da cidade de Diamantina (1846-1915)*. Dissertação de Mestrado – UFMG, 2005.p. 40.

²²⁴ SILVEIRA, Op. cit., p. 38-39.

2.2 - Testamentos oitocentistas - Como preparar-se para morrer em Cuiabá

A análise das atitudes de homens e mulheres diante da morte em Cuiabá, a partir de testamentos da segunda metade do século XIX e início do século XX, teve como objetivo inicial observar as disposições religiosas, assim como a transferência de bens determinadas pelos testadores, esse estudo, no entanto, permitiu também identificar relações e conflitos familiares, além de informações sobre o cotidiano dessa população, suas relações com os escravos e as preocupações diante da morte presentes nas disposições funerárias e de enterramento. Algumas indagações se colocam: Quais as principais motivações alegadas para a confecção de testamentos? Como o medo do inferno e do purgatório influenciou na forma de confecção desses documentos? Quais as estratégias utilizadas pelos testadores nessas negociações com o além para o *pós-mortis*? Quais os principais sufrágios ou sacramentos solicitados pelos testadores? Como os testamentos apresentam a doação de bens ou de benefícios a familiares, amigos e instituições? Quais os principais beneficiados nas disposições testamentárias? Como aparecem os escravos nesses documentos? A Guerra com o Paraguai e a varíola teria alterado a confecção dos testamentos na cidade de Cuiabá no período referenciado?

Os testamentos são fontes muito utilizadas nas investigações das relações de homens e mulheres com a morte, por serem efetuados comumente nos momentos que imediatamente a antecedem ou muito antes disso, expressam as últimas vontades dos testadores, as condições com as quais enfrentam essa derradeira experiência, assim como podem apresentar acordos e acertos efetuados ou propostos pelos moribundos.²²⁵

Em Portugal, um hábito de longuíssima data, vindo da Idade Média, considera que os beneficiados em testamentos deveriam zelar pela alma dos doadores. Assim, grande número de bens indicados em testamento eram destinados a hospitais e outras instituições de assistência, e, em contrapartida, os beneficiados deveriam oferecer um certo número de missas em favor da alma dos doadores.²²⁶ No capítulo três desta tese apresentamos doações testamentárias para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

Reis²²⁷ ao investigar uma revolta contra a construção de um cemitério em Salvador e Cláudia Rodrigues²²⁸, ao analisar *O Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer*

²²⁵ Id. Ibid., p. 123.

²²⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português- 1500-1800*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 1997. p. 28.

²²⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* São Paulo: Cia das Letras, 1991.,

um cristão, no Rio de Janeiro, identificam naquelas cidades do século XIX preocupações semelhantes as que encontramos em Cuiabá no mesmo período, uma vez que para ter uma boa morte o moribundo deveria dispor em testamento de seus bens, pagando o que devia, restituindo o que teria sido ganho de forma injusta, desfazendo dano ou injúria cometida, perdendo ofensas sofridas e, finalmente, distribuindo benefícios aos pobres.²²⁹, enfim:

A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Um dos meios de se preparar, principalmente mas, não exclusivamente entre as pessoas mais abastadas, era redigir um testamento²³⁰.

Uma das principais preocupações do manual de bem morrer, trabalhado por Rodrigues, era ensinar aos cristãos a fazer um testamento, estivessem eles adoentados, diante da morte ou com boa saúde, pois o temor da morte era comum a todos.

Na Europa do século XIV, quando a peste fez várias aparições, mais ou menos duradouras e violentas, ceifou muitas vidas já fragilizadas pela fome em consequência do recuo na produção agrícola. Além dessas adversidades, houve uma sequência de revoltas, rurais e urbanas, e guerras civis e estrangeiras. Todas essas condições desfavoráveis trazia a convivência cotidiana com o medo da morte. Respeitando especificidades, queremos, espreitando os testamentos de Cuiabá, verificar como a população desta cidade, na segunda metade do século XIX, enfrentou uma conjunção de fatores extremamente perigosos.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia trazem determinações quanto à forma como deveriam ser escritos os testamentos. No Título nº 38, denominado “Que nenhuma pessoa impeça por força ou engano aos testadores disporem livremente de seus bens”, determina que as pessoas envolvidas ou herdeiros:

não impeçam com formas enganosas, por força, ameaças, enganos ou outros ilícitos meios que os testadores disponham livremente de seus bens, maiormente em favor da Igreja, obras e lugares pios, sendo conforme o direito natural, divino e humano poderem e deverem as pessoas dispor e testar livremente por última vontade de seus bens, como quiser e bem lhe parecer.²³¹

²²⁸RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além – A secularização da morte no Rio de Janeiro, sec. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005

²²⁹Ibidem, idem. p. 64

²³⁰REIS. Op. Cit. P. 92

²³¹VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia. Estudo introdutório e edição de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza*. São Paulo: Edusp, 2010. nº 38

Os testamentos oitocentistas de Cuiabá trazem declarações de que foram feitos de acordo com as últimas vontades dos testadores, sendo a confecção desses documentos, conforme Ariès, uma forma de comprometer publicamente o testamentário e o padre da paróquia ou os monges do convento, obrigando-os a respeitar e executar as vontades do defunto²³². No entanto, esse documento poderia ser redigido muitos anos antes do falecimento do testador, quando este gozava de saúde, pois, se pensava também no risco de uma morte súbita, sem que houvesse tempo para o registro das últimas disposições e vontades, o que poderia prejudicar a distribuição de bens e a salvação da alma. O testamento a seguir é um exemplo dessa preocupação: *“Este é o meu testamento e disposições de minha última vontade, conquanto me ache de vigorosa saúde, porém, temendo-me da morte que a todos é natural”*.²³³

Os testamentos apresentados nesta tese mostram similaridades àqueles analisados por Reis, Rodrigues e Silva²³⁴ que respectivamente trabalharam com testamentos nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Goiás nos séculos XVIII e XIX. Essas similaridades conforme Rodrigues podem ter sido determinadas pela circulação de uma fórmula testamentária apresentando padrões homogêneos para a redação desses documentos²³⁵. Nos testamentos oitocentistas de Cuiabá identificamos determinações para a salvação da alma do moribundo, impedindo que fosse arrebatada para um lugar de sombras e de sofrimentos.

Temiam-se de forma dramática os acontecimentos em torno do combate, no leito de morte, entre as forças celestes e as demoníacas pela posse da alma do moribundo. Temia-se a hora da agonia, que seria o momento no qual este combate se realizaria. Temia-se o desamparo nesta última hora²³⁶.

Daí a preocupação dos testadores em se desfazerem de bens materiais, transferindo-os para parentes, agregados e escravos, igrejas e irmandades ou para instituições e, da mesma forma, o cuidado em garantir o pagamento de missas ou outros sufrágios que revertissem em benefícios à alma do testador, como um salvo-conduto que garantiria descanso eterno em bom lugar. Como podemos verificar na tabela a seguir.

²³²ARIÈS, Phipippe. *História da Morte no Ocidente. - Da Idade Média aos nossos dias*. Ediouro, Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. P. 69.

²³³ Testamento de José Leite Galvão, 20 de Abril de 1889. do livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

²³⁴ SILVA, Deuzair José. *A (Re) Invenção do Fim: Lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. 2012. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2012.

²³⁵ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além – A secularização da morte no Rio de Janeiro, sec. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005. p. 111.

²³⁶RODRIGUES. Op. Cit. p. 120.

Tabela 1 – Pedidos de missas ou outros sufrágios nos testamentos

Ano	Testador	Missas ou outros sufrágios pedidos
1880	Mariana Cândida de Holanda	Declaro que quero ser sepultada na capela privativa da chácara de minha residência, e por minha alma mandará celebrar o meu testamenteiro as missas que julgar necessárias.
1883	D. Ana Maria da Conceição	Que meu corpo seja sepultado no mesmo cemitério que se acham os restos mortais do meu finado marido, e que a minha alma seja sufragada com uma missa de corpo presente e que sejam rezadas mais 25 missas, e que se distribua a 25 pobres da parochia de S. Gonçalo de Pedro II a esmola de quinhentos reis a cada um .
1884	D. Ignez Maciel de Fontes	É minha vontade que meu testamenteiro mande celebrar em sufrágio de minha alma 400 missas, incluindo-se neste numero as de corpo presente.
1884	Benedito Pereira Leite	Digam por minha alma 30 missas.
1885	Izabel de Arruda Maciel	Digam por sua alma 30 missas.
1885	Vicente Antonio da Silva	Digam por minha alma 20 missas e se darão 50 mil reis de esmolas para os pobres, viúvas e donzelas recolhidas.
1887	Pedro de Barros Siqueira	Que por sua morte digam 8 missas.
1892	Comendador Joaquim Felicíssimo D’Almeida Louzada	Logo que eu falecer recomendo que seja rezada uma missa de corpo presente e de encomendação que a Santa Igreja ordena em toda simplicidade e humildade, próprios de um cristão[...] no dia sétimo e trigésimo do meu falecimento se celebre por minha alma uma missa.
1898	D. Izabel Dias de Figueiredo	Mandará celebrar por minha alma 5 missas.

Fonte: Livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

O número de missas solicitadas através dos testamentos variava bastante; a tabela acima apresenta números que vão desde a indefinição dos testadores, deixando essa questão a cargo dos testamenteiros ou da família até as dezenas, de acordo com suas posses. O

testamento de D. Ignez Maciel Fontes, no entanto, foge desses parâmetros, pois, determina que em sufrágio de sua alma sejam rezadas quatrocentas missas, incluindo nesse número as de corpo presente que deverão ser celebradas no dia de seu falecimento, terceiro, sétimo e trigésimo dias e celebrarão todos os sacerdotes que se acharem presentes na cidade e quiserem celebrar. Usamos na tabela 1 apenas testamentos da década de oitenta, porque nos arquivos a que tivemos acesso não encontramos testamentos de outras décadas com determinações de missas ou outros sufrágios.

As missas teriam relação inversa com o tempo de permanência da alma no purgatório, lugar intermediário criado pela Igreja com objetivo de purgar pecados, de purificação por meio do fogo.²³⁷ A concepção do purgatório explica a crença na intercessão entre vivos e mortos, através de orações, missas e súplicas dos vivos para encurtar o tempo de provações dos mortos. Nos momentos que antecedem a morte, os pedidos de missas ou orações tinham como objetivo a garantia de um bom lugar para a alma do moribundo.

Campos afirma que, desde a modernidade na Europa, foi bastante divulgada a crença no poder reparador ou expiador das missas, assim como na sua eficácia em aplacar a ira divina, promovendo a elevação espiritual e a salvação da alma. Surge assim a preocupação do testador em garantir no *pós-mortis* um número significativo de missas.²³⁸ Ainda conforme Campos, apesar da nascente mentalidade burguesa mandar celebrar grande número de missas, bem como arcar com outras despesas com o sagrado, o objetivo principal era receber proteção divina e benefícios para os vivos e os mortos, pois elas eram consideradas uma espécie de panaceia para os males deste e do outro mundo.²³⁹

Era o medo da morte que levava os bandeirantes, antes de partirem em busca de ouro em lugares distantes, como a região das minas do Mato Grosso e de Cuiabá, a fazer seus testamentos, para respaldar seus familiares e dispor sobre suas vontades. Como poderiam se deparar com muitos perigos e desventuras em tão longas jornadas, o retorno às suas casas era incerto e, por isso, exigia precauções especiais. Redigir um testamento, portanto, fazia parte dos preparativos para essas viagens. Alcântara Machado, ao relatar o cotidiano das viagens dos bandeirantes pelo sertão, afirma que a ideia de testar não raramente acode a alguns somente no instante da partida, “quando as canoas já estão sendo carregadas ou mesmo quando já se preparam para descer as águas do rio para se embrenhar no misterioso sertão”.²⁴⁰

²³⁷ LE GOFF. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Stampa, 1995

²³⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Irmandades mineiras e missas*. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 16, p. 66, set. 1996.

²³⁹ Id. *Ibid.*, p. 69.

²⁴⁰ ALCÂNTARA MACHADO, José. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 213.

Todos aqueles que tinham posses procuravam redigir testamentos, nos quais enumeravam cuidadosamente os beneficiados e seus bens, assim como a forma como os herdeiros deveriam dispor desses bens, definindo também como gostariam que se efetuasse seu funeral. Os motivos pelos quais eram feitos os testamentos expunham a condição de cada testador, em plena saúde ou diante da iminência da morte, procuravam fazer desse documento, não apenas um espaço de transferência de bens, mas também um instrumento de negociação.

Em nossa pesquisa no Arquivo Público de Mato Grosso, fizemos leitura de 103 testamentos do período compreendido entre 1881 e 1930²⁴¹ nos únicos livros de registros de testamentos referentes ao local e período estudados. Durante o levantamento desse material, não localizamos testamentos referentes à década de 1860, muito provavelmente em virtude dos transtornos causados pelo conflito com o Paraguai e pela consequente epidemia da varíola na cidade de Cuiabá. Na Tabela a seguir apresentamos as preocupações mais recorrentes dos testadores ao fazer seus testamentos.

Tabela 2 – Amostragem das principais motivações alegadas para redação de testamentos em Cuiabá no período de 1858-1906

DATA	Testador	PREOCUPAÇÃO
1858	01- João Fernandes de Melo	[...] achando-me com saúde perfeita e senhor de minhas faculdades metais e temendo-me da morte que é natural a todos delibero a fazer meu testamento.
1873	02- Henrique Carvalho Silva.	[...] estando de cama e por temer da morte e desejando bem determinar a quem cabem seus bens.
1879	03- Coronel João de Souza.	[...] estando em estado normal de saúde e juízo, faço o presente testamento [...].
1880	04-Luiz Seixas Pereira dos Guimarães	No gozo de perfeita saúde resolve fazer este testamento.
1880	05- João Pedro de Figueiredo	[...] estando com saúde, mas considerando a incerteza do fim da vida [...].
1881	06- Izabel Nobre de Figueiredo	[...] estando com saúde, mas, temendo a morte e desejando pôr em ordem o que tem de direito [...]. D..
1881	07-Jacinto Pereira Mendes	Estando de cama, gravemente doente, em meu perfeito juízo e temendo a morte declara suas últimas vontades.

²⁴¹ Testamentos referentes aos documentos nº 243 e 244, estante 12. APMT.

1882	08- Francisco João Botelho	[...] estando em estado de saúde grave, mas em perfeito juízo e temendo a morte [...].
1883	09- D. Maria Francisca de Souza	[...] estando em meu perfeito juízo, mas temendo-me da morte que a todos é natural [...].
1884	10- D. Ignez Maciel Fontes	[...] achando-me doente, mas em meu perfeito juízo e temendo a morte [...].
1885	11- Capitão André Lopes Coelho	Achando-me doente mas em meu perfeito juízo e no gozo de todas as minhas faculdades intelectuais deliberei fazer meu testamento.
1885	12- Vicente Antônio da Silva	[...] estando em perfeito juízo temendo a morte e desejando por a minha alma no caminho da salvação por não saber o que nosso senhor de mim quer fazer e quando será servido levar-me para si [...].
1885	13- Agostinho J. da Cruz	[...] Estando doente, de cama, porem em perfeito juízo
1886	14- João Batista Sigarini	[...] achando-me gravemente enfermo, delibero a fazer meu testamento como faço de minha livre vontade e em meu perfeito juízo [...].
1886	15- Major Antônio da Costa Campos	Achando-me gravemente enfermo porém em meu perfeito juízo e temendo-me da morte que a todos e natural resolvi fazer o meu testamento.
1887	16- Francisco Rodrigues de Almeida	[...] estando de cama doente, mas, em meu perfeito juízo e temendo a morte que a todos é comum [...].
1888	17- Antônia Juliana de Albuquerque Nunes.	Estando sã, de perfeita saúde e no gozo de suas faculdades intelectuais de sua muito livre e espontânea verdade faz este testamento.
1888	18- D. Senhorinha Alves Rondon	[...] estando de cama doente, temendo a morte que a todos é comum e querendo deixar registrado o que considera suas últimas vontades.
1889	19- José Leite Galvão	[...] este é o meu testamento e disposições de minha última vontade, com quanto me ache de vigorosa saúde, porém temendo-me da morte que a todos é normal
1900	20- Américo Basílio de Siqueira Caldas	Doente de cama, mas em seu perfeito juízo segundo meu entender. Américo Basílio de Siqueira Caldas

Fonte: Livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

O principal motivo alegado para confecção de testamento, conforme apresentado acima, era o temor da morte manifestado diante de uma enfermidade considerada séria que mantinha o testador de cama e implicava risco de morte. Prevendo seu fim se aproximar

resolvia fazer seu testamento determinando suas últimas vontades, dessa forma, procurava organizar pendências familiares e religiosas para evitar que a indesejada o encontrasse despreparado. Dos vinte e um testamentos elencados, onze deles apresentam essa justificativa.

Outro grupo de testadores se apresenta com perfeita saúde, *mas temendo a morte que a todos é comum ou natural, e no gozo das plenas faculdades mentais*, são, no entanto levados, por motivos diversos ou em virtude das incertezas da vida a mandar redigir seus testamentos. Os dois grupos apresentam as mesmas preocupações, procuram usar o testamento para organizar a vida e a morte.

Alguns testadores, além de registrar o medo da morte, procuram, nesses momentos, expressar humildade, como o testamento de Maria Francisca de Souza (nº 09) na tabela acima, escrito em 8 de maio de 1883, em que ela reconhece “temer a morte que a todos é natural”, apesar de declarar muitas posses, como casas e escravos. Ela estabelece que, logo após seu falecimento, se faça o enterro de seu cadáver do modo mais simples que permite a Igreja e que depois sejam celebradas apenas três missas em sufrágio de sua alma.²⁴²

O testamento de D. Ana Maria da Conceição (Tabela 1) traz pedido de distribuição de esmola de quinhentos réis a cada um de um número de 25 pobres da Paróquia de São Gonçalo de Pedro II. O testamento de Vicente Antonio da Silva constante na Tabela 2, determina que no dia de seu falecimento e nos seguintes “se darão 50 mil réis de esmolas para os pobres”.

Na hora da morte era importante haver simplicidade. Esse desejo de simplificação das coisas apresentado nos testamentos foi anunciado por Ariès na Europa desde a segunda metade do século XVIII, quando os testadores renunciaram com humildade às antigas pompas nos funerais substituindo-os por enterramentos simples²⁴³. Nos testamentos das últimas décadas do século XIX em Cuiabá, encontramos determinações de funerais sem pompas, modestos, com humildade cristã.

João Augusto Rondon demonstra como os funerais, mortalha e enterramento preocupavam os testadores, em seu testamento, efetuado em 1º de março de 1885, declara que, não tendo herdeiros ascendentes ou descendentes, deixa o usufruto de sua casa, situada na Rua da Boa Morte, na cidade de Cuiabá, à Antonia Maria Joseti, mulher que vivia em sua companhia, sob a condição de bem satisfazer todas as despesas de seu funeral e pelos serviços e cuidados que lhe tem prestado durante a sua enfermidade. Declara também que deseja que

²⁴²Testamento de Maria Francisca de Souza, de 08 de maio de 1883. Doc. nº 243, estante 12. APMT.

²⁴³ARIÉS. Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 353

seu enterro seja feito com a maior modéstia e economia possível, devendo seu cadáver ser enterrado com pobre mortalha no Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.²⁴⁴

Tabela 3 – Determinações testamentárias de mortalhas e funeral

Ano	Testador	Mortalhas e funeral
1881	Jacinto Ferreira Mendes	Que o meu funeral e bem d´alma será com toda simplicidade, e deixo a disposição de meu primeiro testamenteiro.
1884	Banedito Pereira Leite	Quer que meu corpo quando falecer seja primeiramente envolto em habito regular.
1884	D. Ignez Maciel Fontes	Que meu testamenteiro, logo que eu faleça, e tenha que dar-se a sepultura, recomendo, que meu corpo seja envolvido em habito do Carmo e conduzido em caixão.
1885	João Augusto Rondon	Quero que meu enterro seja feito com pobre mortalha e a maior modéstia e economia possíveis.
1885	Izabel de Arruda Maciel	Quero que meu corpo logo que falecer, seja envolto em hábito de Nossa Senhora das Dores.
1885	Vicente Antonio da Silva	O meu funeral será sem pompa alguma de sorte que nele só apareça a verdadeira humildade cristã.
1887	Pedro de Barros Siqueira	Logo que falecer quero que meu corpo seja vestido como de costume, com a devida decência e conforme as possibilidades.
1892	Comendador Joaquim Felicíssimo D´Almeida Louzada	Logo que eu falecer e tenha o meu corpo que ser dado a sepultura recomendo que seja envolvido em uma mortalha.
1898	D. Izabel Dias de Figueiredo	Meu enterro será feito com decência e a vontade de meu testamenteiro.

Fonte: Livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

²⁴⁴ Testamento de João Augusto Rondon, de 1º de março de 1885. doc. nº 243, estante 12. APMT.

Outros testamentos do mesmo período apresentam detalhes sobre as mortalhas escolhidas para os enterramentos: o testamento de D. Izabel de Arruda Maciel solicita a utilização do hábito de Nossa Senhora das Dores para amortilhar seu corpo enquanto D. Ignez Maciel de Fontes, determina que seu corpo seja envolvido em um hábito do Carmo e conduzido em caixão para ser enterrado em cova da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, confraria da elite branca da cidade. A testadora era, portanto, uma senhora de posses, e em seu testamento além do uso da mortalha determina que seu corpo seja enterrado em caixão, sem especificar mais detalhes para o enterramento.

Joaquim Felicíssimo d’Almeida Louzada também solicita em seu testamento que seu corpo seja envolto em uma mortalha, sem indicar qual seria sua preferência, para ser enterrado no Cemitério da Piedade de Cuiabá, em jazigo que lhe foi concedido pelo Bispo Diocesano D. Carlos Luiz D’Amour, por Portaria de 8 de agosto de 1885, e onde se acha sepultada a sua mulher.

O reconhecimento de filhos naturais e de dívidas também era uma forma de buscar regularizar a vida na terra. O genovês radicado em Cuiabá João Batista Sigarini declara que não tinha descendência legítima e reconhece em seu testamento que, “por fragilidade humana”, teve três filhos naturais com uma mulher solteira, que nenhum impedimento tinha para com ele se casar. No testamento ele reconhece esses filhos e os institui como seus únicos e universais herdeiros, como se de legítimo matrimônio tivessem nascidos. Declara em seguida que tudo o que tem deve ser dividido entre os três herdeiros, à exceção da casa onde mora, que deve ficar com a mãe de seus filhos, Ana Pinto de Fonseca no mesmo testamento declarada como sua beneficiária. Consta também do testamento o reconhecimento de dívida no valor de 300 mil réis com o negociante Francisco Orlando²⁴⁵. Reconhece também uma dívida de 170 mil réis com Joaquim Francisco de Matos; no entanto, ressalta que o mesmo Matos lhe devia 250 mil réis, provenientes da venda de uma mula.

Também por “fragilidade humana”, João Pedro de Figueiredo afirma que é solteiro e que nesse estado teve quatro filhos com D. Ana D’Arruda, mulher solteira e sem impedimento algum. Afirma no mesmo testamento que já reconheceu os referidos filhos em escritura pública no primeiro, segundo e terceiro cartórios da cidade.²⁴⁶

²⁴⁵ Trata-se de um dos proprietários da Casa Orlando, uma das maiores casas comerciais da cidade de Cuiabá no final do século XIX e primeiras décadas do Século XX, ver p. 103-104 a seguir.

²⁴⁶ Sobre filhos ilegítimos em Cuiabá, ver: PERARO, Maria Adenir. *Fardas, Saias e Batinas: a ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90*. Curitiba, 1997. 333f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

Agostinho José da Cruz reconhece uma filha natural, de 15 anos, e a constitui como sua herdeira universal. Declara a seguir que tem alguns haveres, cujas cobranças deixa a cargo do tutor de sua filha, que deverá prestar contas. Fez constar também em seu testamento que devia a seu cunhado Justino Antonio da Silva a quantia de 150 mil réis, provenientes de compras de materiais para seu trabalho, no entanto não registra que trabalho é esse. Registra mais informações de sua condição financeira quando afirma que tinha em mãos de seu procurador Antonio de Paula Correa diversos documentos de outras dívidas, na importância de 210 mil réis.

O testamento é o resultado de um ato solene, que busca traduzir as vontades dos testadores, conforme já afirmamos, voltando-se principalmente para o atendimento das necessidades de salvação da alma, para os cuidados com o corpo e a transferência de bens. Primeiramente são registradas as determinações quanto ao enterramento, aos sufrágios e acertos considerados necessários, e só depois é anotada a decisão do testador sobre a transferência de seus bens.

Entre as camadas menos privilegiadas, como livres pobres, escravos e libertos, não era comum o hábito de testar. No entanto, os escravos constantemente aparecem nos testamentos levantados, não como testamenteiros, mas recebendo benefícios como a liberdade ou aparecem caracterizados como propriedades sendo transferidas a outrem como bens semoventes. Em Cuiabá, no entanto, os plantéis de escravos eram pequenos e muitos deles viviam inseridos no cotidiano familiar, constantemente utilizados nos serviços da casa. Alguns deles exerciam também funções de escravos de ganho, vendendo nas ruas da cidade diversos quitutes e utensílios domésticos, parte do lucro obtido nessas vendas poderia ser revertido para a compra da própria alforria. Por sua inserção no ambiente familiar, quando do falecimento de seus senhores, muitos desses escravos recebiam o principal e mais desejado benefício: a liberdade, apesar de alguns testamentos apresentarem condições específicas para tal, como podemos verificar na Tabela 4 a seguir.

Libertar escravos por meio de testamentos, na hora da morte ou ao se preparar para ela, era expediente relativamente comum nas negociações que antecedem a morte e expressa a busca da paz eterna. É o que fez D. Mariana Cândida de Holanda, que deixa livres do cativeiro seus escravos Antonio Arengue, maior de 60 anos, e Luiza Africana, de 40 anos de idade, em atenção aos bons serviços que ambos lhe prestaram em vida.²⁴⁷

²⁴⁷ Testamento de D. Mariana Cândida de Holanda, de 29 de agosto de 1880. do livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

Tabela 4– Doações e negociaçõesde liberdade para escravos nos testamentos

Ano	Testador	Liberdade para escravos
1880	Mariana cândida de Holanda	Deixo livre de toda escravidão os meus escravos Antonio Arengue africano, maior de 60 anos de idade e Luiza Africana de 40 anos de idade mais ou menos em atenção aos bons serviços que me tem prestado.
1883	D. Ana Maria da Conceição	E minha vontade que a escrava de nome Prudência fique depois de minha morte quartada pela quantia de 400 mil reis, em atenção aos bons serviços que me tem prestado.
1885	Izabel de Arruda Maciel	Disse que deixava o seu escravo de nome Antonio Cabra para servir sua filha pelo tempo de 5 anos, findo dos quais, gozara plena liberdade como se de ventre livre nascesse
1885	Vicente Antonio da Silva	Declaro que os meus escravos ficam livres tão logo sejamos falecidos eu e minha esposa Joana Pacheco da silva
1885	Ceselina Maria de Oliveira	Disse que por sua morte entraram no gozo de plena liberdade as suas escravas Theodora e Ana.
1898	D. Izabel Dias de Figueiredo	Deixo a minha escrava Juliana Crioula, de 23 anos, com a condição de servir a meu marido Agostinho Leite Botelho, durante o tempo em que ele se conservar viúvo e no caso dele se casar ou morrer, gozara a dita escrava Juliana de plena liberdade.

Fonte: Livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

Alguns testadores fazem juízo de valor a respeito do comportamento dos seus escravos, classificando-os em mercedores ou não de benefícios por ocasião da lavratura de seus testamentos. Vicente Antonio da Silva declara que todos os seus poucos escravos ficariam livres tão logo ele e sua esposa fossem falecidos, com exceção do escravo Luiz Crioulo, fugido, que ele deixa na condição de cativo para a Capela de Nossa Senhora da Guia. Em seu testamento, o Coronel João de Souza classifica seus escravos em *bons e maus*, determinando que aos primeiros estaria reservada a liberdade após a morte de sua mulher,

enquanto Florinda Africana, Batista Africana e Malaquias continuarão na escravidão por terem se tornado *maus* escravos. Muito provavelmente, essa diferenciação entre os escravos se deve à especificidades da escravidão em Cuiabá, onde existiam relações de proximidade entre escravos e senhores, principalmente aqueles da área urbana.²⁴⁸

A indicação de cor da pele dos escravos, incorporada à sua denominação, era reconhecida como elemento de diferenciação e opressão social, pois, conforme Sílvia Lara, que se deteve em pesquisar a forma de registros dos escravos no período colonial, esses documentos indicam uma variação de significados para definir os cativos, sendo utilizados termos como “criolos”, “pardos” e “mulatos”, “cafusos” e “cabras”, “pretos” e “africanos”. Muitas vezes, na descrição de uma mesma pessoa, diversos desses termos podiam ser alternadamente empregados.²⁴⁹ O testamento de Ignez Maciel Fontes é um exemplo dessa prática em Cuiabá, pois ela enumera duas escravas, Ana Criola e Joana Parda, definindo-as de forma semelhante quando considera as condições para a liberdade.

Ana Criola deixo quartada pelo preço e quantia de trezentos mil réis, Joana Parda pela quantia de trezentos mil réis, cujas quantias deverão entregar no prazo de dois anos ao meu testamenteiro e esse lhes passará suas respectivas cartas de liberdade e se nesse caso por algum motivo justo não derem a dita quantia ao testamenteiro, lhes conceda mais a metade do dito prazo e se ainda nesse caso não apresentarem o valor, serão vendidos e as quantias apuradas serão entregues à igreja de forma que melhor possa ser empregado em missas dedicadas à alma da testadora.²⁵⁰

Os testamentos tem o propósito de administrar a economia familiar sendo utilizados para diversos acertos de contas. Pedro de Barros Siqueira, em seu testamento em 1887 se declara credor de diversas pessoas na cidade, por dinheiro concedido em empréstimo, e que “tudo consta de obrigações existentes em seu poder e de seus assuntos”. Reconhece também ser devedor de obrigações firmadas ao Ten. Cel. Joaquim Pereira Guimarães e ao Ten. Cel. Francisco Alexandre Ferreira Mendes, moradores da Vila de Diamantino, e declara ainda que “ao seu camarada de nome Manoel da Conceição é devedor da quantia de 180 mil réis”. Siqueira faz também constar em seu testamento que é devedor da quantia de um conto e duzentos mil réis que tomou emprestado de Maria Benedita de Figueiredo, e que deixa como pagamento a essa credora sua escrava de nome Crescência, que deverá prestar serviços

²⁴⁸ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993. P.113

²⁴⁹LARA, Sílvia Hunold. *Sob o signo da cor: trajés femininos e relações raciais nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, 1750 – 1815*. Colonial Latin American Review, New York .1997. p. 10.

²⁵⁰ ROCHA, Op. cit., p. 162.

durante sete anos, a contar da data do seu falecimento. Apresentando situação diversa, alguns testamentos indicam doação de bens ou de benefícios a familiares, conforme a seguir:

Tabela 5– Doações testamentárias para familiares nos testamentos

Ano	Testador	Doações de bens para Familiares
1880	Mariana Cândida de Holanda	Declaro que não tenho herdeiro necessário, nem ascendentes e nem descendentes portanto instituo por meu universal herdeiro a meu sobrinho Antonio Paes de Proença, filho do meu irmão Gregório Paes Falcão, que a muitos anos vive em minha companhia
1880	João Pedro de Figueiredo	Declaro que sendo solteiro tive neste estado quatro filhos com Ana D'Arruda, mulher solteira e sem impedimento algum, os referidos filhos estão reconhecidos por escritura publica no primeiro cartório desta cidade, e por este testamento o ratifica, e institui aos mesmos por seus universais herdeiros
1881	João Francisco de Macedo	Institui por sua universal herdeira a sua dita mulher Ana Maria Rodrigues
1883	D. Ana Maria da Conceição	Instituo meus legítimos e universais herdeiros os meus quatro filhos
1885	Izabel de Arruda Maciel	Disse que institui por sua universal herdeira sua única filha, D. Ana de Arruda Botelho.
1885	Tenente Coronel José Leite Galvão	Declaro d. Maria Joaquina de Toledo Galvão minha esposa minha única e universal herdeira.
1898	D. Izabel Dias de Figueiredo	Declaro que não tenho herdeiro ascendente e nem descendente, pela que institui por meu universal herdeiro o meu marido Agostinho Leite Botelho.

Fonte: Livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

Constatamos que a doação de bens ou de benefícios a familiares, amigos e instituições e o perdão de dívidas diversas, como a concessão de liberdade a escravos, eram práticas bastante comuns nos testamentos oitocentistas e refletem a mentalidade do século XIX entre aqueles que se julgavam próximos da morte e buscavam desapegar-se das coisas terrenas para elevar seu espírito ou sua alma para as coisas de Deus. Mas, sem desprezar o prestigiado

efeito das missas, sempre solicitadas como uma das mais importantes manifestações de temor à morte e de cuidado com a própria alma.

Além dessas doações para familiares, outros testamentos trazem doações para igrejas e capelas, como Henrique Carvalho Silva que em seu testamento doa a quantia de duzentos mil réis à Igreja de São Gonçalo e a mesma quantia à Capela de Nossa Senhora da Guia, em troca determina que rezem por sua alma vinte missas, sendo uma de corpo presente.²⁵¹ O testamento de Vicente Antonio da Silva apresenta uma declaração deixando para a Capela de Nossa Senhora da Guia do Coxipó da Ponte uma casa em frente à mesma capela além de um escravo de nome Luiz, que estava fugido.

Alguns testamentos trazem declarações que permitem identificar o reconhecimento daqueles que os ajudaram a viver e a morrer. Manoel Rodrigues Fontoura faz em seu testamento, após as disposições religiosas e a distribuição de bens, a disposição de um legado de 100 mil réis para a senhora Maria Benedita da Silva e outros 100 mil réis para sua prima Maria Correa de Assunção, em remuneração pelos bons serviços que lhe prestaram durante a sua enfermidade. Conforme Reis, a solidariedade para com doentes e agonizantes era um dever cristão, não raramente recompensado, nos testamentos, em bens móveis, imóveis ou moeda corrente.²⁵²

A partir da Guerra do Paraguai e da disseminação da varíola na cidade de Cuiabá aparecem nas determinações testamentárias a aceitação dos enterramentos nos cemitérios da cidade, através de indicações dos testamenteiros de que seus corpos sejam inumados no Cemitério da Piedade confirmando transformações nas relações de homens e mulheres cuiabanas com a morte e as práticas de enterramentos, propiciando também a constituição de túmulos familiares, conforme veremos no item três do capítulo quatro desta tese.

Ainda sobre os locais de enterramentos, conforme tabela seguinte, alguns testamentos fazem referência aos cemitérios das irmandades religiosas da cidade, conforme o testamento de D. Ignez Maciel Fontes já citado que determina seu enterramento em Cemitério da Irmandade do Sr. Bom Jesus de Cuiabá, no interior do Cemitério da Piedade. Os testamentos de Pedro de Barros Siqueira e João Augusto Rondon registram que seus corpos sejam sepultados no Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, também no interior do Cemitério da Piedade. Trata-se, respectivamente, conforme já referido, da irmandade dos brancos e da irmandade dos pardos de Cuiabá.

²⁵¹ Testamento de Henrique Carvalho Silva, de 13 de outubro de 1873. do livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Público de Mato Grosso- APMT

²⁵² REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 102

Tabela 6– Determinação de local de enterramento

Ano	Testador	Determinação de local de enterramento
1884	Benedito Pereira Leite	Deseja que seu corpo seja enterrado no Cemitério de Santa Cruz da Vila de Nossa Senhora de Livramento.
1884	D. Ignez Maciel Fontes	Pede enterramento em cova da Irmandade do Senhor Bom Jesus desta cidade.
1885	João Augusto Rondon	“Que meu corpo seja sepultado no cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte”.
1885	Ceselina Maria de Oliveira	Desejo que meu corpo seja enterrado no cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá
1885	Izabel de Arruda Maciel	Pede seu sepultamento no cemitério desta paróquia.
1887	Pedro de Barros Siqueira	Pede enterramento no cemitério de Nossa Senhora da Boa Morte.
1892	Comendador Joaquim Felicíssimo D’Almeida Louzada	“Que seja enterrado meu corpo no cemitério de Nossa Senhora da Piedade”

Fonte: Livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

D. Ceselina Maria de Oliveira elenca em seu testamento diversos bens destinados aos seus herdeiros, incluindo a casa onde morava, escravos do serviço da casa, objetos de ouro e prata, como salvas, talheres e castiçais de prata e joias de ouro, além de móveis de jacarandá e louça de seu uso. Deixa também a quantia de duzentos mil réis para a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá em cujo cemitério deseja que seu corpo seja enterrado. Os bens que enumera e deixa para seus herdeiros e a irmandade da qual faz parte identifica Dona Ceselina como uma mulher da elite da cidade.

No século XIX a morte é considerada uma passagem que, conforme Ariès, não admite fraudes, por isso deveria ser organizada com adequadas cerimônias²⁵³. Homens e mulheres oitocentistas não duvidam de que haja no Universo uma parte invisível e incognoscível, e acreditam que entre o mundo terreno e o espiritual existe uma fronteira transponível. Dessa

²⁵³ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

forma, os mortos estarão sempre presentes entre os vivos, especialmente durante as cerimônias religiosas e quando são convocados pelos vivos a interceder em seu favor. As igrejas, definidas como locais de oração e devoção devem servir aos vivos e aos mortos.²⁵⁴

Essa relação de proximidade com a morte diferencia-se bastante da que se vive hoje. Duby afirma que no período medieval a morte era menos aterrorizante, pela certeza de que não haveria um desaparecimento completo; pelo contrário, havia a garantia de sobrevivência, senão corporal, pelo menos espiritualmente, esperando a ressurreição dos mortos. Essa morte medieval não era o fim de tudo, como contemporaneamente muitos acreditam, pelo contrário, era uma passagem para uma outra existência.²⁵⁵ Para homens e mulheres cuiabanos do século XIX, a morte causava angústia e medo, merecendo cuidados especiais identificados nos testamentos oitocentistas. Fontes primordiais para estudo do comportamento de homens e mulheres diante da morte, os testamentos, geralmente efetuados nos momentos que a precedem expressam as últimas vontades dos testadores quanto aos seus bens materiais, assim como quanto às suas necessidades da alma²⁵⁶.

Podemos imaginar que quando se dava o confronto inevitável entre o pecador e a iminência da morte, representada pelas consequências de um conflito armado, por uma perigosa enfermidade ou outras contingências decorrentes de alguma situação de perigo, era então recomendável que se fizesse um testamento cristão, em troca da tranquilidade necessária para enfrentar esse momento. Em Cuiabá, no entanto, quando do enfrentamento dos infortúnios apresentados, isso não ocorreu. Como já afirmamos, não encontramos nos arquivos testamentos da década da guerra e da varíola.

O testamento de João de Souza Neves, filho legitimado de Floriano de Souza Neves, foi o único encontrado em nossa pesquisa com referências à Guerra do Paraguai e à epidemia da varíola. Morto aos 29 anos de idade, em decorrência da varíola, Neves expressa seu desejo de ter um sepultamento “sem ostentação alguma, somente com decência”, e em seguida solicita que sejam rezadas 60 missas, das quais 20 por sua alma, 20 pelas almas de seus pais e 20 pelas almas de seus parentes falecidos de varíola. Pede ainda que se distribua a pobres, órfãos ou viúvas da cidade 200.000 réis como esmolas.²⁵⁷

Durante o desenrolar do conflito armado, quando a cidade é tomada pela epidemia de varíola a realidade local se altera a tal ponto que os testamentos deixaram de ser feitos,

²⁵⁴ DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985. p. 124.

²⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 127.

²⁵⁶ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá, 1850-1901*. Cuiabá: Ed. Central de Texto, 2005. p. 123.

²⁵⁷ Testamento de João de Souza Neves, efetuado em Cuiabá em 11 de outubro de 1888. do livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

segundo Moutinho os religiosos que comumente os redigiam deixaram de ser procurados para tal e para prestar assistência aos familiares e a extrema-unção aos moribundos, visto que muitos deles também teriam sido açoitados pela peste²⁵⁸.

O feitio dos testamentos lentamente se transforma, principalmente em relação às determinações religiosas cada vez mais restritas enquanto esses documentos se caracterizarão cada vez mais como instrumentos de transmissão de bens móveis e imóveis. Alguns testamentos, no entanto, ainda apresentarão influências religiosas conforme naquele mandado escrever em 1906 por D. Maria José das Neves²⁵⁹, legando ao Senhor Bom Jesus, padroeiro de Cuiabá, e a Nossa Senhora da Conceição a propriedade de várias casas, enumerando-as e deliberando a administração delas ao Bispo Diocesano D. Carlos Luiz D'Amour.²⁶⁰

Neste estudo de testamentos constatamos que todos temiam a morte, principalmente aquela sem preparação e cuidados, que chegava de surpresa e podia impedir que a alma tivesse o descanso eterno em um bom lugar. Esse temor, no entanto, deveria ser mantido sob controle, pois, era necessário fazer a preparação do corpo e da alma para facilitar a passagem para o além. Fazer um testamento tinha como principal objetivo buscar segurança e tranquilidade diante da morte, era parte da preparação para esse momento.

2.3 Novas práticas de enterramento em Cuiabá – Imigrantes italianos no cemitério e no ritual funerário – Sardi, Gaeta e Tenuta

A Família Real Portuguesa, quando chega ao Brasil em 1808, acompanhada de extensa comitiva formada por boa parte da corte portuguesa, trouxe consigo não apenas hábitos e costumes civilizatórios, mas também instituições europeias e uma máquina administrativa estatal que fundamentará uma nova realidade, fundada na abertura dos portos, que passam a receber mercadorias, modas e costumes do velho continente, alterando os trajes e costumes da sociedade brasileira das áreas urbanas. O que poderia ser considerado supérfluo também chega à antiga colônia influenciando o modo de vida, as vestimentas e adornos pessoais, sejam eles

²⁵⁸MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Noticia sobre a provincia de matto grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo. Typ. Schroeder, 1869.

²⁵⁹D. Maria José das Neves 1906 do livro 253 - Estante 12 - do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

²⁶⁰ Testamento de D. Maria José das Neves, de 10 de agosto de 1906. ROCHA, Maria Aparecida B. Barros. .A Guerra do Paraguai, a epidemia de varíola e os testamentos oitocentistas, In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir. *Brasil e Paraguai – Uma releitura da guerra*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2012.

fitas ou rendas de variadas cores, sejam tecidos e detalhes nas roupas de homens e mulheres de diferentes camadas sociais, em todos os momentos de suas vidas e mesmo após suas mortes²⁶¹.

A Província de Mato Grosso pouco vislumbrou dessa nova condição, em virtude da distância dos grandes centros do Império e também em consequência da Guerra do Paraguai. Cerca de meio século mais tarde, a ligação fluvial de Cuiabá com a capital do Império e com os países andinos foi incrementada, proporcionando não apenas o recebimento de mercadorias, como também do fluxo migratório, proveniente de outras províncias, e imigratório, de países como a Itália.²⁶² Uma pequena colônia italiana se fixou em Cuiabá e fundou casas comerciais voltadas para a exploração das riquezas naturais da região, tais como: borracha, madeira, couro, peles de animais e outros.

A cidade de Cuiabá, nas primeiras décadas do século XX, contava com diversas casas comerciais voltadas para importação, exportação, representações e transações comerciais e bancárias, como: Henrique Hesllen&Sergel; Orlando Irmãos & Cia; Almeida & Companhia; Adolpho Brandes – Importação, Exportação e Representações; Alexandre Addor – Importação e Exportação; Gabriel Francisco de Mattos, Nicola Verlangieri e Filhos Comissões e Consignações; Paulo Schmidt & Jorge Andreas; e Casa Franceza Bretant & Martin Representações e Consignações.²⁶³

Os construtores italianos Giuliano Capriata e os irmãos João e José Sardi, radicados em Cuiabá no nascente século XX, participaram da construção de prédios da cidade, como o sobrado edificado em 1873 na esquina da Rua de Baixo, atual Rua Galdino Pimentel, com a Rua Campo Grande. Esse edifício, de estilo moderno para a época abrigava uma grande casa comercial: a Casa Orlando Irmãos e Cia, que, realizava transações bancárias, desenvolvia comércio de exportação e importação de diversos produtos e era grande proprietária de seringais, privilegiando o comércio de borracha da região. O estilo arquitetônico do edifício lembra as construções europeias e reflete o poder econômico de seus proprietários.²⁶⁴

²⁶¹LARA, Sílvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII), IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil – Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 183.

²⁶² Maria Elízia Borges afirma que, nas últimas décadas do oitocentos, o estado de São Paulo recebeu grande fluxo de migrantes italianos, dentre eles os primeiros marmoristas. BORGES, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890 a 1930)- Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Ed. Com Arte, 2002.p. 57

²⁶³ GOMES, Cristiane T. do A. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá*. Cuiabá: Ed UFMT/Entrelinhas, 2005. p. 114-116.

²⁶⁴ ÁLBUM GRÁFICO DE MATO GROSSO. Corumbá/Hamburgo,Alemanha: [s.n.] 1914.

Sobre o sobrado da Casa Orlando cabe uma definição de Emanuel Araújo sobre as moradias da colônia, cujo estilo permanece no Império: casas térreas e sobrados.²⁶⁵ Enquanto as casas térreas de chão batido eram moradias familiares dos pobres, os sobrados tinham assoalho e mais requinte e representavam a riqueza. Nesses casos, os pavimentos térreos costumavam ser destinados à moradia dos escravos ou a atividades comerciais, como lojas ou armazéns, enquanto no segundo pavimento ficavam os aposentos da família.²⁶⁶



Figura 5 - Casa Orlando, construída por João e José Sardi em 1873 (Cuiabá, MT)
Fonte: Acervo da autora. Foto de 20 de agosto de 2011.

Catroga, referindo-se às necrópoles oitocentistas europeias, considera-as de acordo com a tradução romântica, como uma tentativa de negação da morte do outro, e, da mesma forma, como uma instância de imortalização. Assim, a morada do morto, o jazigo-capela, eleva-se a algo semelhante à casa residência da família, um centro privilegiado, a necrópole considerada análoga à cidade dos vivos.²⁶⁷

A Figura 6 a seguir apresenta o jazigo-capela da família Orlando, primeiro túmulo desse porte construído no Cemitério da Piedade, no século XX. Em local privilegiado, na

²⁶⁵ ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2ª edição. p. 73.

²⁶⁶ Viajantes como John Luccock (*Notas sobre o Rio de Janeiro*, Belo Horizonte – São Paulo, Ed. Itatiaia, 1975. p. 25) e Maria Graham (*Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução: Américo Jacobina Lacombe; São Paulo, Editora Nacional 1956. p. 132) observaram essa forma de habitação no século XIX, respectivamente no Rio de Janeiro e na cidade do Recife. Em Cuiabá, essa forma de moradia acoplada ao comércio da família predominou entre os mais abastados nos séculos XIX e XX.

²⁶⁷ CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999. p. 17.

parte mais alta desse campo de inumação, onde se aglomeram os grandes túmulos monumentos do século XIX. O hábito de construir túmulos de altares ou pequenas capelas no interior dos cemitérios vem do século XIX como uma reação da sociedade ante a proibição dos enterramentos nas igrejas. Se os enterramentos não mais podiam ser feitos no interior das igrejas, os jazigos-capela passam a ser construídos no interior dos cemitérios, lembrando as capelas católicas.²⁶⁸



Figura 6 - Imagem de túmulo da família Orlando, no interior do Cemitério da Piedade (Cuiabá, MT) - Fonte: Acervo da autora. Foto de 20 de agosto de 2011.

Esse jazigo-capela da família Orlando, poderia ter sido construído pelos irmãos Sardi, que participaram das transformações arquitetônicas da cidade, conforme veremos a seguir. Até meados do século XIX predominavam na capital mato-grossense as casas de beirais, as fachadas despidas de ornatos, as janelas retas, os caixilhos de guilhotina e as rótulas que se abriam para fora. Conforme Póvoas, os italianos introduziram em Cuiabá as platibandas, substituindo os antigos beirais; as fachadas passaram a ser decoradas; as janelas encimadas por arcos mouriscos, quase sempre com vitrôs coloridos; os caixilhos e rótulas substituídos por venezianas e postigos.

²⁶⁸ VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História – Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997. p. 328.

Essas tendências arquitetônicas, definidas como neoclássicas, fazem com que Cuiabá perca características coloniais de origens portuguesas e insere novas possibilidades de ornamentação e acabamento nas moradias e casas de comércio. A cidade do século XVIII apresenta nova caracterização. Os irmãos Sardi deixaram várias contribuições à arquitetura da cidade, como o Palacete do Presidente,²⁶⁹ com sacadas decoradas com balaústres, construído em 1883 e localizado no centro antigo da cidade, na Praça Alencastro. Foi assim chamado por servir de residência aos Presidentes do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa e Joaquim Augusto da Costa Marques durante a Primeira República e é exemplo de uma nova arquitetura em Cuiabá nos primeiros anos do século XX.²⁷⁰



Figura 07 - Palacete do Presidente, a Casa Laraya, construído pelos Irmãos Sardi.
Fonte: LACERDA, Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso – Bens edificados tombados pelo Estado e União*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008.p. 32.

O Palacete dos Presidentes foi uma das primeiras moradias edificadas com tijolos na cidade de Cuiabá abrigou a família do Barão de Casalvasco e posteriormente a família do Desembargador Firmo José de Matos. Mais tarde foi endereço da Comissão Rondon, e em seguida pertenceu a Francisco Laraya, proprietário do Cine Teatro Cuiabá nos anos 1940; hoje é um pequeno centro comercial. Esse imóvel foi restaurado e tombado como parte do Centro Histórico da cidade de Cuiabá, assim como o sobrado da Casa Orlando, que aguarda restauração, conforme tombamento federal.²⁷¹

²⁶⁹ PÓVOAS, Lenine. *Italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989, p. 86.

²⁷⁰ Id. *Ibid.*, p. 88.

²⁷¹ Tombamento Federal: 01.10.1987 \ Processo: 1.180-T-85. Homologação do tombamento: 04.11.1992/Registro do tombamento no Livro de Belas Artes, Livro Histórico e Livro Arqueológico, Histórico e

Outro edifício de destaque construído pelos irmãos Sardi é o prédio conhecido como Tesouro do Estado. É uma construção de planta quadrada, com fachada principal marcada por uma porta centralizada e três janelas de cada lado, flanqueada por duas meias-colunas que apoiam o frontão.²⁷² Originalmente construído para abrigar Repartições de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, depois foi sede da Secretaria de Estado de Turismo e atualmente abriga o Museu Histórico do Estado.²⁷³

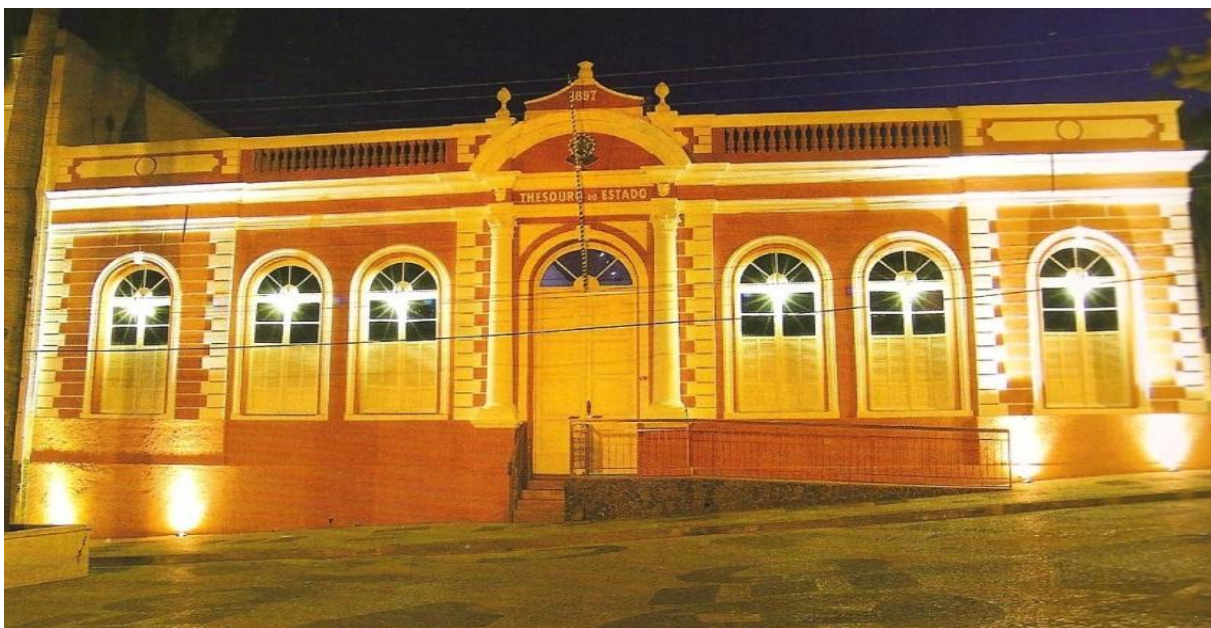


Figura 8 - Prédio do Tesouro do Estado, construído pelos Irmãos Sardi
 Fonte: LACERDA. Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso – Bens edificados tombados pelo Estado e União*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008.

João Sardi foi o responsável pela execução de obras também no Bairro do Porto, como o prédio que sediou a Casa Dorsa, na Avenida 15 de Novembro, próxima à Igreja de São Gonçalo. Essa empresa foi responsável pela importação, diretamente da Itália, do primeiro automóvel de passeio da cidade de Cuiabá, um Fiat tipo 52, adquirido por D. Francisco de Aquino Corrêa, então governador do Estado e arcebispo de Cuiabá.²⁷⁴ Essa edificação foi demolida em nome do “progresso”.

Os irmãos Sardi estabeleceram em Cuiabá a primeira fábrica de mosaicos para pisos, ladrilhos hidráulicos, em duas ou três cores. A partir de então, os moradores da cidade tiveram a possibilidade de abandonar o uso dos antigos tijolos de barro batido, em favor dos artísticos

Paisagístico em 24.03.1993. LACERDA. Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso – Bens edificados tombados pelo Estado e União*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008.

²⁷² FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*, Cuiabá: EdUFMT, 1997. p. 60.

²⁷³ LACERDA. Op. Cit. P. 47

²⁷⁴ PÓVOAS, Op. cit., p. 90.

mosaicos, de inspiração árabe.²⁷⁵ Esse tipo de piso ainda é encontrado em Cuiabá em algumas antigas residências, preservadas por familiares ou tombadas como Patrimônio Histórico Cultural.



Figura 9- Mostra de Ladrilho hidráulico da década de 1940
 Fonte: LACERDA. Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso – Bens edificados tombados pelo Estado e União*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008.p. 81.

Os irmãos Sardi atuaram também na construção de obras públicas, como a construção de casas para a administração da Província, aquedutos e pontes de pedras, hoje já desaparecidas.²⁷⁶ Realizaram também obras de higienização da cidade, como a canalização do Córrego na Travessa Vilas-Boas com canos de cimento, para melhor escoamento das suas águas da mesma forma no Córrego da Prainha. Para essa execução concorreram a municipalidade e os cofres do Estado, visto o deplorável estado dos referidos córregos na estação de seca, pois vinham servindo para despejo de lixo.²⁷⁷ Trabalhos em pedra talhada, como fontes ornamentais, também foram especialidades dos irmãos Sardi. A atuação deles ultrapassou os limites da cidade dos vivos, fazendo-se presente também nos cemitérios, com lápides sepulcrais e ornamentos fúnebres. Trataremos desses itens no Capítulo IV desta tese. Em 27 de agosto de 1911 o jornal *A Cruz* publicou um anúncio fúnebre lamentando o falecimento de João Sardi, seu corpo foi enterrado no Cemitério da Piedade, onde também prestou serviços, em um túmulo ornamentado com representação de um pequeno anjo alado.

²⁷⁵ Id. Ibid.

²⁷⁶ SIQUEIRA, Op. cit., p. 30.

²⁷⁷ Proposta do governador do Estado Generoso Paes Leme de Souza Ponce à Assembleia Legislativa, em 2 de setembro de 1907. APMT

Identificamos diferentes relações entre imigrantes italianos e a população local em diversos ramos de negócios: o comércio, importação e exportação de secos e molhados e os serviços de casas funerárias. Essas empresas chamam atenção pela utilização de anúncios nos principais jornais da cidade, como este publicado no jornal *O Comércio*:

EMPRESA FUNERÁRIA

Prontifica caixões mortuários desde os mais simples até os mais luxuosos, por preços sem concorrência. A empresa também executa todos os serviços de carpinteiro, confecciona colchões de arame e prepara telas com as mais chiques molduras.

PREÇOS DOS CAIXÕES MORTUÁRIOS PARA ADULTOS

Nº1 – Forrado de veludo de seda	400\$000
Nº2 – Idem de belbutina dourada – 1ª qualidade	– 350\$000
Nº3	2ª qualidade – 300\$000
Nº4	4ª qualidade – 250\$000
Nº5	2ª qualidade – 200\$000
Nº6	lisa de 1ª qualidade – 175\$000
Nº7	lisa de 2ª qualidade – 150\$000
Nº8	Idem de laminas com escamas – 125\$000
Nº9	Idem de laminas lisas – 100\$000
Nº10	Idem de marinó – sem pés - 80\$000
Nº11	Idem de chita com galão superior – 60\$000
Nº12	Idem de chita com galão inferior – 50\$000

NOTA: os caixões de nº 1 e 2 têm direito à armação de primeira classe para câmara mortuária e velas durante a exposição; os números 3 e 4 a mesma armação sem velas e o nº 5 armação de segunda classe sem velas.

PARA CRIANÇAS

Nº 1 – Forrado de finíssimas laminas prateadas – de 60\$ a 120\$000
Nº2 – Forrado de cetim de primeira qualidade – de 50\$ a 110\$000
Nº3 – Forrado de belbutina cor de rosa – de 40\$ a 100\$000
Nº4 – Forrado de setineta branca lavrada – de 30\$ a 90\$000

NOTA: Os preços mencionados em primeiro lugar são para os caixões de 0,50m; o excedente dessa dimensão pagará 1\$000 cada cm .

Empresa Funerária de Vicente Gaeta, estabelecida na Rua Ricardo Franco.²⁷⁸

O anúncio apresenta diversos tipos de caixões oferecidos pela empresa funerária de Vicente Gaeta para enterramentos de adultos e crianças, enumerados e identificados em ordem decrescente, de acordo com o custo monetário correspondente à qualidade dos tecidos utilizados em seu revestimento. Morte e vida estavam entrelaçadas inclusive nas relações comerciais, pois o mesmo anúncio que oferece caixões mortuários, também oferece serviços de mobiliário e de decoração como colchões e molduras para ornamento dos túmulos. Mais uma vez se confirma que a morte não iguala defuntos e familiares nem os preparativos para os

²⁷⁸ Jornal O Comércio. Anúncio da Empresa Funerária de Vicente Gaeta. Cuiabá, 10, 17, 24 e 31 de março de 1910.

enterramentos, pois estes envolvem, além dos caixões, a *armação*²⁷⁹ da sala funerária, com a utilização de diversos serviços como tecidos, velas e ornamentos de qualidade e valores diferenciados, artigos que, conforme o anúncio, vão desde ao mais simples até aqueles considerados luxuosos.

Os trajes utilizados por vivos e mortos apresentam uma linguagem própria, cuja visibilidade denuncia a existência de uma hierarquia social. Numa realidade em que a maioria das pessoas não era letrada, identificar esses indícios era muito importante: o poder e o prestígio deveriam estar postos a olhos vistos.²⁸⁰ Ainda conforme o anúncio, apenas os enterramentos efetuados em caixões forrados com veludo de seda e belbutina dourada, utilizados por famílias com maior poder aquisitivo, recebiam o velório “armação de primeira classe para câmara mortuária e velas durante a exposição do cadáver”, o velório, enquanto os caixões de números 3 e 4 contariam com a mesma armação de primeira classe, porém, sem velas, e o caixão de nº 5 teria armação de segunda classe, sem velas. Os demais tecidos e serviços mais simples certamente não contariam com a mesma armação e velas.

Os caixões eram forrados com tecidos de boa qualidade, como o veludo de seda e a belbutina dourada, ou de qualidade inferior, como o cetim, a belbutina rosa e a setineta, utilizados principalmente nos caixões de crianças. Para atender as famílias menos afortunadas, havia outras opções de caixões, cujos preços eram bem mais acessíveis, enquanto o transporte do cadáver poderia ser feito pelos familiares a pé, levando o corpo em redes ou acompanhando a padiola da Santa Casa de Misericórdia em direção ao cemitério. A empresa funerária, de acordo com o contrato firmado com o município, deveria efetuar gratuitamente os enterramentos dos pobres, no entanto, estes eram efetuados pela Santa Casa, conforme discussão apresentada no capítulo III desta tese.

Desde o século XV a utilização de tecidos, ornatos e adornos pelos vivos era preocupação constante das autoridades portuguesas, e por isso as Ordenações Filipinas

²⁷⁹ Decoração da casa ou da igreja para velório e enterro; os encarregados desses serviços seriam os armadores. Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 115

²⁸⁰ LARA, Sílvia Hunold. *Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, 1750 – 1815*. Colonial Latin American Review, New York .1997. p. 3. Ainda sobre essa questão, ver: ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987; RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta do Antigo Regime*. São Paulo: Brasiliense, 1983; e LIPOVETSKY, Gilles. *O Feérico das aparências - O Império do Efêmero*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 27-68.

passam a permear o universo sócio-material do vestir na legislação real.²⁸¹ Em 25 de janeiro de 1667, uma lei pragmática afirmava que nenhuma pessoa poderia vestir-se de tecidos não fabricados no reino, como também não poderiam usar rendas, cintos, talins, boldriés e chapéus que não fossem feitos no país.²⁸² A Lei Pragmática de 24 de maio de 1749²⁸³ regulou a proibição do “luxo e excessos dos trajés, carruagens, móveis e luto”, e em seu Capítulo IX proíbe o uso de sedas e outros tecidos finos, além de adornos e joias de ouro ou prata aos negros, mulatos, filhos de negros ou mulatos, de um ou outro sexo, ainda que se achassem forros ou nascessem livres. No século XVIII, tecidos de linho e seda, serafinas, rendas e veludos, debruados de ouro e prata, eram permitidos apenas para as raras aparições das senhoras, enquanto às pessoas comuns eram indicados panos de tipo inferior, como picote, canequim, calhamaço, picotilho, raxeta, fradenha, raxa e palmilhadas.²⁸⁴ Essa lei, como outras anteriores do Conselho Ultramarino, buscava manter a função simbólica do vestuário como marca de distinção social.²⁸⁵

Essa distinção não se limitava aos vivos, pois também determinava a forma de utilização de mortalhas e rituais de enterramento, imbricadas de questões morais, raciais, de gênero e, sobretudo, culturais.²⁸⁶ Sabe-se que muitas proibições foram costumeiramente burladas ou desobedecidas em vida, muito provavelmente, não seria diferente na hora da morte, ocasião especial que justificaria, da família enlutada, um esforço no sentido de oferecer enterramento digno ao seu morto, providência que poderia justificar a desobediência à legislação que enquadrava a qualidade de tecidos para uso dos vivos. Ewbank registra no Rio de Janeiro, por ocasião das festas do Rosário e Lampadosa, os escravos vestindo seus

²⁸¹Sobre os capítulos gerais das Cortes de Torres Novas de 1525 e das Cortes de Évora de 1535, ver: BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, reservados, códice 676, fólhos 44-48. A El-Rei Dom João, nosso senhor, terceiro deste nome: Pragmáticas de D. João III: XV rei de Portugal, publicadas na cidade de Lisboa. In: ZANELATTI, Simone. *Sobre o vestuário e suas representações na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1818)*, Dissertação (Mestrado em História) da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2004 p. 64.

²⁸²REZENDE, Garcia apud PIRES, Antônio T. *Crônica de D. João II*. In: ZANELATTI, Simone. *Sobre o vestuário e suas representações na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1818)*, Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT. Cuiabá 2004, p. 66.

²⁸³ Sobre a Lei Pragmática, ver: LARA, Sílvia Hunold. *Sob o signo da cor: trajés femininos e relações raciais nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, 1750 – 1815*. Colonial Latin American Review, New York .1997; e ZANELATTI, Simone. Op. cit.

²⁸⁴ DIAS, Maria Odila S. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 95-98.

²⁸⁵ LARA, Sílvia Hunold. *Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil – Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 180. Ver também: ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia.

²⁸⁶ Id. Ibid., p. 183.

santos com tecidos finos e criando trajés elegantes para si mesmos.²⁸⁷ Se conseguiam na capital do Império montar estratégias de fuga, apesar da vigilância mais eficiente, por que não conseguiriam, em Cuiabá, fugir das determinações de enterramento sobre os revestimentos de caixões e feitiços de mortalhas?

Julita Scarano, ao analisar vestimentas de escravos e forros na região de Minas Gerais no século XVIII, privilegia as contradições, ambivalências e estratégias de fuga nas relações escravistas. Apesar das leis proibitivas, das promessas de punição e das contínuas reclamações dos brancos quanto ao uso de galas pela gente de cor, coibindo-os de se vestirem como eles, os escravos buscavam brechas no sistema para se manifestar e se vestir de acordo com suas vontades.²⁸⁸ Acreditamos que a realidade da vida resvalava nos momentos de enfrentamento da morte, quando igualmente não se respeitavam os impedimentos legais.

Maria Inês de Oliveira, em estudo sobre as representações acerca da morte de libertos na Bahia nos séculos XVII a XIX, revela que os moribundos temiam morrer sem ter feito testamentos e a preparação adequada. Problematizando o sentido da morte para homens e mulheres herdeiros da religião africana e convertidos ao catolicismo, a autora destaca o luxo dos funerais preparados pelos libertos como forma de buscar nivelamento social em numa última chance de estabelecer ou marcar lugar naquela sociedade fortemente hierarquizada.²⁸⁹

Em Cuiabá, os plantéis de escravos eram pequenos,²⁹⁰ e destinavam-se à execução de serviços domésticos. Alguns escravos comercializavam produtos diversos nas ruas da cidade e, para vencer dificuldades da escravidão, não raro burlavam o controle dos senhores roubando-os ou fugindo. Grande parte desses escravos que trabalhavam nas casas eram reconhecidos por sua fidelidade e serviços prestados, recebendo benefícios nos testamentos, como cartas de alforria, “trastes de casa”, joias, alfaias e outros objetos. Dessa forma, acreditamos que alguns deles pudessem usar tecidos mais finos, se não em vida, no *pós-mortis*.

Catroga, referindo-se aos signos funerários, enumera a pedra tumular, o caixão, o epitáfio, a estatuária e as fotografias, que induzem metaforicamente à ideia de incorruptibilidade do corpo. Para o autor, cada mortalha que dá forma ao cadáver impõe-lhe

²⁸⁷ EW BANK, Thomas. *Life in Brazil; or a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm...* 1856. Reimpressão. Detroit, 1971. apud KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 311.

²⁸⁸ SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais Século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 100-101.

²⁸⁹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790/1890*. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988. p. 87-91.

²⁹⁰ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993. p. 33.

uma espécie de máscara, como parte da preparação desse corpo, traindo nosso desejo de conter a putrefação à que ele se destina, porque ele é nada, não tem vida.²⁹¹

Testamentos oitocentistas confirmam que a vestimenta mortuária merecia cuidados especiais de homens e mulheres, sendo mais indicadas as mortalhas que imitavam vestimentas de santos e da Virgem Maria. No Rio de Janeiro do século XIX, a mortalha mais comum, segundo Debret, era a de sarja preta, confeccionada por negros alfaiates a serviço dos religiosos do Convento de Santo Antonio.²⁹² Alcinéia Santos pontua que no Rio Grande do Norte era comum o uso de hábitos dos franciscanos, de Nossa Senhora do Carmo, São João, São Miguel, Santo Agostinho e de Santa Rita, da mesma forma a busca de proteção e intercessão para graças divinas no *pós-mortis*.²⁹³ Na Bahia do século XIX, aqueles que testavam designavam mortalhas de vários tipos, merecendo destaque o hábito de São Francisco para homens e o hábito branco com véu negro para mulheres, além do hábito da Ordem do Carmo e o vestido e insígnias da Ordem de Cristo.²⁹⁴

Em Cuiabá, com a mesma intenção, aparecem nos testamentos e inventários oitocentistas os hábitos de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis. Esses documentos também trazem indicações de mortalhas e disposições para enterramentos, conforme consta do inventário e testamento de Dona Christiana Constança da Rocha.²⁹⁵ Além da relação de bens móveis, imóveis e escravos e sua distribuição entre os herdeiros, Dona Christiana também discrimina como deseja seu enterramento e os tecido e aviamentos a serem utilizados em sua mortalha. Conforme suas determinações, foram adquiridos na loja Martim Guilherme e Companhia,²⁹⁶ em 11 de novembro de 1874, 4 metros de morim; 2 metros de filó de seda preta; 4 metros de fita de cetim; 3,5 metros de cetim preto; 9,5 metros de gorgorão de seda preta; 4 metros de renda de crivo; 4,5 metros de renda palheta; 16 metros de galão dourado francês; 1 par de luvas de seda preta; 1 par de botinas; 6 metros de corda de linho; 1 caixa de alfinetes; 4,5 caixas de cera em velas; 2 garrafas de vinagre; e 1 peça de

²⁹¹ CATROGA, Fernando. O Céu da Memória – Cemitério romântico e culto *cívico dos mortos em Portugal* (1756-1911). Coimbra: Minerva, 1999. p. 15

²⁹² DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1839. p. 213.

²⁹³ SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos. *O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese de doutorado em História, UFG, 2011. p. 83.

²⁹⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 116.

²⁹⁵ Inventário de Dona Christiana Constança da Rocha, Cartório do 1º Ofício de Cuiabá - remessa antiga, caixa 62, doc. nº 1016. APMT.

²⁹⁶ A empresa Martim Guilherme e Companhia, na Rua Direita nº 12, mantinha amplo sortimento de mercadorias finas, como fazendas, objetos de armarinho, perfumaria, chapéus, roupas feitas, calçados, joias, brilhantes e ouro, além de fornecer também ferragens, espingardas, cobre, cera, guaraná superior e outros produtos, todos, conforme anúncio publicado no Álbum Gráfico de Mato Grosso de 1914, “da melhor qualidade e com preços cômodos”. Ver: ALBUM GRÁFICO DE MATO GROSSO. Corumbá/Hamburgo, Alemanha: [s.n.] 1914.

morim. O valor total foi de 110\$985, despendida pelo armazém de Martins Guilherme, conforme mandado efetuar por determinação da testamenteira.

Dona Christiana também destinou 6\$000 para a abertura de sua cova, além de 1\$000 referentes a $\frac{1}{4}$ de alqueire de cal, para ser utilizado em seu enterramento. A essas despesas são acrescidos mais 6\$800 de custos de funeral pago ao Cônego José Joaquim dos Santos Ferreira. Dona Christiana procurou, com seu inventário e testamento, organizar todos os detalhes considerados necessários para sua morte, assim como seu velório, mortalha e enterramento.

A testadora mandou ainda que fosse pago a Vicente Bispo o valor de 20\$800; a Pedro Halfman, 21\$000; a Rufino Dias Lessa, 2\$920; e ao Dr. Carlos José da Silva Nobre, o valor de 72\$000, perfazendo o total de 240\$705²⁹⁷. Esses pagamentos podem ser caracterizados como acertos de contas da testadora. De qualquer forma, essas informações são um indicativo da necessidade de fazer acertos de contas na hora da morte.

A cor e a qualidade dos tecidos faziam parte de um importante diferencial nas vestes dos vivos e também nas mortalhas e alfaias dos mortos. As cores e panos identificavam a condição econômica de quem os usavam e se eram livres ou escravos. Reis ressalta que negros e pobres usavam mortalhas brancas, enquanto a mortalha preta, cor considerada de luxo, era a mais usada entre os brancos na Bahia do século XIX. Para ter uma mortalha preta, portanto, era necessário dispor de maior poder aquisitivo, pois o tecido nessa tonalidade era mais caro.²⁹⁸ No entanto, usar branco nas mortalhas representava, para os cristãos, a crença na ressurreição e na vida eterna, por ser a cor do Santo Sudário.

A relação de tecidos no inventário de D. Chistiana indica que ela era uma mulher de posses, pois da lista de compras para sua mortalha constam tecidos e produtos finos, como seda e cetim, gorgorão de seda e um par de luvas de seda pretas, cor tradicional do luto. Seguindo os padrões culturais de comportamento, a cor preta identifica e simboliza a presença do infortúnio e a tristeza diante da morte.²⁹⁹ Na mitologia clássica, a própria morte aparece em uma veste zibelina,³⁰⁰ tecido originado da pele de animal, a marta-zibelina, muito valorizada

²⁹⁷ Era uma soma bastante alta se considerarmos que um escravo custava cerca de 250\$000, conforme ALEXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1850-1888)*. Brasília, DF. Ministério da Fazenda, 1984. p.42

²⁹⁸ REIS, Op. cit., p. 127.

²⁹⁹ ZANELATTI, Simone. *Sobre o vestuário e suas representações na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1818)*, Dissertação (Mestrado em História) da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2004. p. 22.

³⁰⁰ Termo designado aos mamíferos carnívoros do gênero *Martes*, da família dos mustelídeos, encontrados especialmente em áreas florestais do hemisfério norte. São semelhantes às doninhas, mas de cauda mais peluda. Algumas espécies, como a marta-zibelina, apresentam pelagem longa e sedosa, muito valorizada no comércio de peles. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Pascoal da Silva, 1721.

comercialmente.³⁰¹ Os tecidos pretos representam o ascetismo religioso e sexual, essa cor também é associada ao sobrenatural e aos poderes das trevas.

Além dos tecidos pretos finos, na preparação da mortalha de Dona Christiana foi necessária a utilização de tecidos rústicos, como o morim, utilizado para embalar o corpo, pois é indicada a compra de uma peça inteira e mais quatro metros. Para os detalhes de preparação e ornamentação do corpo, foram solicitadas fitas de cetim, além das rendas de crivo e de palheta, e do galão dourado. Uma quantidade muito grande de tecidos é reservada para preparar essa mortalha, mas além dos tecidos a relação apresenta outros artigos, como alfinetes para prender os tecidos em volta do corpo e um par de botinas. Seriam os enterramentos comumente realizados com os mortos calçados? A corda de linho citada, seria utilizada para descer o corpo à cova, no momento do enterramento. Foram compradas também duas garrafas de vinagre, muito provavelmente para serem utilizadas na higiene e preparação do corpo, como o último banho. O inventário cita ainda quatro caixas e meia de velas, que certamente seriam utilizadas no decorrer do velório, com objetivo de manter a sala ardente.

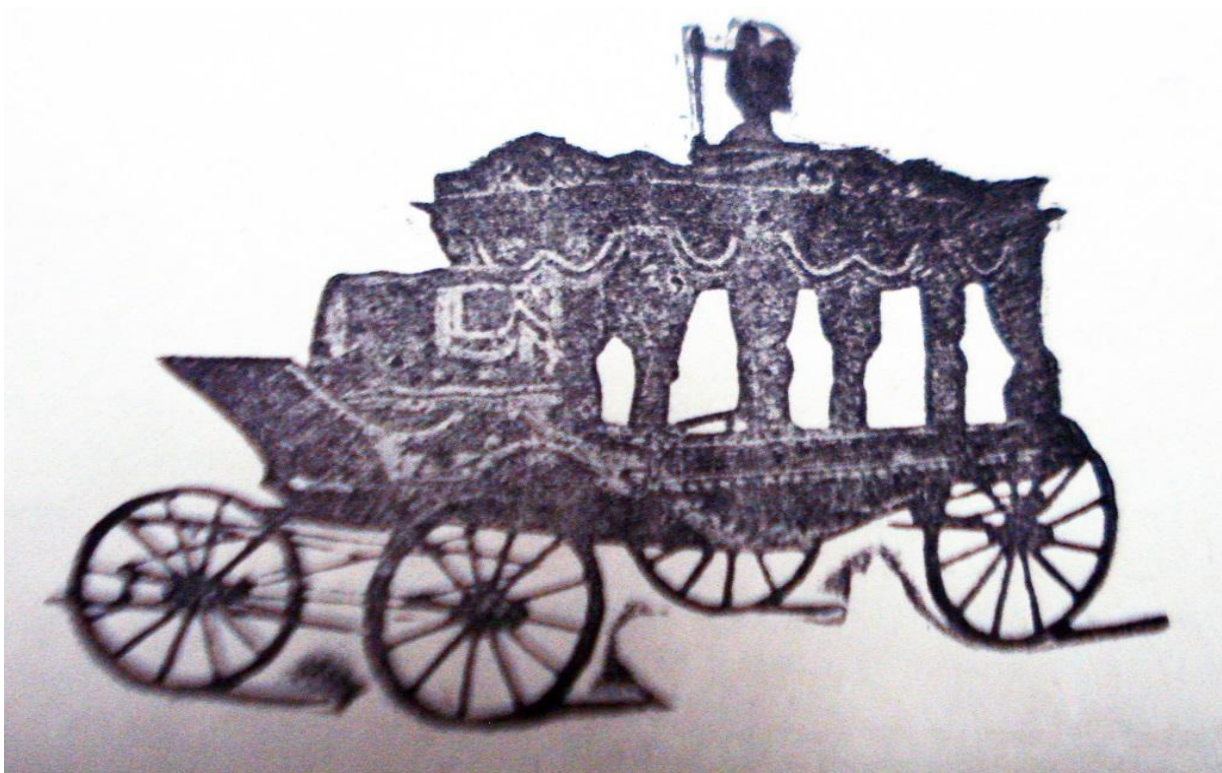


Figura 10 - Carro de transporte funerário da empresa de Vicente Gaeta
Fonte: Jornal *O Comércio*, março de 1910³⁰²

³⁰¹LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 85.

³⁰² Esse anúncio foi publicado semanalmente no jornal *O Comércio*, nos dias 10, 17, 24 e 31 de março de 1910.

Em Cuiabá a partir do século XX os caixões mortuários passam a ser utilizados em substituição às mortalhas ou em conjunto com elas no enterramento de crianças e adultos, é quando aparecem também os carros funerários, puxados por animais de sela, fazendo parte do ritual de enterramentos dos mortos dos grupos privilegiados da cidade.

O anúncio da Empresa Funerária de Vicente Gaeta,³⁰³ publicado pelo jornal *O Comércio* apresenta imagem de um carro funerário, proclamando o transporte de cadáveres como um dos serviços oferecidos por essa empresa. Os carros funerários utilizados em Cuiabá na primeira década do século XX apresentam semelhanças e diferenças se comparados àqueles do início do século XIX no Rio de Janeiro, conforme apresentados por Debret na imagem a seguir.



Figura 11 – Diversos carros funerários retratados por Debret, Rio de Janeiro. Fonte: DEBRET, Op. cit. Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet / apresentação de Lygia da Fonseca F. da Cunha. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

³⁰³Vicente Gaeta era italiano da cidade Rionero, Província de Basilicata, e chegou a Cuiabá em 1903. Logo passou a trabalhar, em sistema de sociedade em uma oficina de carpintaria e marcenaria, tornando-se conhecido na cidade pela fabricação de peças de mobília, mas, principalmente, pela fabricação de caixões mortuários e coches fúnebres, usado no transporte de defuntos para enterramentos nos cemitérios da cidade. IN: GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT/Entrelinhas, 2005.

O artista francês reúne vários tipos de cortejos fúnebres, muitos deles puxados por tração animal, com grande concorrência de assistentes, conforme teria presenciado na cidade, e os mais simples, em que dois negros transportam o cadáver em uma rede. Quase um século e muitos quilômetros de distância separam esses dois carros funerários, assim como as características que apresentam. Os carros funerários apresentados por Debret parecem muito mais aparelhados que os encontrados em Cuiabá e os condutores cariocas estão vestidos a rigor para essa última viagem. Talvez parte dessas diferenças possam ser creditadas à influência do olhar do observador ou os carros funerários e seus condutores se apresentavam dessa forma no Rio de Janeiro.

Em Cuiabá nas primeiras décadas do século XX, existiam duas empresas funerárias de propriedade de empresários italianos. Além de comercializar caixões, provavelmente também prestavam outros serviços funerários, como a armação da casa, a lavagem do morto e a vestimenta do cadáver, segundo sua condição social, para a última apresentação aos amigos e familiares no velório, que deveria ocorrer na sala principal da casa. Após o velório, a empresa funerária “escolhida” fazia o transporte do cadáver em carro funerário para o enterramento no Cemitério da Piedade ou no Cemitério de São Gonçalo de Pedro II.

Na mesma época, a Santa Casa de Misericórdia, único hospital de Cuiabá fazia o enterramento dos pobres, apesar de o contrato firmado com a empresa funerária de Vicente Gaeta indicar obrigatoriamente o oferecimento desses serviços. Logo a seguir, no capítulo III desta tese apresentamos uma discussão sobre a atuação da Santa Casa em Cuiabá, que, além de hospital, era também manicômio e fazia enterramento dos pobres.

Com o objetivo de divulgar seus serviços, Gaeta mandou publicar anúncios de sua casa mortuária também no jornal *O Matto Grosso*, nos quais garantia a boa qualidade e os bons preços dos serviços prestados, com atendimento a qualquer hora do dia ou da noite. No entanto, ressaltava que qualquer manufatura só seria entregue mediante pagamento à vista.³⁰⁴ Ele retorna à Itália em 1912 e no ano seguinte, ao regressar à Cuiabá como exímio marceneiro, começa a fabricar, segundo Póvoas,

caixões mortuários do mais perfeito acabamento. Construiu quatro carros fúnebres, todos artisticamente trabalhados, muitos semelhantes aos que eram usados na Itália de então. Além desses trabalhos, foi responsável pela construção de um púlpito localizado na Igreja de São Gonçalo, com escultura em madeira e filetes em alto relevo.³⁰⁵

³⁰⁴. Anuncio de empresa funerária de Vicente Gaeta publicado no jornal *O Matto-Grosso* em 01 de março de 1905, Cuiabá p. 3. APMT

³⁰⁵ PÓVOAS, Lenine. *Italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989. P.78

O jornal *A Cruz* divulgou os trabalhos de Gaeta, com destaque a um coche fúnebre de 2ª classe, definindo-o como “um moderníssimo carro sobre molas de aço elásticas e de um estilo escultural ao mesmo tempo sóbrio, delicado e clássico. Um trabalho digno de ser visitado, que representa um esforço em meio tão parco de recursos”.³⁰⁶

Essa obra honra sumamente o talento e a perseverança no trabalho do seu autor artístico o Sr. Gaeta. Quão belos seriam e mais decentes os enterros dos nossos falecidos levados em terra santa em coche fúnebre, aliás, como em todos os centros cultos e, materialmente falando, mais adiantados, do que o nosso, em que os mortos são levados a força de braços, obrigando, às vezes, esse meio de transporte, por falta de portadores, a estações penosas no meio de nossas ruas. Visitem o carro fúnebre das oficinas Gaeta.³⁰⁷

Vicente Gaeta parece ter recebido facilidades no desenvolvimento de suas atividades, pois em 14 de agosto de 1918 a Lei nº 795, aprovada pela Assembleia Legislativa de Cuiabá e sancionada por D. Francisco de Aquino Corrêa, Presidente do Estado de Mato Grosso, concedia-lhe uma subvenção mensal de 100 mil réis, válida para todo o tempo do contrato que ele assinasse para a execução do serviço funerário na capital cuiabana. Além desse benefício, e também por força dessa lei, Gaeta gozará de isenção de pagamento de impostos estaduais que incidissem sobre sua empresa, bastando que apresentasse prova de haver contratado o serviço funerário com a intendência municipal.³⁰⁸

Em 5 de outubro do mesmo ano, o Intendente Geral do Município firma contrato com Gaeta de concessão de serviços funerários pelo prazo de vinte anos. Por força desse contrato, sua funerária deveria oferecer serviços de traslado de corpos para enterramento nos cemitérios da cidade, assim como fabricar caixões mortuários.³⁰⁹ Esses serviços funerários, com utilização de coches fúnebres e caixões mortuários, eram considerados indicativos do desenvolvimento e da modernidade da cidade, que então passava a transportar seus mortos com a dignidade merecida. A Empresa Funerária de Vicente Gaeta, conforme anúncios dos jornais *A Cruz* e *O Comércio*, prometia os melhores serviços, mas também oferecia desconto especial de 10% para encomendas efetuadas com a intermediação da Santa Casa de Misericórdia para pessoas

³⁰⁶ Jornal *A Cruz*. Cuiabá, 08 de abril de 1917. APMT

³⁰⁷ Jornal *A Cruz* de 08.04.1917. O que Gaeta propõe para Cuiabá já se fazia em São Paulo, conforme atesta Guedes, referindo-se à utilização de carros fúnebres para transporte de cadáveres naquela cidade em 1856, a partir de um contrato de privilégio que também previa o fornecimento de caixões, armação de salas mortuárias e demais objetos considerados necessários. Ver: GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH- USP. p. 88.

³⁰⁸ Lei nº 795, publicada na Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso – G.O em 14 de agosto de 1918 disponível no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT.

³⁰⁹ Jornal *O Matto Grosso* de 23 de março de 1919, n. 1558, p. 2.

pobres, de sociedades operárias, beneficentes ou de congregações religiosas. Apesar do contrato de concessão firmado por Gaeta com governos do estado e do município, encontramos, em 1920, indicações da atuação de uma concorrente: A Empresa Funerária de Antonio Tenuta, prometendo atender diuturnamente a população³¹⁰: “è a que faz o serviço mais esmerado e mais barato, atendendo a qualquer hora do dia e da noite”. Havia um contrato de concessão de exploração do mercado funerário da cidade de Cuiabá, no entanto não haveria também uma proposta de monopólio desse mercado?



Figura 12 – Reprodução de anúncio do jornal *A Cruz*, de 28 de março de 1920 – Arquivo Público de Mato Grosso – APMT.

Seis anos mais tarde, um anúncio publicado na última semana de outubro de 1926, semana anterior ao Dia dos Mortos, tem por objetivo explorar comercialmente a data, visto que esse dia de luto enseja a venda de coroa de flores e a divulgação de negócios funerários. O costume da família de fazer visitas aos cemitérios para cultuar os mortos, com orações e colocação de velas nos túmulos surgiu na Europa na segunda metade do século XIX³¹¹, e acreditamos que em Cuiabá esse dia também propiciava, além de visitas aos cemitérios da cidade, o comércio de flores, velas e coroas de flores.

³¹⁰ Reprodução de anúncio feito pela empresa funerária de Antonio Tenuta no jornal *A Cruz*, no dia 28 de março de 1920 – Arquivo Público de Mato Grosso – APMT.

³¹¹ MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In *História da Vida Privada*. Vol. 4, Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. p. 226



Figura 13 - Reprodução de anúncio do jornal *A Cruz*, de 24 de outubro de 1926 disponível no Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

Então, naquela época, duas agências funerárias pertencentes a italianos prestavam serviços de sepultamento em Cuiabá. Antonio Tenuta chegou ao Brasil em 1908 e radicou-se em Cuiabá, dedicando-se a vários ramos de atividades comerciais, desde móveis, relojoaria, charutaria e vidros até uma empresa funerária. As atividades dessa empresa vão desde a preparação da casa e da câmara ardente para velar o defunto, com clássicas cortinas pretas nas portas e janelas, até a utilização de coches fúnebres inspirados naqueles usados na Itália.³¹² A utilização desses carros fúnebres e enterramentos com pompa não se destinavam a todos, pois a morte não iguala. No momento do enterramento as diferenças também se faziam presentes em Cuiabá, como em outros lugares, uma vez que “os enterros das pessoas de poucos ou nenhum recurso iam a pé mesmo, carregados os caixões pelos acompanhantes que se revezavam a espaços”.³¹³

Alguns serviços oferecidos pelas empresas funerárias de Cuiabá eram dirigidos àqueles que podiam custear despesas de um velório e enterro considerados de “luxo”. Eram serviços destinado às elites da cidade, como o caixão forrado de veludo de belbutina lavrada e dourada, com ornamentos especiais, câmara ardente e iluminação de velas durante todo o velório, assim como a condução do corpo em carro fúnebre de primeira classe.³¹⁴

³¹²PÓVOAS, Lenine. *Italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989

³¹³ Id. *Ibid.*, p. 46.

³¹⁴GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT/Entrelinhas, 2005.p. 132.

O anúncio da Empresa Funerária de Antonio Tenuta apresentado no jornal *A Cruz* e reproduzido a seguir, tem o objetivo de apresentar as atividades disponibilizadas pela mesma que incluía carros fúnebres iguais aos do Rio de Janeiro e São Paulo, caixões mortuários dos mais ricos aos mais modestos e demais itens para os enterramentos como: Coroas de biscuit, cruzes e grades de ferro para ornamento das catacumbas. Da mesma forma, o anúncio afirma que a loja faz a preparação de atestados de óbito e sepultura para os enterramentos. Informa ainda sobre a disponibilidade desses serviços a qualquer hora do dia ou da noite, atendendo a todas as localidades circunvizinhas, desde que estas sejam servidas por estradas de automóveis, todos esses trabalhos, conforme o anúncio, oferecidos a preços módicos³¹⁵.



Figura 14 – Reprodução de anúncio do jornal *A Cruz*, de 28 de novembro de 1926 - ,disponível no Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

Póvoas apresenta as características e atuação dos carros fúnebres por ocasião de um enterramento em Cuiabá

À hora marcada para a saída do enterro chegava o “carro fúnebre” que transportaria o caixão. Não era uma Kombi ou um carro comum, mas um real “carro fúnebre”, luxuoso, no melhor estilo europeu; possuía o estrado sobre o qual se colocaria a urna funerária; dos lados, seis colunas apoiavam a cobertura que formava uma cúpula negra. Externamente, nos cantos dessa cúpula, quatro grandes penachos de plumas pretas e, ao centro, a figura de

³¹⁵Jornal *A Cruz*, de 28 de novembro de 1926. Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

um anjo branco tocando uma trombeta. Do teto pendiam, nas laterais, cortinas pretas e doiradas.³¹⁶

Anúncios publicados nos principais jornais da cidade indicam que as duas empresas funerárias utilizavam esses veículos para oferecer seus serviços chamando atenção para a qualidade e menores preços indicando concorrência ou disputa de mercado. Mas o que significaria a existência dessas empresas funerárias na cidade de Cuiabá nas primeiras décadas do século XX? São indícios de novas atitudes diante da morte ou são indicativos do desenvolvimento da cidade repercutindo nas formas de enterramentos.

As relações entre esses empresários e o poder público foram diferenciadas, pois, como visto anteriormente, em 1919 a Casa Mortuária de Vicente Gaeta recebeu privilégios na concessão de serviços funerários na cidade.³¹⁷ Por força do contrato firmado com Vicente Gaeta, a Intendência Municipal de Cuiabá assumiu também alguns compromissos, como o de melhorar as rampas que davam acesso ao edifício da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e aos portões dos cemitérios da Piedade e de Pedro II, para facilitar o trânsito de carros da empresa funerária nesses locais. À funerária de Vicente Gaeta caberia, em troca, atender a algumas exigências, como manter em disponibilidade três classes de carros funerários movidos à tração animal para o transporte de cadáveres. Esses carros e mais pertences deveriam ser mantidos rigorosamente desinfetados e com boas condições de decência.

Outras disposições dizem respeito aos enterramentos de indigentes e à atuação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. A Casa Mortuária de Vicente Gaeta teria de fazer a condução gratuita do caixão para o cemitério, em carros de última classe, dos indigentes que falecessem na Santa Casa de Misericórdia e daqueles que figurassem como tais nas guias expedidas pela polícia. Os corpos dos indigentes eram recolhidos pela funerária na parte externa da Santa Casa, que os entregava, logo a seguir, no portão do cemitério, aos funcionários que fariam imediatamente a inumação.³¹⁸ A empresa deveria também fornecer à Santa Casa de Misericórdia uma padiola para o serviço de transporte dos enfermos indigentes que ali fossem recolhidos, além de manter permanentemente, nessa instituição, um esquife de terceira classe, para o serviço mortuário dos indigentes.

A concessão desses serviços à Casa Mortuária de Cuiabá exigia em troca investimentos em alguns itens, no entanto, geravam grandes benefícios econômicos à empresa. Todavia, Antonio Tenuta, proprietário da outra empresa funerária da cidade, viu-se prejudicado pelas

³¹⁶ PÓVOAS, Op. cit., p. 44-45.

³¹⁷ Jornal *O Matto-Grosso*, n. 1.558, p. 2, 23 de março de 1919. In: GOMES, Cristiane. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá*, 2005. p. 134.

³¹⁸ Id. Ibid.

facilidades concedidas unilateralmente à empresa de Vicente Gaeta. Ressentia-se, principalmente, da criação de um imposto de patente de um conto e quinhentos mil réis a ser pago anualmente por todo aquele que pretendesse oferecer o mesmo serviço oferecido por Gaeta, que, no entanto, era isento dessa cobrança. Certamente orientado por um advogado, Tenuta entra com um pedido de habeas-corpus para rever essa situação. Esse pedido, de acordo com o Procurador Geral do Estado, foi considerado inadequado para a situação, não vindo, portanto, a surtir o efeito desejado.

Na sessão de 3 andante, o Tribunal da Relação julgou o pedido de Habeas-corpus em que o italiano Antonio Tenuta diz sofrer constrangimento ilegal em face de um contrato referente ao serviço funerário desta capital, celebrado entre a Intendência Municipal e Vicente Gaeta. O Procurador Geral do Estado em parecer que fundamentou com jurisprudência federal opinou pela denegação do pedido por considerar o habeas-corpus como remédio legal aplicável somente para garantir o direito de ir e vir.³¹⁹

Em 16 de março de 1920 foi enviada ao Intendente Municipal de Cuiabá, Cel. Alexandre Magno Addor, uma correspondência solicitando a sua intervenção na questão em litígio. Usando parecer da União dos Operários de Mato Grosso, o missivista afirma que a melhor medida a ser tomada seria isentar Antonio Tenuta do pesado imposto, até porque ele não poderia pagá-lo e também porque não estaria desenvolvendo atividade idêntica à de Vicente Gaeta, uma vez que apenas este último recebia facilidades que lhe permitia fazer os enterramentos dos pobres e indigentes falecidos na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.³²⁰

A União dos Operários de Mato Grosso também encaminhou ao Presidente do Estado, Bispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, solicitação de intercessão:

Tendo nós, em data de 16 do corrente, enviado por escrito ao Exmo Snr. Cel., Intendente Geral do Município da Capital um reclamação necessária, sobre o imposto patente a que foi tributado o nosso associado Snr. Antonio Tenuta e não tendo tido até hoje nenhuma solução o assunto, estando o mesmo operário em vésperas de ser multado por não poder pagar aquele mui elevado imposto que é de 1: 500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) que já lhe foi cobrado, vimos depor às mãos de V. Exc. O incluso teor da referida reclamação, esperando a possível intervenção de V. Exc. afim de que seja solucionada com justiça essa questão.³²¹

³¹⁹ Jornal O Matto Grosso. Cuiabá, 15 de fevereiro de 1920. APMT

³²⁰ GOMES, Op. cit., p. 135.

³²¹ Carta da União dos Operários de MT, sede Cuiabá ao Presidente do Estado, Bispo D. Francisco A. Corrêa, de 27 de março de 1920, apud GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT/Entrelinhas, 2005. p. 136.

É objetivo desta investigação compreender como se deu esse confronto, pois, apesar do que foi posto, indicando o controle do mercado funerário da cidade pela empresa de Vicente Gaeta, na década de 1920 a imprensa da cidade também apresenta anúncios da empresa funerária de Antonio Tenuta, conforme verificado no jornal *A Cruz*, indicando a atuação das duas empresas funerárias na cidade, apesar da situação de litígio indicada pela documentação.

Dessa forma concluímos que: a morte não iguala as condições de enterramento ou o local onde ele se efetua em Cuiabá do limiar do século XX; as famílias mais abastadas faziam enterramentos no Cemitério da Piedade, no centro da cidade, podendo escolher entre os melhores serviços oferecidos pelas empresas funerárias, enquanto os menos privilegiados enterravam seus mortos muito provavelmente amortalhados de morim ou de chita, senão utilizando outras mortalhas e serviços muito simples, enquanto aos pobres e indigentes restava os enterramentos oferecidos pela Santa Casa de Misericórdia, como veremos a seguir. .

III - SOB O MANTO DA MISERICÓRDIA: A SANTA CASA - FORMAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL ENTRE OS VIVOS E OS MORTOS

3.1- Brancos, pretos e pardos nas Irmandades religiosas de Cuiabá.

A população da cidade de Cuiabá, desde sua fundação no século XVIII até a década de 60 do século XIX, efetuou os enterramentos de seus mortos no interior dos templos religiosos, locais onde professavam sua fé e realizavam os principais rituais de vida e de morte. Era ali que os cuiabanos recebiam o batismo, se uniam em matrimônio e, depois de suas mortes, recebiam a extrema-unção e ali mesmo eram enterrados, apesar de haver, desde 1828, explícita proibição de enterramentos no interior dos templos.³²² Mas, como em outras cidades do Império, a lei proibindo os enterramentos não “pegou”, e os sepultamentos só passaram a ser efetuados nos cemitérios de Cuiabá na segunda metade do século XIX, quando a morte se defronta violentamente com os vivos, pois a cidade se depara com uma grande crise de abastecimento e, em consequência, com a fome, além da Guerra do Paraguai e a varíola.

Com essas ocorrências, sobretudo com o surto de varíola, que fez muitas vítimas, os cemitérios da Piedade, no 1º Distrito, e de São Gonçalo de Pedro II, no 2º Distrito da capital, que até então eram ignorados pela população, passaram a ser utilizados. Nessa época, um terceiro local foi destinado aos enterramentos dos mortos pela varíola.³²³ Para tal, foi aprovado um Regulamento para os cemitérios públicos da cidade, determinando novas práticas de enterramento, baseadas nas normas de higiene difundidas a partir do Rio de Janeiro, conforme visto no Capítulo II.

Quando os enterramentos se faziam no interior dos templos, eram comumente efetuados de acordo com determinações dos compromissos ou estatutos das irmandades religiosas, definidos conforme a afinidade religiosa em torno de um santo padroeiro, ligado a um templo religioso, mas também de acordo com a cor da pele de seus participantes, pois

³²² De acordo com a legislação de 1º de outubro de 1828 (Artigo 66, § 2) as Câmaras Municipais “terão a seu cargo tudo quanto diz respeito a polícia e economia das povoações e seus termos, pelo que tomarão deliberações e proverão por suas posturas [...]. Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos [...]; sobre o esgotamento de pântanos e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos currais e matadouros públicos, sobre a colocação de curtumes, sobre os depósitos de imundícies e quanto possa alterar e corromper a salubridade da atmosfera”. Registro da Carta de Lei de 1º de outubro de 1828 (Regimento das Câmaras). Livro para o registro de Carta de Lei. Correspondências Recebidas (1829-1830), códice 88, f. 5 v. AHCMM. Sobre a centralização e descentralização da saúde pública na primeira metade do século XIX, ver: MACHADO, Roberto Loureiro. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

³²³ Sobre a varíola em Cuiabá e a construção do Cemitério do Carmo ou cemitério do Cai Cai, destinado aos variolosos, ver: VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Depº de História – UFMT.

havia irmandades de brancos, de pretos e de pardos e cada uma delas caracterizava seu espaço de devoção, assim como buscava prestar serviços a seus irmãos. Esses serviços relacionavam-se com as necessidades de cooperação mútua, pois os principais objetivos das irmandades eram oferecer festas religiosas aos seus santos padroeiros e enterramentos cristãos aos seus irmãos de fé.

As irmandades podem ser definidas como elementos de aglutinação, assim como espaços de manifestações de gestos de devoção e louvor dos irmãos aos seus santos protetores, estabelecendo entre ambos uma relação de troca, na qual era buscada proteção para o corpo e para a alma. Elas propiciavam aos indivíduos um espaço de mediação no mundo, promovendo formas de entendimento e percepção deste e do além. Eram sustentáculos religiosos necessários para manter o equilíbrio entre esses dois mundos. Em relação à morte, serviam como garantia de uma sepultura digna, acompanhada dos sufrágios da alma.³²⁴ As irmandades geralmente se organizavam de acordo com a posição étnico-social de seus integrantes e quando um dos irmãos se defrontava com a iminência do fim da vida deveria ser amparado pelos demais oferecendo-lhe enterramento digno de acordo com os rituais da Igreja Católica e as condições da irmandade. Isto porque eram regidas por um compromisso, que deveria ser seguido à risca, sob pena de seus integrantes terem a alma vulnerável, ou serem desligados do grupo.

Vale lembrar que essas associações obedeciam a certa hierarquia em sua organização e à formação étnica da população. Em Cuiabá, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e do Senhor Bom Jesus recebia os varões brancos e pessoas da elite local, enquanto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos era formada por homens negros, porém, em seu efetivo, contava sempre com a presença de um branco, geralmente responsável pela tesouraria da congregação. Este, porém, deveria ser, além de um bom cristão, um homem influente na sociedade. A Ordem Terceira Franciscana destacava-se pela construção de grandes e belas igrejas, por seus hospitais e por sua influência na política. Outro exemplo notável dessas congregações foi a Irmandade da Misericórdia, que mantinha as Santas Casas de Misericórdia e se estabeleceram no Brasil inicialmente na Bahia, depois no Rio de Janeiro e em outras províncias.

A preocupação com a alma no *pós-mortis* está representado no Artigo 12 do As irmandades religiosas eram associações leigas, criadas e organizadas pela sociedade civil, e que para funcionar necessitavam de aprovação real do Padroado e aprovação religiosa dos

³²⁴Os rituais fúnebres realizados pelas confrarias e irmandades religiosas eram basicamente missas, orações pelas almas dos confrades, velórios, cortejo fúnebre e repique dos sinos.

bispos. Além disso, tinham por referência um santo padroeiro, ao qual prometiam venerar, mantendo seu culto e promovendo em sua homenagem uma festa anual.³²⁵ Para cumprirem suas principais funções, as Irmandades necessitavam de uma legislação, ou regimento interno, geralmente escreviam um Compromisso, com a aprovação do rei definindo as regras e os objetivos da associação assim como as modalidades de admissão de seus membros, além de seus deveres e obrigações.

Os compromissos definiam também as funções referentes aos cargos administrativos e outras atribuições, instituindo uma hierarquia interna bem definida,³²⁶ estabelecendo ainda a condição social ou racial exigida dos irmãos, assim como seus deveres e direitos. Entre os deveres os compromissos ressaltavam o bom comportamento, a prática religiosa e a devoção católica, além do pagamento das anuidades e a participação nas cerimônias religiosas da irmandade. Em troca, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, quando necessária, ao socorro em momento de crise financeira, e no caso de irmandades negras, seus irmãos podiam contar com ajuda para a compra de alforria. Um dos mais importantes objetivos dessas organizações e principal motivo de sua formação era garantir no *pós-mortis* um enterro decente para o irmão e membros de sua família, obrigatoriamente em sepulturas no interior das capelas da irmandade ou em seus cemitérios particulares, contando com solenidades de acordo com suas posses e acompanhamento dos membros da confraria.³²⁷

Para o atendimento das próprias necessidades e de seus irmãos, as irmandades utilizavam diversas estratégias para arrecadar fundos, como o pagamento de joias, quando da entrada na irmandade. Em contrapartida, cada confrade deveria receber por ocasião de sua morte, um enterramento digno, nessa ocasião também se faziam necessárias as missas e cuidados especiais com o corpo e com a alma. Algumas irmandades, cujos irmãos contavam com maior poder aquisitivo, tinham como propósito proporcionar luxo nas pompas fúnebres de seus mortos, em Cuiabá irá se destacar como exclusiva das elites a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, padroeiro da cidade. Vale ressaltar que a Igreja do Senhor Bom Jesus foi edificada em 1722, representando um marco do espaço branco na cidade desde a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus foi criada no século XVIII, a partir do espólio deixado pelo português Francisco Barboza Lopes, morador das minas do Cuiabá. Era

³²⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia século XIX: uma Província no Império. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³²⁶ CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO apud SALLES, Fritz Teixeira. *As Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963. p. 16.

³²⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 50.

reconhecida como irmandade de brancos abastados, que podiam arcar com os custos das joias e mensalidades. A representação pública dessa condição era feita com diversos signos e emblemas, utilizados nas comemorações e festas da confraria, tais como: a bandeira, o pendão, a vara, as opas, as mursas e o capuz, todos ornados com as insígnias da Irmandade. Dessa forma, propagavam sua condição elitizada e vedavam a entrada ou participação de pretos, pardos e desafortunados. Além da forma de organização, os termos do Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá reforçavam sua caracterização como instituição representativa da elite cuiabana, branca, cristã e batizada, e com fazenda própria.³²⁸

Compromisso da Irmandade, que dispõe que o capelão deverá celebrar uma missa todas as sextas-feiras por intenção das almas dos irmãos vivos e defuntos. O Artigo 22 refere-se às missas e aos enterramentos, determinando a necessidade de mandar dizer sete missas pela alma de cada irmão ou irmã que falecer e que seja seu enterramento acompanhado pelo capelão e todos os irmãos, devendo o corpo ser conduzido em esquife da irmandade para ser dado à sepultura.³²⁹ A necessidade de garantir um bom lugar para o descanso eterno reaparece a seguir no artigo 23, determinando que no oitavo dia da comemoração dos defuntos, o tesoureiro mandará dizer trinta missas pelas almas dos irmãos defuntos, com objetivo de que elas mais cedo fiquem livres das penas do purgatório, em satisfação de seus pecados.³³⁰

Os cuidados com o corpo no *pós-mortis* são tratados no Artigo 24, que determina a necessidade de a Irmandade manter cinquenta sepulturas sagradas para enterramento dos irmãos e pessoas a que deva dar sepultura, respeitando a liberdade de vontade e devoção de cada um de mandar enterrar seu corpo no Consistório, no adro ou no cemitério. “Essas sepulturas serão no Consistório da igreja que tem servido para ajuntamento dos devotos do Bom Jesus de Cuiabá, até que possam ser transferidos para um cemitério decente, como por Vossa Majestade já está determinado”.³³¹

Todavia, existem contradições entre o que dispõe o Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus e a realidade cuiabana. Apesar de dispor que os corpos deveriam ser enterrados no pátio ao redor da igreja, e não em seu interior, conforme indica Mesquita³³² e o que foi visto anteriormente, muito provavelmente essa indicação não foi obedecida porque a

³²⁸ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Irmandade do Sr. Bom Jesus, padroeiro de Cuiabá: devoção, resistência e poder*. Cuiabá: [s.n.], 1993. p. 8. [mimeo]

³²⁹ Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá de 20 de junho de 1873. Caixa 001.APMT.

³³⁰ Sobre o medo do inferno e do purgatório, ver: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1978 e LE GOFF, Jacques, *A bolsa e a vida : economia e religião na Idade Média*. São Paulo :Brasiliense, 2004.

³³¹Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, de 20 de junho de 1873. Caixa 001.APMT.

³³² MESQUITA, José de. *As Necrópoles cuiabanas*.Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, 1936.

Irmandade era da elite, e o adro era o local de enterramento dos mais pobres e escravos. O Compromisso também indica enterramento em um cemitério que ainda não existia em Cuiabá. Portanto, muito provavelmente, os enterramentos eram feitos apenas no consistório da igreja.

Os corpos dos irmãos do Bom Jesus deveriam ser conduzidos à sepultura em esquife adornado com decência. Doze opas roxas, à custa da Irmandade, eram disponibilizadas aos irmãos, que saíam com elas nas procissões, acompanhamentos e outras funções, em particular por ocasião dos enterramentos dos irmãos. Essas determinações indicam muitas diferenças em relação aos enterramentos dos pobres efetuados pela Santa Casa de Cuiabá, e que serão tratados no último item deste Capítulo.

As irmandades do Rosário e de São Benedito, reconhecidas como de homens e mulheres negros, eram organizadas como espaços de solidariedade, ajudando-os a sobreviver aos embates diários de uma sociedade escravocrata e excludente. Nesta, no entanto, havia espaços que cotidianamente aproximavam escravos, libertos e livres pobres, por meio de laços de consanguinidade, afinidades e interesses e que utilizavam os mesmos espaços religiosos. Essas confrarias foram constituídas para atuar como verdadeiros instrumentos de domínio português sobre corpos e almas coloniais. Ao pertencer a uma irmandade religiosa, o africano adquiria importância social no mundo religioso, absorvendo os valores cristãos, integrando-se ao espaço sagrado e cultural dos brancos católicos.³³³ Todavia, a religião católica, uma vez imposta, inculcava preceitos morais e a crença na vida eterna na forma concebida pelos brancos.

A partir dos estudos de Scarano, Adalgisa Campos pontua que ao movimento de “embranquecimento” da cultura negra correspondeu uma tentativa de apropriação dos valores dominantes, em troca de reconhecimento social e legitimidade. No entanto, a cultura europeia também se modificou com assimilação de elementos das culturas afros. É dentro desse quadro de referência que a autora entende a agremiação precoce dos negros em torno de irmandades do Rosário, “mitigando a escravidão” e agrupando diversas nações em torno do que é identificado como “tradições africanas”, desmemoriando outras tantas para, por meio de uma entidade reconhecida oficialmente, incorporá-los à religião dominante.³³⁴

Em Cuiabá, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nos séculos XVIII e XIX, pode ser identificada como um espaço social construído pelo Estado e pela Igreja,

³³³VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993. p. 150.

³³⁴CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista*. Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG, v. 1, p. 109-122, 1988.

representativo de controle social e religioso de base cristã,³³⁵ agregando relações com o sagrado utilizado por negros, escravos ou libertos, na busca de salvação espiritual, além de aglutinar específicas manifestações sociais, culturais e religiosas.

Para a Irmandade do Rosário, o funeral era um ritual de passagem fundamental para homens e mulheres que buscavam no *pós-mortis* encontrar suas divindades e seus antepassados no mundo espiritual. Faziam-se necessários os sufrágios e o acompanhamento de todos os irmãos, vestidos de maneira adequada. Comumente o tesoureiro levava a cruz, ladeado por outros irmãos, formando duas alas. O juiz levava a Vara, e em seguida iam o provedor, o capelão e o pároco,³³⁶ todos acompanhando o féretro em procissão pelas ruas da cidade, enquanto se ouvia os toques de sinos,³³⁷ até o momento do enterro. Era considerado importante que o acompanhamento contasse com grande número de participantes, para fortalecer esse momento de travessia, da mesma forma que a pompa fúnebre propiciaria uma passagem com mais tranquilidade.³³⁸

As irmandades religiosas mantinham atendimento e assistência aos familiares dos irmãos e desenvolviam funções bastante específicas por ocasião do falecimento destes, pois buscavam oferecer enterros solenes ou mesmo opulentos em solo sagrado, uma vez que a pompa fúnebre e as festas religiosas lhes garantiam prestígio social. Os participantes das irmandades tinham a obrigação de atender aos irmãos em suas dificuldades diante da vida, e por ocasião do falecimento deveriam participar das cerimônias fúnebres e do acompanhamento solene do féretro até o sepultamento. Os irmãos deveriam comparecer a essas cerimônias fúnebres com todo aparato possível, objetivando garantir ao morto todos os rituais de passagem considerados necessários nesse momento. Esses rituais de solidariedade se associavam à noção de que a boa morte nunca seria uma morte solitária e desprovida de cerimônias. Em Cuiabá, no século XIX, as irmandades de brancos, pretos e pardos, além da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, organizaram-se a partir do atendimento dessas principais funções e objetivos definidos em seus Compromissos.³³⁹

³³⁵ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

³³⁶ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Cuiabá, de 08 de março de 1843, cap. 7, art. 2º. Caixa 002. Doc. nº 02. APMT.

³³⁷ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1843, cap. 11. Caixa 002 -APMT

³³⁸ SILVA, Cristiane Santos. *Irmãos de fé, irmãos no poder. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1751-1819)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

³³⁹ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá (1850-1889)*. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

3.2 - A caridade cristã e a Santa Casa de Misericórdia no Brasil e em Cuiabá

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia organizava-se em torno das chamadas 14 obras de caridade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo Evangelho de São Mateus, e em seu primeiro Compromisso, formulado em 1516 propõe ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e mortos, resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar os doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres e por último, sepultar os mortos.³⁴⁰

Embora organizadas a partir do modelo da Misericórdia de Lisboa, as Santas Casas no Brasil não estavam subordinadas umas às outras, ou a qualquer autoridade civil ou eclesiástica no tocante à administração interna. Podiam adaptar-se livremente às especificidades locais, sendo importante entender como esse processo vai ocorrer no Brasil, desde os primeiros núcleos urbanos coloniais quando surgem essas instituições. Boschi define as Santas Casas de Misericórdia como gênero de agremiação ou confraria de auxílio mútuo, voltadas para o exercício da caridade, cuidando de doentes desassistidos e defuntos cujas famílias eram carentes de recursos, assim como assistiam a presos e condenados. Por suas relações com o Estado no Brasil, as Misericórdias tornaram-se eficazes instrumentos de colonização.³⁴¹

As práticas das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, fundamentadas nas da Santa Casa de Lisboa, abrangiam o campo espiritual e corporal. No campo espiritual, suas obras consistiam em prestar serviços e ensinamentos aos menos favorecidos, assim como em dar bons conselhos, punir os transgressores, consolar os infelizes e estimulá-los a perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo e orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Por sua vez, as práticas no campo corporal eram principalmente as de resgate dos cativos, visitas aos prisioneiros e tratamento de doentes, assim como dar vestimenta aos maltrapilhos, alimentos aos famintos, abrigo aos viajantes e sepultamento aos mortos de famílias mais necessitadas.

As principais atividades da Irmandade da Misericórdia giravam em torno da manutenção de hospitais, do casamento de órfãs e da distribuição de esmolas, além do atendimento aos doentes nas enfermarias e capelas, pois os perigos mais graves do corpo deveriam ser enfrentados com a cura da alma. O sepultamento era uma das funções mais

³⁴⁰ RUSSELL-WOOD, A. J.R. *Fidalgos e Filantropos – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Trad: Sérgio Duarte. Brasília: Editora UNB, 1981. p. 14-15

³⁴¹ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder – Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p. 13.

importantes dessa instituição, e as cerimônias de enterro e o local de sepultura eram meios de garantir uma “boa morte” e a vida eterna, sendo esse, do ponto de vista econômico, o melhor serviço oferecido pela Coroa às Misericórdias, pois as transformava nas principais beneficiárias dos legados testamentários, com condições administrativas para recebimento e cobrança efetiva desses bens.³⁴²

Parece ter sido relativamente comum a criação de pequenos hospitais, a partir de doações efetuadas por testamentos, em todo território português. A esse respeito, Isabel Guimarães Sá afirma:

A criação de hospitais fazia-se quase sempre por testamento e a salvação da alma era uma vez mais a preocupação prioritária. A maior parte dos doadores fundava estabelecimentos de reduzida capacidade, destinada a pobres ou peregrinos, com instalações sumárias, reduzidas a uma ou duas divisões com os respectivos leitos, mantendo um hospitaleiro, destinado a zelar pelos indivíduos acolhidos.³⁴³

Para além da caridade cristã ou da assistência aos necessitados, o padrão assistencial das Santas Casas de Misericórdias implantado no Brasil revelou-se uma forma de organização econômica, social, político e patrimonial, que, conforme Quiroga, exercia funções imprescindíveis à manutenção da dominação colonial.³⁴⁴

As Misericórdias de maior relevância em terras brasileiras foram as do Rio de Janeiro e da Bahia, cidades mais importantes da América portuguesa e centros vitais do projeto colonizador português. Salvador exerceu domínio das rotas de comércio coloniais na América portuguesa durante quase todo o período colonial, sofrendo concorrência do Rio de Janeiro especialmente a partir do século XVIII.³⁴⁵

Ao comentar a atuação de irmandades no período colonial, Reis define as Misericórdias como irmandades poderosíssimas, porque seus membros pertenciam à nata da elite branca colonial e controlavam, na Bahia e em outras regiões, vasta rede de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios. Faziam caridade para aqueles considerados destituídos

³⁴² SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português – 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997p. 69.

³⁴³ Id. *Ibid.*, p. 39.

³⁴⁴ QUIROGA, Ana Maria. *Assistência social no Rio de Janeiro oitocentista: desqualificações dos atendidos, racismo científico e filantropia*. Encontro nacional da ANPUH Rio, Memória e Patrimônio. UNIRIO - 2010. Disponível em:

www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273270795_ARQUIVO_VersaofinalAnpuh.pdf

³⁴⁵ GANDELMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*. Tese (Doutorado História.) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005. p. 104-105.

da sociedade, pois seus irmãos eram todos fidalgos, socialmente privilegiados.³⁴⁶ Realidade semelhante identificamos em Cuiabá, onde os irmãos da Santa Casa faziam parte da elite da cidade e costumavam permanecer muitos anos na direção da instituição, alternando-se no desempenho de diversos papéis e funções.

Os irmãos tinham por obrigação sustentar as irmandades, pagando joias de entrada, anuidades, esmolas, loterias, rendas de propriedades e legados em testamentos. Na Irmandade da Santa Casa em Cuiabá, essas práticas eram comuns, além de rendas provenientes de juros de capital e de apólices e auxílio do governo da Província, definidos como subvenções, consignação ou subsídios. Esses recursos, conforme definido pela Provedoria da Santa Casa, costumavam custear, além das despesas citadas, a construção, reforma e manutenção de igrejas, asilos, hospitais e cemitérios; a compra de objetos de culto e de utensílios diversos para enfermarias; o sustento aos presos pobres e a folha de pagamento de religiosos e funcionários, além do fornecimento de vestuários aos morféticos e escravos sob sua responsabilidade e de mortalhas para enterramentos dos pobres.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, diferentemente de outras irmandades, tanto de Cuiabá como de outras cidades, tinha como objetivo não apenas o atendimento a um número restrito de pessoas reconhecidas como irmãos. Seu corpo de associados aglutinava os mais prestigiosos cidadãos considerados de reconhecida caridade voltada principalmente para fora, para os destituídos da sociedade, uma vez que seus irmãos eram socialmente privilegiados e reconhecidos como fidalgos da colônia.³⁴⁷

Mas para fazer parte do corpo da Irmandade da Santa Casa, tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro, era necessário atender a algumas exigências, e uma das principais era ser reconhecido como “limpo de sangue”, ou seja, não contar na sua família, nem de sua esposa, com pessoas de “raça moura ou judia”.³⁴⁸ Essa preocupação, além de estar sempre presente nos compromissos das Misericórdias, aparece também em compromissos de outras irmandades.

Embora se dedicasse à caridade cristã desde as primeiras décadas do século XIX, mediante atendimentos no Hospital Central e no Hospital de São João dos Lázarus, a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá não contou imediatamente com uma irmandade. Pelo contrário, uma irmandade própria só viria a se formar em meados da segunda metade desse século, quando em 12 de novembro de 1879 foi aprovado seu compromisso com 16 Capítulos

³⁴⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 51.

³⁴⁷ Id. *Ibid.*

³⁴⁸ REIS, Op., cit, p. 53.

e 54 Artigos. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá procurou aglutinar os mais prestigiados cidadãos e senhoras de reconhecida caridade, a quem foram endereçados os diversos cargos. Contou com a presença de um barão, uma baronesa, cinco doutores e um desembargador, que ocuparam os cargos mais importantes na constituição de sua mesa administrativa.³⁴⁹ Assim como outras irmandades ou ordens religiosas, a Irmandade aceitou pacificamente a escravidão, sendo ela própria possuidora de pequeno plantel de escravos, muitos deles recebidos em testamentos, como outros donativos, por ocasião do falecimento de seus irmãos, conforme será visto a seguir.

3.3 A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá – fundação, legados e doações.

No século XIX havia em Cuiabá dois hospitais: o de São João dos Lázarus, que atendia os leprosos, e o da Santa Casa de Misericórdia. A exemplo de Lisboa, para seu funcionamento a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá necessitou do reconhecimento da monarquia portuguesa, que se mostrava muito exigente, permitindo o estabelecimento dessas confrarias apenas quando houvesse garantias de sua independência financeira. Em 1740 o ouvidor da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, solicitou a criação de uma Misericórdia na região, justificando sua importante função, pois, junto com a Câmara, exerceria influência na estabilidade do Império, no valor moral da caridade, além da rede de serviços de abrigo aos desamparados, cuidados com os presos e sepultamento dos pobres. Essa solicitação foi negada, sob alegação de que não havia condições de a instituição se manter ou conquistar autonomia, em virtude do pouco tempo de existência daquele arraial.

A região do Cuiabá e do Mato Grosso eram de ocupação recente, e em virtude do risco constante de ataques indígenas não era possível afirmar que se estabeleceriam ou que viriam a se desenvolver como povoados. A instabilidade local era também comprovada pelas atividades econômicas de mineração ali desenvolvidas. Apesar de se tratar de um território recém conquistado e das desconfianças do Conselho Ultramarino sobre a viabilidade da confraria, os moradores da localidade esperavam que a Misericórdia contribuísse para a

³⁴⁹ Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Documento- 16 Caixa-001. Arquivo Publico de Mato Grosso - APMT.

estabilidade regional. Assim, não obstante a Câmara estivesse instituída desde 1726, a fundação da Misericórdia não aconteceu no século XVIII.³⁵⁰

Os hospitais São João dos Lázaros e o da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá foram fundados no decorrer dos anos de 1816 e 1817, respectivamente, no governo de João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravenberg, considerado patrono das obras pias em Mato Grosso. Gravenberg tomou posse no dia 18 de novembro de 1807 e permaneceu durante onze anos no poder, até 1818. Ao ser transferido da Capitania do Ceará para a Capitania de Mato Grosso, trouxe consigo o renome de administrador criterioso, cujo governo, conforme Estevão de Mendonça, foi bastante fecundo. Realizou obras importantes, como a criação de uma sala de cirurgia e anatomia, como preliminar para a fundação de uma escola de medicina, e inúmeras benfeitorias na Capitania de Mato Grosso, entre elas a fundação do Hospital de São João dos Lázaros e de Nossa Senhora da Conceição em Cuiabá.³⁵¹

Da mesma forma que em Portugal muitos hospitais se fizeram a partir de doações ou deixas testamentárias,³⁵² a fundação de um hospital para morféticos e de outro de caridade em Cuiabá deve-se ao legado de 49:427\$765 réis que deixou em testamento Manoel Fernandes Guimarães, português, comerciante rico em Vila-Bela, falecido em 4 de abril de 1775. Em 1815 essa importância estava acrescida dos juros de 12:390\$163 réis, perfazendo assim um total de 61:817\$765 réis, que foram transferidos para a Real Fazenda.³⁵³ De acordo com Khoury, com esse legado foi inaugurado em 1814 um hospital destinado aos lázaros, mas a instituição de caridade para acolhimento dos pobres, aprovada em 1816 e finalizada em 1819, só passou a se chamar Misericórdia em 1848.³⁵⁴

O projeto para a edificação de um hospital para morféticos, mal que ameaçava a população de Cuiabá, foi apresentado por Gravenberg ao Príncipe Regente em 1814. Em resposta, o príncipe recomendava que tão logo fosse aprovado o projeto, o capitão desse início à construção do hospital, dando-lhe o nome de Casa Pia dos Lázaros, atualmente denominada Hospital de São João dos Lázaros. As obras foram concluídas em 1816. Ao verificar a

³⁵⁰FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (1700-1822)*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. P.82

³⁵¹MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso através de seus governantes – “pro patriacognitaaqueimmortali”*. Cuiabá: IHGMT, 1967. Consultado no acervo do Palácio da Instrução, obra onde o autor faz um breve relato sobre a biografia do governador.

³⁵²BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p. 52.

³⁵³RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. Vol1. São Paulo: Gráfica Mercúrio. 1959.

³⁵⁴KHOURY, Yara Aun. *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900) volumes 1 e 2*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, PUC-SP/CEDIC, FAPESP, 2004. p. 57-58.

existência de um saldo, que garantiu a manutenção do hospital e permitiu outras aplicações, o capitão general resolveu então iniciar a construção de outro hospital, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.³⁵⁵

Com esse legado, mais a doação dos terrenos que pertenceram a Victoriano de Souza Neves, contíguos ao de Valentim Pereira dos Guimarães, cidadãos de classe média alta, foi o próprio Cap. Gen. Gravenberg ao bairro do Mundéu, no dia 8 de dezembro de 1816, colocar as balizas dos ângulos do novo edifício. Para tal solenidade foram convidadas pessoas de destaque na cidade, tendo o capitão general impulsionado então os administradores da Casa Pia a promoverem, tão fervorosamente como ele, o progresso das novas obras, concluídas e oficialmente inauguradas um ano mais tarde.

Para aumentar os fundos necessários, Gravenberg estimulou na população a prática da caridade, e para recolher as esmolas designou um cabo da Companhia de Dragões para percorrer a cada mês um distrito da vila. As doações recebidas com essa campanha serviriam de complementação dos recursos empregados na construção do Hospital de Nossa Senhora da Conceição da Misericórdia de Cuiabá. Os donativos eram de toda a espécie, tendo sido angariados os mais diversos mantimentos, como açúcar, além de vestimentas, material de limpeza e até mesmo escravos, conforme prova a doação feita pelo Tenente Antonio Peixoto de Azevedo. Todavia, no texto a seguir observa-se que a referida doação representava também o desejo manifesto do testador de se livrar da despesa que o escravo gerava, por estar enfermo:

Ilmo. e Exmo. Sr., achando-me em véspera de partida para o estado do Pará, afim de conduzir negócios para esta Capitania, pelo rio Arinos, vejo-me em circunstancia de não poder conduzir um escravo que tenho por nome de Manoel, de nação Mina, por se achar com uma ferida em uma perna e porque, deixando o suplicante para se curar, o dito escravo pode acontecer, não só que lhe falte o trato preciso, mas também que as despesas que fizer, excedam o valor do dito escravo, tenho tomado a resolução de oferecê-lo a V. Excia. Para o Hospital da Misericórdia, onde melhor se poderá curar³⁵⁶.

Gravenberg deixou o governo da Capitania em 1818, e nas administrações seguintes³⁵⁷ as obras do hospital da Misericórdia e do Hospital de São João dos Lázarus tiveram poucos

³⁵⁵ Sobre a lepra em Mato Grosso e a construção do Hospital de São João dos Lázarus em Cuiabá, ver: NASCIMENTO, Heleno Braz. *A lepra em Mato Grosso: Caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, 2001; MENDONÇA, Estevão. *Datas Mato-grossenses*. Niteroi. Escola Typ .Salesiana, 1919 2V

³⁵⁶ RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1959. p.141.

³⁵⁷ Gravenberg foi sucedido por Francisco de Paula Magessi Tavares, e após a deposição deste, em 20 de agosto de 1821, passou a Capitania a ser administrada por duas juntas governativas, uma com sede na Vila de Cuiabá e

avanços. Em 1825, as antigas capitânias constituíram-se como províncias, sendo o primeiro Presidente de Província de Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira, que, em Portaria de 19 de junho de 1826, declara não disporem os armazéns públicos de mantimentos suficientes para o sustento dos enfermos. Por isso, determinou a compra a crédito dos alimentos indispensáveis aos leprosos, a serem pagos em tempo oportuno, com juros do legado de Manoel Fernandes Guimarães, deixado em testamento para a fundação de uma casa para recolhimento de morféuticos na Vila do Cuiabá.³⁵⁸

As dificuldades econômicas pelas quais passava a Província perdurou por longos anos, sendo apresentadas em diversos relatórios de inspetores de Higiene aos Presidentes, em que descreviam a situação calamitosa a que a população se expunha. Na época das chuvas, havia o derramamento de impurezas no Córrego da Prainha, na área mais central da cidade de Cuiabá, enquanto no período da seca eram as queimadas que prejudicavam a saúde da população. Esses problemas geravam um aumento no fluxo de atendimentos da Santa Casa a pessoas com problemas respiratórios e infecciosos. Enquanto isso, os empregados dos hospitais São João dos Lázaros e da Misericórdia chegavam a ficar meses sem receber seus ordenados.³⁵⁹

Mediante essas dificuldades econômicas, a Santa Casa teve, nas determinações testamentárias das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, uma das mais importantes formas de arrecadação de fundos para fazer frente às despesas cotidianas da instituição. Além da doação feita por Manoel Fernandes Guimarães outras doações testamentárias caracterizaram as mais relevantes contribuições ao patrimônio da Casa de Misericórdia. Apesar do número relativamente pequeno de testamentos disponíveis nos arquivos utilizados, identificamos várias contribuições testamentárias, no período referenciado, privilegiando a Santa Casa, conforme tabela apresentada adiante.

Uma dessas contribuições foi feita por José Maria Moreira, Conde de Ipanema, natural de São Paulo, que, de acordo com Firmo Rodrigues, teria legado em testamento a quantia de 20:000\$000 (vinte mil contos de réis) valor provavelmente equivalente a um milhão de reais, em moeda de hoje, com a qual foram adquiridas 19 apólices da dívida pública em benefício da Santa Casa³⁶⁰.

outra, em Vila Bela da Santíssima Trindade. Tanto durante o governo de Magessi quanto no período da junta governativa, pouco avançaram as obras do Hospital da Misericórdia e do hospital de S. João dos Lázaros. NASCIMENTO, Op. Cit.

³⁵⁸Ver:RODRIGUES, Firmo, Op. cit., e KHOURY, Op. cit.

³⁵⁹RODRIGUES, Firmo, Op. cit., p. 143.

³⁶⁰Ibidem, idem, p. 152

Tabela 7-Doações testamentárias à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá nos Séculos XIX e XX

Data	Testador	Bens doados para a Santa Casa
17 de junho de 1881	Major Antônio Luiz Brandão	Deixa de esmola a Santa Casa de Misericórdia desta cidade quatrocentos mil réis.
6 de agosto de 1883	José Inácio Souza	Deixa para a Santa Casa de Misericórdia um conto de réis.
7 de setembro de 1884	Jaime Munner	Deixa a Rita de Cássia Arruda, uma casa que possui na Rua Barão de Melgaço, para ter usufruto, por morte dela ficará para seus filhos, se não os tiver passará a Santa Casa de Misericórdia desta cidade.
18 de fevereiro de 1885	João Augusto Rondon	Deixa o usufruto da sua casa na Rua da Boa Morte a Antônia Maria Josetti, mulher que vive em sua companhia, e por sua morte ficará pertencendo a casa e uma imagem de Santo Antonio a Santa Casa de Misericórdia desta cidade.
23 de junho de 1887	Major Manoel Joaquim de Miranda	Doa em testamento três contos de réis a Santa Casa de Misericórdia desta cidade
05 de maio de 1888	Senhorinha Leopoldina do Amor Divino	Doa a Santa Casa de Misericórdia cinquenta mil réis em moeda corrente
14 de junho de 1892	Comendador Joaquim Felicíssimo D'Almeida Louzada	Deixa a Santa Casa de Misericórdia dez mil contos de réis, sendo sete contos e oitocentos mil réis em apólices da dívida pública e duzentos mil réis em moeda corrente, para aumentar o seu patrimônio, perfazendo a soma de dez contos de réis.
31 de março de 1896	Marcelino Lopes de Souza	Deixa como legado a Santa Casa de Misericórdia a quantia de quinhentos mil réis, importância que deve ser considerada de parte de seu patrimônio.
1920	Francisco da Silva Rondon	Destinou à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá rendas de apólices federais de sua propriedade
1922	Dr. Francisco Murtinho	Legou à Santa Casa de Misericórdia em testamento vinte e cinco contos de réis

Fonte: - Testamentos retirados do livro - 253 da estante -12 do Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

O testamento do Comendador Joaquim Felicíssimo D'Almeida Louzada é um exemplo de contribuição, ele fazia parte da Irmandade da Santa Casa e quatro anos antes de sua morte lavrou um testamento destinando à Santa Casa a quantia de 10 mil contos de réis para essa instituição. Tratava-se de muito dinheiro, pois o preço de um escravo estava determinado em torno de 250\$000 (Duzentos e cinquenta mil réis)³⁶¹. O valor de 10 mil contos de réis, Conforme Zephyr Lake Frank seria equivalente a quinhentos mil reais em moeda de hoje³⁶².

O recebimento de donativos, como forma de caridade para a manutenção das Santas Casas vinha desde o século XVIII sendo ainda praticado em Cuiabá, através dos testamentos oitocentistas e mesmo no século XX. Essas doações eram feitas por pessoas de posses, que podiam disponibilizar quantias consideráveis a essa instituição filantrópica, para depois de sua morte. Dr. Veriato de Cerqueira Caldas, filho do Barão e Baronesa de Diamantino, médico, natural de Cuiabá que durante muitos anos prestou seus serviços profissionais à Santa Casa disponibilizou à essa instituição, para depois de sua morte o legado de quarenta mil contos de réis, seria equivalente em moeda de hoje a dois milhões de reais. Trata-se da maior quantia que identificamos ser destinada à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

Em 1920 Francisco da Silva Rondon, mato-grossense que veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro, deixou registrado em suas disposições testamentárias que, por falecimento de sua esposa, todas as rendas provenientes de apólices federais de sua propriedade, devem ser repartidas entre dos estabelecimento de caridade, sendo um na cidade de Corumbá e a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

No ano de 1922, o Relatório da Diretoria da Santa Casa faz registro dos falecimentos de Francisco Murtinho e Albano do Couto. O mato-grossense Francisco Murtinho deixou em seu testamento a quantia de vinte e cinco contos de réis para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, e para receber esse legado foi constituído como procurador da Santa Casa no Rio de Janeiro, lugar onde residia o doador, o Desembargador Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, para adquirir apólices da dívida pública federal e transferi-las para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Cuiabá. Com relação a Albano do Couto, consta que faleceu no Rio de Janeiro, deixando em testamento o legado de dois contos de réis para a Santa Casa. Para receber esse legado foi constituído um procurador da Santa Casa.³⁶³

³⁶¹ ALEXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1850-1888)* Brasília, DF. Ministério da Fazenda, 1984. p. 42.

³⁶²FRANK, Zephyr Lake. *A Usina de Itaicy: Crise econômica e a derrota de Antonio Paes de Barros. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomo CXLV. P. 22-27.

³⁶³ Id., *ibid.*

Prática relativamente comum era deixar o usufruto de um bem imobiliário ao usufruto de um familiar, para posteriormente ser destinada à Santa Casa, como nos testamentos de Jaime Munner e João Augusto Rondon que deixam para depois de sua morte, o usufruto de moradas de casa, respectivamente na Rua Barão de Melgaço e Rua da Boa Morte para as mulheres que vivem em sua companhia, com seu falecimento ou se deus filhos estas propriedades passarão, então, para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

Além das doações testamentárias efetuadas por pessoas físicas, a Companhia Matte Laranjeira³⁶⁴ em 1919 fez um donativo no valor de dez mil contos de réis para a Santa casa de Misericórdia determinando que esse valor fosse destinado a aquisição de material para a instalação de um gabinete dentário naquela instituição.

Essas práticas testamentárias ocorreram também nos maiores centros do Império, como na implantação da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.³⁶⁵ Investigando a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Cabral considera que aquela instituição e sua congênere da Bahia destacaram-se das demais quanto à riqueza de seu patrimônio, em grande parte como resultado de doações e legados que incluíam, além de bens imóveis, considerável número de apólices da dívida pública. Todavia, durante o Império, o mais comum era que os médicos das diversas Santas Casas se revezassem no atendimento aos pacientes sem receber qualquer remuneração.³⁶⁶ A partir do século XX, alguns profissionais que ali atuavam passaram a receber modestos vencimentos.

Reis afirma que em Salvador alguns senhores de escravos cuidavam de seus negros quando gravemente doentes e na hora da morte providenciavam atendimento religioso para que pudessem se confessar e ser ungidos. No entanto, o autor afirma que era relativamente comum que escravos velhos e doentes fossem abandonados no Hospital da Santa Casa para morrer desamparados.³⁶⁷ Em Cuiabá ocorreram de fatos semelhantes, ficando a Santa Casa da cidade, da mesma forma, reconhecida ou estigmatizada como lugar de morte ou de morrer. Rodrigues afirma que em Cuiabá os escravos e os livres pobres, quando muito adoentados,

³⁶⁴ Grande empresa de comercialização da erva mate, nativa em terras mato-grossenses, a partir de sua exploração em grandes propriedades arrendadas no sul do território em meados do século XIX a XX. Ver mais: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato grosso – Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. p. 105-106.

³⁶⁵ MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. (1599 - 1884) Contribuição ao Estudo da Assistência Social no Brasil*, Coleção Ciências Humanas São Paulo, 1974

³⁶⁶ CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Disponível:

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/stcasaba.htm> Acesso em: 15 de fevereiro de 2013

³⁶⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 110.

eram internados na Santa Casa, pois, em caso de falecimento, esta costumava arcar com os custos de transporte e enterramento do cadáver.³⁶⁸

Diferentemente de outras irmandades, os objetivos da Santa Casa não se restringiam ao atendimento de um número restrito de pessoas reconhecidas como irmãos. Em Cuiabá, como em outras cidades, a Santa Casa recebia e atendia grupos considerados excluídos da sociedade, e possuía uma ala para tratamento de alienados e de presidiários. Além disso, em seus muros contava também com uma roda de expostos, com objetivo de recolher crianças ilegítimas.

A roda dos expostos era um cilindro implantado no muro por um eixo que permitia sua rotação. O cilindro era aberto de um dos lados. A criança era colocada dentro do cilindro pelo lado de fora do muro e recolhida pelo lado interno. Através desse mecanismo, a criança era entregue à caridade pública, sem que se soubesse a identidade de quem a depositara na roda.³⁶⁹

No entanto, preocupava as autoridades provinciais o fato de as mães solteiras de Cuiabá, apesar de recriminadas pelas autoridades e pelas elites, optarem por criar seus filhos bastardos ou ilegítimos junto a si em suas moradias, negando-se a entregá-los à roda dos expostos que se localizava no muro da Santa Casa de Misericórdia.³⁷⁰ Além dessa opção, as mães de crianças pobres de sexo masculino podiam dispor do Arsenal da Guerra, onde seus filhos poderiam ser entregues para ser disciplinados e preparados para o trabalho. Peraro, em seu estudo sobre a organização familiar e ilegitimidade na paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá no século XIX, afirma que a ilegitimidade e a não utilização da roda dos expostos em Cuiabá se justifica por uma ordem moral menos rígida, quando comparada com os parâmetros europeus, além da influência da superioridade numérica da população mestiça e negra.³⁷¹

A Santa Casa e o Hospital de São João dos Lázaros conviveram constantemente com carências, que iam da falta de estrutura nos prédios às deficiências de alimentos, leitos, higiene e de médicos, dificultando o atendimento da população. Além dessas causas, havia a resistência da população aos tratamentos médicos disponíveis, sujeitando-se às práticas desenvolvidas por pessoas não autorizadas, mas que exerciam as artes de curar. As dificuldades se estendiam à botica da Santa Casa, única na cidade, que não raro ficava sem medicamentos, portanto, impossibilitada de atender às necessidades da população e dos pacientes do hospital, ocasiões em que o provedor da instituição era levado a adquirir

³⁶⁸ RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1959. v. II.

³⁶⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993. P. 52

³⁷⁰ Id. *Ibid.*, p. 52.

³⁷¹ PERARO, Maria Adenir. *O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 19, n. 38, p. 55-80, jul-dez. 1999.

medicamentos de uma farmácia particular ou a encomendar no Rio de Janeiro lotes dos medicamentos mais usados.³⁷²

Embora constituída como uma Misericórdia em 1848,³⁷³ a aprovação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa só ocorreu em 12 de novembro de 1879. Essa irmandade, embora não estabeleça claramente esse critério, procurou aglutinar os mais prestigiados cidadãos da elite e senhoras de posses e de reconhecida caridade a quem foram endereçados os diversos cargos na constituição de sua mesa administrativa.³⁷⁴

A Santa Casa, assim como outras irmandades ou ordens religiosas, embora se dedicasse à caridade, como já afirmado, aceitava a escravidão, sendo ela própria possuidora de representativo plantel de escravos, muitos deles recebidos em testamentos, dentre outros donativos, por ocasião do falecimento de seus irmãos. O primeiro capítulo do Compromisso da Irmandade de Misericórdia de Cuiabá afirma como seus principais objetivos:

- 1º - Praticar as obras de caridade.
- 2º - Prestar devoto culto à Mãe de Deus, sob a invocação da Imaculada Conceição, padroeira deste hospital.
- 3º - Dar sepulturas aos corpos dos irmãos falecidos, de suas mulheres, viúvas ou filhos que faleçam sob seu poder.
- 4º - Socorrer aos irmãos enfermos, que necessitarem dos auxílios da irmandade; acolhendo-os em seus hospitais ou ministrando-lhes socorro em suas casas, se nisso acordar o provedor.
- 5º - Receber nos hospitais indistintamente todos os pobres enfermos, tratando-os e dando-lhes mortalha e sepulturas, quando faleção.
- 6º - Exercitar o maior número de obras de caridade que as circunstâncias da irmandade permitirem.³⁷⁵

Reafirma-se, portanto, que a Santa Casa tinha como seus principais objetivos o atendimento aos pobres e desvalidos que buscavam bálsamo para o corpo e para a alma quando doentes ou quando diante da morte. Quando do falecimento de algum acolhido, a entidade deveria fazer o enterramento de seus corpos com piedade cristã.

³⁷²Conforme relatórios do Provedor da Santa casa de Misericórdia, João Gaudie Ley, ao Presidente da Província, Gal. Hermes Ernesto da Fonseca, datado de 24 de abril de 1876, e do Presidente de Província Alexandre Manoel A. de Carvalho, em 03 de maio de 1864 (MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder. Um crime célebre em Cuiabá (1872)*, suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá: EdUFMT, 2006).

³⁷³KHOURY, Yara Aun. Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900) volumes 1 e 2. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, PUC-SP/CEDIC, FAPESP, 2004. In: FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (1700-1822)*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

³⁷⁴Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Documento- 16 Caixa-001. Arquivo Publico de Mato Grosso - APMT.

³⁷⁵ Compromisso da Irmandade de Misericórdia de Cuiabá, Caixa 001. Cuiabá, MT. APMT.

Assim como em outras irmandades, a implantação do Compromisso firmava oficialmente a criação da Irmandade da Misericórdia como responsável pela organização da Santa Casa. Sua administração ficou a cargo de uma mesa diretora, composta por um provedor, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores, quatorze mordomos e doze irmãos mesários. Os irmãos que desejassem beneficiar-se dos préstimos da irmandade, sem ter de cumprir os serviços de caridade, deveriam contribuir de uma só vez com o valor de cento e vinte contos de réis. Era de responsabilidade da Santa Casa dirigir o culto divino, segundo as leis da Igreja Católica Apostólica Romana, além de nomear e admitir empregados que quisessem entrar ou prestar serviços para a irmandade.

A partir de 1848 e até a Proclamação da República, a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá passou por um período de quase cinquenta anos com sérias dificuldades financeiras e estruturais, exercendo pouca atuação diante das necessidades da população, o que lhe gerou descrédito por parte da sociedade e levou muitas pessoas a preferirem o tratamento de males físicos em suas próprias casas. A Santa Casa deixou de ser reconhecida como um lugar de tratamento, e suas enfermarias eram consideradas *antecâmaras da morte*, em virtude do grande número de falecimentos no interior de seus muros, gerando forte associação com morte iminente.

Porém, graças às diversas administrações que se sucederam a partir da primeira década do século XX, a Santa Casa conseguiu se reerguer. O Presidente da Província, Coronel Antonio Pedro de Alencastro, em relatório de maio de 1860, discorre sobre o estado dos dois hospitais na cidade, o da Misericórdia e dos Lázarus, considerando-os relativamente satisfatórios, e cujas receitas e a despesas se equilibravam, chegando mesmo a haver sobras, com as quais se reparavam os edifícios. Essa realidade, no entanto, teria se alterado, definhando esses orçamentos, “tendo talvez para isso concorrido a mais que excessiva carestia dos viveres”.³⁷⁶

Franco destaca a importância de se entender as conjunturas locais para caracterizar a frequente modéstia desses estabelecimentos em termos assistenciais.³⁷⁷ Afirma o autor que até 1822 a especificidade do território revelava como se instalara a rede de Misericórdias e respectivos hospitais da América portuguesa, marcadamente localizados em algumas das principais vilas e cidades, geralmente nas sedes administrativas. Por isso, ressalta que as

³⁷⁶ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel Antonio Pedro de Alencastro, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1860. Acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR/UFMT).

³⁷⁷ FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (1700-1822)*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

Misericórdias americanas, embora instituições de relevante importância social, desempenharam papel distante do que lhe tem sido atribuído pela historiografia, por imporem alto custo para as elites, tendo muito mais exacerbado a caridade como valor retórico, já que foram marcadas, dadas as suas dificuldades, pela “informalidade das relações que calava fundo as formas de ajuda aos menos favorecidos”.³⁷⁸

Em 1862, o Presidente da Província Herculano Pena, autorizado pela Lei provincial nº 8, de 10 de junho, tentou reorganizar o serviço administrativo das casas de caridade de Cuiabá, designando uma comissão de pessoas qualificadas, para examinar o estado da Santa Casa, ainda administrada de conformidade com a Lei nº 11, de 5 de junho de 1847.

Pela leitura do Relatório da Provedoria dos Estabelecimentos Pios desta Cidade, que há de ser-vos presente com todos os documentos a que se refere, ficareis informados do estado em que eles se acham presentemente. O movimento dos Hospitais foi o seguinte: Em 31 de Dezembro de 1860 existiam nas Enfermarias do Hospital Geral de Nossa Senhora da Conceição 11 enfermos, 9 homens e 2 mulheres; durante o ano de 1861 entrarão 76, sendo 46 homens e 30 mulheres; sairão curados 60, a saber 41 homens, e 19 mulheres; morrerão 6 homens e 9 mulheres, e ficarão existindo no fim de Dezembro 8 homens e 4 mulheres. [...] A Provedoria observa que a mortalidade no Hospital Geral tem apenas correspondido aproximadamente à 6ª parte do numero da entrada; e que muito menor seria sem duvida, se os indigentes procurassem os recursos que lhes oferecem a Santa Casa logo que suas enfermidades se manifestassem; mas desgraçadamente para eles e em detrimento do credito das Enfermarias, só o fazem já tarde, e depois de perderem a esperança de cura, ou talvez de vida.³⁷⁹

Em 1865, o provedor da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá determinou a formação de uma comissão para elaborar um regulamento e um compromisso de irmandade para a instituição, a fim de que o Presidente da Província determinasse sua adoção ou indicasse alterações consideradas relevantes se assim julgasse necessário. Em 1879 o Presidente da Província Dr. João José Pedrosa, pretendendo reerguer do abatimento em que se achavam os dois hospitais, nomeou uma nova comissão para promover a organização de uma irmandade que tomasse a seu cargo a gerência dos referidos hospitais.

Reconhecendo que esta pia instituição não pode prosperar sem o auxilio de uma Irmandade que, imprima-lhe a direção conveniente, alargando os seus recursos, pelo apelo incessante a caridade publica, - resolvi nomear uma

³⁷⁸ Op. cit., p. 94.

³⁷⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862. Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. APMT.

comissão composta de cidadãos mais influentes nesta localidade, e de ambos os partidos políticos, para o fim de promover a organização de tal Irmandade. Compus essa comissão com os seguintes cidadãos: Desembargador Firmo José de Mattos, Barão de Diamantino, Dr. Dormevil Jose dos Santos Malhado, tenentes-coronéis Jose Leite Galvão e João de Souza Neves e capitão Antonio Augusto Ramiro de Carvalho.³⁸⁰

A primeira reunião da comissão realizou-se no dia 26 de agosto de 1879, na residência do Desembargador Firmo José de Matos, ficando o Capitão Antonio Augusto Ramiro incumbido de elaborar a organização da irmandade e os demais membros deveriam fazer o alistamento dos irmãos. Ainda no ano de 1879 foi organizada a Irmandade da Misericórdia, que teve seu Regulamento aprovado pela Assembleia Legislativa (Lei nº 532, de 19 de novembro). Em seguida, foi procedida a eleição da mesa administrativa, que se compunha de um provedor, um escrivão, um tesoureiro, procuradores, irmãos de mesa e mordomos.

Durante três anos, foi próspera a condição da irmandade, que conseguiu nesse período uma receita de 56:398\$000 réis, tendo despendido a importância de 55:100\$000 réis com o custeio do serviço hospitalar e com melhoramentos materiais e compras de apólices. É dessa época a construção do gradil de ferro à frente do edifício da Santa Casa e que existe até hoje. O pagamento da subvenção provincial para essa instituição estava, no entanto, atrasado há quinze meses, comprometendo seu atendimento, enquanto a farmácia lutava cotidianamente com falta de medicamentos. Nessas condições, era fatal o descrédito da Santa Casa, cujo movimento anual não passou de 180 enfermos no ano seguinte, dos quais 25% faleceram.

De 14 de Agosto do ano passado até 31 de Maio último, segundo a demonstração anexa ao relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia, o qual administra ambos os estabelecimentos. Elevou-se a sua receita a 13:945\$730 e a despesa a 17:867\$040, resultando um déficit considerável de 3:921\$310.

[...] Segundo os mapas demonstrativos anexos ao relatório do provedor da Santa Casa o movimento do hospital, de Janeiro até Maio ultimo, foi o seguinte:

Existiam em tratamento.....	100
Saíram curados	37
Faleceram	18
Existem atualmente	52 ³⁸¹

³⁸⁰ Relatório com que João José Pedrosa, Presidente da Província de Matto-Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da Assembleia, em 1º de outubro de 1879. O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR

³⁸¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 26ª legislatura, no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província Doutor Joaquim Galdino Pimentel. Arquivo do NDIHR.

As fontes de renda da Sociedade Beneficente da Santa Casa, para custeio dos hospitais, conservação dos bens patrimoniais, aquisições diversas e demais despesas administrativas, ainda eram provenientes dos rendimentos do patrimônio social, das joias e mensalidades pagas pelos sócios, das subvenções devidas pelos poderes públicos, quando recebidas, dos juros da dívida inscrita, das diárias dos pensionistas em tratamento nos hospitais, dos legados e dos vários tipos de donativos e esmolas, além de frutos da caridade individual, coletiva ou de associações, e até de empresas particulares.³⁸²

Em 8 de maio de 1887, assumiu a provedoria da Santa Casa o Tenente Coronel João de Souza Neves que, inteirado da situação econômica da instituição, assoberbada por um respeitável déficit orçamentário, trabalhou para melhorá-las. O Dr. Antonio Gonçalves de Carvalho, que havia sido Juiz de Direito em Cuiabá, sendo nessa época Juiz em Valença, promoveu nessa cidade um espetáculo que rendeu 650\$000 réis, importância que ele remeteu à Santa Casa. Também os mato-grossenses residentes no Rio de Janeiro fizeram uma subscrição, que rendeu a quantia de 145\$000 réis, que a provedoria da Santa Casa fez aplicar na comprar de medicamentos.³⁸³

Em 1907 Eloy Hardman assumiu a presidência da mesa administrativa, que grande esforço desenvolveu para melhorar, material e moralmente os dois hospitais sob sua administração. No Hospital São João dos Lázaros, que atendia os doentes de hanseníase ou lepra como era então chamada, mandou fazer obras de reparos e reconstruções. Na Santa Casa, sua ação moralizadora fez-se sentir com a demissão de alguns funcionários, alegando ser essa providência “para o bem da moralidade do hospital”. Talvez essa tenha sido a causa do desagrado dos políticos locais, porque pouco depois foi feita uma conspiração para que na eleição dos membros da mesa administrativa de 1910 Hardman tivesse sua candidatura rejeitada. Em 1911 assume o governo Joaquim Augusto da Costa Marques, que em mensagem à Assembleia Legislativa descreveu a situação em que se encontravam as duas instituições pias:

Era assáz contristadora, Senhores Deputados, a deplorável situação de abandono, a falta de desvelo em que ao assumir o governo do Estado encontrei os hospitais de Santa Casa de Misericórdia e de São João dos Lázaros. [...] Felizmente, a nova administração eleita em Dezembro do último ano, vai se esforçando por dar a esses hospitais de caridade uma

³⁸² NASCIMENTO, Heleno Braz. *A lepra em Mato Grosso: Caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001. p. 95.

³⁸³ RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1959. p. 148.

direção mais humana e digna dos sentimentos altruístas da nossa sociedade, que nela confiante, também vai se despertando da apatia e da indiferença em que estava, e um movimento de nobre generosidade agita o coração do povo em benefício daquelas instituições, anunciando-lhes como que o despertar de uma nova era.³⁸⁴

Sob a administração do Desembargador Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, durante um longo período de sete anos, e o amparo dos poderes Executivo e Legislativo do Estado, o hospital da Santa Casa de Misericórdia contou com grandes melhoramentos.

Tendo-se desmoronado uma parte da face Norte do edifício, a sua Diretoria de acordo com as idéias por mim expedidas na minha ultima mensagem, resolveu mandar demolir tudo quanto de imprestável que existia nessa parte, a pior de todas, para na mesma serem construídos três pavilhões, sendo um destinado à seção de cirurgia, outro aos tuberculosos e outro aos insanos, já estão em andamento as obras do primeiro pavilhão. [...] E digna de menção e louvor a dedicação com que os membros da sua nova diretoria em cuja presidência tem estado o Desembargador Antonio Fernandes Trigo Loureiro, que pelo seu esforço, desvelo e competência há sido merecidamente distinguidos naquele posto pelos seus companheiros, tem procurado desempenhar-se de tão humanitários deveres que a sociedade impõe em relação aos infelizes que no culto da caridade e da assistência publica, buscam alívio às suas dores e amparos à sua desventura.³⁸⁵

Para a realização desses melhoramentos foi importante a atuação do Dr. Antonio Fernandes Trigo de Loureiro como presidente da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia. Para auxiliá-lo nessa cruzada de restauração do hospital foram designados os seguintes cidadãos: vice-presidente Coronel Francisco Martiniano de Araújo; tesoureiro Major Franklin Moura; fiscais João da Silva Pereira, Antonio Olegário de Souza, Pedro de Cerqueira Caldas, Antonio Manoel Coelho, João Batista da Costa Garcia; secretários Candido Joaquim Carvalho e Fabio Monteiro de Lima; médicos Malaleel Marinho Rego, Francisco Eduardo Rangel Torres e Caio Corrêa.

Em 1913, o então Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques relatou, em diversas mensagens, que se encontrava satisfeito com as benfeitorias do diretor da Santa Casa, Trigo de Loureiro, por este proporcionar meios para que a instituição realizasse suas obras, não funcionando somente como abrigo, e sim atuando na defesa social contra os males que se propagassem na sociedade. Em 23 de junho de 1914 foi inaugurado o pavilhão de cirurgia da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, em frente ao compartimento das antigas enfermarias, ampliadas por Frei José Maria de Macerata. Nessa ocasião, foram adquiridos os primeiros

³⁸⁴ Mensagem do Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques à Assembleia Legislativa, em 13 de maio de 1912. NDIHR.

³⁸⁵ Id. Ibid.

instrumentos modernos, constituídos de pequenos arsenais cirúrgicos, que muito concorreram para melhoria dos trabalhos médicos oferecidos por essa instituição.³⁸⁶

Por consenso unânime dos partidos políticos, havia assumido o governo do Estado, em 1918, o Bispo D. Francisco de Aquino Corrêa, que indicou como um de seus auxiliares o Padre Manoel Gomes de Oliveira, posteriormente escolhido para assumir, em 1º de janeiro de 1919, a presidência da Sociedade Beneficente da Santa Casa. Durante os três anos em que Padre Oliveira permaneceu no cargo, buscou melhorar as condições da Santa Casa, contando sempre com o auxílio do governo, sendo expressamente bem avaliado pelo Presidente do Estado.

A Santa Casa de Misericórdia desta Capital está sendo radicalmente transformada e perfeitamente adaptada aos caridosos fins a que se designam, graças a esse vosso filantrópico auxílio e, sobretudo a competência e dedicação do seu atual primeiro Vice-Presidente, Reverendo Padre Manoel Gomes de Oliveira que tem sabido realizar com admirável rapidez o pensamento da Sociedade Beneficente que rege esse Pio Instituto.³⁸⁷

Entre os melhoramentos materiais realizados pela administração do Padre Oliveira destacam-se a remodelação da fachada do hospital, a instalação de uma farmácia para uso do hospital, a construção de um necrotério, o remodelamento do gradil externo da Santa Casa, a instalação de luz elétrica, a organização de uma horta no terreno contíguo ao hospital, a supressão de diversos cargos remunerados, a reconstrução da capela e a restauração do serviço religioso. Uma importante medida, posta em prática pela nova presidência, foi entregar a direção do hospital a um grupo de irmãs de caridade, conforme contrato firmado com o Instituto das Irmãs de Maria Auxiliadora, em 22 de fevereiro de 1919.

Em 8 de abril de 1920 foi lançada a pedra fundamental de um manicômio, anexo ao hospital, mas sua construção, infelizmente, não passou dos alicerces, em consequência da temerosa crise financeira que assoberbou Mato Grosso e, em consequência, a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. No entanto, Canova³⁸⁸ atesta que desde o ano de 1887 já era constatada a presença de alienados nessa instituição hospitalar, tratados a título de caridade. Em 1926, a presença de alienados na Santa Casa parece continuar a incomodar a população da cidade. Matéria veiculada no jornal *A Capital* reclama, à administração do hospital,

³⁸⁶ MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. *Letras & Tradições cuiabanas*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

³⁸⁷ Mensagem do presidente Francisco de Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, em 7 de Setembro de 1919. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT

³⁸⁸ CANOVA, Loiva. *A Loucura é uma loucura: as representações sobre o louco e a ordenação do espaço urbano em Cuiabá (1889 – 1931)*. Monografia (Especialização em História). Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2000.

providências no sentido de controlar os doentes e proibir os loucos que habitam uma das dependências daquela instituição de caridade de continuar atirando diariamente suas fezes no Córrego da Prainha, com graves prejuízos para a saúde dos moradores da região.³⁸⁹

Diferente realidade percebe-se na Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, que só socorria e dava assistência a alienados quando alguém se responsabilizava pelas despesas geradas com seu tratamento. Em se tratando de indigentes, o atendimento a eles naquela Província foi por tempo incerto, até que em 1848 a Província assumiu a responsabilidade da construção de um hospício.³⁹⁰

A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá recolhia os alienados que se encontrassem a perambular pelas ruas da cidade, seguindo a mesma prática das demais instituições de caridade existentes no Brasil. Porém, não dispunha de enfermarias suficientes e adequadas para comportá-los e prestar-lhes esse tratamento, muito menos de recursos para a construção de um local específico para esses pacientes, que eram seguidamente reconduzidos às ruas da cidade. Coube à Santa Casa de Misericórdia, desempenhar também o papel de prisão e de defensora da ordenação moral, uma vez que a privação da liberdade não devia ser vista apenas como instrumento de interdição à liberdade, mas também como um modo de facilitar a organização da cidade.³⁹¹

Entre 1920 e 1923, os relatórios da Santa Casa de Misericórdia mostram-na como uma instituição com melhor atendimento aos pobres, registrando uma maior procura à instituição. Em 1922 foram internados no hospital cerca de 500 pessoas, 4.916 fórmulas medicinais foram preparadas para os doentes internos e 520 para os enfermos externos, enquanto na sala do banco foram atendidas 1.089 pessoas e realizados 1.860 curativos.³⁹² Os relatórios da Santa Casa de Misericórdia de 1925 a 1930 mostram um desempenho semelhante ao dos anos anteriores, com benfeitorias e melhoramentos, chegando esse hospital a atender, em 1926, a 759 doentes.

De acordo com o Relatório de 1923, em 17 de dezembro de 1922 houve uma eleição da mesa administrativa da Santa Casa, empossada no dia 1º de janeiro seguinte, ficando assim constituída: presidente, Dr. Virgílio Correa Filho;³⁹³ 1º vice- presidente, Firmo José

³⁸⁹Jornal O Comércio em 19 de janeiro de 1926. P 03, rolo 45, gaveta 01 APMT

³⁹⁰MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. (1599-1884) Contribuição ao Estudo da Assistência Social no Brasil*. Coleção Ciências Humanas São Paulo, 1974.8-195.

³⁹¹MESGRAVIS, Op. cit., p. 54.

³⁹² Relatório do presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, em 21 de maio de 1923. NDIHR.

³⁹³CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.

Rodrigues;³⁹⁴ 2º vice-presidente, Paulo Dorsa; tesoureiro, Major Franklin Moura; 1º secretário, Capitão Manoel Deschamps Cavalcanti; 2º secretário, José Dias Barros; fiscais, Major Anselmo Liberado de Oliveira, Major João Baptista da Costa Garcia, Major Frederico Augusto London, Capitão Candido J. de Carvalho, Capitão Cesário Cesostris Cesar e o Capitão João Lácio Bortalho. Na mesma data, Firmo Rodrigues assumiu o cargo de presidente, por se achar Virgílio Correa no exercício do cargo de secretário do Interior e Justiça do Estado.

Em virtude de contrato firmado em 22 de fevereiro de 1910 com o Instituto das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, a administração interna da Santa Casa continuou a cargo das irmãs salesianas, que, conforme apreciação de Firmo Rodrigues, muito teriam se esforçado para o desempenho dos pesados encargos que lhes foram confiados no tocante aos cuidados dos enfermos e assim a elas foi atribuída a nova feição que a Santa Casa tomou desde a administração do padre Manuel Gomes de Oliveira³⁹⁵.

O corpo clínico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, durante os anos de 1922 e 1923, contava com os médicos Joaquim Novaes, responsável pela enfermaria de mulheres; Pacífico Lopes de Siqueira, Estevão Alves Correa e Antonio de Pinho Maciel Epaminondas, na enfermaria de homens, e Caio Correa, na enfermaria de soldados ou praças. A maior parte desses médicos era mato-grossense, formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com teses defendidas para obtenção do grau de doutor na área de Obstetrícia, e ocuparam importantes cargos na vida política, administrativa e mesmo militar da cidade de Cuiabá e do estado de Mato Grosso.³⁹⁶

Tendo em vista a lotação sempre completa das enfermarias da Santa Casa, em virtude dos serviços essenciais prestados à comunidade, em 1923 considerou-se necessário a admissão de três médicos auxiliares, um dos quais com o encargo de visitar semanalmente o Hospital de São João dos Lázaros, sob administração da Santa Casa. Considerou-se também necessário e justo que os médicos da Santa Casa recebessem melhor gratificação.

³⁹⁴RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. Vol1. São Paulo: Gráfica Mercúrio. 1959.

³⁹⁵ Relatório da diretoria da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente do Estado coronel Pedro Celestino Correa da Costa, em 1923. doc. nº 255- Estante 12 – Arquivo Publico de Mato Grosso-APMT

³⁹⁶Para maiores informações, ver: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.; PERARO, Maria Adenir. *Farda, Saias e Botina: ilegitimidade na paróquia Sr. BomJesus de Cuiabá 1853-90*. Tese (doutorado em Historia). Faculdade/instituto/deptº da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

DUARTE, Maria Carolina de Almeida. *Notas sobre médicos do passado mato-grossense*. Cuiabá: Editora Scortecci, 2012.

No decorrer dos anos 1929 a 1932, a Santa Casa continuou prestando serviços à população local e de regiões circunvizinhas, que frequentemente abandonavam seus doentes na porta da instituição, muitas vezes sem condições de recuperação, vinham a falecer. Nesses casos, ela tinha a obrigação de fazer o enterramento, questão que será abordada no item 4 deste Capítulo. No entanto, os problemas de saúde pública registrados nos anos anteriores perduravam e alguns deles estavam relacionados às deficiências higiênicas e de salubridade da cidade, como a necessidade de canalização do Córrego da Prainha e a falta de serviço de esgoto e de abastecimento de água potável, além de serem registrados casos de tuberculose, mal que atingia todo o país, sem ser considerada epidêmica.

Durante todo o século XIX, a atuação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá foi marcada por dificuldades econômicas e pela busca de oferendas e caridade, provindos geralmente dos mais abastados, com intuito de minorar o sofrimento dos desvalidos com o oferecimento de esmolas em bens móveis, imóveis e semoventes, ou outros benefícios, aguardando, em contrapartida, o recebimento de salvaguarda para salvação eterna de suas almas pecadoras. Conforme já visto, alguns testamentos exemplificam essa prática de oferta de benefícios à Santa Casa de Misericórdia em troca de benefícios no *pós-mortis*.

As doações, mesmo que diminutas, ainda ocorriam. Durante esse período foram realizados estudos para viabilizar algumas reformas, tanto no estatuto como no regulamento interno da Santa Casa, sob a responsabilidade dos mesários advogado Antonio da Costa Marques, Isaac Povoas e o engenheiro Fenelon Muller. Os irmãos da Santa Casa contribuía com a instituição pagando joias de entrada, anuidades e esmolas, participavam das loterias, ofereciam rendas de propriedades e legados em testamentos, além de rendas provenientes de juros de capital e de apólices. Em Cuiabá essas práticas de doação eram comuns. O governo da Província auxiliava com subvenções, consignação ou subsídios.

Diante dos serviços que vinha prestando esse estabelecimento de caridade, e perante a situação financeira em que se encontrava, em 1927 o presidente de Estado Mário Correa solicitou ao Poder Legislativo um razoável aumento no valor destinado à subvenção da Santa Casa, para que a instituição continuasse a prestar serviços à comunidade. Em 1928, após a eleição da mesa administrativa da Santa Casa foi conduzido ao cargo de presidente o Major Firmo José Rodrigues, que nesse cargo continuou a prestar serviços, juntamente com a administração interna das Irmãs Salesianas, tendo como dirigente a Irmã Noemia de Castro.

Os recursos recebidos pela Provedoria da Santa Casa, comumente eram destinados ao custeio de construção, reforma e manutenção de igrejas, asilos, hospitais e cemitérios, à compra de objetos de culto e ao fornecimento de vestuários aos morféuticos e escravos sob sua

responsabilidade. Constavam também entre suas despesas o fornecimento de utensílios diversos para enfermarias e de mortalhas para enterramentos dos pobres, o sustento aos presos pobres, além da folha de pagamento de religiosos e funcionários da instituição.

A Santa Casa constantemente recebia subsídios dos cofres públicos, conforme a Lei nº 6, de 9 de novembro de 1869, que determinava subsídio de 600\$000 réis mensais a serem pagos pelo cofre provincial. A Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá em Relatório ao Presidente do Estado Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, em 1923 considera a necessidade de sua remodelação permitindo o ingresso de mulheres na sociedade. Conforme seu parecer, os hospitais da Santa Casa viviam da caridade e, para implorá-la, nada melhor do que contar com o auxílio das mulheres, mais hábeis nas tarefas de promover as chamadas festas de caridade, que tinham como objetivo de angariar fundos.

O público, na sua maioria, não lê tabelas estatísticas e a simples publicação do movimento mensal de nossos hospitais é insuficiente para que todos nós devamos ter de prestar nosso concurso, espontâneo e constante, a fim de auxiliar esta Instituição. Dai talvez certo desinteresse de muitos sócios, indiferentismo de outros, pela sociedade a que se ligaram num momento de impulso generoso.³⁹⁷

A análise dos balanços de receitas e despesas da Santa Casa possibilita identificar que o valor dos donativos era bem menor que as subvenções recebidas do estado e do município, que comumente eram pagas com muito atraso, razão suficiente para que as suas contas estivessem sempre no vermelho.

O patrimônio da Santa Casa em 1923 era formado por um hospital central e suas enfermarias, uma capela, dois pavilhões construídos em 1914 e um terreno, em parte murado, denominado “chácara do maranhão”. A avaliação desses bens gira em torno de 200:000\$000 réis. Além desses imóveis, fazia parte de seu patrimônio uma casa térrea, a dois quilômetros da cidade, onde ainda funciona o Hospital de São João dos Lázarus, tendo nas proximidades outra casa térrea, que serve de residência do encarregado do hospital, avaliada à época em 50:000\$000 réis. Possuía ainda outras duas casas térreas, uma na Rua Coronel Pedro Celestino, nº 10, avaliada em 15:000\$000 réis, e outra na Rua Coronel Peixoto, nº 14.

A União costumava atrasar os pagamentos de subvenção para a Santa Casa, restando a esta a busca de estratégias para perceber esses recebimentos sempre com atraso, sendo esse um dos motivos para a consequente dificuldade econômica da instituição. Para se ter uma ideia, em 1924 a Santa Casa tinha a receber da União as subvenções relativas àquele ano e

³⁹⁷ Relatório da diretoria da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente do Estado Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, em 1923. Doc. nº 255, Estante 12. APMT.

ainda aos anos de 1922 e 1923, somando um total de R\$ 45:000\$000 réis. Com relação à subvenção de 1921, só em abril de 1923 foi repassada a 2ª prestação, de 10:000\$000 réis. Para poder solicitar a subvenção do ano seguinte, a Santa Casa tinha de prestar contas da aplicação dos recursos no ano em curso. Julgando conseguir os repasses das subvenções de modo mais rápido, com a transferência do respectivo crédito para Delegacia Fiscal da capital, o tesoureiro da Santa Casa enviava suas solicitações à União por intermédio dos representantes do estado na Câmara Federal, expediente, todavia, que nem sempre era exitoso.

Uma das principais funções da Santa Casa era o atendimento aos pobres, estratos fragilizados da população, frequentemente arrebatados pela morte quando diante das pestes ou intempéries naturais. Justificava-se assim, a atuação dessa instituição com arrecadação de numerários junto aos mais privilegiados para atender aos necessitados.

Conforme Marcílio,³⁹⁸ desde o período colonial as Câmaras Municipais, por determinação da legislação portuguesa, eram oficialmente responsáveis pela tarefa de prover assistência aos pequenos enjeitados. Autorizadas pelo rei, essas instituições podiam delegar os serviços especiais de proteção à criança exposta a outras instituições. A partir dessa concessão, foram firmados convênios, sobretudo com as Irmandades das Santas Casas de Misericórdias, que estabeleceram, com o aval da Coroa, rodas ou casas de expostos. Com a chamada Lei dos Municípios, de 1828, essas obrigações das Câmaras Municipais foram reformuladas, abrindo-se uma brecha para que elas se livrassem d função de oferecer recolhimentos, para as crianças pobres e expostas³⁹⁹.

3.4 - A Santa Casa de Misericórdia e os enterramentos dos pobres em Cuiabá

Neste item discorreremos sobre os enterramentos dos pobres em Cuiabá, no período referido, com destaque para as funções desempenhadas pela Santa Casa de Misericórdia e, posteriormente, pelas empresas funerárias. A perspectiva de investigar enterramentos de homens e mulheres pobres inicialmente pareceu implicar em dificuldades referentes à documentação, uma vez que encontramos menos pistas sobre a trajetória e o cotidiano ou testemunhos dos pobres na documentação escrita. No entanto, como já nos referimos a

³⁹⁸MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec. 1998.

³⁹⁹Os expostos eram crianças abandonadas em casas particulares, igrejas ou na Roda dos expostos, caixa cilíndrica de madeira, cravada na parede de um estabelecimento beneficente, por um eixo giratório que permitia sua rotação. A Roda tinha um dos lados vazados para que as crianças fossem colocadas pelo lado de fora, sem que as pessoas de dentro vissem quem os abandonava.

Ginzburg⁴⁰⁰ e suas práticas investigativas, é preciso revirar as fontes para pacientemente identificar a presença dessas figuras na documentação, não raras vezes, como sugere Certeau⁴⁰¹, construindo saídas e estratégias de fuga para alívio de suas condições de vida. Neste estudo, procuramos detectar e compreender indícios e sinais nos raros documentos em que algo possa ser visível, compreensível, deduzido ou imaginado no que diz respeito a esses enterramentos, a exemplo de testamentos, em que homens e mulheres escravos ou livres pobres aparecem recebendo benefícios em vida, assim como nos Compromissos de Irmandades Religiosas, Regulamentos e na imprensa local.

Mas o que era ser pobre? Michel Mollat, que se voltou para o estudo dos pobres na Idade Média no Ocidente europeu, considera que a pobreza designa inicialmente a qualidade, ou a condição de uma pessoa ou grupo de qualquer estado social atingido por grande carência. Qualquer um poderia ser atingido pela pobreza, fosse homem, mulher, camponês, clérigo ou cavalheiro ou pertencentes a ordens sociais distintas, em consequência de uma ou outra catástrofe, de más colheitas ou intempéries naturais. O pobre é, portanto, aquele que, de modo permanente ou temporário, está em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis no tempo e no espaço, que garantam força e consideração social sejam elas: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica ou honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades pessoais.⁴⁰²

Mas como identificá-los em Cuiabá, além da presumível penúria ou exclusão econômica? Onde estavam eles? Como circulariam na cidade? Em quais documentos poderão ser encontrados? Ora, eles aparecem nos mais variados pontos da cidade, principalmente depois do entardecer, identificados nos Relatórios de Polícia, não raras vezes fugindo ou dissimulados diante do controle das autoridades ou traçando diferentes estratégias de subsistência e fuga. Aparecem nos testamentos recebendo benefícios e também são identificados nos Regulamentos e Compromissos como participantes de irmandades religiosas. Da mesma forma aparecem, na documentação referente às práticas de enterramento, como aqueles que indicam os preços dos caixões. Enfim, como morriam os pobres em Cuiabá nos séculos XIX e XX? Teriam direitos e receberiam rituais de enterramento? Morriam em suas próprias casas ou na Santa Casa? Sabemos que pessoas da elite morriam em suas casas e eram enterradas pelas irmandades brancas com pompas

⁴⁰⁰ GONZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991b.

⁴⁰¹ CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Ed.Vozes. 1994

⁴⁰² MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus. 1989. p. 5.

fúnebres nas igrejas ou nos cemitérios. Mas, como eram enterrados os pobres em Cuiabá no período referenciado? Como se faziam os enterramentos pela Santa Casa de Misericórdia?

A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, era uma instituição elitista, que aglutinou em sua administração vários representantes da elite cuiabana. Atendia aos pobres e desvalidos que, quando doentes, buscavam nessa instituição tratamento para os males do corpo. Quando arrebatados pela morte, a Santa Casa fazia o enterramento de seus corpos, oferecendo-lhes mortalha e sepultura. No entanto, os enterramentos dos pobres em Cuiabá, de acordo com o olhar de viajantes e jornalistas locais, não eram efetuados com cuidados e piedade cristã, gerando críticas, publicadas nos jornais locais.

A pobreza influenciou a atuação das Misericórdias desde seu surgimento, no fim do XV em Lisboa, pois elas ofereciam atendimento aos pobres e necessitados, diferentemente das demais confrarias, que proporcionavam assistência apenas para seus iguais: irmãos e familiares. As Misericórdias basearam-se numa interação entre as elites locais, de onde extraíam seu corpo de formação, e a grande massa de pobres carentes dos serviços de saúde, dedicando-se à cura dos enfermos, aos enterramentos dos mortos e à distribuição de esmolas.⁴⁰³ Franco define a atuação das Misericórdias a partir de seu manto: “A virgem do Manto Protetor guardava de um lado, reis, nobres e clérigos e do outro, pobres e desvalidos”.⁴⁰⁴

Na Europa Moderna, as práticas das Santas Casas representaram um avanço quanto aos enterramentos dos pobres. Por exemplo, o Compromisso de 1516 da Misericórdia de Lisboa estipula, nos Capítulos 3 e 14, a necessidade de manutenção de uma “essa” para fazer esses enterramentos. As Misericórdias do Império colonial português tiveram como referência a prática e os estatutos da matriz de Lisboa, conservando no Brasil cláusulas tradicionais relativas aos funerais de seus membros e sobre os serviços oferecidos aos pobres.

E eram justamente essas classes mais baixas aquelas a que a posição financeira precária e as miseráveis condições de vida tonavam mais suscetíveis a súbitas desgraças. Havia assim uma necessidade premente de associações dispostas a tratar do enterro dos pobres sem pagamento⁴⁰⁵

⁴⁰³SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre : misericórdias, caridade e poder no Império Português : 1500 – 1800*. Lisboa : CNCDP, 1997p. 67.

⁴⁰⁴FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (1700-1822)*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

⁴⁰⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB, 1981. p. 154.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, uma das primeiras fundadas no Brasil surgiu com objetivo de atender essas necessidades. Detinha o monopólio dos enterramentos em Salvador, gerando conflitos com outras irmandades e autoridades eclesiásticas, pois fazia enterramentos mediante pagamento e por caridade. Quanto aos enterramentos dos irmãos, os estatutos da Misericórdia determinavam que estes fossem acompanhados à sepultura por todos os demais.

Grande parte dos recursos da Santa Casa de Misericórdia tinha origem nas atitudes diante da morte de homens e mulheres que, tementes por suas almas, investiam parte do patrimônio angariado durante suas vidas para encomendar numerosas missas em favor de suas almas e as de parentes e compadres, da mesma forma aos irmãos da Misericórdia e às almas do purgatório.⁴⁰⁶ Ainda sobre o enfrentamento da morte pelos irmãos das Misericórdias portuguesas, Sá afirma que assim como os testadores delegavam benefícios para o pagamento antecipado das missas encomendadas, assim também o faziam para possibilitar a fundação de hospitais e o atendimento aos pobres, enfim, a preocupação com a vida eterna parecia estabelecer um elo entre a caridade e os irmãos da Santa Casa que se prolongava para além da morte.⁴⁰⁷

Além da caridade cristã, o auxílio aos grupos menos privilegiados tinha por objetivo a continuidade ou manutenção de relações sociais desiguais e hierarquizadas, assim como a amortização de prováveis tensões sociais. As atividades das misericórdias uniam a Igreja, hospitais, recolhimentos e cemitérios. Todas essas instituições estavam interligadas, como interligados estavam corpo e alma sob o largo manto de Nossa Senhora da Misericórdia.

Como a organização da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá se fez a partir dos exemplos das Misericórdias de Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro, os enterramentos dos irmãos falecidos se fará com poucas diferenças em relação às suas congêneres. Uma vez noticiado o falecimento de um irmão, o provedor deveria convocar a Mesa para tomar as providências das exéquias: um representante da irmandade convocaria os demais membros, tocando uma sineta pelas ruas da cidade. Logo que um grupo estivesse formado, todos se dirigiam em cortejo para a casa do irmão falecido para preparar seu corpo, amortalhando-o e colocá-lo no esquife ou “essa” da irmandade, para posteriormente ser transportado até o local de enterramento. Os estatutos determinavam detalhes da organização da cerimônia de

⁴⁰⁶GANDELMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2005, p. 5.

⁴⁰⁷SÁ, Op. cit., p. 34.

enterramento, enumerando os rituais, dos quais todos os irmãos eram obrigados a participar vestidos a rigor, envergando seus mantos.

O cortejo de enterramento, encabeçado pelo toque de uma sineta, seguia então pelas estreitas e quentes ruas da cidade. Um irmão levava consigo a bandeira da Irmandade, acompanhado pelos demais irmãos, alguns dos quais carregando velas. Seis membros carregavam a essa e outros seis levavam tochas nos dois lados do esquife. O restante do cortejo dependia da importância do morto, podendo haver a participação de membros de outras irmandades, além de padres e pobres. Um funcionário da Misericórdia fechava o cortejo, pedindo esmolas para obras de caridade.⁴⁰⁸ No momento do enterramento, já no cemitério, todos deveriam rezar Ave-Marias e Padre-Nossos pela alma do falecido. Os funerais e os enterramentos dos pobres, no entanto, eram bastante diferentes:

Os pobres eram enterrados envoltos em panos fornecidos pela misericórdia para os funerais de caridade. O grande temor dos pobres era o de que seus corpos fossem simplesmente atirados em uma cova de terra. Alguns, para proteger-se dessa eventualidade, chegavam ao extremo de comprar um caixão com as economias de toda a vida. Outros pediam que seus corpos fossem envoltos em tapetes, redes ou esteiras. [...] Covas comunais muito rasas eram o lugar de enterro dos muito pobres e dos escravos.⁴⁰⁹

A hierarquização social, tanto na Bahia como em Cuiabá, era refletida nas diversas tumbas da Misericórdia, assim como nos tecidos das mortalhas e nas formas de enterramentos uma vez que a morte não igualava as pessoas. O primeiro critério de diferenciação social e econômica no interior das Misericórdias confirmava-se a partir do estatuto, que estabelecia clara distinção entre escravos e homens livres, assim como entre os que pertenciam ou não à irmandade.

As principais características nos enterramentos dos irmãos da Misericórdia da Bahia apareciam no cerimonial indicando que as irmandades brancas e da Misericórdia davam muita importância aos cortejos fúnebres e aos sufrágios, organizando-os de forma mais elaborada ou ornamentada e mandavam celebrar maior número de missas. Muito provavelmente de forma semelhante eram realizados os funerais de irmãos da Misericórdia em Cuiabá. Todavia, no que diz respeito aos enterramentos dos pobres, os procedimentos das duas irmandades eram diferentes, conforme será mostrado mais adiante.

⁴⁰⁸ RUSSELL-WOOD, Op. cit., p. 155.

⁴⁰⁹ Id. Ibid., p. 180.

Roberto Machado, ao tratar dos enterramentos no Rio de Janeiro, refere-se àqueles efetuados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, onde os corpos eram costumeiramente mal sepultados em covas rasas, definindo assim o descaso dos coveiros. Esse procedimento era ainda mais acentuado quando se tratava de homens ou mulheres pobres que não contavam com a atuação de uma irmandade religiosa para prestar-lhes serviços de funeral.⁴¹⁰

Ainda sobre os enterramentos dos pobres pela Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, Luccock assim os descreve:

Logo em seguida ao seu falecimento [...] envia-se uma intimação a um dos dois cemitérios a eles destinados para que se enterre o corpo. Aparecem dois homens na casa, colocam o defunto numa espécie de rede, dependuram-na num pau, e, carregando-o pelas extremidades, levam-no através das ruas como se estivessem a carregar uma qualquer coisa. Se acontece de pelo caminho encontrarem com mais um ou dois que de forma idêntica estejam de partida para a mesma mansão horrível, põe-nos na mesma rede e levam-nos juntos para o cemitério [...].⁴¹¹

Mesquita que versou sobre a morte e os enterramentos em Cuiabá, pontua que havia em Cuiabá três tipos de enterramentos: os dos abastados, que eram conduzidos em tumba da irmandade religiosa, com pompa e esplendor, e que se efetuavam nos consistórios da igreja ou das grades para cima; os das pessoas comuns, feitos no interior dos templos, mas das grades para baixo; e os da plebe, dos escravos, supliciados e miseráveis, realizados no adro da igreja, ou fora dela quando acatólicos ou crianças sem batismo. Segundo o autor, indivíduos desse último grupo teriam sido os primeiros a inaugurar o Cemitério da Piedade.⁴¹²

As Misericórdias da Bahia e de Cuiabá ofereciam serviços de funerais para enterramento de seus irmãos e também de escravos, estes com mobiliário funerário de qualidade inferior, constituído por esquifes caracterizados por simples liteiras, que seriam pouco mais do que tábuas. Um deles era conhecido por banguê e servia para esses enterramentos; outros, destinados a crianças, eram conhecidos como esquife dos anjos. Todos

⁴¹⁰ MACHADO, Roberto Loureiro. *Danação da norma: A medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p.290.

⁴¹¹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, 1975. p. 21.

⁴¹² MESQUITA, José de. As Necrópoles cuiabanas. IN: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá: 1936, p.5.

eram descobertos e contrastavam com as tumbas cobertas de melhor qualidade usadas no enterramento dos irmãos da Misericórdia.⁴¹³

Muito provavelmente os enterramentos de pobres com esquifes em Cuiabá nas primeiras décadas do século XX teriam sido praticados de forma semelhante desde os séculos XVIII e XIX. Inicialmente seriam destinados aos escravos e pobres, depois aos pobres de maneira geral. Em janeiro de 1926 o jornal *A Capital* publicou um artigo com o título: *Esquife*, apresentando muitas críticas aos enterramentos dos pobres efetuados pela Santa Casa de Cuiabá, o que aproxima a realidade cuiabana à da Santa Casa do Rio de Janeiro.

A nossa população já está habituada ao espetáculo tão deprimente para os nossos costumes, de ver quase que diariamente passar os esquifes da Santa Casa, sempre conduzidos por quatro gatos pingados que não cessam de deitar espírito ao longo do trajeto que vai do edifício daquela instituição de caridade ao Cemitério da Piedade.⁴¹⁴

O jornalista faz censuras à forma como se efetuam os enterramentos dos pobres, com os esquifes da Santa Casa, feitos “quase que diariamente”, indicando que era alta a taxa de mortalidade dos pobres em Cuiabá. Censura também a população que, segundo ele, teria se habituado a vê-los pelas ruas da cidade, seguidos de pequeno cortejo que, no entanto, não nutria respeito diante do acontecimento nem a população que não reagia diante desse espetáculo considerado deprimente. Em seu artigo, reitera que os enterramentos da Santa Casa ao transportar corpos humanos pelas ruas da cidade, expondo-os à curiosidade de transeuntes, para serem em seguida atirados impiedosamente à cova como cães leprosos, não condiz com a noção de progresso desejado para a cidade e sua população na primeira década do século XX.

Esses enterramentos com esquifes e paradas pelas ruas da cidade parecem ser reminiscências dos enterramentos de escravos e pobres durante o Império, conforme indica Debret, para a cidade do Rio de Janeiro no século XIX⁴¹⁵, e Taunay, para São Paulo do século XVIII.⁴¹⁶

Muitas famílias empobrecidas de São Paulo e Rio de Janeiro, não podendo arcar com os custos de um enterro faustoso, faziam sepultar seus mortos furtivamente, em redes, durante

⁴¹³SÁ, Isabel dos Guimarães - “*Quando o rico se faz pobre : misericórdias, caridade e poder no Império Português : 1500 – 1800*”. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 243.

⁴¹⁴Jornal: *A Capital*. Artigo: *Esquife*. Cuiabá, 19 de janeiro de 1926 - Rolo 45, Gaveta 1.APMT.

⁴¹⁵DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet / apresentação de Lygia da Fonseca F. da Cunha. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989

⁴¹⁶TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953v. I, 1ª parte, p. 132.

a noite ou a madrugada. Os defuntos eram sepultados apenas com a roupa do corpo ou enrolados em lençol, enfim, com uma pobre mortalha, porque não era usual a utilização de caixões mortuários para enterramentos. Cada igreja costumava possuir um caixão que servia apenas para o transporte do cadáver da sua casa de morada até o local do sepultamento. Após o depósito do defunto na cova, o caixão era usualmente devolvido à sacristia, onde ficava à espera de outro cadáver.⁴¹⁷

De acordo com o Orçamento de Despesas da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Cuiabá, para o ano financeiro de 1852 foi feita previsão de gastos de 600\$000 réis com a compra de mortalhas para os corpos e outras despesas caracterizadas como imprevistas, não aparecendo previsão de gastos com “caixões mortuários” que não eram utilizados nos enterramentos que realizava. Em 1857 a previsão da Provedoria da Santa Casa anuncia a despesa de 400\$000 réis com utensílios para as enfermarias, roupas, lavagem destas e “confecção de mortalhas”. Nas décadas de 1860 e 1870 aparecem as mesmas indicações. A Santa Casa de Cuiabá, portanto, não utilizava caixões, apenas mortalhas e esquifes na inumação dos cadáveres dos pobres.

No entanto, o uso de mortalhas simples e de santos não era restrito aos pobres, pois também era comum entre os mais ricos, na cidade e em todo o país, como uma busca de simplicidade na travessia da vida para a morte. As mortalhas variavam de acordo com a preferência, não raramente estabelecida em testamentos, mas também com a idade e sexo do falecido. Reforçando a afirmação, encontramos em Cuiabá testamentos de irmãos da Santa Casa, de condição econômica privilegiada, indicando o desejo de serem enterrados com mortalhas muito simples e pobres, pois no momento da morte fazia-se necessária humildade e simplicidade.

Sobre enterramentos com mortalhas na Bahia do século XIX, Reis afirma não haver uma orientação definida entre as irmandades, uma vez que os compromissos não obrigavam ou recomendavam seu uso. No entanto as mortalhas mais usadas eram a branca e a preta. Sendo o uso da mortalha branca, provavelmente de tecido grosso de algodão, a preferida entre os negros, por ser mais barata, enquanto a mortalha preta, mais cara, era muito usada entre os brancos.⁴¹⁸

Na primeira década do século XX percebemos em Cuiabá diferente denominação nas despesas da Santa Casa, quando desaparece o termo mortalha e surgem os termos “vestuários

⁴¹⁷GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH- USP. p. 63

⁴¹⁸REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 126.

e utensílios”. Entre esses vestuários muito provavelmente estariam ainda as mortalhas, uma vez que a Santa Casa continuava a exercer seu papel fazendo o enterramento dos pobres.

O discurso do jornalista, citado anteriormente, pode ser entendido como um reflexo de desejos de desenvolvimento e civilização entre as elites da cidade de Cuiabá, em confronto com a imagem que se havia construído sobre a região como terra de barbárie. O jornalista certamente faria parte de uma elite econômica e letrada com interesse de desfazer essa imagem do estado e da cidade.

Ele se mostra incomodado, não apenas com o descaso do poder público com o atendimento ao pobre, mas porque esse tipo de serviço ou atendimento batia de frente com ideais de cidade civilizada, higienizada, moderna, que estaria sendo perseguido ou buscado estabelecer. O articulista, possivelmente, seria ou estaria se comportando como porta-voz das elites da cidade.

A descrição feita pelo jornalista, apesar de considerar diferentes referências no tempo e no espaço, se aproxima da apresentada por Russel-Wood sobre os enterramentos da Misericórdia em Salvador no século XVIII: “Um espetáculo bizarro de um cortejo trotando pelas ruas, o esquife saltando nas costas dos carregadores”.⁴¹⁹ Rugendas também observou funerais de escravos realizados pela Santa Casa na Bahia e considerou que a maioria deles era efetuada sem quaisquer solenidades. No entanto, ressalta que eles contavam com cortejo fúnebre, no qual se misturavam ritos católicos e africanos, junto com manifestações “ruidosas e exóticas” acompanhadas de foguetório e música, podendo também contar com padres da Igreja Católica, especialistas em salvação.⁴²⁰ Não resultariam todos esses elementos em consideráveis solenidades?

Com seu olhar crítico, o jornalista cuiabano fez mais censuras aos enterramentos dos pobres efetuados pela Santa Casa, não se conformando com essa realidade, considera o descaso da municipalidade e do Estado diante da situação e defende a participação da população nessas atividades. Mas, essa realidade parecia fustigar apenas o pobre, pois em Cuiabá já havia os serviços de inumação prestados por empresas funerárias, oferecendo diversas opções de enterramentos e seus respectivos preços⁴²¹.

⁴¹⁹RUSSEL-WOOD, Op. cit., p. 153.

⁴²⁰MATHIAS, Herculano Gomes. *Rugendas— A Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d. p. 78

⁴²¹Conforme anúncio publicado no Jornal *O Comércio* de 10, 17 e 31 de março de 1910 – disponível no Arquivo Público de Mato Grosso-APMT e discutido no capítulo II desta tese.

No artigo *Enterramentos*, publicado no jornal O Comércio outro jornalista também apresenta uma descrição do momento em que um corpo transportado por esquife da Santa Casa chega ao cemitério e é inumado:

Um corpo transportado da Santa Casa ali chega. A sepultura não está ainda concluída. Arreiam o esquife no solo, sobre pedras, assentam-se os condutores e, em animada prosa, cortada por estrepitosas gargalhadas, aguardam a sua prontificação. Pronta a sepultura, o cadáver é despojado do esquife por dois dos carregadores, um segura-o pelas pernas e o outro pelos braços, levantam-no, chegam-no até as bordas da cova e deixam-no, pesadamente, tocar no fundo. Sem mais, terra sobre o cadáver. Está inumado⁴²².

Mais adiante o enfatiza que o momento de inumação de um corpo sem vida merece cuidados especiais, e a inumação acompanhada por ele é caracterizada como de extremo descaso e desumanidade, inadmissíveis para a cidade no limiar do século XX. Os serviços executados pelos carregadores da Santa Casa, contando com “animada prosa e gargalhadas” parecem chocar o jornalista observador, porque os corpos transportados não recebem tratamento respeitoso nem mesmo quando são inumados. Apesar da distância no tempo e no espaço, essa descrição se aproxima daquela identificada na cidade de São Paulo no século XVIII, quando os métodos usados para os enterramentos dos pobres foram severamente condenados por Taunay: “Em 1748, um aumento das taxas funerárias levou o povo a reclamar à Câmara do desgosto e constrangimento que passavam ao se verem obrigados a enterrarem os pobres, seus filhos e escravos no bangüê ultimamente feito na Santa Casa de Misericórdia”⁴²³.

Observando como se faziam esses enterramentos em Cuiabá, o jornalista espectador distancia-se um pouco da sepultura, para que, não de perto, sentisse a comoção que, ao contemplar cena, qualquer pessoa sensata experimentaria. Da mesma forma que o jornalista do jornal *A Capital*, coloca sua preocupação com esses enterramentos, relacionando-os à necessidade de transformá-los, em virtude de não serem condizentes com o desejado progresso da região. Afinal, como poderia o povo cuiabano ser reconhecido como civilizado sem que esse mal fosse reparado, sem que fosse resolvida essa questão?

Pelo que fica exposto não é explicável e nem se pode crer que os fundos existentes não sejam suficientes, ao menos para dar um modesto caixão aos

⁴²² Artigo *Enterramentos* publicado no jornal O Comércio em 7 de abril de 1910. Disponível no Arquivo Público de Mato Grosso- APMT

⁴²³ TAUNAY, Op. cit., p. 233.

infelizes que, à míngua de recursos para tratamento das moléstias de que são acometidos, reclamam seus cuidados e ali encontram a morte. Ora, se a Diretoria daquele estabelecimento de caridade deixou de receber a quota que lhe tocava, com sólida base se pode julgar – não lhe faltar recursos para, com mais humanidade, cuidar da pobreza que lhe implora caridade⁴²⁴.

Apesar de a Santa Casa receber anualmente subvenção do governo do Estado para fazer frente a diversas despesas, inclusive aos enterramentos dos pobres, parece que o jornalista tinha poucas esperanças de a qualidade do atendimento dessa instituição melhorar. Finalizando seu artigo, ele lança mão de outra estratégia, novamente apelando para o povo cuiabano que, segundo ele, não haveria de faltar, atendendo a uma finalidade tão nobre. O articulista parece se desculpar, caso suas palavras ofendessem algum membro da diretoria da Santa Casa, no entanto, volta a reiterar seus objetivos de afastar a cidade e seus moradores das insígnias do barbarismo:

Admitindo que, por motivo plausível, a Diretoria esteja obrigada a assim proceder, resta-lhe ainda um expediente: recorrer ao povo que não há negar, da sua vasta algibeira sairá dinheiro bastante para esse fim tão nobre. Não é com intenção de molestar a Diretoria dessa associação de caridade que esta impressão é aqui registrada, mas, simplesmente para que os leitores possam imaginar qual o conceito que merecemos dos que nos visitam e tem a oportunidade de presenciar essa cena que toca às raias do barbarismo.⁴²⁵

Os serviços oferecidos pelas duas casas funerárias de Cuiabá e pela Santa Casa confirmam as diferenças diante da morte, uma vez que esta última oferecia aos pobres apenas um serviço, enquanto as empresas funerárias disponibilizavam várias opções, seja para enterramento de adultos ou de crianças, seja para os remediados, e para os mais afortunados, uma delas haveria de se adequar às posses e desejos da família enlutada.

Mas o descaso da Santa Casa com os enterramentos dos pobres, assim como as manifestações da imprensa sobre essa realidade, parece ter sido constante, conforme publicação no jornal *O Comércio* registrando as mesmas irregularidades. O artigo *Esquife*

⁴²⁴ Artigo *Enterramentos* publicado no jornal *O Comércio* em 7 de Abril de 1910. Disponível no Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

⁴²⁵ O jornalista tem um discurso muito característico das elites regionais e bastante difundido em Mato Grosso, construído, no entanto, a partir dos Relatórios de Presidentes da Província. No artigo ele enfatiza a necessidade de progresso e civilização para a cidade de Cuiabá, cuja população ainda pratica hábitos de enterramento que beirariam o barbarismo. Os Relatórios de Presidentes da Província, por outro lado, comumente apresentaram Mato Grosso e Cuiabá como região de fronteira, protótipo de sertão, lugar inculto, distante do progresso e onde alguns homens civilizados travariam uma luta incessante e ingrata contra a barbárie, as agressões da natureza e a indolência e preguiça de sua população. Ver: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *De Sertão à fronteira: as representações sobre o território de Mato Grosso nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

mais uma vez reitera que esse espetáculo cotidiano proporcionado pelos enterramentos da Santa Casa ao transportar corpos humanos pelas ruas da cidade expondo-os à curiosidade de transeuntes, para serem atirados impiedosamente à cova como cães leprosos, não condiz com a noção de progresso desejado para a cidade e sua população na primeira década do século XX, o enterramento dos pobres choca-se contra o ideal de povo civilizado, como na denominação de *rabecã* dada por populares ao esquife da Santa Casa de Misericórdia da cidade.⁴²⁶

O mesmo artigo não traz apenas uma crítica, pois também defende o que seria uma solução, assim como um marco de desenvolvimento, higienização e progresso da cidade. No entendimento do jornalista, uma empresa funerária, trabalhando sob concessão, poderia por fim a todas as irregularidades dos enterramentos dos pobres e passar a ser considerada como um importante elemento de modernidade e civilização.

Provavelmente as autoridades de Cuiabá tinham conhecimento do sistema de concessão estabelecido na cidade de São Paulo, por meio da Câmara Municipal, e de um contrato de condução de cadáveres, com os preços do transporte previamente estabelecidos. Em São Paulo, esse transporte deveria ser efetuado em carro decente, de quatro rodas, pelo qual era cobrado dois mil réis, enquanto o pároco, para acompanhar o enterramento, receberia seis mil réis. Os escravos, ou qualquer outra pessoa, que quisessem ser transportados em carroça coberta, de madeira pintada de preto, pagariam apenas dois mil réis, enquanto os indigentes receberiam o serviço gratuitamente.⁴²⁷ A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo assinou um contrato de privilégio de enterramentos naquela cidade, estabelecendo normas dos serviços prestados aos usuários, tais como:

A reserva de aparatos fúnebres deveria ser feita no mínimo seis horas antes do enterro, salvo em casos de epidemias ou moléstias contagiosas [...] A partir desse novo contrato, ficava proibida a condução de cadáveres em redes, panos, esteiras ou caixões abertos e descobertos, dentro da demarcação desta capital, sob pena de multa de 20\$000 réis para a Câmara Municipal.⁴²⁸

Também em São Paulo, como em outras cidades que contaram com os serviços da Santa Casa, o fornecimento de caixões, veículos e demais aparatos e serviços funerários era de sua função exclusiva, sendo terminantemente proibido a qualquer outra instituição praticar

⁴²⁶ Jornal: A Capital. Artigo: *O Rabecão*. Cuiabá, de 19 de janeiro de 1926. APMT.

⁴²⁷ GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH- USP. p. 88.

⁴²⁸ Id., *Ibid.*, p. 90.

ou oferecer esses serviços. O fato de manter privilégios desses serviços pode ser a causa dos problemas identificados em São Paulo e em outras cidades. Mas como teriam ocorrido os enterramentos daqueles que perderam suas vidas em consequência da epidemia de varíola que matou muitos pobres e alterou os hábitos de enterramentos da população?

A cidade de São Paulo, que foi seguidamente castigada pela varíola, proibiu os enterramentos de variolosos em seu perímetro urbano. Esses sepultamentos saíram de dentro das igrejas para locais abertos e afastados da cidade, onde foram construídos os cemitérios dos variolosos. Em Cuiabá, quando a cidade foi fustigada pela varíola, os enterramentos eram feitos rapidamente, sem quaisquer rituais, também em cemitério afastado do perímetro urbano. O medo do contágio altera as práticas de enterramento, o anjo do extermínio assaltava as moradias de porta em porta e as vítimas se contavam aos milhares, enquanto os rituais *pós-mortis* foram totalmente suspensos.

[...] já se não ouvia tocar o viático a dobrar pelos mortos; os cinco campanários que dominam a cidade, tinham-se emudecido; tão intensa era a dor que pareciam suplantados por ela! Honras, riquezas, distinções, tudo estava nivelado! A peste é eminentemente democrata. E o que mais vimos? As afeições naturais - que faz que o pai se sacrifique pelo filho, o filho pelo pai, o esposo pela esposa, o irmão pelo irmão... tinham-se afrouxado... Imenso era o terror. [...]

[...] A cidade estava envolta em um crepe mortuário! O silêncio profundo e imponente. Ouvem-se passos ao longe... É o zigue-zague de uma rede. Atrás segue-a um indivíduo que se mostra interessado em determinar-lhes a direção. Entram pela rua 1º de Março... Quinze minutos mais tarde, ouve-se o choque de um corpo pesado sobre a terra... É o cadáver de um varioloso; estão no largo da Sé. Precisam descansar: assentam sobre a relva, puxam cada um pela sua garrafa, embocam-na... e acendem depois os cigarros. Encostado à esquina, transido pela dor e já quase insensível, está o vulto que os acompanha: é um parente do morto.⁴²⁹

Vilela, ao tratar da varíola em Cuiabá, refere-se às redes que durante a noite balançam pelas ruas da cidade carregando mortos em direção ao cemitério dos variolosos, enquanto uma carroça de defuntos poderia passar, rangendo ao peso de outros tantos corpos, indo na mesma direção. A cidade estava envolta em um terrível crepe mortuário, era uma cidade epidêmica, com cenas difíceis de serem imaginadas em outros tempos. Eram tempos de exceção, em que não se ouviam os sinos a dobrar pelos mortos, não se fazia testamentos, nem mesmo o viático oferecia os últimos sufrágios, nem os acompanhava. Os campanários da cidade estavam emudecidos pelo medo e pela dor, e os enterramentos eram efetuados

⁴²⁹ Jornal: O Porvir. Artigo: *Fragmentos Cuiabá*, 1º de janeiro de 1878. [microfilme]. NDIHR.

durante a noite, rapidamente, sem cortejos fúnebres, que estavam proibidos, assim como os velórios e os enterramentos nas igrejas.⁴³⁰

Em tempos de normalidade, muitos enterramentos eram feitos em Cuiabá usando redes de dormir como mortalhas. Desde a colonização, conforme Holanda, o uso das redes, tanto na cidade como no campo, estendeu-se a todas as camadas da população. “É a verdadeira cama da terra, sua importância remete ao clima da região especialmente quente, assim como à mobilidade da população colonial e sua facilidade de transporte, em contraste com a cama que era móvel sedentário, símbolo da reclusão doméstica”.⁴³¹ Debret também se refere às redes de forma semelhante, denominando-as camas suspensas⁴³². Se as redes foram e ainda são muito utilizadas pelos vivos em Cuiabá, por que não seriam utilizadas nos enterramentos dos mortos?

O uso de caixões fechados individuais é um importante indicativo de higienização da morte, no entanto, seu uso individual foi incorporado muito lentamente na região. No século XVIII sua utilização não era comum nas áreas mineradoras, sendo utilizado apenas por pestilentos. Os demais usavam esquifes das irmandades religiosas, e na hora do enterramento abria-se a taramela e o corpo recebia uma mão de cal, para depois descer à campa e receber terra em cima. Essa prática não era considerada um ultraje com os mortos, pelo contrário, eram vistas e consideradas com naturalidade. Em suas atividades de enterramento, as irmandades usavam campas de uso coletivo. O uso de caixão será mais difundido apenas na segunda metade do século XIX, apesar de ainda serem muito comuns os enterramentos com uso de mortalhas.

Na Vila de Campo Grande, no sul do estado de Mato Grosso, o Código de Posturas de 1905 determinava que nenhum cadáver deveria ser conduzido ao cemitério daquela cidade sem esquife ou caixão fechado. Recomendava também que o sepultamento se fizesse em covas com no mínimo sete palmos de profundidade e proibia mais de um corpo por cova. Apesar dessa proibição, o costume, também nessa cidade, era fazer enterramentos apenas com mortalhas ou em redes indicando resistência às determinações higiênicas.⁴³³

⁴³⁰VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Depº de História – UFMT.

⁴³¹HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 247.

⁴³²DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet / apresentação de Lygia da Fonseca F. da Cunha. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

⁴³³SOUZA, Fábio William de. *Fronteiras Póstumas: A morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio em Campo Grande*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, 2010.

Os preparativos e os rituais de enterramentos, e da mesma forma a mortalha e o caixão, eram definidos pelas posses da família enlutada. Testamentos oitocentistas em Cuiabá registram práticas de inumação que refletem diferentes relações diante da morte e as condições dos enterramentos efetuados. Conforme uma indicação testamentária, o corpo deveria contar com “caixão forrado e guarnecido como se permitir”, de acordo com as posses da família.⁴³⁴ Deveria, no entanto, o féretro ser acompanhado por todas as irmandades da cidade, sacerdotes e música se houvesse na região, e todos aqueles que acompanhassem o enterro receberiam uma esmola, cujo valor seria diferenciado entre pessoas brancas de autoridade e índios, pardos ou pretos.⁴³⁵

Acreditamos que durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX pode ter havido em Cuiabá a prática de locação de caixões, apesar de a prática correnteser o enterramento de cadáveres apenas com a mortalha. As cidades costumavam contar com esquifes diferentes para ricos e para os pobres, usados também pela Santa Casa de Misericórdia em Cuiabá para os enterramentos dos pobres.

A cerimônia fúnebre, o ritual em torno do enterramento, por mais que tomem o morto como personagem central, não é a ele destinada; a cerimônia é para os que ficam, é para os familiares, para os vivos. O caixão e a cerimônia, assim como os demais cuidados com as velas, flores e outros detalhes, também não são para os mortos; são endereçadas mais diretamente para os que ficam. A vaidade, portanto, é dos vivos, porque a família enlutada desejará que se faça da melhor maneira possível, ainda que isso possa acarretar grande despesa. A materialidade, assim, também interessa e por isso é interessante identificar esses indícios nos anúncios fúnebres, nas urnas funerárias, no féretro e nos carros funerários.

As pessoas abastadas, que mesmo nesta quadra não dispensam caixões para os seus parentes mortos, pagam por cada um, sem luxo, forrado de paninho preto e guarnecido de cadarço branco de algodão, cem mil réis, quantia esta que se apura cinco e mais vezes em um só caixão; pois os agentes, mediante a quantia de dez mil réis, trazem a noite os mesmos caixões, despejando deles os corpos que entregam às chamas.⁴³⁶

Conforme Vilella, a crônica privilegia uma das mais sofridas consequências para a população da cidade quando diante da epidemia de varíola: a quebra da liturgia da morte e a passagem da morte personalizada para a morte coletiva e desritualizada. Essa constatação da autora ilustra também o comportamento daqueles que veem nos acontecimentos trágicos

⁴³⁴ MESQUITA, José de. Funerais à antiga. In: MESQUITA, José de *Gente e coisas de Antanho. Cadernos cuiabanos*, Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, n. 4, 1978. p. 127

⁴³⁵ Id. Ibid.

⁴³⁶ Jornal O Porvir. Artigo: *Fragmentos Cuiabá*, 1º de janeiro de 1878. NDIHR[microfilme]

possibilidades de enriquecimento, enquanto a maioria a enfrenta como um grande infortúnio. Dessa forma, a morte coletiva e desritualizada expõe uma contradição à afirmação inicial de que a peste é eminentemente democrata. Prova da diferenciação de classes no morrer são os caixões dos mais abastados e as redes que carregam o pobre, levadas por “quatro gatos pingados”, conforme pontuou o jornalista de *A Capital*. Durante a infestação da varíola, existia a possibilidade de complicações da doença, e as condições de resistência do paciente muitas vezes dependiam de fatores ligados à condição econômica, o que também dificulta pensar a peste como de natureza eminentemente democrática.

O artigo apresentado pelo jornal *A Capital*, e já citado nesta tese, fazia críticas à prática corrente em Cuiabá de transporte e enterramento de cadáveres acompanhados por marcha fúnebre ou pelo triste e compassado badalar dos sinos dos campanários das igrejas, ouvidos nas principais ruas da cidade.⁴³⁷ O soar dos sinos sugeria um momento de pesar e de preces à alma daquele cujo corpo estava sendo conduzido à última morada, Trazia também uma proposta de reflexão sobre a vida e a morte.

O jornalista, no entanto, coloca-se como representante da população, que estaria sendo cotidianamente incomodada por esse “ritmo da morte”, quando de seu ritual de enterramento. Esse artigo apresenta uma nova relação com o morrer no nascente século XX: a morte envergonhada ou a sua deliberada expulsão do cotidiano da cidade, assim como o banimento de sentimentos que até então se nutria por ela. Essa é a morte escondida, esquecida, que se perdeu e, conforme Ariès, nos faz falta⁴³⁸.

Chaloub, discorrendo sobre a ideologia da higiene na cidade do Rio de Janeiro, quando do enfrentamento da febre amarela, refere-se ao Regulamento Sanitário que determinava às comissões paroquiais de saúde pública que os doutores cuidassem do “moral” dos pacientes, proibindo a execução de dobres de sinos que anunciassem falecimentos, para evitar que as pessoas contaminadas pela peste se preocupassem muito ou ficassem fragilizadas, abatidas e mais suscetíveis às consequências mais sérias da doença.⁴³⁹

A discussão sobre a forma de enterramento efetuada pela Santa Casa em Cuiabá continua até a década seguinte, quando a entidade se reorganizou sob a direção da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, que tinha como presidente Firmo José Rodrigues. Este, sob a alegação de melhorar o sistema de transporte de cadáveres dos

⁴³⁷ Jornal A Capital 1926- CAIXA 21- Estante- 01 de 29 de Janeiro de 1926 P.4 Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

⁴³⁸ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

⁴³⁹ CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril – Cortiços e epidemia na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 69.

indivíduos falecidos no hospital, enviou um ofício ao Presidente do Estado Mário Correa da Costa solicitando informações sobre os enterramentos efetuados.

De longa data a administração da Santa Casa procura melhorar o atual sistema de transporte de cadáver dos indivíduos falecidos nos seus hospitais em esquifes comuns carregados por quatro indivíduos maltrapilhos encontrados na ocasião e pagos a 3 mil réis cada um dos recursos desta instituição, porém, ainda não lhe permitiram organizar seu serviço de modo condigno.⁴⁴⁰

A Câmara Municipal de Cuiabá havia votado, para seu orçamento de 1926, a inclusão de um auxílio para a empresa funerária recém-organizada pelo Sr. Antônio Tenuta, que, em virtude de um contrato firmado com a Câmara disponibilizaria à população o serviço de condução de cadáveres na cidade e, em troca, obrigatoriamente prestaria esses serviços gratuitamente aos pobres falecidos na Santa Casa. Sabendo disso, o presidente da Santa Casa endereçou a Antonio Tenuta um ofício no qual indaga sobre a qualidade dos serviços a serem oferecidos por essa empresa à Santa casa e se esta já poderia usufruir deles; se a condução dos cadáveres poderia ser feita em esquife comum (vulgo rabeção); e qual era o preço mínimo de um caixão de última classe, caso a administração da Santa Casa quisesse fornecer caixão fúnebre.⁴⁴¹

Em resposta, Antonio Tenuta afirmou que a sua empresa achava-se perfeitamente aparelhada a dar início aos serviços funerários da cidade, contando para isso com pessoal idôneo, além de dispor de suficiente material, bem como de carro fúnebre. Aproveita para, no mesmo ofício, fazer crítica às condições de condução de cadáveres efetuados pela Santa Casa:

Não é de hoje que a nossa população assiste pesarosa e com pronunciada repugnância ao traslado, em esquife, vulgarmente chamado de rabeção, dos infelizes falecidos na Santa Casa, para o cemitério público. O esquife é, como bem o sabes, transportado por quatro carregadores, sempre os mesmos, ébrios habituais, sem o menor vislumbre de respeito, debaixo de galhofas, de vocabulário a caráter. De caminho, deixam o esquife abandonado no solo e se dirigem a uma taverna para se embriagarem ainda mais. Chegando ao cemitério o corpo é lançado à cova, tomando o cadáver posição, por vezes imoral. Não poucas vezes, a imprensa tem se insurgido contra esse lastimoso fato, sem que a Diretoria da Santa Casa possa removê-lo, mesmo porque não encontra gente melhor que queira ganhar alguns mil réis para carregar defuntos em esquife. Ao responder, pois essa parte do vosso atencioso ofício, permita, Sr. Presidente, que eu vos diga, com certa franqueza, não poder aceitar a incumbência do serviço funerário da Santa

⁴⁴⁰ Ofício do presidente da Santa Casa Firmo José Rodrigues ao Presidente do Estado Mario Correa da Costa, em 09 de março de 1926. Arquivo Publico de Mato Grosso - APMT

⁴⁴¹ Ofício da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia ao Sr. Antonio Tenuta, em 9 de março de 1926. Arquivo Publico de Mato Grosso - APMT

Casa em esquifes, tanto mais sabendo que de há muito tem sido constante preocupação de sucessivas Diretorias dessa benemérita Associação em dar solução ao caso vertente, uma solução consentânea com a índole e os sentimentos da nossa culta população.⁴⁴²

Com o intuito de responder ao terceiro item, sobre a administração da Santa Casa, os enterramentos e o fornecimento de caixões fúnebres de última classe para enterramentos dos pobres falecidos na Santa Casa, Antonio Tenuta alinha em seu ofício as principais circunstâncias que envolviam a população e que, a seu ver, mereciam ser ventiladas para conhecimento público. Segundo ele, dadas as condições em que viviam as classes menos privilegiadas da cidade, tornou-se relativamente comum os familiares solicitarem entrada nos hospitais da Santa Casa de doentes em estado grave, com o objetivo de buscar tratamento e, em caso de falecimento, que a instituição arcasse com as despesas de enterramento. E questiona: “Uma vez que a Santa Casa proporcione enterramentos em caixões, não estaria claro e óbvio que aumentará consideravelmente o número de indigentes que ali procurem asilo, bem assim o número dos que o façam em estado agonizante?”⁴⁴³ Segundo seu ponto de vista, os pobres e indigentes iriam procurar a Santa Casa não mais pelos tratamentos de saúde, mas pelos enterramentos por ela oferecida. Mas, essa não seria de longa data uma das principais funções da Santa Casa e de sua irmandade? Não deveriam esses serviços ser praticados pela Santa Casa em Cuiabá?

Quanto ao custo de cada caixão de última classe, para cadáveres de pobres e miseráveis, seu valor girava em cerca de 80\$000 réis, exceção feita para o Batalhão da Força Pública do Estado e para o 16º Batalhão de Caçadores, que pagavam um valor de 60\$000 réis, de acordo com as verbas orçamentárias de que dispunham aquelas corporações militares. Se a empresa funerária de Antonio Tenuta tomasse a seu cargo os serviços funerários da cidade e tivesse interesse em oferecer à população um serviço permanente de transporte de cadáveres, ela teria de despendar mensalmente um valor em torno de 550\$000 réis com a manutenção de um veículo, além de despesas com motorista, gasolina, lubrificantes e aluguel de garagem. À época, um motorista para serviço mensal custaria 150\$000 réis; o material rodante, 120\$000 réis; gasolina e lubrificantes, 120\$000 réis; eventuais reparos nas máquinas, 80\$000 réis; e aluguel de prédio para garagem, 80\$000 réis.

Mas, como Tenuta havia manifestado sua intenção de estender seus serviços de enterramento aos presos da Cadeia Pública, aos indivíduos recolhidos no Hospital de

⁴⁴² Ofício de Antonio Tenuta à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, em 1º de março de 1926. Documento-17 da caixa Santa Casa de Misericórdia disponível no Arquivo Público de Mato Grosso- APMT

⁴⁴³ Ofício de Antonio Tenuta à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, em 1º de março de 1926. Documento-17 da caixa Santa Casa de Misericórdia disponível no Arquivo Público de Mato Grosso- APMT

Alienados, aos doentes que viessem a falecer no Hospital de São João dos Lázaros, aos soldados da Força Pública e também àqueles que viessem a falecer em suas residências, o Presidente do Estado Mário Corrêa concedeu à sua empresa funerária mais uma subvenção de 1:200\$000 réis mensais. Sobre esse valor, Tenuta pondera que não deve ser considerado exagerado, tendo em vista o preço dos artigos mortuários, além do fato de não terem sido computados nos gastos acima os juros do capital empregado, o pagamento dos operários, o material necessário para a confecção dos caixões mortuários e outras pequenas despesas não enumeradas.⁴⁴⁴ Todas essas despesas apresentadas serviriam para justificar porque Antonio Tenuta não estaria disposto a fazer enterramentos dos pobres falecidos na Santa Casa?

Apesar de reconhecida como irmandade da elite, por aglutinar pessoas das classes privilegiadas da cidade, o Compromisso da Santa Casa de Misericórdia a diferenciava das demais irmandades. Além de propor atendimento aos irmãos, quando diante da morte, a instituição tinha como um de seus principais objetivos o atendimento aos pobres e desvalidos que a buscavam quando adoentados ou diante da morte. Ocorrendo o falecimento destes, deveria então fazer o enterramento de seus corpos, disponibilizando mortalha e sepultura, com piedade cristã.

Os enterramentos dos pobres, no entanto, tanto em outras capitais como em Cuiabá, de acordo com o olhar de viajantes e de jornalistas locais, não eram efetuados com os devidos cuidados, gerando críticas, conforme o artigo do jornal *O Comércio*, e do jornal *A Capital*, que privilegiamos nesta análise. A atuação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá se assemelha à de outras instituições com o mesmo nome e os mesmos propósitos no país, como a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e a da Bahia, que como em Cuiabá atenderam aos pobres e também procuraram deter o monopólio dos serviços funerários dessas cidades.

⁴⁴⁴ Ofício de Antonio Tenuta à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, em 1º de março de 1926. Documento-17 da caixa Santa Casa de Misericórdia disponível no Arquivo Público de Mato Grosso- APMT

IV - O ESPAÇO DO MORTO E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE CUIABÁ NOS SÉCULOS XIX E XX

4.1 A secularização dos cemitérios de Cuiabá e o ultramontanismo na Província de Mato Grosso

A secularização dos cemitérios públicos brasileiros foi um processo que se desenvolveu em várias cidades brasileiras entre fins do século IX e início do século XX, colocando em campos opostos Igreja e Estado.

Neste capítulo temos por objetivo discorrer sobre como se deu tal movimento em Cuiabá. Essa discussão exige que tomemos como referencial a documentação do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e do Núcleo de Documentação e Investigação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR), mas, principalmente, o acervo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC). Neste, privilegiamos: cartas pastorais, correspondências, circulares, portarias e outros documentos da administração pastoral dos bispos D. Carlos Luiz D'Amour e D. Francisco de Aquino Correa, além do documento intitulado “A questão da secularização dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado”,⁴⁴⁵ de autoria do Deputado Flávio Crescêncio de Mattos. Para trabalhar essa documentação e a especificidade da cidade de Cuiabá, num momento crucial da história da Igreja local, privilegiamos obras da historiografia nacional.

A documentação pesquisada apresenta oito personagens que merecerão destaque especial no desenrolar dessa trama: os Presidentes de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho (1862-1865) e João José Pedrosa (1878-1879) e os Bispos de Cuiabá D. Carlos Luiz D'Amour e D. Francisco de Aquino Correa, além de representantes do Poder Legislativo, em especial o Deputado Flávio Crescêncio de Mattos. Consideramos também a participação de diretores de jornais, advogados e intelectuais, tais como: Francisco Agostinho Ribeiro, Arnaldo Novis e José Barnabé de Mesquita, que surgem das trincheiras de um grande confronto de ações e palavras ora como participantes ora como espectadores de uma movimentação que não se restringiu à administração dos cemitérios da cidade. Ao contrário,

⁴⁴⁵ Esse documento integra o acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. A esse respeito, ver: PERARO, Maria Adenir; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MORAES, Sibebe de. *Memória da Igreja em Mato Grosso*. O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. Catálogo de documentos históricos. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

envolveu a população letrada por meio das páginas dos principais jornais da cidade, onde o sagrado e o profano, a mentalidade, o cotidiano, as ansiedades e desejos da população, assim como as práticas religiosas e culturais, se apresentam.

O documento do Deputado Mattos, que será o fio condutor desta discussão, inicia com uma crítica ao estado de abandono em que se encontravam os cemitérios públicos de Cuiabá e aborda a necessidade de melhor conservação dos túmulos em seu interior, que não estavam recebendo os cuidados da população e dos órgãos públicos. Acentuava ainda que os cemitérios pareciam dignos apenas de desprezo e abandono, sentimentos que não coadunavam com os princípios de civilização e desenvolvimento buscados principalmente pelas elites locais, em grave ultraje à memória dos antepassados.

Considerava ainda que os referidos cemitérios teriam sido construídos não a partir de ação de grupos ou sociedades particulares, como as irmandades religiosas, mas sim às custas dos cofres públicos, como o do 1º Distrito, construído pelo General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, quando Presidente da Província entre 1862 e 1865. Em seguida afirma que mesmo se os cemitérios tivessem sido construídos por irmandades religiosas, acham-se estas sem condições de mantê-los com a dignidade que mereciam. O documento termina declarando o município como única autoridade competente para administrar os cemitérios, conforme prevê claramente o Parágrafo 5º do Artigo 72, seção II da Constituição Federal então em vigor: “Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal competente, ficando a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral publica e as leis”.⁴⁴⁶

Desde o final do Império, esteve em andamento em Cuiabá uma proposta de secularização dos cemitérios da cidade. Em 22 de novembro de 1888, o jornal *A Tribuna* publicou um artigo informando sobre discussões no Parlamento municipal em torno de um projeto de lei versando sobre os cemitérios públicos da cidade e sobre a transferência da administração deles da Igreja Católica para o município. Esse projeto de lei, apresentado pelo Deputado Flávio Crescêncio de Mattos, considerava como propriedades da Província os cemitérios da capital cuiabana e o da freguesia de Pedro II. Propunha a administração desses cemitérios pela Câmara Municipal e dos serviços funerários pela Santa Casa de Misericórdia, à qual caberiam os rendimentos resultantes desses serviços. Na apresentação do projeto, o

⁴⁴⁶ Considerando a apresentação do Projeto de Resolução nº 40, de 19 de novembro de 1900, determinando que os cemitérios da capital passassem para o poder da municipalidade, ver: *A Questão dos Cemitérios Públicos de Cuyabá* - considerações sobre a origem dos mesmos e analyse dos documentos que provam o domínio do Estado. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC).

Deputado firmou seu *desideratum* com diversos documentos, comprovando o direito da Província sobre a administração dos cemitérios.

A matéria do jornal *A Tribuna* definiu esse projeto como marco, pontuando que, assim como o Deputado, esperava que seus colegas do Legislativo compreendessem e se comprometessem com a proposta, auxiliando-o nos “justos e nobres afazeres de reverter à província o que lhe pertence, mas, que por antiga tolerância e indiferença de sucessivos governadores da província, acham-se os campos santos até aquele momento em poder da autoridade eclesiástica”.⁴⁴⁷

O projeto de lei cita exemplos de outras cidades cujos cemitérios já se encontravam sob administração municipal, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, para considerar que os da Província de Mato Grosso não poderiam continuar, de forma excepcional, administrados por decisões e contemplação diocesana. Sobre a municipalização desses estabelecimentos, pode-se considerar a iniciativa do então Presidente da Província de Mato Grosso João José Pedrosa em 1878,⁴⁴⁸ que talvez só não tenha logrado êxito por causa de sua breve permanência no cargo e na Província. O corpo legislativo municipal deveria, no entanto, considerar a municipalização dos cemitérios como um meio de resolver definitivamente a questão da administração desses campos de inumação da cidade.⁴⁴⁹

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Mattos à Assembleia Legislativa Provincial defendia direitos do Governo da Província sobre os cemitérios da Piedade e de São Gonçalo de Pedro II.⁴⁵⁰ De acordo com o texto, a administração desses cemitérios deveria ficar sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Cuiabá, e não a cargo da Igreja e do Bispo Diocesano, como até então. Quando apresentado à Câmara, o projeto apresentou diversos documentos para comprovar os direitos de administração da Província sobre os cemitérios.

Essa discussão em Cuiabá não está dissociada do cenário nacional e pode ser considerada como um desdobramento do processo de separação entre Estado e Igreja no limiar da República, que culminou com o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que

⁴⁴⁷ Projeto de lei publicado no jornal *A Tribuna*. Cuiabá, 22 de novembro de 1888. APMT.

⁴⁴⁸ Relatório com que João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da Assembleia, no dia 1º de novembro. Cuiabá: Typ. do Liberal, 1878. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/429/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

⁴⁴⁹ Projeto de lei publicado no jornal *A Tribuna*. Cuiabá, 22 de novembro de 1888. APMT.

⁴⁵⁰ Esses cemitérios, os primeiros fora dos templos em Cuiabá, foram inaugurados em 1864, contando com um Regulamento da mesma data, durante o governo do Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho (1864 -1865). Sobre a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios em Cuiabá, ver: ROCHA, Maria Aparecida B. Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá(1850-1889)*. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

aboliu o padroado, além de apresentar outras implicações para a Igreja Católica, como a sujeição dos seus bens a pagamento de impostos como a mão morta,⁴⁵¹ a proibição de organização e atuação de novas comunidades religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, e a inelegibilidade de clérigos e religiosos para o Congresso Nacional.⁴⁵²

A Constituição de 1891 preservará antigas concessões e posses da Igreja Católica, apesar da natureza do nascente Estado liberal avançar em algumas medidas consideradas inevitáveis. Todavia, algumas questões serão mais tarde reinterpretadas num sentido acomodatório, favoráveis aos interesses da Igreja. Dessa forma foi possível a essa instituição receber subvenções da administração pública, ainda que forçada a aceitar o casamento civil, o ensino leigo e a secularização dos cemitérios.

Esta investigação sobre a cidade de Cuiabá e os papéis representados pelos dirigentes da Igreja diante da secularização dos cemitérios locais indica uma relação que se distancia da acomodação ou da simples resignação. Algumas condições são relevantes para entendimento da situação, como a que determina a primeira Constituição Republicana, em seu Artigo 72:

[...]

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.⁴⁵³

Com a Constituição de 1891, o Estado Republicano passa a ser responsável por várias instâncias, em detrimento da Igreja Católica, como disposto no Artigo 72, Parágrafos 3º ao 7º, intervindo no casamento civil, no ensino leigo, na separação entre a Igreja e o Estado e na secularização dos cemitérios. Essa Constituição pode ser entendida como resultado de uma série de conceitos gestados no decorrer do século XIX e que trazem alterações transformadoras dessa realidade e das relações sociais.

⁴⁵¹Bens fundiários da Igreja no Antigo Regime, provenientes de doações, nomeadamente, heranças de fieis. De mão morta porque não transitavam por herança, por falecimento do titular. Ficavam, por conseguinte "eternamente" nas mãos ou configurados como bens ou na posse da Igreja. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/m%C3%A3o-morta/4874/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

⁴⁵² SANTOS, Sérgio R. *História da Igreja Presbiteriana de Cuiabá*. Cuiabá: Central de Texto, 2006. p. 32.

⁴⁵³ SANTOS, Op. cit., p. 33.

Considerações sobre o liberalismo, o ultramontanismo e a secularização fazem-se relevantes para a compreensão do contexto histórico, quando o regime republicano se estabelece no país, trazendo com ênfase uma discussão sobre a secularização do Estado brasileiro, da vida civil e das relações com a morte. Para Viotti da Costa, o liberalismo brasileiro se inspirou no europeu, no entanto, só pode ser entendido a partir da realidade brasileira, pois os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas desse continente, ajustando-os forçosamente às especificidades locais.⁴⁵⁴

Essas especificidades resvalam na economia brasileira, que desde o período colonial baseou-se em uma posição periférica no mercado internacional, no sistema de patronagem e clientela e na utilização da mão de obra escrava. No Brasil não houve o antagonismo de uma burguesia lutando contra abusos e privilégios da autoridade real e da nobreza, como ocorreu na Europa. Os principais adeptos do liberalismo no país eram formados por grandes proprietários de terras e escravos e por comerciantes com interesses econômicos voltados para exportação e importação de mercadorias, com interesses de manter tradicionais estruturas de produção.⁴⁵⁵

Murilo de Carvalho define a transição do Império para a República no Brasil como um período de grande movimentação de ideias europeias no país, quase sempre apresentadas como formas misturadas e mal absorvidas de liberalismo, positivismo, socialismo ou anarquismo. No entanto, desde o regime imperial o liberalismo e seus princípios foram implantados no Brasil, inspirando a Lei de Terras de 1850, que definia a questão da propriedade rural, regulando o registro e promovendo a venda como mecanismo de levantamento de recursos e implementando a importação de mão de obra e a abolição da escravidão, enquanto liberava o trabalho, que poderá ser explorado a baixo custo. A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, do exercício de profissão e a garantia da propriedade eram direitos já garantidos pela Constituição de 1824. Quanto aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891.⁴⁵⁶

O liberalismo assume faces variadas, e sua versão política pode ser definida como um complexo de teorias e práticas construídas no decorrer do processo de laicização e especialização do poder político. Enquanto a laicização se define pela separação entre Estado e religião, a especialização do poder político implica a divisão e independência dos poderes

⁴⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

⁴⁵⁵ Id. *Ibid.*, p. 134.

⁴⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 43.

que constituem o Estado em todas as suas instâncias: Legislativo, Judiciário e Executivo, limitando o poder nas funções de governar, criar leis e executar a justiça. O liberalismo reivindicava que o Estado se abstinhasse de se colocar a serviço de qualquer ortodoxia e seguisse uma tradição leiga no tocante às relações com a Igreja.⁴⁵⁷

O anticlericalismo ou laicismo se constituiu como uma das bandeiras do liberalismo e como característica de uma época que, inicialmente na Europa e depois no Brasil, dará origem a um processo cujo objetivo era transferir o poder da Igreja ao Estado. A secularização dos cemitérios na Europa e no Brasil será resultado ou consequência dessa nova realidade.⁴⁵⁸ Para Marramao, a secularização designa o ato jurídico que reduz ou expropria os domínios ou propriedades temporais da Igreja para destiná-los a outros, assim como as rendas dali resultantes. A expressão remete à gradual expulsão do controle eclesiástico e a afirmação de uma jurisdição secular sobre a vida social, com perda da legitimação do discurso religioso⁴⁵⁹.

Essa definição remete à relação de aliança entre Estado e Igreja, ou entre o poder político e a religião cristã, arregimentada pelo imperador romano Constantino no ano de 313 com o Edito de Milão, que esteve em vigor até o fim da Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Westphalia em 1648. A partir dessa data entra em construção no Ocidente cristão uma operação denominada *secularização*, que terá como resultado um lento e tortuoso processo de afirmação de uma jurisdição laica ou estatal.⁴⁶⁰

Para Max Weber, a secularização relaciona-se com um processo de racionalização característico do Ocidente, com a separação entre o sagrado e o secular e, em consequência, com a eliminação da magia como meio de salvação. A secularização ocidental resultaria num confronto entre a modernidade cultural e a religião, “tendo como manifestação empírica, no mundo moderno, o declínio da religião, a diminuição de seu valor cultural, sua exclusão da função de integração social e sua separação do Estado”.⁴⁶¹

Berger define secularização como um processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são excluídos do domínio das instituições e dos símbolos religiosos. Na história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das igrejas cristãs de áreas até então sob seu controle ou influência, gerando a separação entre Igreja e Estado, a

⁴⁵⁷SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.p. 258.

⁴⁵⁸GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Século XVII a XIX*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986. p. 96.

⁴⁵⁹MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e terra: Genealogia da secularização*. São Paulo: Unesp, 1994. P. 18

⁴⁶⁰Id. Ibid.,p. 19.

⁴⁶¹ALVES, Eduardo Carvalho. Revisitando o conceito de secularização, IN: *Revista de Ciências Sociais* nº 33, Outubro de 2010 .p. 171-172

expropriação das terras da Igreja e a emancipação da educação do controle eclesiástico. A secularização propõe o declínio de conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, nas ciências, que passam a apresentar uma perspectiva autônoma e secular do mundo.

A secularização pressupõe a redução do âmbito do sagrado, e o aparato sacramental reduz-se, assim, à rede de intercessão que une os católicos com os santos e as almas, enquanto o protestantismo deixa de rezar pelos mortos, despindo-se dos mais antigos e poderosos elementos do sagrado: o mistério, o milagre e a magia.⁴⁶² Uma nova realidade se apresenta, influenciando o pensamento humano a partir do desenvolvimento da ciência, e um céu, onde não há apenas estrelas e anjos, estará aberto à intervenção de astrônomos e astronautas, enquanto o protestantismo funciona como um prelúdio historicamente decisivo para a secularização.⁴⁶³

A proposta de secularização dos cemitérios brasileiros surge em 1870, sob responsabilidade de políticos liberais. Durante a nascente República no Brasil, grande número de republicanos eram denominados livres pensadores, o que implicava em ostensiva hostilidade à Igreja e ao clero. O programa do Partido Republicano Brasileiro contemplava questões defendidas por expoentes da secularização, como a plena liberdade de culto e sua consequente igualdade perante a lei, a abolição do caráter oficial da Igreja Católica e sua separação do Estado, a emancipação do poder civil, o ensino secular separado do ensino religioso, a instituição do casamento civil e do registro civil de nascimentos e óbitos, além da secularização dos cemitérios, com sua administração pelos municípios.⁴⁶⁴

O Decreto Federal nº 789, de 27 de setembro de 1889, consolidou essa plataforma, reafirmada pela primeira Constituição da República, de 1891. Estado e Igreja, tornam-se instituições autônomas,⁴⁶⁵ e muitas funções até então executadas pela Igreja tornam-se atribuições do Estado. O governo republicano aboliu o Padroado e destituiu a religião católica como religião oficial do Estado, nivelando-a às outras religiões.⁴⁶⁶ O Decreto reconhece também como válido apenas o registro civil para o controle de nascimentos, casamentos e

⁴⁶² BERGER, Peter L. *O Dossel sagrado – Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulus, 5ª Ed. 2004. p. 124

⁴⁶³ BERGER, Op. cit., p. 125.

⁴⁶⁴ COSTA, Op. cit., p. 456.

⁴⁶⁵ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: Sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005. p.142-143.

⁴⁶⁶ PERARO. *As Cartas pastorais e a visão ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá – MT (1879-1921)*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, v. 61, p. 44, Cuiabá, 2003. p. 45

óbitos;⁴⁶⁷ determina que os cemitérios passem à administração municipal, além de declarar livre o culto de crenças religiosas. O Estado republicano retirou da Igreja o controle sobre os enterramentos, enfraquecendo sua participação nesse processo.

O projeto modernizador do Estado brasileiro nos primeiros anos da República constitui como ideal a implantação de políticas públicas voltadas para a construção de cidades modernas, civilizadas e ordeiras. As ideias humanistas e liberais passam a vigorar nas políticas médicas, higienistas e educacionais, visando à construção de um novo perfil de cidadão, assim como à criação ou manutenção de elementos de controle ou de interesse social, como escolas, hospitais, prisões e cemitérios, sob controle do Estado. O controle sobre os cemitérios envolvia necessariamente a secularização e a municipalização desses campos de inumação.⁴⁶⁸

No limiar do século XX, diversos grupos se organizam, pensando e se manifestando sobre a realidade que os envolve e não raramente entram em choque com o pensamento católico. Em Cuiabá, instituições como a Liga Mato-Grossense de Livres Pensadores, fundada em abril de 1909, e o jornal *A Reação*, fundado em 1906, ambos liderados por liberais republicanos, tinham caráter eminentemente anticlerical, além de facilitar a divulgação de novas ideias e do protestantismo no Estado.⁴⁶⁹

Enquanto esses grupos se organizavam e se manifestavam pela imprensa, a Igreja Católica enfrentava uma crise institucional, política e econômica. O Vaticano, ameaçado, procura restabelecer um catolicismo oficial, por meio de um movimento reformista conservador denominado ultramontanismo, que defendia a primazia da autoridade papal sobre assuntos políticos, a primazia da fé sobre a ciência e uma inquestionável fidelidade ao pontificado romano. Além de serem intolerantes à Maçonaria e à atuação de outros grupos religiosos, os ultramontanos insistiam na obediência à hierarquia, no celibato e no uso de trajes clericais.⁴⁷⁰ Esse movimento foi marcado por um centralismo institucional e pelo fechamento da Igreja sobre si mesma, com condenação do capitalismo e da ordem burguesa, rejeição da filosofia, das ciências e das artes modernas, além de aversão aos princípios liberais e democráticos. Fundamentado na ortodoxia tridentina, essa orientação buscava a manutenção da unidade católica, e os pontífices romanos não mediram esforços para que sua consolidação ocorresse em todos os espaços em que a Igreja Católica se fazia presente.

⁴⁶⁷ FAUSTO, Boris. *Historia Geral da Civilização brasileira- O Brasil Republicano*. Tomo 3, volume I, São Paulo: Difel, 1975, p. 215

⁴⁶⁸ PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro, 2001.

⁴⁶⁹ SANTOS, Sérgio R. *História da Igreja Presbiteriana de Cuiabá*. Cuiabá: Central de Texto, 2006. p.78.

⁴⁷⁰ PERARO, Maria Adenir. Op. Cit. p. 44,

A expressão doutrinária dessa concepção religiosa, criada pelo Papa Pio IX, foi a Encíclica *Quanta Cura*, divulgada em 8 de dezembro de 1864, que condenou 16 proposições que contrariavam a visão católica na época. Essa Encíclica foi acompanhada pelo *Syllabus*, que condenava as ideologias do panteísmo, naturalismo, racionalismo, socialismo, comunismo, a Maçonaria e várias outras formas de liberalismo religioso, considerados incompatíveis com a religião católica, enquanto era retomada a luta pela hegemonia da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. A sociedade deveria impregnar-se de catolicismo; a educação seria submetida à Igreja e o clero estaria fora da jurisdição do Estado.⁴⁷¹ Esses documentos condenavam as teses liberais, assim como a nova ordem política, social e econômica instaurada no mundo moderno. As propostas de Pio IX consolidavam-se entre os seguidores da Igreja Católica, enquanto o papa tornava-se figura soberana com a proclamação da *infallibilidade pontifícia*.

Para a Igreja Católica impunha-se, naquele momento, a tarefa de proceder a uma reformulação dos conteúdos do apostolado católico, obsoletos diante das transformações da sociedade e dos grupos protestantes que buscavam avanços na prestação de serviços educacionais e assistenciais, áreas em que a Igreja Católica ainda liderava⁴⁷².

No Brasil esse movimento se consolidou a partir da segunda metade do século XIX, quando os bispos ultramontanos definem-se pelo reordenamento da Igreja, assim como pela reorganização interna do clero, propondo o retorno a uma postura de exemplo e retidão. Defendiam também o combate a qualquer manifestação de insubordinação ao poder emanado de Roma e uma nova pedagogia na formação do clero, com base na Reforma Tridentina.⁴⁷³

Uma das principais personagens dessa investigação, o Bispo D. Carlos Luiz D'Amour (1837-1921), ficou reconhecido como bispo ultramontano pela tenacidade com que defendeu, em Cuiabá, esse projeto eclesiástico de raízes conservadoras, que propagava lealdade a Roma e a concentração de poder institucional nas mãos do papa. A reação ultramontana pode ser definida como a principal linha religiosa adotada pelo episcopado brasileiro na segunda metade do século XIX, e cujo objetivo era preservar interesses da Igreja e se contrapor à aprovação de propostas liberais pelo Parlamento brasileiro.⁴⁷⁴

⁴⁷¹ ENCÍCLICA QUANTA CURA - Syllabus. 8 dez. 1864. In: HOYOS, Frederico (Coord.). *Collección Completa Encíclicas Pontificias (1832-1965)*. Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1963. t. 1, p.115.

⁴⁷² MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. p. 13.

⁴⁷³ MORAES, Sibeles. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878- 1921)*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Deptº de História – Universidade Federal de Mato Grosso.. p. 13.

⁴⁷⁴ SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique - *Dicionário de conceitos históricos* – Ed. Contexto, 2005, p. 13.

O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá ilustra a atuação de bispos reformadores ultramontanos, que consideravam as ideias liberais, o protestantismo e o socialismo como grandes ameaças à sociedade e ao mundo moderno. Da mesma forma que recusavam as novas ideias apregoadas pela ciência, pela filosofia e pelas artes modernas, reprovavam o capitalismo, a ordem burguesa e o regime republicano. Este, inicialmente, foi visto como favorável à Igreja, pois a libertou do jugo do Padroado, que estabelecia interferência do Estado nas questões religiosas. No entanto, com o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, nivelava o catolicismo às outras religiões e instituiu o casamento civil, conforme visto anteriormente.⁴⁷⁵

Durante o papado de Leão XIII (1878-1903), a Igreja Católica forjou uma doutrina social mais progressista. Com a Encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas), a Igreja manifestou a aceitação, ainda que tardia, do mundo moderno, depois de um imenso combate durante todo o século XIX. Apesar de ainda conter elementos conservadores, essa encíclica representou um grande avanço, pois clamava por uma ordem social mais justa entre os homens e pelo equilíbrio entre capital e trabalho. É interessante registrar que em 1937 Pio XI⁴⁷⁶, em outra encíclica, condena veementemente o comunismo, considerando-o intrinsecamente errôneo.

A Igreja Católica vivia uma grande crise e tentava se reestruturar, mas a forma como enfrentava a realidade dependia do perfil dos homens em sua linha de frente. No período que estamos investigando, tomaremos como parte da investigação a atuação dos bispos D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921) e D. Francisco de Aquino Correa(1921-1930), ambos com atuação relevante no processo de secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá.

Quando da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios de Cuiabá, na segunda metade do século XIX, houve resistência da Igreja, da população e das irmandades religiosas, que reclamaram da exiguidade do prazo para a construção de seus cemitérios particulares no interior do Cemitério da Piedade. Esse cemitério teve seu interior dividido em cemitérios particulares para atender às diferentes associações religiosas, que queriam oferecer enterramentos dignos aos seus confrades. Mas a aceitação da transferência dos enterramentos só ocorre de fato com as dificuldades enfrentadas pela Província,⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ MORAES, Op. cit., p. 14.

⁴⁷⁶ carta encíclica:divinisredemptorisde sua santidade papa pio aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos,bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a sé apostólica. Disponível e :http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html

⁴⁷⁷ Sobre a realidade enfrentada pela Província por ocasião da inauguração dos cemitérios da cidade, ver: A Guerra do Paraguai, a fome e a varíola, no Capítulo II.

decorrentes da Guerra do Paraguai, da fome e da epidemia de varíola, e pela instituição de um Regulamento para os Cemitérios Públicos em 1864.⁴⁷⁸

Quando Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, assumiu o Governo da Província (1865-1866), o Prelado reclamou oficialmente contra o procedimento do ex-Presidente acerca do terreno e sobre a confecção do Regulamento. O Cônego afirmou que a lei que estabeleceu a construção dos cemitérios ordenava serem eles construídos de acordo com disponibilidade dos cofres da Província, mas que essa disposição teria sido posterior à construção do Cemitério da Piedade, porque ele já estava pronto. Nessa ocasião a Província, segundo o Cônego Manoel Pereira Mendes nenhum auxílio prestou-lhe, e sim os habitantes da capital mato-grossense, aos quais ele próprio se dirigiu pedindo esmolas para a sua construção.⁴⁷⁹

A partir de 1870 identifica-se, no âmbito da imprensa nacional, do Parlamento e da produção acadêmica, um novo conjunto de questionamentos sobre a jurisdição eclesiástica sobre os enterramentos, os rituais funerários e a administração dos cemitérios, levando as discussões para o campo do enterramento civil, da secularização dos cemitérios e da cremação de cadáveres. O movimento republicano lança propostas em defesa dos ideais liberais e secularizantes da sociedade, apontando para a desconstrução da tradicional hegemonia da Igreja Católica sobre a vida e a morte.⁴⁸⁰

Em 16 de fevereiro de 1879, o Deputado pela Província do Amazonas Saldanha Marinho apresentou na Câmara Federal um projeto de lei defendendo a secularização dos cemitérios no país, propondo que o seu policiamento e a sua direção e administração, a partir de então, fossem de exclusividade das Câmaras municipais, sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade eclesiástica. No mesmo projeto, afirma que as Câmaras municipais não poderão, direta ou indiretamente, estabelecer distinção em favor ou detrimento de qualquer seita, crença, profissão ou fé religiosa.⁴⁸¹

No mesmo ano de 1879, o Presidente de Província de Mato Grosso João José Pedrosa apresentou um relatório com o histórico da situação e administração dos cemitérios da cidade de Cuiabá. Além desse relatório, Pedrosa enviou um ofício aos administradores dos cemitérios da cidade de Cuiabá, cobrando-lhes prontidão e assiduidade na prestação de contas à Presidência da Província. Pela primeira vez, também colocou em xeque o direito de administração desses campos de inumação pela Igreja Católica, independentemente da ação

⁴⁷⁸ ROCHA. Op. cit., p. 57.

⁴⁷⁹ Correspondência do Cônego Manoel Pereira Mendes ao Presidente de Província de Mato Grosso João José Pedrosa, em 26 de julho de 1879. ACMC.

⁴⁸⁰ Sobre essas questões no Rio de Janeiro, ver: RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além. A secularização da morte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005. p. 212.

⁴⁸¹ RODRIGUES, C. Op. cit., p. 257.

do Governo e do Regulamento de 1864. Este rezava que os cemitérios deveriam ter administradores e tesoueiros nomeados pelo Governo da Província, cabendo aos párocos a administração espiritual. Segundo os relatórios das administrações dos cemitérios, estes vinham sendo administrados pelos párocos, não atendendo à determinação prescrita pelo Regulamento.

Os administradores dos cemitérios também acumulavam as funções de tesoueiros e não prestavam contas ao juiz de Capelas, como determina o Artigo 56 do Regulamento, limitando-se a fazê-lo apenas ao diocesano, considerado pelo Presidente de Província incompetente para dar-lhes quitação legal. Para regularizar essa situação, Pedrosa solicitou mais informações, para tomar as providências cabíveis.

O Cônego Manoel Pereira Mendes, administrador do Cemitério da Piedade no período de 1867 a 1879, informou ao Presidente de Província que esse campo de inumação não pertence à Província, mas, sim, à Fábrica da Catedral da Sé desde os seus primeiros alicerces. De acordo com o Cônego, a organização criada pelo General Albino de Carvalho no tempo de sua administração, estava em pleno exercício e de acordo com o Regulamento que mantinha os cemitérios sob administração religiosa. No entanto, esclarece que, quando o general foi substituído no governo da Província por José Vieira Couto de Magalhães, o citado Regulamento ficou suspenso e o cemitério, abandonado. Conforme declaração do Cônego, o Prelado reivindicou e pode entrar no domínio pleno do que lhe pertencia: dirigindo o cemitério, desde então e até aquela data, na forma das leis canônicas então em pleno vigor no país.

Com relação ao Cemitério de São Gonçalo de Pedro II, o Presidente de Província inquiriu sobre sua escrituração e administração, sendo informado que não existiam os livros de que trata o Artigo 5º do Regulamento de 28 de junho de 1864, porque essa escrituração era feita nos livros da Fábrica da Paróquia de Pedro II, à qual o cemitério sempre esteve anexo. Portanto, o Governo não lhe havia dado o mesmo sistema de administração do Cemitério da Freguesia da Sé.

A administração do referido Cemitério alegou que não tinha fonte de renda e que suas sepulturas eram cedidas gratuitamente. Quando da necessidade de obras ou reparos, recorria às subvenções do cofre provincial e às esmolas dos fiéis, recolhidas principalmente nas ocasiões festivas e solenidades religiosas. O cemitério não dispunha de funcionários além dos coveiros e do Vigário, que o administrava por ser o edifício anexo à Paróquia.⁴⁸²

⁴⁸² Correspondência do Vigário Padre Antonio Henrique de Carvalho Ferro ao Presidente de Província de Mato Grosso João José Pedrosa, em 24 de julho de 1879. ACMC.

Procurando compreender a situação dos cemitérios da cidade de Cuiabá, o Presidente de Província João José Pedrosa (1878-1879) recebeu a informação de que o Regulamento de 28 de junho de 1864 determinava que os dois cemitérios deveriam ter administradores e tesoureiros nomeados pelo governo da província, no entanto, incumbia aos párocos a administração espiritual dos ditos estabelecimentos ficando, portanto, dependente da atuação do governo ou da aprovação da Assembleia Provincial para a sua administração. Além disso, o Governo, por meio da Lei nº 7, de 20 de agosto de 1866, estava autorizado a rever o referido Regulamento. O documento apresenta uma nota referente aos valores com os quais teria concorrido o cofre provincial para as obras do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, 7.220\$000 réis, efetuadas conforme as datas e valores abaixo:

Tabela 8- Despesas com o Cemitério da Piedade - 1861 a 1871

PERÍODO	ADMINISTRADOR	VALOR (RÉIS)
18, 20 e 21 de novembro de 1861	Cônego Manoel Pereira Mendes	1:000\$000
4 e 17 de setembro e 4 de novembro de 1863	Cônego Manoel Pereira Mendes	500\$000
6 de abril e 28 de maio de 1866	Tesoureiro Caetano Xavier da Silva Pereira	1:720\$000
1º de fevereiro, 3 de março e 23 de abril de 1869	Cônego Manoel Pereira Mendes	3:000\$000
23 de Novembro de 1871	Cônego Manoel Pereira Mendes	1:000\$000
TOTAL		7:220\$000 ⁴⁸³

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre as despesas relativas à construção do Cemitério de São Gonçalo de Pedro II, a que alude o respectivo administrador, consta que a Província despendeu com esse estabelecimento, em 1869, 1870 e 1873, a quantia de 2:500\$000 réis, tendo custado aos cofres públicos até aquela data o valor de 3:663\$000 réis, provindo a diferença de esmolas ofertadas pelos fiéis.

O Presidente João José Pedrosa considera que esses estabelecimentos são da alçada do governo, não só pela despesa auferida com a sua construção, como também pelo fato de o próprio diocesano haver reconhecido a competência da Província para dar-lhes o Regulamento, ao aderir a ele. Reconhece o Presidente de Província que esses estabelecimentos ficariam perfeitamente administrados sob a sábia e zelosa fiscalização do diocesano, talvez melhor do que sob o controle do governo, geralmente atarefado com muitos

⁴⁸³ Tesouraria Provincial de Cuiabá, em 15 de setembro de 1879. Arquivo Publico de Mato Grosso- APMT

afazeres. No entanto, reconhece que convém que a verdade seja apurada e conhecida, e a resolução da questão, suscitada.

Finalmente, o Presidente de Província considera exorbitantes, aos recursos da população, os preços propostos pelo Regulamento para a concessão de sepulturas e jazigos, considerando necessário reduzi-los. Também confia à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá todo o serviço funerário, cabendo-lhe os proventos que daí resultassem.⁴⁸⁴

A principal questão levantada por Pedrosa em 1879 será retomada em 1901, quando ressurgem em Cuiabá a problemática em torno dos cemitérios da cidade e suas práticas de enterramentos. Nessa oportunidade, a discussão volta-se para a questão da administração dos cemitérios públicos, que até então era efetuada pelo bispado local. A Igreja Católica é forçada a transferir a administração dos cemitérios à alçada do Poder municipal, confirmando o processo de secularização desses cemitérios.

A Câmara Municipal desta cidade pela Resolução nº 40 de 19 de Novembro do ano próximo passado, mandou que a partir de 1º de Janeiro de 1901 passassem os Cemitérios Públicos do 1º e dos 2º distritos da capital para o poder da municipalidade e autorizou o respectivo intendente a organizar um Regulamento para o serviço de enterros e direção dos estabelecimentos, assim como a tomar as providências que julgasse necessárias, a fim de dar inteiro cumprimento às disposições da dita resolução.⁴⁸⁵

A Câmara Municipal determina a transferência da administração dos cemitérios públicos da cidade para a municipalidade, enquanto autoriza o intendente municipal a organizar um novo Regulamento para os serviços de enterramentos de cadáveres. A secularização da morte e dos cemitérios em Cuiabá foi resultado de um longo processo, dividido em três tempos. Em 1830 surgem as primeiras discussões em torno da necessidade de construção de cemitérios públicos na cidade e a proposta de transferência dos enterramentos. Em 1864 houve a inauguração do Cemitério da Piedade, construído pelo Governo da Província, mas administrado, desde sua inauguração, por representantes da Igreja. Em 1901, uma discussão no Parlamento estadual propõe a municipalização dos cemitérios de Cuiabá, gerando um confronto com o poder diocesano. Essa etapa só se conclui em 1926, quando o então Bispo metropolitano aceita restringir o controle religioso à capela do Cemitério da Piedade.

⁴⁸⁴Relatório de Presidente de Província de Mato Grosso João José Pedrosa, de 1879. APMT

⁴⁸⁵A *questão dos Cemitérios Públicos de Cuiabá* – Considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado. 1901, p. 6. APMC.

A secularização dos cemitérios no Brasil se fará mediante tensões e conflitos desenrolados na Câmara dos Deputados, com discursos inflamados proferidos pelos deputados Saldanha Marinho e Rui Barbosa, antigos opositores da Igreja Católica. A partir de 1879, esse confronto será mais ostensivo com o advento da República e a Constituição de 1891, quando se efetivou a definitiva separação entre Estado e Igreja. Dessa forma, a secularização se fez nos cemitérios na cidade de São Paulo e, de forma simultânea em alguns casos ou logo em seguida em outras cidades do país.⁴⁸⁶

Na segunda metade do século XIX, os cemitérios no Brasil tornaram-se espaços de disputa de poder envolvendo Igreja e Estado, irmandades religiosas, a população e a medicina social. A secularização dos cemitérios na nascente República apresentou características convergentes em Salvador, Belém, São Paulo, Juiz de Fora, São Luiz do Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Cuiabá. No entanto, determinados fatores diferenciam cada caso. A realidade de Cuiabá, em virtude das especificidades apresentadas, ora se aproxima, ora se afasta dessas realidades.

Em Salvador, em 1836, numa ostensiva demonstração de resistência à construção do Cemitério Campo Santo, à transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos e à concessão de monopólio desses serviços a uma companhia privada, uma multidão liderada por irmandades religiosas destruiu o cemitério recém-construído. Esse episódio, conhecido como *Cemiterada*, demonstra a atuação das confrarias religiosas tomando frente na organização da população. A destruição do cemitério, em defesa de uma tradição religiosa, fez com que o governo provincial rediscutisse a concessão do campo santo e, em maio de 1837, revogasse o monopólio dos enterramentos. O governo comprou o cemitério onde seriam sepultados todos os mortos da Santa Casa, bem como indigentes e escravos.

Apesar do trabalho de conscientização dos médicos sobre os perigos exalados pelos cadáveres putrefatos nas paredes e chão das igrejas, as confrarias continuaram mantendo seus rituais de enterramento até a epidemia de cólera assolara Província da Bahia, provocando alterações que as leis e as autoridades até então não conseguiam impor. A população então se desvencilha de seus mortos. O governo novamente proíbe enterramentos nas igrejas e dessa vez não houve protestos; os mortos seriam enterrados no Cemitério Campo Santo e em outros cemitérios construídos pelas irmandades baianas, pois o monopólio havia acabado e a morte passa a ser pensada como separação definitiva.⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ GUEDES, Op. cit., p. 97-100.

⁴⁸⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

A secularização dos cemitérios da Soledade e de Santa Izabel, em Belém, fez com que sua administração se dividisse entre a Santa Casa de Misericórdia e o Estado. Essa cidade foi palco de contendas em torno dos enterramentos no fim do século XIX, quando da separação entre Estado e Igreja. A República intervém em campos até então hegemonicamente católicos e os problemas avolumam-se com os debates em torno da secularização dos cemitérios e dos enterramentos, levantando questões políticas, culturais e sociais, envolvendo católicos, protestantes e maçons em torno do Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890.⁴⁸⁸

A Igreja buscava preservar sua hegemonia, com o apoio da população belenense e através dos jornais católicos divulgava pareceres sobre costumes e valores religiosos acerca dos enterramentos e da necessidade de administração religiosa dos cemitérios.⁴⁸⁹ Por outro lado, um jornal republicano, pertencente aos empregados do comércio da cidade de Belém, era favorável à secularização dos cemitérios, e evidenciava em suas matérias que o papel da Igreja deveria ser cuidar da alma ou do espírito e preparar homens e mulheres para a vida no além túmulo, nada teria a ver, portanto, com os cemitérios, sua administração e as práticas de enterramentos.⁴⁹⁰ Conforme Amorim, as tensões, disputas e conflitos quando da secularização dos cemitérios de Belém foram efervescentes, múltiplos e duradouros.⁴⁹¹

Na cidade de São Paulo, a transferência dos enterramentos do interior ou do adro das igrejas para os cemitérios só se intensifica em meados do século XIX, com a inauguração do primeiro cemitério da cidade, em 10 de julho de 1858. Sua administração coube à Câmara Municipal, mas dependia de aprovação da Cúria Metropolitana e não contava com o apoio de grande parte da população, que se negava a aceitá-lo. A população resistiu fazendo pedidos de extinção desse cemitério e a conservação das antigas práticas de enterramentos. Conforme Guedes, a construção desse cemitério, a transferência dos enterramentos e a delegação de sua administração à Santa Casa de Misericórdia se fará mediante contrato de concessão, desde que esta também fizesse enterramentos de indigentes.⁴⁹²

Alcinéia Santos investiga a instituição dos cemitérios na região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte, problematizando essa questão a partir das epidemias locais de cólera morbus, varíola e febre amarela. Segundo a autora, as altas taxas de mortalidade provocadas por essas pestes, a partir de 1850, alteraram as relações entre vivos e mortos, promovendo a

⁴⁸⁸SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique - *Dicionário de conceitos históricos* – Ed. Contexto, 2005 p. 11

⁴⁸⁹ Id. Ibid., p. 126.

⁴⁹⁰SILVA, Op.cit, p. 133.

⁴⁹¹ Id. Ibid., p. 140.

⁴⁹²GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH- USP, p. 89.

criação, organização e funcionamento de novos espaços reservados aos mortos, bem como a transferência dos enterramentos do espaço sagrado das igrejas para os cemitérios. O grande número de mortes causadas pela epidemia de cólera morbus em 1856 consegue vencer as últimas resistências à utilização dos cemitérios na cidade de Natal, estabelecendo transformações nas práticas de enterramento e na cultura funerária local.⁴⁹³

Em São Luís, capital do Maranhão, a secularização dos cemitérios teve início com a construção do Cemitério do Gavião em 1855, que tornou visível, conforme Agostinho Coelho, a laicização dos enterros e o advento dos cemitérios afastados do centro urbano, longe das igrejas e das fontes de água. Coelho afirma que, nessa cidade, a secularização se delineou não a partir da proibição dos enterramentos nas igrejas, mas pelo acometimento da peste das bexigas, a varíola, que afligiu a população. Quando as igrejas não mais comportavam enterramentos, tornou-se urgente a construção de cemitérios. Os jornais da cidade anunciavam o número crescente de mortos em todos os segmentos sociais, definindo a necessidade de uma nova prática de enterramentos.⁴⁹⁴

Fernanda Costa investiga a transferência dos enterramentos na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, no período de 1850 a 1990. De acordo com a autora, com as epidemias de cólera morbus e febre amarela, por volta de 1850, surgem na recém-emancipada vila de Santo Antônio do Paraibuna, as primeiras preocupações diante do antigo hábito de enterrar os mortos em templos católicos. Fernanda Costa denomina *secularização* esse processo de transferência dos enterramentos para fora dos templos na cidade, com a identificação de sepulturas individuais, diferentemente dos enterramentos efetuados até então no interior dos templos, quando os corpos não eram identificados individualmente.⁴⁹⁵ A criação de um cemitério público em Juiz de Fora e sua secularização ocorreram como um cumprimento à legislação não apenas no município ou na Província de Minas Gerais, mas em todo o Império.

Na cidade do Rio de Janeiro, conforme Cláudia Rodrigues, o processo de secularização das atitudes de homens e mulheres diante da morte se inicia a partir de 1850, quando da criação dos cemitérios públicos na cidade e, em consequência, a transferência dos enterramentos. Um segundo momento indicado por Cláudia Rodrigues é a década de 1870,

⁴⁹³ SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos. *O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011. p. 110, 138, 139.

⁴⁹⁴ COELHO, Agostinho Júnior Holanda. O discurso médico de transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios em São Paulo (1820-1860). Usos do passado - XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Anpuh, Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁹⁵ COSTA, Fernanda M. Mattos. *A morte e o morrer em Juiz de Fora – Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2007.

quando aparecem na imprensa, no Parlamento e na produção acadêmica vários questionamentos referentes à jurisdição eclesiástica sobre os rituais funerários, os cemitérios e os enterramentos. Esses questionamentos versarão sobre a defesa do enterramento civil, da secularização dos cemitérios e da cremação de cadáveres, todos eles entrelaçados com as discussões propostas pelo movimento republicano, em defesa das ideias liberais e secularizantes.

Outra questão apontada pela autora refere-se aos regulamentos da década de 1870, que afetaram o direito paroquial das encomendações durante os enterramentos. Esses regulamentos foram fortemente questionados e combatidos por representantes da Igreja ultramontana, que identificaram neles uma intenção secularizante dos governos Provincial e Imperial, com objetivo de promover a separação entre Igreja e Estado.⁴⁹⁶

O Rio de Janeiro dessa década espelha algumas condições do Império, pois o Regulamento de Registro Civil de 1874, considerado separatista em relação ao Estado, determina que os registros de nascimento, casamento e óbitos devem ser feitos por autoridade municipal, e não mais pelos padres. Essas seriam provas evidentes de leis provinciais secularizando a vida, a morte e os cemitérios da província.⁴⁹⁷ Em face disso, a Igreja fluminense, em meados da década de 1870, defende sua jurisdição sobre a morte e o morrer. Essa batalha é também uma luta pela manutenção de sua predominância sobre a sociedade, ameaçada por ocasião dos debates em torno do casamento civil, da liberdade de culto e da secularização dos cemitérios.⁴⁹⁸

A secularização dos cemitérios em Cuiabá, com a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos, contou com características gerais que remetem aos municípios acima referidos. No entanto, apresenta também elementos divergentes, pois, ao construírem seus cemitérios públicos, esses municípios já os fazem na condição de cemitérios municipais, assim denominados, e sob a administração da Santa Casa de Misericórdia, da Câmara Municipal ou do Governo Provincial. Em Cuiabá, a construção dos cemitérios é liderada pelo Governo Provincial e contou com a participação da Igreja e da população, mas, após serem inaugurados, sua administração foi transferida pelo Presidente da Província à alçada da Igreja Católica. Esse fato gerou um embate político entre essas duas instituições disputando a administração dos cemitérios. A secularização não interessava à Igreja Católica, pois esta perderia fonte de rendas e espaço de influência no seio da sociedade.

⁴⁹⁶ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*. A secularização da morte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005. p. 217.

⁴⁹⁷Id. *Ibid.*, p. 216.

⁴⁹⁸RODRIGUES, C. *Op. cit.*, p. 231.

4.2 Um caso peculiar em Cuiabá no limiar do século XX: Disputa judicial entre o poder eclesiástico e o município

Conforme já visto anteriormente, durante cerca de 50 anos a administração dos cemitérios de Cuiabá esteve sob o comando do bispado local; no entanto, em 1901, a Câmara Municipal determina que os cemitérios públicos passem a ser administrados pelo município. Essa determinação gera reações adversas da Igreja Católica, principalmente de seu representante, o Bispo D. Carlos Luiz D'Amour (1878 a 1921), que, por meio de Carta Pastoral, manifesta sua contrariedade, mandando retirar do interior dos cemitérios da cidade, assim como de suas capelas, todas as imagens, tabelas, sinos e quaisquer outros paramentos religiosos. Também proíbe que se celebre, no interior dos cemitérios, qualquer ato religioso, interditando-os para os seguintes fins:

Havemos por bem interditar como pela presente nossa Portaria interditamos, a capela de N. S. da Piedade do referido cemitério, ficando desde já proibido aos reverendos sacerdotes sob pena de suspensão *Ipsa Facto* do exercício de suas ordens, celebrar na dita capela o Santo Sacrifício da Missa e qualquer outro ato religioso, que também proibimos se celebre no respectivo cemitério. E para que chegue ao conhecimento de todos os nossos amados diocesanos, será esta portaria, depois de registrada em nossa câmara, publicada no jornal “A Cruz”, assim como também será publicada à estação das missas na Sé Catedral e Igrejas Matrizes e nas Capelas do Colégio São Gonçalo e do Asilo Santa Rita desta cidade.

Dada em sua residência episcopal de Cuiabá, sob nosso sinal e selo, aos dois de Dezembro de 1900.

D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá⁴⁹⁹

Algumas questões se colocam a respeito dessas proibições: D. Carlos era um homem religioso, mas seria também exigente e rude? Por que reagiu dessa forma em relação aos cemitérios da cidade? Como ficou a cidade e a população no período em que D. Carlos proibiu o uso da capela do cemitério para velar os corpos antes dos enterramentos? Onde se fazia então a encomendação dos corpos? Havia missas pelas almas do purgatório nas segundas-feiras na capela do cemitério? D. Carlos, em nome dos interesses da Igreja Católica, estaria penalizando muito duramente a população da cidade?

Para o Bispo, os cemitérios já existentes, construídos por irmandades, igrejas, associações leigas e pela população, deveriam continuar sendo administrados pela Igreja, mas a Constituição Republicana determinava que deveriam ficar sob a tutela dos municípios. Esse,

⁴⁹⁹A Situação. *Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour*. Cuiabá, 2 de dezembro de 1900. APMC.

na verdade, era o principal ponto de discórdia na discussão, que gerará disputa judicial, pois, tanto a Igreja como o Estado se julgavam com direito de propriedade e de administração sobre os cemitérios.

Diante desse contexto indagamos: como a Igreja poderia se resignar em perder o controle político, econômico, social e ideológico que até então mantinha sobre essa sociedade, manifestado desde os registros de nascimentos, casamentos e óbitos? Qual a posição da Igreja em relação à organização dos cemitérios, às práticas de enterramentos impostos pela nova Constituição e quais as tentativas de reverter a tabela? Afinal, a situação era bastante desfavorável para a Igreja e se apresentava em todo o país a partir da República, representando fortes indícios de secularização da sociedade.

Quanto às práticas religiosas no recinto do Cemitério da Piedade, o Bispo D. Carlos proibiu terminantemente que, a partir da publicação daquela portaria, qualquer ato religioso, assim como o Santo Sacrifício da Missa, fosse nele realizado, ou em sua capela, então interdita. Dessa forma, o Bispo, em nome de sua autoridade e da autoridade da Igreja sobre os enterramentos e as relações entre vida e morte da população, tentando mobilizar a população, manda divulgar durante as missas os últimos acontecimentos relacionados ao conflito entre a Igreja e o município, repudiando a determinação municipal.

O Bispo certamente mobilizaria também o corpo da Igreja, representado pelos padres e demais religiosos, no intuito de reverter a tabela desfavorável que se colocava. D. Carlos Luiz D'Amour expressou sua indignação com os acontecimentos na Carta Pastoral de 2 de dezembro de 1900, em que acusa a Câmara Municipal de haver se apossado ilegitimamente dos cemitérios de Nossa Senhora da Piedade e de São Gonçalo, ambos no perímetro urbano da cidade de Cuiabá. Externando sua atitude de protesto e pesar diante dos acontecimentos, no periódico *A Situação*, assim se refere aos cemitérios e à secularização:

De ora em diante naqueles cemitérios, naqueles recintos sagrados, onde jazem os restos mortais de vossos antepassados, de vossos progenitores, de vossos filhos, de vossas famílias, não se poderá mais celebrar o Santo Sacrifício da Missa pelo seu eterno descanso. Não vereis mais, filhos meus queridos, descer sobre as sepulturas as bênçãos de Deus! E o sino sagrado também emudecido, não soará mais plangente, não se fará mais ouvir convidando os fiéis a orar pelos finados, triste e lúgubre efeito que resulta da secularização de um cemitério!⁵⁰⁰

⁵⁰⁰A Situação. *Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour*. Cuiabá, 2 de dezembro de 1900. ACMC.

Na mesma oportunidade, D. Carlos afirma terem sido os cemitérios criados por particulares, irmandades, confrarias e associações religiosas, contando com o apoio e a participação da população em geral, que respalda sua atitude de protesto

contra esse intolerável abuso, contra essa usurpação, essa exorbitação do poder municipal que exorbitando de suas atribuições, sem respeitar direitos adquiridos, direitos de propriedade e de crença religiosa, fere assim preceitos claramente estabelecidos na constituição de nosso país.⁵⁰¹

Foram também anexados um ofício-protesto dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá e uma reclamação ao juiz seccional, pedindo manutenção de posse dos cemitérios citados, conforme abaixo:

Não pode absolutamente a municipalidade de Cuiabá apossar-se, como o fez em sua resolução nº 40, do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, que pertence à Fábrica da Catedral e do qual ela se acha de posse há longos anos, nem do Cemitério de São Gonçalo, que também é propriedade da Fábrica da Matriz daquela freguesia.⁵⁰²

No mesmo dia 2 de dezembro de 1900, o Bispo também publicou uma portaria no jornal *A Cruz*, denunciando que a Câmara Municipal de Cuiabá, em Resolução nº 40, de 19 de novembro daquele ano, havia retirado, da Fábrica da Catedral da Diocese, o direito de propriedade que lhe assistia sobre o Cemitério de Nossa Senhora da Piedade. Em seu entendimento, a medida feria claramente os direitos da Igreja e o que determinava a Constituição Federal com relação aos cemitérios já existentes, criados por particulares, por irmandades ou pelo povo, sobre os quais restaria à municipalidade apenas o direito de inspeção sobre eles, impedindo que fossem invadidos ou extorquidos.⁵⁰³

Todos esses documentos foram reproduzidos em um folheto, que foi afixado nas portas das igrejas e distribuído à população local. Dessa forma, D. Carlos justifica sua atitude de enfrentamento diante do poder municipal, apesar de penalizar fortemente a população, retirando dela o direito do uso da capela do Cemitério da Piedade por ocasião dos enterramentos.

No mesmo ano em que D. Carlos Luiz D'Amour tomou posse no cargo de Bispo da Diocese de Cuiabá, a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, sob a presidência do Barão de Diamantino, aprovou em 29 de novembro de 1879 a Lei nº 539, cujo Parágrafo

⁵⁰¹ Id. Ibid.

⁵⁰² Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá em 2 de dezembro de 1900. ACMC.

⁵⁰³ *A Cruz. Portaria da Diocese de Cuiabá*. Cuiabá, 2 de dezembro de 1900. ACMC.

Único dispunha que ficavam reconhecidos, como edifícios pertencentes às Fabricas das respectivas paróquias, os cemitérios de Nossa Senhora da Piedade, na Freguesia da Sé, e de Nossa Senhora das Dores e de Nossa Senhorado Carmo, na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II. E, ainda, que o Prelado Diocesano, de acordo com o Presidente da Província, lhes daria Regulamento para a sua administração, o qual seria submetido à aprovação da Assembleia Legislativa Provincial, na parte temporal, ficando revogadas quaisquer leis e disposições em contrário.⁵⁰⁴ Esse reconhecimento sobre a posse dos cemitérios de Cuiabá, num ano em que se intensificavam no Brasil as discussões e confrontos em torno da sua secularização, pode ter sido buscado como uma salvaguarda diante dos acontecimentos no Império. D. Carlos poderia ter usado a Lei nº 539 em defesa dos direitos da Igreja sobre os cemitérios, no entanto, ela sequer foi citada.

O município, por sua vez, defende seus direitos de administração dos cemitérios, apresentando como provas um grande número de investimentos feitos nos cemitérios da Piedade e de São Gonçalo de Pedro II. Essa disputa se intensifica, com muitas ramificações envolvendo a legislação em vigor na nascente República. Estabelece-se um clima de tensão e disputa envolvendo em campos opostos duas instituições que até então caminhavam juntas.

Como já foi dito, a secularização dos cemitérios em Cuiabá contou com características específicas e divergentes das apresentadas por outras cidades brasileiras que, ao construírem seus cemitérios públicos, já os fazem na condição de cemitérios municipais, assim os denominaram e dessa forma esses estabelecimentos foram administrados pela Câmara Municipal. Na cidade de Cuiabá os cemitérios foram administrados pela Igreja desde sua construção em 1864 até o ano de 1901, quando ocorre uma intensa disputa em torno da municipalização e sua secularização,⁵⁰⁵ que teria como principal consequência a transferência da administração desses campos santos da alçada da Igreja para a esfera do município. O Cemitério da Piedade, durante sua fase eclesiástica, entre os anos de 1864 a 1901, contou com a administração de diversos religiosos, conforme abaixo:

- 1 – Cônego José Jacintho da Costa e Silva – 1864 a 1879
- 2 – Cônego Manoel Pereira Mendes – 1867 a 1879
- 3 – Cônego José Joaquim Santos Pereira – 1879 a 1888
- 4 – Padre José Augusto Duarte – 1888 a 1889
- 5 – Padre Manoel do Nascimento Pereira Mendes – 1890 a 1901⁵⁰⁶

⁵⁰⁴. Lei nº 539 aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial em 29 de novembro de 1879. APMT.

⁵⁰⁵O termo secularização é entendido neste trabalho como um processo de diminuição da presença eclesiástica em diversos setores da sociedade, conforme: BERGER, Peter. *O dossel sagrado* – elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Ed. Paulus, 1985. p. 119.

⁵⁰⁶MESQUITA, José de. Funerais à antiga, IN: *Gente e coisas de Antanho*. IN: *Cadernos cuiabanos*, Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, n. 4, 1978. p. 52.

O poder civil se manifesta reclamando a administração do primeiro cemitério público da cidade, o de Nossa Senhora da Piedade, assim como o controle interno dos templos e lugares sagrados, enquanto a Irmandade de São Miguel e Almas pleiteava seus direitos de posse sobre a capela anexa, recebendo despacho favorável do Bispo. Até a secularização, as contas dos cemitérios eram trimestralmente apresentadas ao Bispo, da mesma forma que as questões referentes aos tipos de sepulturas, se haviam sido compradas ou alugadas e o valor pago por elas, com os nomes dos inumados no período.

Os atestados de óbito eram fornecidos pelo poder religioso, mas com o parecer de uma autoridade civil e o sepulcreto da administração do cemitério; só então os corpos poderiam ser inumados. Desde a transferência dos sepultamentos das igrejas para os cemitérios públicos em Cuiabá, algumas transformações se impuseram e passaram a fazer parte do cotidiano, como as referentes ao controle e posse de túmulos e carneiras perpétuas nos cemitérios. Tornou-se relativamente comum em Cuiabá, no fim do século XIX, a compra de túmulos e carneiras perpétuas, efetuadas principalmente por famílias de melhor poder aquisitivo, assim como o aluguel de sepulturas. Essas são práticas indicadoras de um processo de individualização do caixão e do túmulo, ainda que este quase sempre se tornasse um túmulo familiar.⁵⁰⁷

Identificamos, assim, indícios de um processo de secularização dos cemitérios, que pode ser compreendido como parte de um longo projeto político que teria o objetivo de desmobilizar a Igreja, as irmandades religiosas e outras associações leigas, propondo transferir ao Estado o domínio de importante espaço de manipulação ideológica. Esse processo envolveu também outros serviços, como o controle dos registros de nascimento e de óbito, que deixaram de ser efetuados pelo poder eclesiástico, assim como a educação formal, até então oferecida à população por religiosos.

A secularização dos cemitérios públicos de Cuiabá em 1901 provocou o rompimento de antigas práticas religiosas e sociais, pois, conforme José de Mesquita, inaugura-se uma “nova fase no histórico dos cemitérios da cidade”.⁵⁰⁸ Houve, contudo, reações da população, que considerava os campos santos de total domínio da Igreja, e que não podia, portanto, ser simplesmente transferido ao poder secular. Essas reações talvez possam ser compreendidas como desdobramentos da transferência dos enterramentos, que impingem duras transformações aos costumes fúnebres da população.

⁵⁰⁷ ROCHA, Maria Aparecida B. Barros. *Transformações nas práticas de enterramentos em Cuiabá(1850-1889)*. Cuiabá: Central de Texto, 2005. p. 63.

⁵⁰⁸ MESQUITA. Op.Cit, p.37-70

Os jornais e as Cartas Pastorais constituem importantes veículos de manifestação e divulgação dos dois grupos, a favor e contra a secularização dos cemitérios, e terão participação relevante no desenrolar dos acontecimentos, procurando influenciar o que talvez pudéssemos chamar de *opinião pública*. Nos jornais, identificamos a atuação de algumas personagens diretamente envolvidas com a questão ou que se

Algumas pessoas também se sobressaíram nos debates sobre a secularização dos cemitérios. A favor da secularização merece destaque o Deputado Flávio Crescêncio de Mattos, figura central desse processo, e o advogado e jornalista Francisco Agostinho Ribeiro. O Deputado Mattos era um homem dinâmico e influente na sociedade cuiabana, tinha patente de Tenente Coronel e exercia o cargo de Inspetor do Tesouro do Estado de Mato Grosso, com poder de celebrar acordos e convenções necessárias para regularizar a arrecadação de rendas e impostos no Estado mato-grossense. Foi representante do Estado de Mato Grosso na questão do litígio envolvendo definição de fronteiras com o Estado do Pará no fim do século XIX e inícios do século XX. Foi colaborador do jornal *O Rebate*, onde fará publicar suas percepções sobre a sociedade cuiabana e a vida política local. Apesar de haver exercido o cargo de fiscal da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, redigiu e apresentou, no Parlamento estadual, um documento defendendo a necessidade da secularização dos cemitérios, pois considerava que o poder público, representado pelo Estado e o município, teria mais e melhores condições que o poder religioso para manter esses campos de inumação em bom estado de uso e conservação.⁵⁰⁹

Francisco Agostinho Ribeiro, além de jornalista, foi representante e advogado do município na defesa da secularização dos cemitérios. Exerceu o cargo de diretor do jornal *O Rebate*, em cuja tipografia foi composto o documento intitulado “A Questão dos Cemitérios Públicos de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado em 1901”. Esse documento foi utilizado na discussão que apresentamos sobre a secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá.

Do lado da Igreja, destacaram-se Arnaldo Novis, de tradicional família cuiabana, e o escritor José Barnabé de Mesquita. O primeiro foi advogado de defesa da Igreja na questão dos cemitérios públicos, diretor e colaborador do jornal *A Cruz*, principal publicação religiosa de Cuiabá. Mesquita era meio-irmão de D. Aquino Correa e amigo e admirador de D. Carlos Luiz D’Amour. Fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro de Letras Mato-Grossense, que deu origem à Academia Mato-Grossense de Letras. Era considerado o

⁵⁰⁹Id. Ibid., p. 22.

principal intelectual cuiabano do século XIX e escritor de inúmeras obras sobre a cidade de Cuiabá e o viver cuiabano.⁵¹⁰ Mesquita Foi colaborador e dirigiu durante cerca de vinte anos o jornal *A Cruz*, periódico da ação católica em Cuiabá. Advogado de formação, exerceu o cargo de desembargador, além de católico praticante e crítico dos acontecimentos de seu tempo. Mesquita considerava a secularização dos cemitérios de Cuiabá uma grave e importante questão que sacudiu o espírito local e como mais um ato de “ateísmo oficial”, um resquício da administração pombalina que, de acordo com seu parecer, tratava da espoliação dos direitos da Igreja sobre os cemitérios públicos de Cuiabá.⁵¹¹

Mesquita foi veemente defensor da continuidade da administração da Igreja sobre os cemitérios públicos da cidade, considerando a secularização como uma medida reacionária. Ele encontrou, entre a população e mesmo em alguns políticos locais, certa oposição à secularização, comparável àquela gerada pela criação dos cemitérios fora dos templos na cidade.⁵¹² Mesquita refere-se claramente a uma “repulsa” da população a essa transferência dos enterramentos, sentimento que identificamos como oriundo da resistência das irmandades religiosas, pois foram esses grupos os principais atingidos pelo Regulamento para os Cemitérios Públicos de Cuiabá de 1864.⁵¹³

Mas a personagem mais relevante nesse processo foi o Bispo D. Carlos Luis D'Amour, que, diante dos fatos já apresentados, redigiu ao Presidente da Câmara uma correspondência, na qual apontava as razões de sua atitude de protesto. Outra providência do Bispo foi propor no juízo de Direito uma ação de manutenção de posse dos cemitérios contra o município, pedido que foi, no entanto, julgado improcedente em abril de 1901, não havendo mais condições de recorrer. Conforme Mesquita, “estava ultimada a secularização que exibia a seu favor uma sentença do judiciário, da qual não se recorreu”. Os cemitérios ficaram daí em diante leigos, fora da alçada e do domínio administrativo eclesiástico.⁵¹⁴

Dessa forma, a aliança entre o poder laico e o clerical na administração dos cemitérios em Cuiabá se desfazia, refletindo os acontecimentos do fim do século XIX e início do século XX. A secularização dos cemitérios rompia com antigas práticas de inumação e com hábitos religiosos, suscitando novas relações entre população, Estado e Igreja, assim como de grupos

⁵¹⁰ Escreveu e publicou, entre outras, as obras: *As Necrópoles cuiabanas; Gente e Causas de Antanho; Os jesuítas em Mato Grosso; Aspectos literários de Cuiabá*. Todas publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

⁵¹¹ MESQUITA, Op. cit., p. 21, 37-70.

⁵¹² MESQUITA, Op. cit., p. 19.

⁵¹³ ROCHA, Op. cit., p. 73.

⁵¹⁴ MESQUITA, Op. cit., p. 58.

organizados em torno das irmandades religiosas, que se viram espoliados de uma de suas mais importantes funções. Mesquita apresenta sua percepção desses acontecimentos:

A municipalização, de fato, talvez tenha sido vantajosa, eis que o poder civil reúne mais elementos e dispõe de maiores recursos para manter os cemitérios e por ele zelar. O *modus faciendi*, porém, é que deixou muito a desejar, chegando mesmo a causar espanto que tão sumária usurpação lograsse coroada por um aresto judicial.⁵¹⁵

Os cemitérios públicos de Cuiabá, durante o período de 1901 a 1922, ficaram sem o culto católico, que só voltou a ser realizado em 1923, a partir de solicitação do Bispo D. Aquino Correa, que sucedeu D. Carlos Luiz D'Amour, e durante a administração do então intendente Coronel José Antonio de Souza Albuquerque.

No desenrolar dessa contenda, D. Carlos Luiz D'Amour apresentou um perfil que poderíamos definir como introspectivo e autoritário, ou rude e intransigente, diante dos acontecimentos. Enquanto enfrentou os momentos mais críticos em torno da secularização dos cemitérios da cidade, procurou agir de acordo com os interesses da Igreja; no entanto, os acontecimentos que se desenrolavam na capital da República e em outros estados anunciavam a dificuldade em reverter o tabela naquele momento.

Quando do falecimento do Bispo D. Carlos Luiz D'Amour, o jornal *A Cruz* publicou o discurso póstumo proferido por José de Mesquita três dias após a sua morte, em 9 de julho de 1921, quando do enterramento do corpo no interior da Igreja Matriz da cidade de Cuiabá. Nessa ocasião, Mesquita lamenta a perda e reitera suas relações de amizade e respeito para com o Bispo, conforme a seguir:

D. Carlos!

Vais entrar na tua catedral ora transformada no Panteão que te guardará para sempre! Que diferença, entretanto, das outras vezes que aqui vinhas, entre o festivo rumor dos sinos e das músicas para as grandes solenidades pontificiais.

Há três dias que o melancólico dobrar dos sinos levou a todos os recantos da cidade a notícia do seu passamento e ao teu palácio transformado em câmara ardente, afluiu numa incessante romaria, toda a população desta cidade, dos mais altos elementos aos mais humildes, e para que a todos fosse dado ver-te pela última vez recorreu o carinho de teus amigos a esse prolongamento artificial com que a ciência consegue modificar as leis inflexíveis da matéria...

Ora, já não é dado continuar: a terra reclama o doloroso tributo do teu corpo, menos cioso que o céu que reivindicou há três dias o teu belo

⁵¹⁵ Id. *Ibid.*, p. 59.

espírito, exilado há anos entre as misérias do mundo. Desaparecido embora o teu efetivo material, a afirmação física da tua existência, continuarás a viver na memória dos teus convertidos numa pira de saudades.

Nesta cruciante separação desdobra-se o nosso pensamento entre a tua personalidade material que dentro em pouco entrará para o repouso da tumba e o teu espírito que se livrou para as regiões serenas da eternidade.

E agora adeus, venerando pastor, bondoso e estremecido amigo acolhe nestas minhas palavras a última homenagem do nosso amor e da nossa saudade.

D. Carlos - adeus⁵¹⁶

Com a morte de D. Carlos Luis D'Amour assume a Arquidiocese de Cuiabá D. Francisco de Aquino Correa, com um perfil bastante diferente do seu antecessor. D. Aquino, além de religioso, era escritor, poeta, político e exímio negociador, portanto, julgará ele não ser aquele o momento adequado para dar continuidade a tão desgastante contenda, proposta e levada avante por D. Carlos. Ao contrário, D. Aquino procurará redefinir a atuação da Igreja no estado de Mato Grosso.

Quinze dias após a morte de D.Carlos, D. Aquino envia um ofício ao Intendente do Estado de Mato Grosso solicitando, em nome das aspirações de inúmeros fiéis moradores da cidade, ordens para que fosse levantado o interdito sobre a capela do Cemitério da Piedade, efetuada em 2 de dezembro de 1900 por D. Carlos Luiz D'Amour, assim como a restituição das chaves para a administração da referida capela pelo Prelado Diocesano.⁵¹⁷

Em ofício de 25 de junho de 1923, a intendência responde à solicitação do bispado restituindo as chaves e a administração da capela do Cemitério da Piedade à Igreja, pois não vê nisso nenhum inconveniente. Pelo contrário, parece-lhe, segundo o ofício, que, após a secularização dos cemitérios, deveria a referida capela continuar sob administração eclesiástica. Com essas considerações, suspende o interdito levado a efeito por D. Carlos, sem, no entanto, deixar de considerar que, mesmo após a secularização do Cemitério, deveria a referida capela continuar sob a administração eclesiástica, como ficariam as demais capelas das respectivas irmandades e os cemitérios particulares então existentes no interior do cemitério público.

Portanto, as chaves da mencionada capela são depositadas nas mãos do Bispo Diocesano, para que nela se pudesse praticar o culto católico, que, como os demais, encontra a mais segura garantia de liberdade no Parágrafo 3º do Artigo 72 da Carta Constitucional de 24 de fevereiro de 1891, sem, entretanto, envolver a administração do cemitério que, pelo

⁵¹⁶A CRUZ. Discurso póstumo proferido por José de Mesquita, em 15 de julho de 1921. APMT.

⁵¹⁷ Ofício de D. Aquino de Aquino Corrêa ao Intendente do Estado de Mato Grosso Coronel Jose Antonio de Souza Albuquerque, em 20 de junho de 1923. ACMC.

Parágrafo 5º do mesmo Artigo, é de caráter secular.⁵¹⁸ A restituição das chaves da capela ao Arcebispo é também um ato representativo de transmissão de poder, pois, a partir da República, o Cemitério da Piedade torna-se um lugar público, com plena garantia de liberdade de culto, ainda que sua administração tivesse caráter secular.

Após o recebimento das chaves, D. Aquino emite outra portaria, em que desfaz o interdito efetuado anteriormente por D. Carlos Luis D'Amour sobre a capela do Cemitério da Piedade, para recebimento dos fiéis, assim como para nela ser celebrado o Santo Sacrifício da Missa e outros atos religiosos, como velórios e encomendação de cadáveres. D. Aquino considera as vantagens espirituais decorrentes da celebração do culto religioso na capela do cemitério, quer pelo aumento da piedade cristã entre os vivos, quer por sufragar as almas dos mortos queridos, que no adjacente cemitério aguardam em paz a ressurreição final.

Mas os espaços de inumação do cemitério continuariam sem receber a bênção eclesiástica. Por ocasião de enterramentos dos fiéis, deveria ser providenciada, de acordo com as tradições da Igreja Católica, a bênção exclusiva de cada sepultura, a fim de os finados, seguidores dessa doutrina ali inumados, pudessem repousar em paz.⁵¹⁹

Em 8 de julho de 1923, o jornal *A Cruz* publicou um artigo chamando a atenção dos leitores para a transferência da administração da capela do Cemitério da Piedade da Intendência Municipal para o governo do Arcebispado.⁵²⁰ O mesmo artigo considera as condições inadequadas em que se encontrava a capela do Cemitério, assim como a precariedade de suas alfaias. Por isso, convoca um grupo de senhoritas da sociedade cuiabana, denominado *bandos precatórios*, para percorrer as principais ruas da cidade angariando donativos para prover de modo adequado a capela com o que fosse necessário para a celebração dos cultos católicos.⁵²¹ Com essa ação foram arrecadados 851\$070 réis, conforme divulgado pelo jornal *A Cruz*.⁵²²

Uma outra atividade, em virtude de sua significação, pode ser definida como o coroamento de todos esses acontecimentos, e da qual participaram muitos seguidores da Igreja Católica, assim como a administração da Igreja, que se organizou para esse momento. O jornal *A Cruz* de 29 de julho de 1923 convidou a população para um ato religioso: uma procissão que sairia da Catedral com destino ao Cemitério da Piedade levando a imagem de

⁵¹⁸ Ofício da Intendência Municipal, de 25 de junho de 1923, ao Arcebispo de Cuiabá D. Francisco de Aquino Correa. ACMC.

⁵¹⁹ Portaria de D. Francisco de Aquino Corrêa, de 26 de junho de 1923 .ACMC.

⁵²⁰ A CRUZ. Solenes exéquias- por alma de Dom Carlos- pela capella do cemitério de Nossa Senhora da Piedade Cuiabá, 8 de julho de 1923. ACMC.

⁵²¹Id. Ibid.

⁵²²A CRUZ. Nossa Senhora da Piedade. Cuiabá, 22 de julho de 1923. ACMC.

Nossa Senhora da Piedade, que depois de mais de vinte anos retornaria à capela daquele campo de inumação. Conforme o anúncio, estavam programados um discurso de D. Aquino e, depois da benção à capela, uma missa para todos os presentes, com encomendação solene de todos os mortos.

Domingo próximo, 29 do corrente, realizar-se-á a transladação da imagem de Nossa Senhora da Piedade da Catedral para a capelinha do cemitério. Sairá a procissão da Catedral, às 08 horas, levando a imagem e percorrerá as ruas 1º de Março, 7 de Setembro e travessa Voluntários da Pátria, até o cemitério, onde S. Exa. Revma. o Sr. Arcebispo dirá ao povo breves palavras de ocasião, dando, em seguida, a benção à capela. Seguir-se-á a missa solene, finda a qual S. Exa. Revma. fará a encomendação solene de todos os nossos mortos.⁵²³

A transladação da imagem de Nossa Senhora da Piedade da Catedral até o Cemitério da Piedade poderia ser feita em pouco tempo, porque era pequena a distância que os separava, mesmo para um trajeto a pé. No entanto, não se tratava de uma simples caminhada, essa era uma ocasião muito especial, que deveria marcar um novo tempo, e por isso faziam-se necessários cuidados especiais, que, conforme anunciado no jornal *A Cruz* de 8 de agosto de 1923, incluíam uma banda de música. Essas atividades lideradas por D. Aquino contavam com a participação de toda a população da cidade e poderiam ser definidas como verdadeiros espetáculos de fé, merecendo destaque especial no jornal *A Cruz*, conforme abaixo:

Para o católico povo cuiabano foi o ato do nosso atual intendente municipal reentregando ao governo deste arcebispado a administração da capela daquele cemitério, recebido com grande aplauso e as mais francas manifestações de regozijo, tornando-se ele por este ato de verdadeira justiça, digno de nossa simpatia.

A imagem de Nossa Senhora da Piedade que há cerca de vinte anos foi recolhida à Catedral Metropolitana, desde que a administração daquela nossa necrópole apoderou-se a municipalidade, voltou a ocupar ali o seu lugar, levada triunfantemente por enorme concurso público.

A grande procissão, ao som de uma banda de música, saiu da Catedral às 9 horas da manhã, percorrendo em seu trajeto as ruas 1º de Março, 7 de Setembro e Travessa Voluntários da Pátria, tendo chegado depois das nove e meia ao nosso Campo Santo.

Ali chegando S. Exa. Revma. o Sr. D. Aquino Correa, nosso amado metropolitano, assomou à porta da respectiva capela, produzindo uma bela e importante peça oratória alusiva ao ato. A sua voz sonora, frenética, encantadora e ao mesmo tempo emocionante, prateando os longos anos por

⁵²³A CRUZ. Transladação da imagem de Nossa Senhora da Piedade. Cuiabá, 29 de julho de 1923. APMC.

motivos conhecidos de ausência da Virgem da Piedade na nossa velha necrópole, ali crescida ao lado da cidade do Senhor Bom Jesus; a tristeza dos túmulos sem o reflexo do seu sorriso maternal de esperança e de amor; o vácuo aberto nos corações das vítimas de viuvez e da orfandade, por aquela sentida ausência e vibrando em seguida ao conforto que o seu regresso novamente vinha trazer então, aos mesmos corações, essa voz que puxando lágrimas enxugou-as novamente atraindo os olhares dos fiéis à veneranda imagem da Virgem da Piedade, que ora retomava o seu legítimo assento, abençoando todas as campas, calçou profundamente na alma de todos os presente.

Em seguida foi celebrada, na referida capela, pró-alma de todos os fiéis defuntos uma missa fúnebre em cantochão, pelos “Pequenos Cantores da Sé”, que agradou.

Congratulando-nos com o católico povo cuiabano por ver-se efetivado nesse ato uma de suas justas aspirações, felicitamos o nosso atual intendente municipal, coronel José Antonio de Souza Albuquerque que com o seu bondoso ato, reentregando a administração da capela de Nossa Senhora da Piedade ao governo arqui episcopal, interpretou condignamente essa longa aspiração dos seus munícipes.⁵²⁴

O jornal *A Cruz* publicou, no mesmo dia 8 de agosto de 1923, uma demonstração de despesas feitas por ocasião dessa transladação, pois houve necessidade de preparar a capela do Cemitério da Piedade para a atividade que se pretendia desenvolver, fazendo caiação, reboco e pintura de seu interior, assim como de sua fachada. Para bem ornamentar a capela, foram adquiridos 18 metros de linho para a confecção de duas toalhas e quatro guardas de altar, e três metros de flanela para cobrir o altar, além de oito palmas de flores, cinco quilos de velas de cera e meio quilo de incenso. Nessa compra foi utilizado o total arrecadado pelos *bandos precatórios* nas ruas da cidade.

Apesar de o litígio em torno da secularização dos cemitérios de Cuiabá ter se encerrado em 1923, com a transladação da imagem de Nossa Senhora da Piedade da Catedral para o cemitério de mesmo nome, com D. Aquino e seu Arcebispado, a Igreja Católica busca dar uma resposta à crise que vinha atravessando. A neocristandade era a proposta para uma nova ordem econômica, social e política, sob a direção de princípios cristãos que reconduzisse os valores morais e culturais a um cristianismo católico mais vigoroso, capaz de penetrar nas principais instituições sociais.⁵²⁵ Essa preocupação se justificava, porque, com a instituição do regime republicano no Brasil e o fim do padroado, a hegemonia da Igreja,

⁵²⁴ A CRUZ. Cuiabá, 8 de agosto de 1923. ACMC.

⁵²⁵ BEOZZO. José Oscar. A igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Volume I. São Paulo: Difel, 1975.

apesar de o catolicismo continuar majoritário, viu-se ameaçada pela laicização de costumes e valores e pelo avanço de outros cultos religiosos.

Como vimos até aqui, no documento: “A questão da secularização dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado”⁵²⁶, o Deputado Flávio C. de Mattos faz uma ampla explanação, indo da construção dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá, em meados do século XIX, até sua secularização no nascente século XX. Com claro intuito de defender a administração laica dos cemitérios, faz um histórico da construção desses campos de inumação, apresentando planilhas de custos que provam os investimentos públicos nesse empreendimento, com objetivo de assegurar o direito de domínio e administração do município sobre os cemitérios públicos da cidade. Para tanto, desqualifica o poder eclesiástico para a função que vinha exercendo, a seu ver ilegalmente desde 1864, quando se deu a inauguração do Cemitério da Piedade, o primeiro fora dos templos religiosos da cidade.

A atuação do Deputado na defesa da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá vinha, no entanto, desde 1888, quando apresentou na Assembleia Legislativa o primeiro projeto com esse objetivo. Sua atuação foi crescente na defesa desse projeto e em todo o processo de discussão, até a produção do documento apresentado e discutido neste trabalho, defendendo a causa e apresentando o desenrolar da questão.

A secularização dos cemitérios em Cuiabá não foi um fato isolado, e sim parte de um processo desenvolvido em todo o território nacional no fim do Império e na nascente República, visando desmobilizar a Igreja como instituição, desequilibrar grupos, como as irmandades religiosas, e instituir novas relações do homem com a morte.

Apesar do envolvimento na administração dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá, os restos mortais de D. Carlos Luiz D'Amour, falecido em 1921, e de D. Francisco de Aquino Correa, falecido em 1956, não foram enterrados no Cemitério da Piedade, mas, correspondendo aos costumes eclesiásticos, no interior da cripta da Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.⁵²⁷

⁵²⁶ Esse documento integra o acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. A esse respeito, ver: PERARO, Maria Adenir; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MORAES, Sibeles de. *Memória da Igreja em Mato Grosso*. O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. Catálogo de documentos históricos. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

⁵²⁷ CRUZ, Felisberto Samuel da. *Arquidiocese de Cuiabá - história e vida, 1910-2010*. Cuiabá: Carlini&Caniano, 2012.

4.3 Paisagens entremeadas de memórias culturais: túmulos e epitáfios do Cemitério da Piedade

O cemitério é uma paisagem urbana a que se convencionou chamar de *museu a céu aberto* e que pode ser traduzido, conforme Le Goff, como *locais de memória*, que aglutinam e mantêm grande variedade de vestígios materiais, objetos da História. Os cemitérios são lugares de preservação e espaços de memória e de contemplação, enquanto os túmulos trazem indícios do passado. A identificação das lápides marca a individualidade e os vínculos familiares, além de invocar memórias genealógicas ou cívicas.⁵²⁸

No século XIX uma relativa descristianização, marcada por convicções laicas, seria compensada pelo culto da memória. Uma nova crença sugeria a eternização dos mortos na memória dos vivos. De acordo com as propostas positivistas, a existência humana é temporária e a morte, um fato concreto e inquestionável. Nada impediria, no entanto, que depois da morte o indivíduo continuasse sendo reverenciado e cultuado na memória dos seus.

O culto aos mortos por meio dos túmulos é caracterizado como celebração à memória dos antepassados, realçando aspectos da vida social e cívica, bem como aspectos de foro íntimo ou religioso. Nessa perspectiva, a imortalidade subjetiva pode ser entendida como uma forma de eternizar os antepassados, mediante a recordação coletiva, reforçando o sentimento de continuidade da família, da sociedade e da pátria.⁵²⁹ Desse modo, os cemitérios deixam de ser simples espaços de sepultamento e de manifestações de dor e saudades familiares para apresentar, nos túmulos, os ritos cívicos do culto à memória dos mortos e dos antepassados. Esses lugares passam a contar com investimento na colocação de estátuas, bustos, fotografias, inscrições lapidares e uma infinidade de signos cívicos sobre os túmulos, atitudes a que Michel Vovelle se refere como sendo uma verdadeira *statuomanie*.⁵³⁰

Borges define as necrópoles como “museus a céu aberto”, porque seus jazigos, capelas, túmulos monumentos e esculturas que, não raro, transcendem os objetivos mais imediatos de inumação, transformam-se em monumentos históricos, além de definirem o status social dos defuntos e seus descendentes.⁵³¹ Essas construções tumulares, não têm

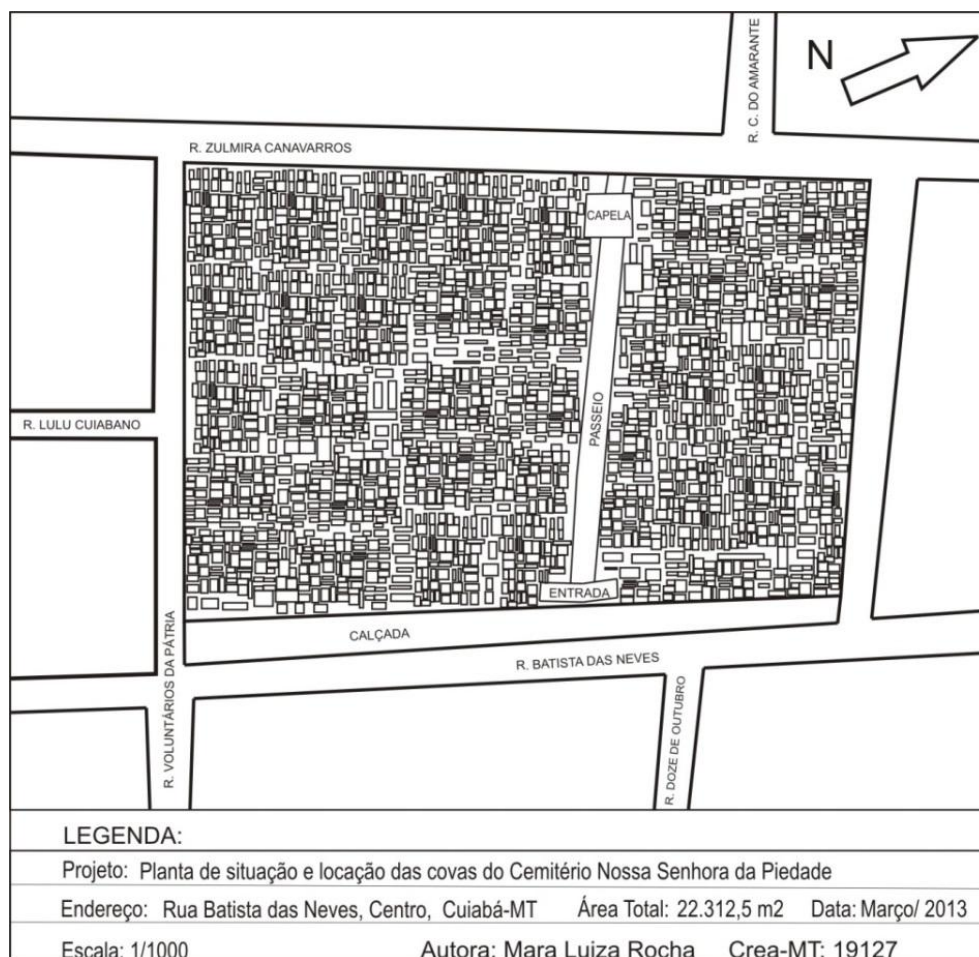
⁵²⁸ LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996. p. 462.

⁵²⁹ MOTTA, Antonio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *Revista Horizontes Antropológicos*. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n33/05.pdf> Acesso em: 4 jan. 2013.

⁵³⁰ VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História – Fastasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997., p. 642-646.

⁵³¹ BORGES, Maria Elízia. *Cemitérios convencionais: espaços de popularização da arte erudita no Brasil* <http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/cemiterios%20convencionais.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

apenas valor decorativo, pelo contrário, estão imbuídas de signos que expressam valores religiosos e socioculturais de fácil identificação. A arte funerária burguesa utiliza alternadamente e com harmonia símbolos cristãos e profanos com objetivo de proporcionar aos olhos dos visitantes o mais profundo e significativo sentimento.⁵³²



Planta1 - Planta do Cemitério da Piedade e seu entorno, com localização de sua capela.
 Autora : Mara Luiza Pita Rocha – Crea-MT: 19127

O traçado do Cemitério da Piedade, apresentado na Planta 1 foi proposto e organizado a partir de um ideal formado por ruas e quadras para localização dos jazigos. No entanto, dado o grande número de inumações, deixou de ser respeitada e foi lentamente suprimida. O Regulamento de 1864, que determina a forma de organização e utilização desse cemitério,

⁵³²BORGES, Maria Elizia. *A Estatuária Funerária no Brasil: Representações iconográficas da morte burguesa*—
<http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/texto%20do%20CD.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

delimitou em seu interior a localização e os limites dos cemitérios particulares de irmandades religiosas. Hoje restam apenas ruínas dos muros utilizados para essa delimitação.

Sobre as plantas dos cemitérios, Borges pontua que os cemitérios secularizados adotam um modelo de planta subdividida em quadras, com carneiras dispostas lado a lado.⁵³³ O Cemitério da Piedade apresenta de frente para o portão de entrada, uma passarela, principal via de acesso à capela, localizada no fundo do cemitério ao lado dos monumentos maiores e mais vistosos, enquanto no interior e mais afastados ficam os túmulos mais modestos. Dessa forma parece se reproduzir nos cemitérios a diferenciação social e econômica do mundo dos vivos. Mas a discriminação e diferenciação social entre nos campos santos se faz desde o momento em que a família enlutada, define em qual cemitério se fará o enterramento. Segundo Borges: A seleção é realizada levando-se em consideração alguns requisitos, como: a localização geográfica, o número de pessoas amigas e parentes enterradas ali, a medida das carneiras o valor em numerários do terreno e, o mais importante, o status que a necrópole confere perante a sociedade vigente.⁵³⁴

Essa forma de organização parece ter existido no Cemitério da Piedade, que apresenta uma alameda central, ladeada por vegetação de porte médio, que leva até a parte mais alta e provavelmente mais valorizada desse cemitério. Nessa região identificamos um pequeno aglomerado de túmulos do século XIX, feitos em mármore com adornos bastante vistosos, enquanto outros, mais simples, construídos em alvenaria, espalham-se pelo interior do cemitério. Atualmente esse cemitério possui grande número de túmulos dispostos sem observar qualquer organização ou arruamento, sugerindo um amontoamento, que dificulta o acesso e o deslocamento de visitantes em seu interior.⁵³⁵

Em nossa investigação, identificamos, e lamentamos que muitas lápides, adornos, esculturas e túmulos do século XIX se perderam, principalmente aqueles mais simples, construídos com material menos resistente e mais facilmente suscetíveis às intempéries naturais. Com a demanda, espaços no interior do cemitério são requeridos e túmulos antigos com características de época são substituídos por outros de linha reta, considerados modernos.

De início, o Cemitério da Piedade, como primeiro cemitério de Cuiabá, congregava em seu interior todos os enterramentos da cidade, sendo seu espaço, de acordo com o primeiro Regulamento para os Cemitérios Públicos, disposto para contemplar todas as irmandades

⁵³³BORGES, Maria Elizia. *Imagens da morte: Monumentos funerários e análise dos historiadores da arte* – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

⁵³⁴BORGES, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930)*. Belo Horizonte: Ed. Com Arte, 2002. p. 134.

⁵³⁵VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História – Fastasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997. p. 130-131

religiosas locais. Posteriormente esse cemitério vai se caracterizar como exclusivo das elites, enquanto o Cemitério São Gonçalo de Pedro II, localizado na região do Bairro do Porto, será utilizado pelas classes mais populares.



Figura 15 – Imagem Panorâmica parcial do Cemitério da Piedade, apresentando em primeiro plano dois túmulos horizontais de alvenaria revestidos em granito.

Fonte: acervo pessoal da autora da autora

No Cemitério da Piedade, os túmulos monumentos do século XIX, apesar do número limitado, localizam-se todos nas proximidades da capela, na parte mais alta do campo santo, no final da passarela de entrada, em local de fácil visibilidade para os visitantes e nas áreas consideradas nobres do cemitério. Nesse local encontram-se os jazigo dos representantes de maior poder aquisitivo da sociedade cuiabana no século XIX.

Muitos desses túmulos estão se desgastando pela exposição continua às intempéries naturais, enquanto outros estão sendo saqueados ou depredados, em atos de violência e desrespeito à memória coletiva que exigem da população e do poder público, atitudes urgentes no sentido de preservação desse patrimônio. Consideramos, conforme Maria Elízia Borges, as possibilidades de estudos que esses campos de inumação oferecem, principalmente no que diz respeito aos estudos iconográficos, que consideram os túmulos como fontes privilegiadas, por trazerem informações que permitem reconhecer o que talvez não possa ser abordado pelo discurso falado ou pela escrita.⁵³⁶

Conforme afirmamos, os primeiros cemitérios da cidade de Cuiabá, construídos na segunda metade do século XIX, contam com poucos túmulos datados desse período, e por isso consideramos que devam ser tomadas medidas para sua conservação. Em Cuiabá, apesar

⁵³⁶ BORGES, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930)*. Belo Horizonte: Ed.Com Arte, 2002.p. 13.

de não identificarmos a presença de marmorarias, temos, no entanto, alguns túmulos que se tornaram marcos de união familiar e que, apesar das características modestas, são exemplos representativos de arte funerária na cidade.

Em nossa pesquisa não encontramos referências a catálogos ou registros de desenhos desses túmulos, no entanto, alguns jazigos datados do século XIX e inícios do XX trazem características bastante comuns a túmulos encontrados em outros cemitérios do país, o que nos leva a crer na existência de um intercâmbio de informações, que muito provavelmente inspirava ou determinava modelos a serem seguidos. A esse respeito, Borges em seu estudo sobre arte funerária no Brasil afirma:

Muitas das esculturas feitas sob encomenda para clientes famosos tornaram-se tão populares que algumas delas chegaram a servir de inspiração aos marmoristas da época, que iniciavam a reprodução dos modelos em série e passavam a usá-los na decoração dos monumentos funerários.⁵³⁷

Ainda de acordo com a autora, “a arte funerária é um tipo de construção repleta de simbolismo, facilmente assimilado pelo grande público. A maioria da simbologia adotada concentra-se nos tipos de adornos utilizados pelos marmoristas para completar a feitura do túmulo”.⁵³⁸

Sobre os túmulos dos cemitérios brasileiros, Cymbalista ao trabalhar arquitetura, cemitérios e atitudes perante a morte no Estado de São Paulo previne os observadores da arte funerária para que não esperem encontrar nesses cemitérios o que ele denomina de “produtos puros”, nos quais o artesão inscreve sua arte.

Na verdade, se vê e verá de tudo um pouco; uma dança de símbolos, formatos, imagens e arranjos, ou até mesmo uma circulação de representações que perdem dono e propriedade. São altares, obeliscos, cruzeiros de todos os tipos, capelas, casas, flores [...].⁵³⁹

Observar o Cemitério da Piedade permite perceber que esse lugar reservado aos mortos é circunscrito a um recinto de reduzidos limites, com o portal de entrada principal da necrópole apresentado a seguir, a reforçar sua característica de uma instituição fechada.

⁵³⁷BORGES, M. E., Op. cit., 2002, p. 153.

⁵³⁸Id. Ibid., p. 172.

⁵³⁹CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos – Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 13.



Figura 16 - Portal e portão de entrada do Cemitério da Piedade
Fonte: Acervo da autora

No Entanto, trata-se de um loteamento a céu aberto onde as carneiras estão dispostas umas após as outras, como se reproduzisse características de uma cidade em miniatura, com várias vias de acesso não raro, no Cemitério da Piedade, essas vias são interceptadas pela construção de túmulos onde poderia existir uma passarela. Como local público, o cemitério está imbuído de mensagens familiares, sociais, cívicas e religiosas, e nesse espaço a burguesia cuiabana consolida, mais uma vez, seu direito à individualidade e à representação também no *pós-mortis*.⁵⁴⁰

O grande número de inumações, efetuadas durante mais de dois séculos sem obedecer a um plano de utilização do espaço do cemitério, gerou dificuldades de locomoção em seu interior. Trabalhamos com análises de alguns túmulos do período referenciado, atentando para a observação do corpo da obra, assim como para os detalhes, minúcias ou, como diria Ginzburg, observando os sinais ou indícios apresentados, com objetivo de interpretá-los, apreciando com particular atenção os pormenores, como caminhos ou elementos a serem

⁵⁴⁰BORGES. Maria Elízia. A estatuária funerária no Brasil: *representação iconográfica da morte burguesa*. VII ABANNE. GT Antropologia da Emoção, São Luís, MA. Edições do GREM, 8, 2004. [CD-Room].

investigados.⁵⁴¹ Ginzburg propõe a necessidade de trilhar novos caminhos indicados pelo método indiciário, a partir da utilização de novas estratégias de investigação.⁵⁴²

No Cemitério da Piedade restam poucos túmulos do século XIX com razoável condição de conservação, pois, a maioria deles desapareceu por abandono, descaso de familiares e do poder público ou pela ação das intempéries naturais sendo requeridos e substituídos. Vamos trabalhar com alguns exemplares do século XIX restantes nesse cemitério, por considerá-los como representativos da história do cemitério, da cidade e do Estado de Mato Grosso. Foram necessários, no entanto, alguns procedimentos para a seleção dos túmulos do Cemitério da Piedade apresentados nesta tese. Nossa proposta foi privilegiar aqueles com datação coincidente com o período que nos propusemos a estudar, ou seja, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e aqueles dos heróis da Guerra do Paraguai. No entanto, consideramos, conforme Cymbalista, que:

Cada túmulo assume características e identidades próprias, como a mediação desejada e possível entre todos os elementos que os constituem, como a disponibilidade econômica da família enlutada, a importância afetiva ou social do morto, o repertório formal ou estilístico disponível localmente (ou a capacidade de buscá-lo mais longe), a escolha por materiais abundantes ou escassos, a necessidade ou vontade de evocar o espaço sagrado.⁵⁴³

No século XIX, os cemitérios metropolitanos brasileiros recebem monumentos com signos do repertório de antigas culturas greco-romanas.⁵⁴⁴ Nas maiores cidades brasileiras, que contavam com marmorarias e produção local em série, essas figuras, inspiradas nos modelos europeus, são muito encontradas, Borges identifica essas características no trabalho de marmoristas da cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.⁵⁴⁵

A condição de Cuiabá é diferenciada, pois à época era uma cidade pequena, afastada dos grandes centros, que não contava com marmorarias; no entanto, suas elites importarão da capital do Império elementos diversos para adorno dos túmulos. A figura a seguir, do jazigo perpétuo de D. Bárbara Maria do Carmo de Cerqueira Campos, a Baronesa de Diamantino, é ilustrativa dessa tendência de decorar túmulos com estátuas que reproduzem figuras greco-

⁵⁴¹GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁵⁴²Id. *Ibid.*, p. 145.

⁵⁴³CYMBALISTA, Op. cit., p. 72.

⁵⁴⁴CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. *A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009 p. 63.

⁵⁴⁵BORGES, Maria Elizia. *Cemitérios convencionais: espaços de popularização da arte erudita no Brasil* – <http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/cemiterios%20convencionais.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

romanas. No caso, uma escultura, em mármore Carrara, de uma mulher com vestuário clássico, quase uma deusa, com expressão de pesar.⁵⁴⁶ O pedestal do túmulo traz uma representação do brasão da Baronesa, destacando sua posição social.



Figura 17 - Túmulo da Baronesa de Diamantino, D. Bárbara Maria do Carmo de Cerqueira Caldas – 1909 ⁵⁴⁷
Fonte: acervo pessoal da autora

Outro túmulo que merece destaque é o de D. Carmelita Barbosa de Lima que contou com a atuação de João Sardi⁵⁴⁸. Uma matéria divulgada no jornal *O Comércio* confirma a chegada desse monumento fúnebre em Cuiabá e noticia que se encontrava em poder do referido construtor um desenho elucidativo para direcionar seu assentamento. Definindo-o como trabalho de arte, a matéria afirma que o monumento é dividido em duas partes: a primeira assenta-se sobre o jazigo, com inscrição em alto relevo sobre a lápide de mármore

⁵⁴⁶ O Barão de Diamantino (1818-1892) foi importante figura política, ocupou o cargo de Presidente da Província em mais de uma ocasião, foi Deputado Provincial, Comandante da Guarda Nacional e Comendador da Ordem das Rosas. Ver: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira(org.). *Cuiabá, de vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas. 2006. p. 149.

⁵⁴⁷ O túmulo apresenta um monumento vertical de porte médio com escultura no topo feita em mármore de Carrara. O pedestal apresenta a inscrição: *Tributo de verdadeira e eterna saudade do mais puro amor conjugal*.

⁵⁴⁸ Conceituado construtor italiano cujo trabalho na cidade de Cuiabá foi referenciado no item três do capítulo dois desta tese.

branco; a segunda, também de mármore branco, apresenta a figura de um anjo, como destaque e demonstração de afeto dos sentimentos da família enlutada.⁵⁴⁹



Figura 18 - Túmulo de D. Carmelita Barboza de Lima (1909)⁵⁵⁰
Fonte: acervo pessoal da autora

O anjo alado, em tamanho natural, está envolto por uma pesada veste com manto drapeado, que, com recurso de uma faixa atada à cintura, emoldura o corpo. Deixa à mostra os pés descalços e os braços, e traz cabelos soltos, sem véu. Essa figura talvez possa ser identificada como o “Anjo da Ressurreição”, representado por uma bela jovem, que traz uma das mãos no peito talvez em sinal de súplica, enquanto a outra aponta para os céus, símbolo da vida celestial e lugar desejado para o descanso eterno.⁵⁵¹ Está edificada sobre uma estrutura adornada com uma cruz, cercada por um amplo laço de fita e ramos de louro.

O túmulo de D. Carmelita Barbosa de Lima é também ladeado por dois vasos de boca larga, sem alças e em formato de cálice, simbolizando o corpo que se separa da alma. Sua

⁵⁴⁹Jornal O Comércio. Cuiabá, 14 de outubro de 1910. Arquivo Público de Mato Grosso-APMT

⁵⁵⁰Túmulo vertical de porte médio datado de 18 de junho de 1909 com escultura no topo feita em mármore de Carrara. O pedestal apresenta a inscrição: *Tributo de amor conjuga*.

⁵⁵¹Ver: BORGES, Maria Elízia., Op. cit., 2002, p. 184; e ROCHA, Op. cit., p. 106.

localização em área nobre do Cemitério da Piedade demonstra a condição privilegiada da família enlutada. Todavia, muito provavelmente a estátua seja uma réplica importada, pois, apresenta características comuns a outras encontradas em demais cemitérios brasileiros, confirmando que a originalidade e unicidade não eram consideradas questões relevantes.⁵⁵² Conforme Carvalho, esse método de reprodução de modelos era muito difundido.⁵⁵³ A marmoraria de José V. da Costa, que produziu esse ornamento, é identificada numa placa incrustada no túmulo, que traz também seu domicílio na cidade do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, nº 189.

Os dois jazigos apresentados, de D. Bárbara Maria do Carmo de Cerqueira Caldas e de D. Carmelita Barbosa de Lima, possibilitam vislumbrar as condições materiais das elites cuiabanas que, apesar da distância dos grandes centros, proclamam seu poder econômico por meio da ostentação na vida e no *pós-mortis*. Também em Cuiabá, apesar das limitações apresentadas, a morte não iguala, pois a desigualdade se manifesta nos túmulos de barões e de grandes comerciantes burgueses, que buscaram a utilização de elementos diferenciadores, tais como bustos, estátuas, inscrições de enaltecimento biográfico, títulos honoríficos e outras formas de representação de fortuna.⁵⁵⁴

Como já afirmamos, no Cemitério da Piedade existe pequeno número de túmulos do século XIX, muito provavelmente em virtude de não haver cuidados com sua preservação. Neles podemos identificar certo apuro artístico, indicativo da busca de distinção das famílias mais abastadas, no intuito de fazer desses túmulos uma marca perene de consagração, comparável à representação dos grandes personagens da história local.

O jazigo da Figura 19 apresentado a seguir é um dos mais antigos do Cemitério da Piedade, pois, foi instalado antes da sua “inauguração” pelo Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho⁵⁵⁵. O Capitão Antonio Correa da Costa exerceu o cargo de Presidente da Província de Mato Grosso por cinco vezes, entre os anos de 1831 e 1843. Seu jazigo apresenta uma das principais alegorias utilizadas em adornos de túmulos burgueses, com influência do estilo neoclássico: a pranteadora, o anjo meditativo ou melancólico, que se furta às emoções dramáticas e parece resignado diante da morte.⁵⁵⁶ Esse

⁵⁵² DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuárias, catolicismo e gauchismo*, Coleção História 47., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 62.

⁵⁵³ CARVALHO, L. F. N. Op. cit., p. 74,75.

⁵⁵⁴ BORGES, M. E. Op. cit., 2002, p. 157.

⁵⁵⁵ Quando o Presidente de Província Alexandre Albino chega à Cuiabá já havia um pequeno cemitério na cidade, muito provavelmente por ser pouco utilizado, foi “inaugurado” em seu governo em 1864.

⁵⁵⁶ CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *Anjos ou Daimon? As figuras aladas personificadas nos túmulos e sua origem na antiguidade*. IV Encontro da ABEC - Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. Piracicaba, 2010, p. 21

túmulo recentemente sofreu reformas e apresenta hoje um grande bloco de granito negro encimado pelo monumento de mármore branco do século XIX. Nele está ajoelhada uma pranteadora, com o corpo coberto por um manto que deixa seus pés, os ombros e braços nus, enquanto os cabelos estão soltos suas mãos estão entrelaçadas em oração. Seu olhar mantém-se fixo no horizonte.



Figura 19 - Monumento funerário com imagem de uma pranteadora sobre o túmulo do Presidente de Província Capitão Antonio Correa da Costa e de sua filha Delisa (1863)⁵⁵⁷

São denominadas pranteadoras as representações de mulheres que se apresentam inclinadas ou ajoelhadas, interpretando o pranto, a dor pela perda de entes queridos. Muitas delas são denominadas “Mater Dolorosa”, por representarem o sofrimento da mãe desolada perante a morte do filho.⁵⁵⁸ As pranteadoras representam e reforçam o mito da maternidade construído no século XIX, como estratégia de controle do comportamento da mulher.⁵⁵⁹

Alguns túmulos do Cemitério da Piedade utilizam fotografias dos finados, possibilitando a construção de epitáfios personalizados, com forte apelo à manutenção das

⁵⁵⁷ Monumento vertical de porte médio com escultura no topo, apresenta guarnição em granito com escultura em mármore.

⁵⁵⁸ BORGES, M. E., 2002, p.197.

⁵⁵⁹ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3 - República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998p. 386.

lembranças familiares. Identificamos túmulos com epitáfios enaltecendo os méritos e feitos dos inumados, sejam eles pais, esposos, filhos ou cidadãos honrados. No entanto, muito mais se procurará fazer quando se trata daqueles que tombam na frente de batalha.⁵⁶⁰

A Guerra do Paraguai terá relação direta com a construção do Cemitério da Piedade, não apenas porque esse campo santo será inaugurado no mesmo ano do início desse conflito, mas também porque, em seu interior, foram enterrados os restos mortais de soldados que perderam a vida nesse conflito, muitos deles anônimos. Também é nesse cemitério que estão os túmulos do Almirante Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, e de outros oficiais do Exército brasileiro.

Constatamos, conforme pontua Cymbalista, que com a transferência dos enterramentos e a laicização da sociedade se desenvolve nos cemitérios a prática do culto à memória individual, assim como dos heróis e personalidades consideradas relevantes da História de uma comunidade. Eles recebem túmulos monumentos e são inseridos na História local.⁵⁶¹

Em Cuiabá, a partir da segunda metade do século XIX, Conforme já consideramos, a distância dos grandes centros, as dificuldades de comunicação, os limitados investimentos das elites e a ausência de uma política de preservação desses monumentos, fizeram com que tenhamos hoje poucos deles nos cemitérios da cidade. Apesar dessas dificuldades, o Cemitério da Piedade se constitui naquele em que as famílias mais privilegiadas procuraram, na ornamentação dos túmulos, uma última forma de distinção social. Essa preocupação também se estendia às famílias mais humildes, que buscavam construir e manter jazigos ou sepulturas para os seus mortos, no entanto, com ornamentos mais simples e produzidos na região.

As figuras femininas, assim como os heróis da pátria, são comuns na arte funerária brasileira do fim do século XIX e inícios do século XX. Elementos formais provenientes do vocabulário artístico greco-romano tornam-se também recorrentes na pintura, na escultura pública e na arte funerária, como as colunas, os frontões, os archotes, as urnas e, conforme visto anteriormente, as figuras humanas representando anjos e as pranteadoras, com suas vestes longas e drapeadas.⁵⁶²

No fim do Império e nas primeiras décadas da República, os cemitérios brasileiros apresentam também uma simbologia ligada ao enaltecimento da pátria e das virtudes e atos de alguns vultos, eleitos como parte da memória nacional e da História regional. Enquanto o

⁵⁶⁰ CORBIN, Alain. Bastidores. In: *História da vida privada*, vol. 4 – São Paulo, Cia. das Letras. p. 427.

⁵⁶¹ CYMBALISTA, Op. cit., p. 78.

⁵⁶² Sobre representações da mulher e inspiração greco-romana na arte funerária ver: CARVALHO, Luiza F. N. de. Op. cit., 2009.

homem é representado como herói e guardião de virtudes, a figura feminina, mesmo que apresente indícios de sensualidade, quase sempre aparece representando a mãe de família, e nessa condição, ainda que bela: é a mulher sofredora, desolada, que lamenta a perda de entes queridos. Numa outra versão, temos a imagem da mulher altiva, séria e rígida, que não se curva às emoções, identificada com a figura da República.⁵⁶³



Figura20 - Monumento funerário do túmulo do Coronel José Marques de Fontes (1898)⁵⁶⁴

Fonte: acervo pessoal da autora

A Figura 20 apresenta a escultura de mais uma pranteadora, que traz em uma das mãos e junto a si uma cruz, o mais difundido signo do cristianismo, enquanto na outra traz uma pequena coroa de flores, representando a vitória da alma sobre o pecado e a morte.⁵⁶⁵ Seu corpo está adornado com um manto que cobre-o, sem, no entanto, colocá-lo em evidência; deixa apenas os braços nus, não traz um véu, os cabelos estão soltos sob os ombros e seu semblante parece ser de resignação e pesar diante da morte.

⁵⁶³ CARVALHO. Op. cit., 2009, p. 79.

⁵⁶⁴ Monumento vertical de porte médio datado de 1898, com escultura de mármore no topo. A base do monumento apresenta a inscrição: Nascido em: 20.05.1824, Falecido em: 16.07.1898. *Tendo consagrado toda a sua existência em dedicação a terra que lhe serviu de berço e em desvelo à sua família. Paz à sua alma. Tributo de amor filial.*

⁵⁶⁵ BORGES, M. E., Op. cit., 2002, p. 203.

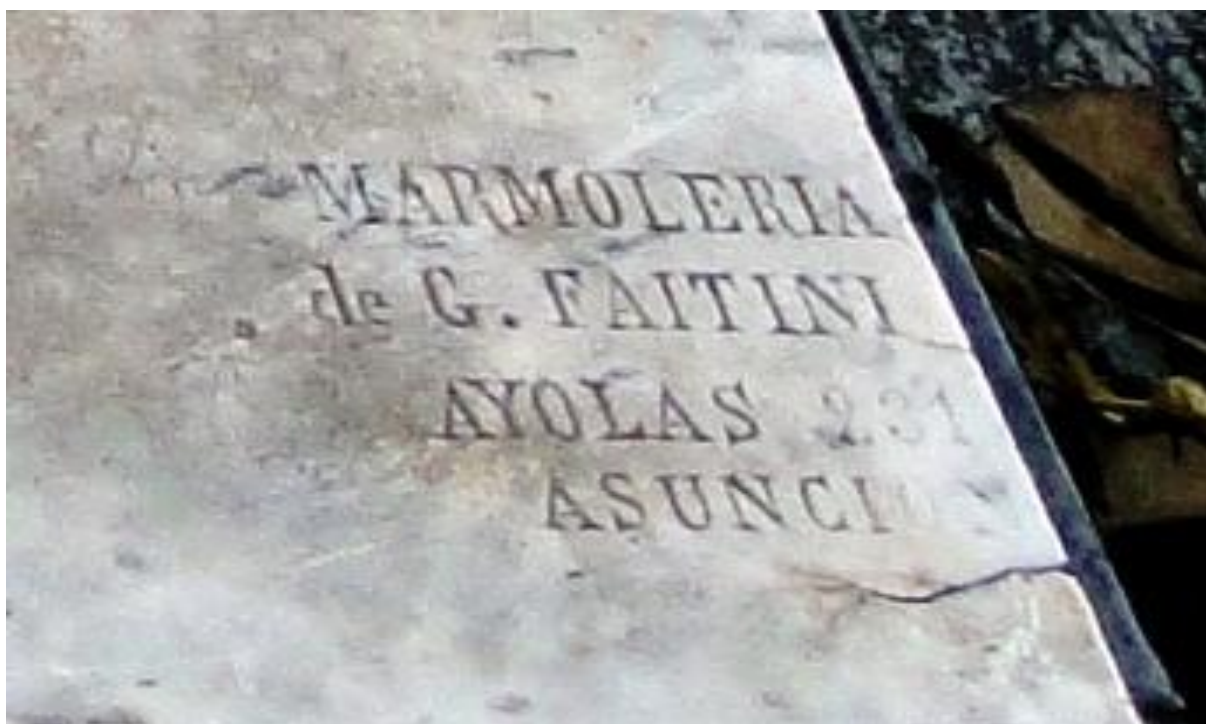


Figura 21- Identificação da marmoraria G. Faitini Ayolas, da cidade de Assunção, Paraguai, inscrita no túmulo do Cel. José Marques de Fontes, no Cemitério da Piedade. Fonte: acervo pessoal da autora

No Cemitério da Piedade alguns túmulos do século XIX trazem placas identificativas de marmorarias da cidade de Assunção, capital do Paraguai e do Rio de Janeiro, conforme apresentado respectivamente na figura 21 acima e nas figuras 22 e 23 a seguir, indicando a utilização de ornamentos de casas comerciais desses centros, nos túmulos da Baronesa de Diamantino, já referenciado e do Barão de Melgaço, conforma e seguir. Dessa forma, mais uma vez, se confirma a existência de relações comerciais da Província, na vida e na morte, com a capital do Império e, apesar da Guerra, com esse país vizinho.



Figura22- Placa de identificação da marmoraria de José V. da Costa, da cidade do Rio de Janeiro, incrustada no túmulo de Carmelita Barbosa de Lima. Fonte: acervo pessoal da autora



Figura23 - Identificação da marmoraria de Emanuele Cresta e Cia, do Rio de Janeiro, inscrita em mármore branco do túmulo de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço. Fonte: acervo pessoal da autora

Os túmulos e o que eles representam procuram evocar ou construir imagens idealizadas da personalidade dos inumados. Enquanto descartam prováveis imperfeições, edificam modelos combinando elementos não raras vezes arquetípicos e estereotipados de grandes homens desaparecidos. Buscam privilegiar a imagem da vitória e da imortalidade sobre a morte, das quais são exemplos os túmulos de combatentes e heróis da Guerra do Paraguai que apresentaremos a seguir.

O túmulo que guarda os restos mortais do Coronel Rogaciano Monteiro de Lima, integrante das Forças Armadas do Império Brasileiro, é um exemplo de túmulo de ex-combatente da Guerra do Paraguai que defendeu a Província de Mato Grosso diante da invasão inimiga. Um túmulo reconhecido como monumento de louvor a um herói de guerra. Apresenta uma cruz latina no topo, envolvida por um ramo de folhas e flores, sobre uma base ornamentada com dois ramos de oliveira; mais abaixo, o epitáfio traz a identificação do inumado e a data de seu falecimento. O túmulo é ladeado por duas piras, representando a traição de Judas ou a paixão de Cristo.⁵⁶⁶



Figura 24 - Monumento funerário do Coronel Rogaciano Monteiro de Lima (1907)⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ BORGES, M. E. Op. cit., 2002, p. 212.

⁵⁶⁷ Monumento funerário vertical de porte médio, datado de 27.08.1907. Apresenta uma cruz latina no topo, acima de dois ramos de oliveira e da placa com identificação dos inumados e da inscrição: *Saudades de seus filhos*.

Conforme já mencionado, Cuiabá enfrentou em 1867 uma epidemia de varíola, trazida pelos combatentes que retornavam da Guerra do Paraguai. Floriano de Souza Neves, um homem de 29 anos, foi uma de suas vítimas. Seu túmulo, mostrado a seguir (Figura 25) apresenta uma estátua que pode ser identificada como uma alegoria da ressurreição: uma bela jovem com uma estrela na testa, o corpo todo coberto por dois longos mantos sobrepostos de mangas compridas. Traz uma das mãos apoiada no peito, enquanto a outra se ampara em uma espécie de cajado. O olhar, voltado para o céu, talvez expresse uma súplica, que se desvia da realidade terrível de corpos abatidos pela guerra ou pela peste, para buscar no mundo celestial uma solução que aplacasse os sofrimentos da população.⁵⁶⁸



Figura 25 -Monumento funerário do túmulo de Floriano de Souza Neves (1867)⁵⁶⁹
Fonte: Acervo pessoal da autora

O túmulo de Antonio Peixoto de Azevedo, apresentado a seguir, apesar de não trazer indicações de posto de comando nas Forças Armadas do Império, apresenta várias representações de armas, além do epitáfio, que remetem à sua participação na guerra.

A escultura que encima o túmulo é uma alegoria da saudade, apoiada em uma coluna, com expressão triste e serena.⁵⁷⁰ Apresenta-se vestida com uma longa túnica branca, cingida na cintura, com uma das mãos ampara o próprio rosto, enquanto com outra segura as vestes. Seus cabelos estão soltos e os braços e os pés, nus, indicando despojamento. O epitáfio

⁵⁶⁸BORGES, M. E., Op.cit., 2002, p. 184.

⁵⁶⁹Túmulo vertical de porte médio com escultura de mármore no topo datado de 1867

⁵⁷⁰BORGES, M. E. Op. cit., 2002, p. 185.

enuncia que ali jaz um ex-combatente da Guerra do Paraguai, que faleceu no desenrolar do conflito e que foi reconhecido como herói pela Assembleia Provincial de Mato Grosso:

À memória do ilustre cuiabano Antonio Peixoto de Azevedo, um dos heróis de Paysandú. Faleceu em Curuzú a 10 de janeiro de 1867, defendendo o Império contra o governo do Paraguai, contando de idade 47 anos e dois meses. Oraí pelo eterno descanso do bom filho, esposo, prestante cidadão e amoroso pai. Homenagem da Assembléia Provincial de Mato Grosso. 2 de julho de 1868.



Figura 26 -Monumento funerário do túmulo de Antonio Peixoto de Azevedo (1867)⁵⁷¹
Fonte: acervo pessoal da autora

Em 6 de junho de 1868, o Vice-Presidente da Província de Mato Grosso autorizou o traslado dos restos mortais do Cel. Antonio Peixoto de Azevedo, morto em combate em 1867 em Curuzú, no Paraguai, para a capital da Província, dispondo para isso da quantia de um conto de réis.⁵⁷² O túmulo de mármore está sobre uma base também de mármore, decorada em

⁵⁷¹Monumento funerário vertical de mármore branco com brasão e escultura no topo sobre uma base com representações de armas alusivas à participação do inumado na Guerra do Paraguai.

⁵⁷²Registrada a fls. 104 do Livro 5º de Leis. Secretaria do Governo de Mato Grosso em Cuiabá – 06/06/1868 – Instituto Memória do Poder Legislativo.

alto-relevo com várias representações de armas, como espada, elmo, corneta, machadinha e bandeira, remetendo à sua participação na guerra que cobrou caro da cidade de Cuiabá o ônus de ser uma região de fronteira. Dos 971 óbitos computados no período da Guerra do Paraguai, 466 foram de civis e 505 de militares, que esperaram o inimigo paraguaio que não chegou. No entanto, outro inimigo, tão ou mais cruel, invadiu a Província: a varíola, contra a qual não foi possível lutar ou construir quaisquer estratégias de ataque ou defesa, pois, o “campo de batalha” logo se apresentou totalmente minado pela peste que tantas vidas ceifou.⁵⁷³

A Figura a seguir mostra o túmulo de um grande herói da História de Mato Grosso, pois guarda os restos mortais de Augusto João Manuel Leverger (1802-1880) escritor, historiador e geógrafo estudioso da hidrografia de Mato Grosso, que exerceu o cargo de Presidente da Província por quatro vezes, no período entre 1851 e 1870.



Figura 27 - Monumento funerário de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço ⁵⁷⁴ Fonte: acervo pessoal da autora.

⁵⁷³ VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Depº de História – UFMT.

⁵⁷⁴ Monumento funerário vertical de mármore branco de porte médio, onde foram dispostos os restos mortais de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço. Nascido em: Saint-Malo na Bretanha em 30.01.1802, faleceu em Cuiabá em 14.01.1880. Túmulo e busto datados de 28.02.1901

Foi personagem marcante no desenrolar da Guerra do Paraguai, o maior conflito do Império Brasileiro. Por sua participação nesse conflito, recebeu o título de Barão de Melgaço. Em 28 de fevereiro de 1901, o Presidente do Estado Antonio Alves de Barros disponibilizou dois contos de réis para construir o túmulo e busto do veterano chefe de esquadra Barão de Melgaço, a serem colocados em seu túmulo no Cemitério da Piedade, além de um gradeamento para resguardar esse monumento.

O busto e o gradeamento, muito provavelmente, não chegaram a ser construídos, no entanto, identificamos no túmulo uma cruz, um epitáfio e uma representação da carta geográfica de Mato Grosso. Em seu epitáfio lemos: “Ao chefe de esquadra Augusto Leverger, o Reconhecimento do Estado de Mato Grosso, 1865. Decreto nº 8, de 13 de julho de 1891”. Logo abaixo dessa inscrição, o túmulo apresenta uma carta geográfica da Província de Mato Grosso, que teria sido desenhada pelo próprio Augusto Leverger, indicando todos os limites da Província. Essa carta geográfica foi uma das principais consequências da Guerra do Paraguai, com redefinição de fronteiras do estado de Mato Grosso com os estados do Pará e Amazonas ao norte; com Goiás ao leste; com São Paulo e Paraná ao sudeste; com o Paraguai ao sul, e com a Bolívia ao oeste.

Uma Matéria publicada no jornal *O Comércio*, anuncia Leverger como um herói da história mato-grossense além de defini-lo como um homem sábio, administrador e guerreiro.⁵⁷⁵ Sábio porque teria aplicado toda a sua inteligência em proveito exclusivo das terras mato-grossenses, ora praticando o levantamento hidrográfico do Rio Paraguai, desde suas vertentes até a foz no Paraná, ora organizando a carta da então Província, além de estudar sua história e defender seus direitos territoriais. Foi considerado um exímio administrador, porque soube imprimir aos negócios públicos a nota dignificante do critério e da imparcialidade, inspirando sempre o seu governo com a confiança nascida da experiência e da comprovada honestidade. Foi um grande guerreiro, pois, seu nome está ligado a feitos valorosos, como a campanha do Prata, que menciona lances da sua bravura, que bastaria para sagrá-lo benemérito da resistência do Melgaço, de onde adquiriu, em noites mal dormidas e dias sem repouso, a tenaz enfermidade a que seu corpo já alquebrado pelos anos não pôde resistir.

No Cemitério da Piedade, poucos túmulos como os apresentados nesta tese têm o propósito de preservar a memória dos que tomaram em campo de batalha. Alguns trazem em

⁵⁷⁵O jornal *O Comércio* de 14 de janeiro de 1911, em homenagem ao 31º aniversário do passamento de Augusto Leverger estampou o seu retrato em suas páginas e sobre o seu túmulo mandou depositar uma coroa de saudades. APMT

seus epitáfios declarações referentes ao desenrolar da Guerra do Paraguai, e seus familiares buscaram representar nos túmulos memórias dos entes queridos e suas manifestações de pesar, ornamentando-os de modo a perpetuar sua memória. Daí os dados biográficos valorizando as virtudes morais e cívicas do falecido para o *pós-mortis*

Os mortos ilustres, assim como os voluntários anônimos e os acontecimentos da Guerra jamais serão esquecidos, uma vez que reaparecem pulsando cotidianamente no traçado da cidade, saltando dos livros de História de Mato Grosso e dos logradouros cujos nomes aludem à esse conflito. A denominação dos lugares, fazendo alusão à Guerra buscam também perpetuar suas memórias, seus heróis, datas e acontecimentos mais representativos e se constituem como traços ou marcas dos mortos na cidade dos vivos, como a Rua Barão de Melgaço, a Rua 13 de Junho, a Rua Comandante Costa, a Rua Antonio Maria, e a Travessa Voluntários da Pátria.⁵⁷⁶

Além da presença, na cidade dos vivos, de heróis, personagens de destaque e voluntários da Guerra do Paraguai, eles também marcam território no Cemitério da Piedade, a cidade dos mortos. Aqueles que morreram durante o conflito relembram a Guerra no interior desse cemitério e na história da cidade e do estado, fazendo parte da construção da identidade local, bem como do delineamento de esperanças escatológicas que ultrapassam o tempo de existência individual.⁵⁷⁷

O Cemitério da Piedade é o mais antigo da cidade e por isso traz, em seu conjunto de túmulos, escritos e registros que podem ser lidos pelo historiador, da mesma forma como este pode ler diversos sinais ou pistas da história da cidade em seu espaço. Os cemitérios e os túmulos são como grandes arquivos aguardando silenciosamente pelo trabalho do historiador para serem decifrados, decodificados e lidos. Em virtude de nossos interesses estarem focados preferencialmente no período da Guerra do Paraguai, privilegiamos no Cemitério da Piedade, túmulos de participantes desse conflito, além de outros do mesmo período, que ainda existem no local, apesar das dificuldades de preservação. Esses túmulos, conforme já afirmamos, não apresentam características que definem grandes monumentos funerários como os encontrados nos maiores cemitérios do país. No entanto, são os túmulos que temos, que fazem parte da história de nosso Estado e cidade e se apresentam como mais um campo pleno de sinais, indícios ou pistas que, conforme Ginzburg, merecem ser privilegiados pela investigação histórica.

⁵⁷⁶PINHO, Raquel Tegon de. *Cidade e loucura*. Cuiabá: Central de texto, 2007.

⁵⁷⁷CATROGA, Op. cit., p. 32.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um fato muito relevante ocorreu em Cuiabá no limiar do século XX: um confronto entre Legislativo e Judiciário, envolvendo interesses das duas maiores instituições daquele momento: a Igreja e o Estado, ambos disputando a administração da morada dos mortos. Esse confronto, no entanto, é resultado de um longo processo, que tem início nas primeiras décadas do século XIX.

A Província de Mato Grosso era, então, reconhecida como um lugar muito distante dos núcleos mais desenvolvidos do Império. Viajantes e moradores temporários ressaltavam em seus relatos características muito específicas da região, atentando para o que consideravam diferente, exótico, primitivo ou bárbaro, mas, sobretudo, sugerindo formas de se impingir um novo andamento à dinâmica local, capaz de retirar seus habitantes do estágio embrionário em que se encontravam. Para isso, os mato-grossenses, e o cuiabano em especial, deveriam abandonar os seus arcaicos modos de vida e aderir às novas relações capitalistas.

Nesses relatos, a população da cidade de Cuiabá é apresentada como refratária ao controle do tempo e do espaço propostos pela sociedade burguesa. O ideal burguês, através de um discurso higienista, propunha esquadrihar e delimitar o espaço urbano a partir de normas e discursos assentados na legislação oficial, como os Códigos de Posturas e os Regulamentos urbanos, com o intuito de controlar hábitos e impor práticas de higiene à população principalmente das camadas mais populares, assim como propunham alterar as relações estabelecidas entre vivos e mortos a partir de novas práticas de enterramentos.

Nas primeiras décadas do século XIX, instaura-se na sociedade brasileira um processo de secularização, propondo a regulamentação das cidades dos vivos e dos mortos, enquanto lentamente, ou às vezes de um só golpe, a legislação propunha secularizar a vida e também as relações com a morte. No decorrer desse processo instaura-se um confronto de interesses entre Igreja e Estado, gerando disputa de poder entre as duas instituições, e também com as irmandades religiosas. No entanto, historicamente existiam relações de proximidade e interação entre Igreja e Estado no Império e na Província de Mato Grosso não era diferente. Tal afirmação pode ser ilustrada com o exemplo do Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho que, logo após a inauguração do Cemitério da Piedade, o primeiro e um dos mais importantes elementos de higienização da cidade, entrega-o para a administração da Igreja.

Mas até meados do século XIX, os enterramentos se faziam no interior dos templos religiosos da cidade, contando com relevante atuação das irmandades religiosas. Ainda que desde as primeiras décadas desse século houvesse interesse em regulamentar as práticas de enterramento e apesar de haver legislação proibindo que continuassem sendo feitos no interior dos templos, essas proibições eram consideradas letra morta e só foram obedecidas quando a cidade e a Província como um todo se deparam com a peste: era a varíola invadindo o cotidiano da população, em consequência da Guerra do Paraguai, na década de 1860. Esses fatos geraram um contato muito intenso com a morte, rompendo antigas resistências aos enterramentos nos cemitérios.

O contágio da varíola trouxe para a população da Província de Mato Grosso, e mais especificamente da cidade de Cuiabá, a desestruturação das antigas práticas de enterramentos até então desenvolvidas pelas irmandades religiosas no interior das igrejas. Da mesma forma, proporcionou um novo convívio com a morte, caracterizado como violento, abrupto e em número tão intenso que desfazia qualquer possibilidade de preparação dos cadáveres para os ritos familiares. As famílias não mais velavam seus mortos e eram tantos os enterramentos que as igrejas da cidade tiveram seus sinos emudecidos e seus rituais cancelados. Essas mortes geravam intranquilidade e medo, enquanto propiciavam mudanças de hábitos, gerando a aceitação e utilização dos cemitérios na cidade.

O perímetro urbano de Cuiabá contava com vários templos religiosos, todas elas sedes de irmandades religiosas e até a Guerra do Paraguai e o surto de varíola dela decorrente, os enterramentos eram feitos em seu interior. Na Igreja da Sé eram enterrados corpos dos representantes da elite cuiabana, organizados em torno da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. No Morro do Rosário localizava-se a Igreja de São Benedito e do Rosário, sede da irmandade de mesmo nome, que aglutinava e fazia enterramentos dos homens pretos. A Igreja da Boa Morte também era sede de irmandade e aglutinava os homens pardos. Essas irmandades serão interpeladas a fazer enterramentos apenas no interior do Cemitério da Piedade, onde é determinado o lugar exato em que cada uma delas deverá construir seu cemitério particular.

O Regulamento para os Cemitérios Públicos de 1864 além de reconhecer o Cemitério da Piedade, determina a criação de um segundo campo de inumação na cidade denominado Cemitério de São Gonçalo de Pedro II em local próximo ao rio Cuiabá na região do Porto da cidade, este, provavelmente em virtude da distância, foi inicialmente pouco utilizado pela população, não havendo interesse de proceder enterramentos em seu interior. A epidemia de varíola em Cuiabá em 1867 determinará a necessidade de um terceiro campo de inumação: o

Cemitério do Cai-Cai destinado a inumação de corpos abatidos pela varíola. Eram enterramentos diferenciados, efetuados em local distante onde não se faziam túmulos nem qualquer identificação. Depois de alguns anos esse cemitério foi destruído porque não havia interesse de preservar essa memória.

Na Colina do Rosário localizava-se o prédio da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, única casa de saúde da cidade, administrada por representantes da elite e que tinha por objetivo atender a toda a população, assim como aos presos, sentenciados, escravos, livres pobres e alienados mentais. A Santa casa convivia com dificuldades econômicas e contava com a ajuda de doações efetuadas em testamentos quase sempre por homens e mulheres caridosos, quando diante da morte.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, diferentemente das demais, tinha objetivos que não se restringiam ao atendimento de um número restrito de pessoas reconhecidas como irmãos. Em Cuiabá, como em outras cidades, a Santa Casa exercia diversas funções sociais em torno de grupos considerados excluídos da sociedade, e seu hospital contava com ala para tratamento de alienados e de presidiários. Além disso, possuía também uma roda de expostos, com o objetivo de recolher crianças ilegítimas.

A hierarquização social refletia-se na formação e administração das irmandades religiosas, assim como na definição dos objetivos e atuação da Santa Casa, da mesma forma na determinação dos diversos tecidos e mortalhas utilizados nos enterramentos, uma vez que a morte não iguala a todos. O primeiro critério de diferenciação social e econômica no interior das Misericórdias confirmava-se a partir do seu estatuto, que estabelecia clara distinção entre homens livres e escravos, assim como entre aqueles que poderiam ser aceitos no corpo da irmandade e os que não participariam dela.

Nesta tese privilegio os enterramentos dos pobres em Cuiabá, destacando nessas atividades as funções desempenhadas pela Santa Casa de Misericórdia e, posteriormente, pelas empresas funerárias. A Santa Casa, além de prestar atendimento médico aos pobres e desvalidos quando estes eram arrebatados pela morte, fazia enterramento de seus corpos, oferecendo-lhes mortalha e sepultura. No entanto, esses enterramentos não eram efetuados com os cuidados e a piedade cristã, gerando críticas da imprensa local.

A perspectiva de discorrer sobre os enterramentos de homens e mulheres pobres efetuados pela Santa Casa levou-me a dificuldades referentes à documentação, pois as informações sobre esses grupos parecem ser mais fluidas. No entanto, procurei detectar e compreender os sinais identificados nos documentos em que esses enterramentos pudessem estar visíveis, compreensíveis, deduzidos ou imaginados, a exemplo de testamentos em que

homens e mulheres pobres e escravos aparecem como beneficiados, assim como nos periódicos da imprensa local.

O descaso da Santa Casa com os enterramentos dos pobres, assim como as manifestações da imprensa sobre essa forma de atuação, parece ter sido constante, conforme um artigo publicado no jornal *O Comércio*, que aponta irregularidades nesses enterramentos em condições que se chocavam com o ideal de povo civilizado defendido pelo jornalista. Este criticava até mesmo a denominação dada por populares ao esquife da Santa Casa de Misericórdia da cidade.

Sobre a secularização dos cemitérios de Cuiabá a partir de 1870, identifica-se, no âmbito da imprensa nacional, do Parlamento e da produção acadêmica, um novo conjunto de questionamentos sobre a jurisdição eclesiástica dos enterramentos, dos rituais funerários e da administração dos cemitérios, levando as discussões para o campo do enterramento civil, da secularização dos cemitérios e da cremação de cadáveres. Surgem propostas, disseminadas pelo movimento republicano, em defesa dos ideais liberais e secularizantes da sociedade, apontando para a desconstrução da tradicional hegemonia da Igreja Católica sobre a vida e a morte.

Em 16 de fevereiro de 1879, o Deputado pela Província do Amazonas Saldanha Marinho apresentou na Câmara Federal um projeto de lei defendendo a secularização dos cemitérios no país, propondo que o policiamento, a direção e a administração dos cemitérios fossem de exclusividade das Câmaras Municipais, sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade eclesiástica. No mesmo projeto afirma que as Câmaras Municipais não poderão, direta ou indiretamente, estabelecer distinção em favor ou detrimento de qualquer seita, crença, profissão ou fé religiosa.

No mesmo ano de 1879 o Presidente de Província de Mato Grosso João José Pedroza apresentou um relatório com histórico e levantamento da situação e administração dos cemitérios da cidade de Cuiabá. Além desse relatório, em ofício cobra dos administradores dos cemitérios da cidade de Cuiabá assiduidade na prestação de contas à Presidência da Província, além de, pela primeira vez, colocar em xeque o direito da Igreja Católica à administração desses campos de inumação, independente da ação do Governo e diferentemente do prescrito no Regulamento de 1864. Este rezava que os cemitérios deveriam ter administradores e tesoureiros nomeados pelo governo da Província, cabendo aos párocos apenas a sua administração espiritual. Segundo os relatórios da administração dos cemitérios, estes eram administrados pelos párocos, não atendendo à determinação prescrita pelo Regulamento.

Pedroza considera que os administradores dos cemitérios acumulavam essa função com a de tesoureiros e não prestavam contas ao juiz de Capelas, como determinava o Artigo 56 do mesmo Regulamento. Limitavam-se, aponta o Presidente da Província, a fazê-lo apenas ao diocesano, considerado por ele incompetente para dar-lhes quitação legal. Desejoso de regularizar essa situação, o Presidente da Província solicita mais informações para poder tomar as providências cabíveis.

A principal questão levantada por Pedroza em 1879 será retomada em Cuiabá em 1901, quando ressurgem a problemática em torno dos cemitérios da cidade e suas práticas de enterramentos, desta feita voltada para a administração desses cemitérios públicos, que até então era efetuada pelo bispado local. A Igreja Católica é forçada a transferir a administração dos cemitérios à alçada do poder municipal, confirmando o processo de secularização.

A secularização da morte e dos cemitérios em Cuiabá foi, portanto, resultado de um longo processo, dividido em três tempos. Em 1830 surgem as primeiras discussões em torno da necessidade de se construir cemitérios públicos na cidade, com ênfase à proposta de transferência dos enterramentos. Em 1864 ocorreu a inauguração do Cemitério da Piedade, construído pelo Governo da Província, mas que desde sua inauguração foi administrado por representantes da Igreja. A terceira etapa, em 1901, é marcada por uma discussão no Parlamento estadual, que propõe a municipalização dos cemitérios da cidade de Cuiabá. Isso gerou um confronto com o poder diocesano, que só chega a termo em 1926 quando, o então Bispo Metropolitano aceita restringir seu controle à capela do Cemitério da Piedade.

Nesta tese, a partir de investigações historiográficas e de fontes que contemplam questões de meu interesse como a Guerra do Paraguai e a epidemia de varíola em meados do século XIX, trato também da organização e atuação da Santa Casa de Misericórdia na capital da província assim como dos enterramentos dos pobres e variolosos efetuados por essa instituição. Finalmente discuto a secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá, ocorridos no limiar do século XX. Ao tratar dessa questão apresento algumas personagens envolvidas e sua atuação. Finalmente, quando tratamos dos túmulos e monumentos dos cemitérios, realizamos um estudo sobre imagens e iconografia na prática historiográfica, apontando, inclusive, para a necessidade de preservação desses monumentos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – OBRAS DE REFERÊNCIA

DICIONÁRIOS

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Lisboa: Pascoal da Silva, 1721.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique - *Dicionário de conceitos históricos* – Ed. Contexto, 2005.

Dicionário eletrônico HOUAISS, versão 2000.

LEGISLAÇÃO ECLESIAÍSTICA

Título 54 – Livro 4 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – Das pessoas a quem se deve negar a sepultura eclesiástica. VIDE, Dom Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

Carta encíclica: *divinis redemptoris* de sua santidade papa pio aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a sé apostólica. Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html

Encíclica *Quanta Cura - Syllabus*. 8 dez. 1864. In: HOYOS, Frederico (Coord.). *Collección Completa Encíclicas Pontificias (1832-1965)*. Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1963. t. 1,

2 - FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE CUIABÁ – APMC

Correspondência do Presidente de Província João José Pedroza à administração dos cemitérios da cidade de Cuiabá em 26.05.1879.

Correspondência do Cônego Manoel Ferreira Mendes ao Presidente de Província de Mato

Grosso João José Pedroza em 26 de Julho de 1879.

Correspondência do Vigário Padre Antonio Henrique de Carvalho Ferro ao Presidente de Província de Mato Grosso João José Pedroza em 24 de Julho de 1879.

Considerados que precederam a apresentação do Projeto de Resolução nº 40 de 19/11/1900, determinando que os cemitérios da capital passem para o poder da municipalidade, In: A Questão dos Cemitérios Públicos de Cuiabá.

Carta Pastoral de D. Carlos Luis D'Amour de 02.12.1900, determinando proibição aos párocos e sacerdotes de proferirem ofícios divinos na Capela do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade.

Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour - Bispo de Cuiabá, dirigida aos fiéis em 02.12.1900.

Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour – Bispo de Cuiabá, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá em 02.12.1900.

Ofício de D Aquino de Aquino Corrêa ao Sr. Intendente do Estado de Mato Grosso Sr. Coronel Jose Antonio de Souza Albuquerque, em 20 de Junho de 1923.

Ofício da Intendência Municipal de 25 de junho de 1923 ao Arcebispo de Cuiabá D. Francisco de Aquino Correa.

Portaria de D. Francisco de Aquino Corrêa em 26 de junho de 1923.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT

LIVRO: *Decretos e Resoluções*.1876 a 1883. APMT (SUZUKI, Yumiko Takamoto. Transcrição). Estatuto aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial em 1879.

Código de Posturas Municipais de Cuiabá de 1843.

Código de Posturas Municipais de Cuiabá de 1881.

Lei nº 795 de 14 de agosto de 1918.

Lei nº 18 de 28 de agosto de 1835, orçando receitas e despesas para 1836/1837.

Lei nº 539 aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial em 29/11/1879.

RELATÓRIOS

Relatório de Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho de 1864.

Relatório de Presidente da Província João José Pedrosa de 1879.

Relatório de Presidente de Província José Maria de Alencastro de 1881.

Relatório de Presidente da Província Gustavo Galvão de 1881.

Relatório da Intendência Municipal de Cuiabá, de 22 de julho de 1895.

Relatório de Higiene Pública apresentado ao Vice-Presidente do Estado Pedro Leite Ozório em 1907 – estante 11 – documento 84.

DISCURSOS E FALAS PRESIDENCIAIS

Mensagem do Presidente do Estado, Antonio Paes de Barros, 04 de Março de 1905.

TESTAMENTOS DO LIVRO 253 - ESTANTE 12 – DO APMT

João Fernandes de Melo, 24 de Abril 1858.

Henrique de Carvalho Silva, 06 de Março de 1873.

Cel. João de Souza, 16 de Julho de 1879.

Luiz Seixas pereira Guimarães 05 de Fevereiro 1880.

João Pedro de Figueiredo, 26 de Julho de 1880.

D. Izabel Nobre de Figueiredo, 02 de Maio de 1881.

Jacinto Pereira Mendes, 24 de Maio 1881.

Major Antônio Luiz Brandão, 17 de junho de 1881.

Francisco João Botelho, 27 de Dezembro de 1882.

José Inácio Souza. 6 d agosto de 1883.

Ana Batista Pereira Lage, 02 de Setembro 1883.

Ignez Maciel Fontes, 16 de Abril de 1884.

Jaime Munner 7 de setembro de 1884.

João Augusto Rondon 18 de fevereiro de 1885.

Capitão Andre Lopes Coelho 26 de fevereiro 1885.

Vicente Antonio da Silva, 09 de Novembro de 1885.

Major Antonio da Costa campos 26 de Janeiro 1887.

Francisco Rodrigues de Almeida, 02 de Maio de 1887.
 Major Manoel Joaquim de Miranda 23 de Junho de 1887.
 Senhorinha Leopoldina do Amor Divino 05 de Maio de 1888.
 Antonia Juliana de Albuquerque 14 de Dezembro de 1888.
 José leite Galvão, 20 de Abril de 1889.
 Henrique carvalho Ferro 30 de Maio de 1891.
 Comendador Joaquim Felicíssimo D'Almeida Louzada 14 de junho de 1892.
 Manuel dos Santos Sampaio, 09 de Outubro de 1894.
 D. Clara Ramalho Pereira de Melo, 07 de fevereiro de 1895.
 Marcelino Lopes de Souza, 31 de março de 1896.
 Américo Basílio de Siqueira Caldas, 10 de Outubro de 1898.
 Maria José das Neves, 04 de Agosto 1906.

INVENTÁRIO

Caixa nº 062, Fundo: Poder Judiciário Estadual, Grupo: Cartório do 1º ofício-remessa antiga.
 Serie: Civil. Subsérie: Inventario - Ano: 1874-1875 - Doc nº 1016 ; Rolo: 2.A. Inventariante:
 Luiza Gonçalves de Oliveira, Vasconcellos. Inventariada: Christiana Constança da Rocha.

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE CUIABÁ

Jornal *A Cruz* de 08 de julho de 1923 – **ACMC**
 Jornal *A Cruz* de 22 de Julho de 1923 – **ACMC**
 Jornal *A Cruz* de 29 de julho de 1923 – **ACMC**
 Jornal *A Cruz* de 08 de Agosto de 1923 - **ACMC**

Livro sobre: *A questão dos Cemitérios Públicos de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado. 1901* – Caixa 95 – rolo 53

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO – APMT

AYALA, S. Cardoso & F. SIMON (org.) *Album Gráfico Do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá/Hamburgo: S/ed, 1914.

D'ALLINCOURT, Luiz – *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo/ Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia, 1975.

EXPEDIÇÃO *Langsdorff no Brasil*, 1821-1829, Rio de Janeiro: Edições Alumbamento, Livro Arte Edições, 1988.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso*, São Paulo: Typ. Henrique Schoreder, 1869.

REGO, Maria do Carmo de Mello. *Lembranças de Mato Grosso*. Coleção Memórias Históricas da Fundação Júlio Campos. V. I. Várzea Grande: 1993.

STEINEN, KARL Von Den. *O Brasil central* (1885), trad, São Palo: Companhia Editora Nacional, 1942.

JORNAIS

Jornal *o Porvir* de 18/05/1877

Jornal *Tributo as Lettras* de 16.10.1891

Jornal *A Cruz*, de 02.12.1900

Jornal *A Cruz* de 05.01.1911

Jornal *A Cruz* de 08.04.1917

Jornal *A Cruz* de 28.03.1920

Jornal *A Cruz* de 15.07.1921.

Jornal *A Cruz* de 13.08.1922.

Jornal *A Cruz* de 28.03.1926

Jornal *A Cruz* de 24.10.1926

Jornal *A Cruz* de 28.11.1926

Jornal *O Comércio* de 10.03.1910

Jornal *O Comércio* de 17.03.1910

Jornal O Comércio de 24.03.1910
Jornal O Comércio de 31.03.1910.
Jornal *O Comércio* de 07.04.1910
Jornal *O Comércio* de 27.04.1910.
Jornal *O Comércio* de 26-05.1910
Jornal *O Comércio* de 02.06.1910
Jornal *O Comércio* de 01.12.1910.
Jornal *O Matto-Grosso* de 15.02.1920
Jornal *O Matto-Grosso* de 01.03.1905.
Jornal *O Matto-Grosso* de 23.03.1919.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS, TESES, DISSERTAÇÕES E LIVROS.

ALCANTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Ed. Imprensa Oficial. São Paulo. 1ª edição. 2006.

ALEXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1850-1888)* Brasília, DF. Ministério da Fazenda, 1984.

ALVES, Eduardo Carvalho. Revisitando o conceito de secularização, IN: *Revista de Ciências Sociais* nº 33, Outubro de 2010, p. 169-186.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Brasília: Editora UNB/ José Olímpio 2ª edição, 1993..

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Trad.:Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediuro, 2003.

AMARAL LAPA, José Roberto. *A cidade: os cantos e os antros*, Edusp/Unicamp, 2008.

BARBOSA DE SÁ, José. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.

BARRETO, Neila Maria Souza. *Água de beber no espaço urbano de Cuiabá, 1790-1886*. Cuiabá: Ed. Central de Texto, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História – especialidades e abordagens*. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul – Arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2008.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Odebrecht, 1994.

BEOZZO, José Oscar. “A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 11. Difel: São Paulo, 1986.

BERGER, Peter L. *O Dossel sagrado – Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulus, 5ª Ed. 2004.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005

BORGES, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890 a 1930)- Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Ed. Com Arte, 2002.

_____ *Cemitérios convencionais: espaços de popularização da arte erudita no Brasil* – <http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/cemiterios%20convencionais.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

_____ *A Estatuária Funerária no Brasil: Representações iconográficas da morte burguesa* – <http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/texto%20do%20CD.pdf> acesso em: 04 de Janeiro 2013.

_____ *Imagens da morte: Monumentos funerários e análise dos historiadores da arte* – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRANDÃO, Jesus da Silva. *Cuiabá: Desenvolvimento Urbano e Sócio-Econômico*. Cuiabá: Editora Livro Mato-grossense, 1986.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. *Santa Casa da Misericórdia da Bahia*. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/stcasaba.htm> Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna*. [artigo científico] Disponível em: www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigo07/campos01.ht acesso em: 10.05.2012.

_____ Irmandades mineiras e missas. *Revista vária história*, Belo Horizonte, nº 16, Set/96.

CANOVA, Loiva. *A Loucura é uma loucura: as representações sobre o louco e a ordenação do espaço urbano em Cuiabá (1889 – 1931)*. Monografia. (Especialização em História). 2000. 87 f. Departamento de História da Universidade federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2000.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Cemitério Municipal São Francisco de Paula – monumento e documento*. Curitiba: Fundação cultural de Curitiba, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. Cia das Letras. Rio de Janeiro. 1991.

_____ *Formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. 1ª reimpressão. Cia das Letras. Rio de Janeiro, 1993.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. *A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009

_____ . *Antiguidade Clássica na Representação do Feminino: Pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)* P. Alegre – 2009.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *Anjos ou Daimons? As figuras aladas personificadas nos túmulos e sua origem na antiguidade*. IV Encontro da ABEC - Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. Piracicaba, 2010.

CASTRO, Maria Inêz Malta et. Al. – *Memória História da Indústria de Mato Grosso*, Cuiabá: FIEMT – IEL/UFMT 1987.

- CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Ed. Minerva. Coimbra, 1999.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 2000.
- CERTEAU, Michel. *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1994
- CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das letras, 1996.
- CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos – Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002
- COELHO, Agostinho Júnior Holanda. *O discurso médico de transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios em São Paulo (1820-1860)*. Usos do passado - XII Encontro Regional de História – Anpuh, Rio de Janeiro, 2006.
- CONTE, Cláudio Quos. *Igreja e Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: história e arquitetura*. Cuiabá, 1992. Monografia conclusão de curso, Deptº de História – Universidade Federal de Mato Grosso.
- CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. *A Igreja Católica na Cuiabá colonial: da primeira capela à chegada do primeiro bispo (1722-1808)*. Cuiabá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) UFMT
- CORBIN, ALAIN. Bastidores. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, vol. 4. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- CORBIN, Alain. *Sabores e Odores: O objeto e o imaginário social do século XVII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/Universidade de São Paulo – USP, 1981.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. 7ª edição, São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- COSTA, Diener, *A América de Rugendas– Obras e documentos*. São Paulo: Editora Kosmos, 1999.
- COSTA, Maria de Fátima G. Costa (Org.) *Percorrendo manuscritos – Entre Langsdorff e D’Allincourt*. Cuiabá: Ed UFMT, 1993.
- COSTA, Maria de Fátima, e DIENER, Pablo. *Viajando nos Bastidores: Documentos de Viagem da: Expedição Langsdorff*. Cuiabá: Edições Universidade Federal do Mato Grosso, 1995.

COSTA, Fernanda M. Matos. *A morte e o morrer em Juiz de Fora – Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) Deptº de História – UFJF.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CRUZ, Felisberto Samoel da. *Arquidiocese de Cuiabá - história e vida, 1910 - 2010*. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2012.

D'ALLINCOURT, Luiz – *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Ed. Itatiaia. 1975.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1839

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Millet / apresentação de Lygia da Fonseca F. da Cunha. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

DEFOE, Daniel, *Um diário do ano da peste*. São Paulo: Ed. LPM. 1987

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente* , 1ª edição. Rio de Janeiro: Companhia das letras. 1978.

DIAS, Maria Odila L. Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e Gauchismo*. Porto Alegre: Edipucres, (coleção História, 47) 2002

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____ *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 1967.

_____ *Ano 1000 ano 2000- na pista dos nossos medos*. São Paulo: Ed. Unesp, 1985.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos – seguido de “Envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

EWBANK, Thomas. *Life in Brazil; or a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm...1856*. Reimpressão. Detroit, 1971. apud KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp. 1995.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. Tomo III, Volume I, São Paulo: Difel, 1975.

FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa (1700-1822)*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

FRANK, Zephyr Lake. A Usina de Itaicy: Crise econômica e a derrota de Antonio Paes de Barros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomo CXLV. Numero: 50 ano: 1997 . endereço eletrônico: <http://www.ihgmt.org.br/revistas/REVISTA%2050.pdf>

FREIRE, Julio de Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*, Cuiabá: Ed.UFMT, 1997.

FNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 11ª. edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GALETTI, Lilia Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

GANDELMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 5ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991a.

_____. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1991b.

GOMES, Cristiane Thais do Amaral Certzósimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá (1890-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT/Entrelinhas, 2005.

- GOULART FILHO, Nestor. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial : recursos para a renovação do ensino de História e Geografia do Brasil*. São Paulo: Fundação para a Pesquisa Ambiental, 2000.
- GUEDES, Sandra Paschoal. *Atitudes perante a morte em São Paulo - Séc. XVII a XIX*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH- USP.
- HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994
- HOYOS, Frederico (Coord). *Collección Completa Encíclicas Pontificias (1832-1965)*. Buenos Aires: Editorial Guadalupe, 1963.
- KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- KHOURY, Yara Aun. *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900) volumes 1 e 2*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, PUC-SP/CEDIC, FAPESP, 2004.
- KOMISSAROV, Boris – *Expedição Langsdorg: acervo e fontes históricas*. São Paulo , Access Editora, 1994.
- KOSELLECK, R. *The Practice of conceitual History*. Stanford University Press, 2002.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo, Ed. Ateliê, 2002.
- KURY, Lorelai Brilhante. *O Império dos miasmas. A Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Dissertação Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, 1990.
- LACERDA. Leila Borges de. *Patrimônio Histórico-cultural de Mato Grosso – Bens edificados tombados pelo Estado e União*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008.
- LARA, Sílvia Hunold. *Sob o signo da cor: trajes femininos e relações raciais nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, 1750 – 1815*. Colonial Latin American Review, New York .1997
- LARA, Sílvia Hunold. *Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)*, IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil – Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- LARA, T. A. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. 3º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
 _____ *O nascimento do purgatório. 2ª edição, editora Estampa 1995*.
 _____ *A bolsa e a vida: economia c religião na Idade Média*. São Paulo : Brasiliense, 2004.

LOTT, Miriam Moura *Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade - Ouro Preto: População, Família e Sociedade. 1838-1897*. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte. 2009

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte – São Paulo, Ed. Itatiaia, 1975.

LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Ofício e Arte – Fotógrafos e fotografia em Mato Grosso – 1860-1960*. Ed. Carlini-Caniato&Ed.UFMT, 2008.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MALUF, Maria e MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. IN: . SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Belle époque à Era do rádio*. São Paulo: Ed. Cia das letras, 1998.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia

MACHADO FILHO, Osvaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Ed. UFMT. 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. Editora: HUCITEC. São Paulo, SP, 1998.

MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e terra: Genealogia da secularização*. São Paulo: Unesp, 1994.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: *História da Vida Privada. Vol. 4, Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Rugendas– A Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma Província no Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. *Letras & Tradições cuiabanas*. Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. 1995

- MENDES, Marcos Amaral – *Festa de São Benedito na Igreja do Rosário em Cuiabá – Origem, estruturação e transformações (1787-1979)*. Revista Eletrônica Documento/Monumento – vol 4, nº 1, jul/2011 – NDIHR/UFMT, Cuiabá, MT - p. 145-164.
- MENDONÇA, Estevão. *Datas Mato-grossenses*. Nictheroi :Escola Typ .Salesiana, 1919 2V
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso (através de seus governantes)*. Cuiabá: IHGMT, 1967.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. (1599 - 1884) Contribuição ao Estudo da Assistência Social no Brasil*, Coleção Ciências Humanas São Paulo, 1974
- MESQUITA, José de. As Necrópoles cuiabanas. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, t.35-38, p. 37-70, Cuiabá: 1936.
- _____. *Gente e coisas de Antanho. Cadernos cuiabanos*, Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, n. 4, 1978.
- _____. Funerais à antiga, IN: *Gente e coisas de Antanho*. IN: *Cadernos cuiabanos*, Cuiabá: Academia Mato-grossense de Letras, n. 4, 1978.
- MICELI, Sérgio. A Elite eclesiástica brasileira, IN: *Corpo e alma do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1989.
- MORAES, Sibele. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878- 1921)*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Deptº de História – Universidade Federal de Mato Grosso.
- MOURA, Carlos Francisco – *A Expedição Lansdorff em Mato Grosso*. Cuiabá, Imprinta Gráfica e Editora/ UFMT, 1984
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a provincia de matto grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo..* São Paulo. Typ. Schroeder, 1869.
- MOTTA, Antonio - *Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas* - UFPe – Revista Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 55-80, jan./jun. 2010.
- NASCIMENTO, Heleno Braz do. *A lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História). Deptº de História – UFMT.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana: séculos XVIII-XIX*. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

NOLASCO, Simone Ribeiro. *As devoções na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: o culto aos padroeiros – 1723 a 1808*. Cuiabá, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, UFMT.

OLIVEIRA, Darlene Socorro da Silva. *Liga das Senhoras Católicas de Cuiabá (1924-1935): O movimento de Ação Católica no Brasil e as Associações Femininas*. Cuiabá, 2010. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História – UFMT.

PAGOTO, Amanda. *Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Memória da Igreja em Mato Grosso – O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá*. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2002.

_____. (Org.) *Igreja Católica e os 100 anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

_____. As Cartas pastorais e a visão ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá – MT (1879-1921) In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, vol. 61. Cuiabá, MT, 2003, p. 45.

PEREIRA LEITE, Luiz Philippe. *Bispo do Império*. Cuiabá: Publicação do autor, 1979.

PIMENTA, Tania Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese de doutorado de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Agosto, 2003.

PINHO, Raquel Tegon de. *Cidade e loucura*. Cuiabá: Central de texto, 2007.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Joselyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos Étnicos e suas fronteiras* de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PÓVOAS, Lenine. *Italianos em Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: 4º ed. Ediouro, 2001.

QUIROGA, Ana Maria. *Assistência social no Rio de Janeiro oitocentista: desqualificações dos atendidos, racismo científico e filantropia*. Encontro nacional da ANPUH Rio, Memória e Patrimônio. UNIRIO - 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273270795_ARQUIVO_VersaofinalAnpuh.pdf

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REGO, Maria do Carmo de Mello. *Lembranças de Mato Grosso*. Coleção Memórias Históricas da Fundação Júlio Campos. V. I. Várzea Grande: 1993.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REZENDE, Garcia apud PIRES, Antônio T. *Crônica de D. João II*. Lisboa, 1973.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramento, Cuiabá, 1850-1889*. Cuiabá:Ed. Central de Texto, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além – A secularização da morte no Rio de Janeiro, sec. XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos – tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RODRIGUES, Firmo José. *Figuras e Coisas de Nossa Terra*. Vol1. São Paulo: Gráfica Mercúrio. 1959.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (In)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado em História) Deptº de História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

RUSSELL-WOOD, A. J.R. *Fidalgos e Filantropos – A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Trad: Sérgio Duarte. Brasília: Editora UNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português – 1500-1800*. Lisboa: CNCDP, 1997

SALLES, Fritz Teixeira. *As Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade. Vida diária da gente de cor nas Minas Gerais Século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAMUEL, Raphael. *Teatros de memória*. Projeto História, nº 14, São Paulo: SE, 1997.

SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos. *O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX*. Tese de doutorado em História, UFG, 2011

SANTOS, Sérgio Ribeiro. *História da Igreja Presbiteriana de Cuiabá*. Cuiabá: Central de Textos, 2006.

SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, irmãos no poder: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1719-1819)*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Deptº História – UFMT

SILVA, Deuzair José. *A (Re) Invenção do Fim: Lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. 2012. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2012.

SILVA, Érika Amorim. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do séc. XIX – 1850/1991*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História – PUC.

SILVEIRA, Felipe Augusto Bernardi. *Entre políticas públicas e tradições: O processo de Criação do Campo Santo da cidade de Diamantina (1846-1915)*. Dissertação de Mestrado – UFMG, 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato grosso – Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (org.). *Cuiabá, de vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas. 2006.

_____. *A Irmandade do Sr. Bom Jesus, padroeiro de Cuiabá: devoção, resistência e poder*. Cuiabá: [s.n.], 1993. (mimeo)

SOUZA, Clementino Nogueira. *Entre a vida e a morte no jogo das paixões – Mulheres e homens no espaço urbano de Cuiabá no século XIX*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História – UFMT.

SOUZA, Fábio William de. *Fronteiras Póstumas: A morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio em Campo Grande*. Dissertação de Mestrado – UFGD – 2010.

STREIFF-FNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.

STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil central*. São Paulo: Nacional, 1942.

TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953v. I, 1ª parte.

TUCHMAN, Barbara W. *Um espelho distante – O terrível século XIV* - 2ª edição, Graphos Industrial Gráfico Rio de Janeiro- RJ, 1991.

VAILATTI, Luis Lima *Os funerais de "anjinho" na literatura de viagem*. Rev. Bras. Hist. vol.22 no.44. São Paulo , 2002.

VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História – UFMT.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História – Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997. p. 328.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/Ed UFMT, 1993.

ZANELATTI, Simone. *Sobre o vestuário e suas representações na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1818)*, Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT. Cuiabá, 2004.

SITES CONSULTADOS

<http://www.google.com.br/search?q=fotos+historicas+de+cuiaba-> Acesso em: mar. 2013.

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/405/000020.html> Acesso em: mar. 2013.

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/405/000020.html> Acesso em: mar. 2013.

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/> Acesso em: fev. 2013.

www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigo07/campos01.htm. Acesso em: 10 maio 2012.

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/418/> Acesso em: 10 maio 2012.

www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigo07/campos01.htm. Acesso em: 10 maio. 2012

http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273270795_ARQUIVO_VersaofinalAnpuh.pdf Acesso em: 10. maio. 2012

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/stcasaba.htm> Acesso: 15.04.2013

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/429/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/m%A3o-morta/4874/>.Acesso:20.01.2013.

http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html Acesso em: 20 jan. 2013.

<http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n33/05.pdf>Acesso em: 4 jan. 2013.

<http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/cemiterios%20convencionais.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

<http://www.artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/texto%20do%20CD.pdf> acessado em: 04 de Janeiro 2013.

GLOSSÁRIO

ADRO – Derivado do latim *átrium*, por adro se entende cemitério, segundo Bluteau porque antigamente não se enterravam os cristãos nas igrejas nem ao pé dos altares, por respeito ao corpo e sangue de Jesus Cristo. No adro das igrejas a saber, na entrada ou diante da porta principal se abriam as sepulturas. No Brasil adro define o espaço ou pátio em torno das igrejas onde antes da utilização dos cemitérios se faziam os enterramentos comuns daqueles que por não pertencerem às irmandades religiosas, não teriam direito a enterramentos dentro dos templos.

AGALOADO - Termo utilizado para nomear uma tira de tecido bordado com fios de ouro, prata, seda, algodão etc., usado como enfeite, debrum ou acabamento em roupas, cortinas, e estofamentos.

ALFAIATE – Especialista em vestir os vivos, figura que muito frequentemente aparece no século XIX vestindo cadáveres. Vestir cadáver, no entanto, era um serviço à parte.

ARCO MOURISCO: também chamado de arco árabe e arco ferradura; é o arco cuja altura é maior do que a metade do vão ou abertura. Arco "Moorish" ou "cebola": este tipo de arco pode ser considerado um arco tri-dimensional composto por grandes arcos de vários círculos. O termo arco, do latim *arcus*, designa um elemento construtivo em curva que é arredondado, normalmente em alvenaria, que emoldura a parte superior de um vão, abertura, passagem ou reentrância suportando o peso vertical do muro em que se encontra. Observa-se sua utilização em portas, janelas, pontes e aquedutos, ou como elementos de composição de abóbadas.

ARMAÇÃO DE SALA FUNERÁRIA – Decoração da casa ou da igreja para velório e encomendação do defunto para posterior enterramento, os encarregados desses serviços eram chamados armadores.

BAETA – Tecido de lã ou algodão geralmente grosso e felpudo de cores diversas com variações de verde, azul, vermelha e preta. Muito usado na confecção de roupas como o timão, que era um tipo de camisola ou casaco grosseiro, usado por escravos, mulheres de baixa condição e crianças, como proteção ao frio.

BALAÚSTRES: Pequeno pilar empregado geralmente com outros e unido a eles por uma laje ou corrimão para formar um apoio ou uma grade. A parte lateral da voluta de um capitel jônico

BANGUÊ : Padiola ou estrado de madeira e cipós utilizada para condução de cadáveres de escravos pretos .

BARBÁRIE – Estado ou condição de bárbaro, atrasado ou inculto. Terra de barbárie é o local onde impera a selvageria e a crueldade. Condição daquele que é refratário à civilização. A Província de Mato Grosso no século XIX, por se localizar distante do litoral, foi considerada, por viajantes que aqui estiveram, como terra de barbárie e de subdesenvolvimento, povoada por homens e mulheres inaptos para o trabalho e o desenvolvimento regional, que só se daria a partir da imigração.

BASTARDO – Diz-se do filho que não é de matrimônio. Degenerado da espécie a que pertence. Que se tornou diferente do tipo ordinário ou primitivo. Filho ilegítimo.

BEIRAL: Beira do telhado. Fileira de telhas, que formam a parte mais baixa do telhado. O beiral é a última fileira de telhas que formam a aba do telhado, constituindo a parte avançada deste sobre o corpo do edifício. Tem a finalidade de provocar a queda das águas pluviais de modo que estas não escorram pela fachada do edifício ou residência.

BELBUTE – Tecido antigo, grosso e pesado de algodão, que se assemelhava ao veludo – etimologia: inglesa. Velvet (séc. XIV) veludo, ligado ao Latim VILLUS'L de pêlo de animal. Aparece em inventários paulistas dos séculos XVII e XVIII.

BELBUTINA – Derivado de Belbute, tecido aveludado fino com raias paralelas.

BEXIGA – Nome dado à epidemia de varíola que grassou em Cuiabá no período de julho de 1867 a janeiro de 1868 levando o terror ao cotidiano da cidade, já alterado pelas contingências da Guerra do Paraguai enfrentada no sul da Província de Mato Grosso. Esses infortúnios leva grande número de moradores da cidade de Cuiabá à convivência com o medo da morte, enquanto esta levava para o Cemitério do Cai cai – o cemitério dos variolosos milhares de vítimas.

BOLDRIÉ – Cinta ou cingidouro em que se trazia o dinheiro, Correia usada por militares a tiracolo, para prender a arma ou a espada; talabarte.

CAIXILHOS: Moldura, geralmente de madeira, para vidros: os caixilhos de uma janela.
A moldura de um quadro

CALHAMAUÇO – Certo pano ou tecido grosso de linho de que há muitas formas. Livro grande ou grande quantidade de papel.

CANEQUIM - Tecido de algodão proveniente da Índia.

CAPUZ- Peça de tecido variável de forma e tamanho diversos, que serve para proteger a cabeça, muitas vezes presa à capa, para os leigos, e ao hábito, para certas ordens religiosas.

CETIM – Tecido semelhante à seda.

CETINETA OU SETINETA – Tecido de seda e de algodão ou só de algodão, que imita o cetim.

CHITA - Tecido ordinário de algodão, estampado a cores.

CONSTITUIÇÕES DO ARCEBISPADO DA BAHIA DE 1707 – Amplo código de leis eclesiásticas dispostas em cinco livros, abordando diversas questões referentes à liturgia religiosa. Regulamentam o comportamento, as atitudes e obrigações do clero, definindo suas vestes e residência assim como procissões, pregações, missas além de questões jurídicas referentes a imunidades e privilégios eclesiásticos.

CÔVADO – Unidade de medida usado em tecidos. Medida de três palmos com a qual se mede seda e panos de cor.

CRENÇA – É uma representação que exprime ‘a natureza das coisas sagradas’. A crença religiosa envolve uma aceitação prévia da autoridade que transforma essa experiência. A justificativa da crença está na referência à autoridade, que não é cultuada, mas aceita como aquilo que define o culto. Para Bluteau crença é a doutrina que se crê na religião e como ela se propaga.

CRIVO - Espécie de bordado feito com agulha de crochê, para o qual se prepara o pano tirando-lhe tanto na largura como no comprimento alguns fios interpolados.

DÍZIMOS - As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia definem os dízimos como a décima parte de todos os bens móveis licitamente adquiridos, devida a Deus e a seus Ministros por instituição Divina e constituição humana. Assim como são três fontes de bens móveis ou frutos, prediais, pessoais e mistos, também são três as espécies de dízimos. Reais, ou prediais, são a décima parte devida dos frutos colhidos nos prédios, nas propriedades rurais e terras ou nação per si sem trabalho ou cultura dos homens ou sendo trabalhados com sua indústria. Pessoais são a décima parte dos frutos meramente industriais, que cada um adquire com a indústria de sua pessoa. Mistos são a décima parte dos prédios: como são os que se

pagam de animais, caça, e aves que se criam, e peixes que se pescam. Chamando-se mistos, porque são obras da indústria dos homens muito mais que nos outros meramente prediais.

DOMICÍLIOS OU FOGOS – equivalente à casas, residências. Maria Odila L. Silva Dias em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* investiga a constituição de fogos urbanos por mulheres sós, chefes de família entre 1804 e 1836 em diferentes bairros da cidade de São Paulo procurando identificar condições de vida, de trabalho e organização domiciliar da população feminina da cidade.

DROGUETE - Tecido de lã, algodão ou seda de má qualidade e baixo preço. Estofado de seda, lã ou algodão guarnecido de desenhos em relevo não tecidos na fazenda.

ESSA : Estrado elevado quase sempre de madeira, onde se coloca o caixão do defunto enquanto se fazem as exéquias; túmulo vazio erigido no templo, em memória de um defunto cujo cadáver não está presente.

ESQUIFES OU LITEIRAS DESCOBERTAS - O mesmo que caixão fúnebre, ataúde ou tumba.

EXPOSTO – Do latim “*expositus*”. Aquele que está à mostra. Indivíduo que foi abandonado em criança; enjeitado.

FABRICA PAROQUIAL- Sede administrativa paroquial, que recebia recursos como esmolas, doações e subvenções para as diversas necessidades da paróquia. As fábricas paroquiais ou das matrizes deveriam concorrer para as diversas edificações necessárias e administra-las convenientemente.

FILÓ - Espécie de cassa; tecido reticular de malha fina.

FRONTEIRA – Fredrick Barth define fronteiras como linhas divisórias que separam e segregam, mas que também podem ser móveis e fluidas e por isso podem ser ultrapassadas, removidas ou reerguidas. As fronteiras são articuladas conforme interação dos atores sociais e determinados os interesses fazem com que fronteiras sejam objetos de separação ou de ampliação. Fronteira: Parte extrema de uma área ou região, a parte limítrofe de um espaço em relação a outro. Derivação: Sentido Figurado, o limite, o fim de algo de cunho abstrato.

FÚNEBRE – Relativo aos funerais, canto fúnebre. Relativo á morte, que inspira sentimento de tristeza. Que causa ou anuncia a morte. Oração fúnebre: a que se pronuncia em honra de um morto. Honras fúnebres: exéquias, cerimônia ou solenidade celebrada em honra de um morto.

FUSTÃO - Espécie de lençaria tecida de cordões. Tecido de algodão ou de trama de algodão com cânhamo ou linho. Feito originalmente no Cairo, no bairro de Fustat.

GALACÊ – Tecido mais suntuoso, derivado do fio da seda e um dos mais caros utilizado no feitiço de roupas em cores como as combinações de ouro com carmesim, prata com verde, algemado com prata, azul com prata, ouro com cor de fogo, ou em uma única cor.

GALÃO - Tecido espesso de prata, ouro, seda, ou lã, do feitiço de uma fita, usado como remate ou enfeite em peças do vestuário ou do mobiliário.

GALÃO SUPERIOR - Ver passamane - Fita ou galão entretecidos a fio de ouro, prata ou simplesmente seda ou algodão. Era utilizado para decorar peças de roupa, em geral, acompanhando as costuras.

GASA - Tela de seda ou linho ou cânhamo, *muito clara e fina*, gaze, em português.

GIBÃO - Peça superior dos trajes masculino e feminino. Punha-se diretamente sobre a camisa. Ajustado ao corpo, tinha mangas longas e pequenas abas. No traje masculino foi substituído pela véstia francesa em fins do século XVII. No traje feminino, manteve-se citado até o último inventário paulista estudado, datado de 1710, substituindo o termo corpinho

GORGOLHÃO- Tecido encorpado de seda ou lã, com relevos formando finos cordões, originalmente fabricado na Índia.

HIGIENIZAÇÃO: A partir dos Códigos de Posturas os princípios de higienização passaram a ver as cidades como local e instrumento destinados a estabelecer, sob a égide da razão e da ordem, uma nova relação entre seus habitantes e seus espaços criteriosamente definidos e esquadrihados, levando à criação de mercados, alfândegas, matadouros, hospitais e cemitérios, sendo estes últimos afastados dos centros urbanos.

HOLANDA – Tecido de linho muito fechado, manufaturado nos Países Baixos.

HOLANDILHA - Pano de linho grosso engomado ou encerado, de fazer entretela dos vestidos.

HOPALANDA - Grande vestido exterior, com largas mangas evasês e colarinho alto, usada por homens e mulheres no século XIV e XV. Quase sempre feito de tecido espesso e ornado. Forrado de peles, apresentava grandes pregas mantidas presas na cintura com cintos que podiam ser extremamente estreitos e longos ou, ao contrário, bem largos.

IRMANDADES – Irmandades eram associações religiosas leigas e corporativas de origem europeia organizadas por fiéis brancos, negros ou pardos em tono de um santo considerado protetor e de um altar, capela ou igreja para o seu culto. Com feição predominantemente laica, as irmandades além de promover o culto religioso, buscavam estabelecer mútua assistência e solidariedade entre seus integrantes no âmbito econômico, social e espiritual procurando resguardá-los assim como suas famílias da miséria e do desconforto diante de enfermidades ou da morte, oferecendo enterro digno e sufrágios necessários à salvação das almas. Eram regidas por estatutos denominados *Compromissos* e também prestavam assistência a doentes, presos e desamparados. Durante a colônia, a formação dessas associações foi incentivada pela coroa portuguesa. As irmandades acumulavam patrimônio através de doações e legados testamentários aos santos padroeiros ou de devoção e contribuições oferecidas no ato do ingresso e pagamento de anuidades dos irmãos. As irmandades construía igrejas e capelas, organizavam e realizavam procissões e auxiliavam os irmãos quando doentes e necessitados. Quando diante da morte fazia os enterros em cemitério da irmandade e mandava rezar missas para as almas.

LÂMINA - Chapa de metal delgada. Tira pouco espessa de qualquer substância; lasca: lâmina de madeira. A parte de ferro ou aço dos instrumentos próprios para cortar, polir, serrar e furar, que em geral tem gume ou é denteada; folha: lâmina do serrote; lâmina de um punhal.

LAMÊ - Diz-se de um tecido em cuja confecção ou ornamentação se utilizam fios laminados de metal, originalmente de ouro ou prata que lhe dão aspecto brilhoso ou cintilante. Citado em inventário paulista de 1643.

LENÇO - Pano de linho, que era trazido na algibeira para se assoar e limpar o rosto do suor. Pedaco de tela de linho, ou algodão, de que se usa para limpar o rosto e se traz na algibeira; as mulheres usam de *lenços* ao pescoço, e para a cabeça com vários feitios.

LINHO - Planta herbácea da família das lináceas, cultivada na Europa, de excelentes fibras têxteis, usada para a confecção de tecidos de boa qualidade. Estas fibras também são utilizadas como diurético. Do grão se faz uma farinha que serve para cataplasmas emolientes e um óleo secativo empregado em pintura. Tecido feito das fibras de uma erva anual (*Linum usitatissimum*) usado na confecção de trajes finos e leves.

LITEIRA – O mesmo que esquite.

LOBA - Vestidura antiga. Vestido clerical. Antigo vestido de luto. Vestido escolástico antigo; consta de túnica aberta, que sobrepõe por diante, sem mangas, e de uma capa talar; também era vestido de dó ou luto antigo. Essa vestidura de luto solene era chamada *loba cerrada* nas Ordenações Filipinas. Só poderia ser usada durante 30 dias, em caso de luto por pai, mãe, filho, filha ou outro descendente. A loba foi objeto de restrições na Pragmática de 1677, que proibiu o *luto comprido* para evitar que se tivessem gastos desnecessários com lutos ostentosos.

LONA - Tecido forte, de linho grosso, de algodão ou de cânhamo (Houaiss). Fabricada originalmente em Olonne, cidade da França, de onde veio o seu nome.

LONDRES - Pano de lã usado para fazer saia ou vasquinha. Seria aparentemente importado da Inglaterra.

MAGIA – Rito possuído de uma espécie de linguagem, pois que é a tradução de uma ideia. Ritos mágicos, religiosos e a própria magia ‘são fatos de tradição’ e os atos rituais são por essência, capazes de produzir algo além das convenções: são eminentemente eficazes; são criadores; fazem. No Império Brasileiro a religião continuava a integrar o cotidiano das pessoas, a partir de uma sensibilidade íntima e pessoal, muito próxima da magia.

MANTÉU - Peça de adornar o pescoço de várias feições, enrolado pregueado, desfiado, d’abanos com pregas em forma de tubos ou ondas. Colarinho de camisa que voltava sobre os ombros e peito. Um colarinho mui largo com abas caídas sobre o peito, como ainda hoje trazem as crianças”.

MANTILHA - Mantilha de mulher. É uma espécie de véu ou capa que se põe sobre a cabeça, ou ombros; algumas a trazem pela cintura. A mantilha é mais comprida que a capinha e menos autorizada que o manto. É mais usada nas Províncias, que na Corte. Ainda hoje as ciganas usam delas.

MANTO - Espécie de véo, com que cobre da mulher a cabeça e às vezes o rosto, ao sair fora de casa. Ha mantos de seda, e de lã, mantos de resplendor, de suprilho, de requeimadilho e mantos de pelo. Nos tempos de Bluteau, o manto só cobria a cabeça e o rosto da mulher e era feito de tecido ligeiro, mas na Idade Média e até o início do século XVII, em Portugal, o

manto era feito de tecido pesado de lã e cobria a figura inteira da mulher. Nos inventários paulistas eram comuns os mantos de sarja e de baeta, que continuaram sendo usados até o século XIX. Nos inventários mencionam-se também, excepcionalmente, manto de gala com suas fitas azuis.

MÃO MORTA – Bens fundiários da Igreja no Antigo Regime, provenientes de doações nomeadamente ou heranças de fieis. De mão-morta porque não transitavam por herança, por falecimento do titular. Ficavam eternamente na mão ou na posse da Igreja.

MESCLA - Tecido fabricado com fios de tons ou cores diferentes ou constituído por fibras de matérias diversas.

MORTALHA: cobertura de tecido ou lençol que envolve o cadáver que vai ser sepultado, vestidura branca que certos penitentes usam para cumprir um voto.

MORTE BARROCA – Expressão usada por Vovelle para definir os cortejos fúnebres caracterizados pela exteriorização e pela pompa.

OPAS – Casaco, manto, sobretudo ou capa negra e longa de contraste religioso que era usada sobre a roupa laica durante os rituais religiosos.

ORNATOS : Adornos, ornamentos ou enfeites.

OURO FALSO - latão; fio de prata ou cobre usado, a partir do século XVI, para executar bordados, substituindo o fio de ouro, de modo a tornar o material mais econômico, produzindo um efeito visual semelhante aos fios de ouro.

PALHETA - Lâmina muito fina, ou tirinha flexível de prata ou outro metal, podendo ser ouro ou ouro falso, que se vendia em carretéis. Servia para bordar. Lâmina de metal ou madeira cujas vibrações produzem os sons em certos instrumentos de sopro como clarineta ou oboé etc.

PALMILHADA – Tecido de qualidade inferior, semelhante à raxa e a raxeta fradenha, sendo naturalmente menos apreciado.

PANICO - Aparentemente o mesmo que panico-rei ou paninho. Espécie de algodão muito fino, originário da Índia.

PANO DE SERRA - Pano grosseiro, semelhante ao burel.

PARVULO – Criança, menino, pequenino, diminutivo de parvo.

PASSAMANE - Fita ou galão entretecidos a fio de ouro, prata ou simplesmente seda ou algodão. Servia para decorar peças de roupa, em geral, acompanhando as costuras.

PELOTE - Vestidura antiga como vestes de abas grandes. No século XVI, chamava *sepelote* a peça que ia por cima do *gibão*. Sua aparência variava. O *pelote* deve ter sido o traje antiquado usado pelas camadas populares, folgado, com mangas e comprido até os joelhos. O *pelote* usado pelas camadas superiores da sociedade portuguesa de então era curto, com abas pequenas, e ajustado ao corpo, em geral sem mangas, deixando ver as mangas do gibão. Talvez se tenha confundido mais tarde com a *roupeta*. Ver *roupeta*

PELÚCIA - Tecido de lã, seda etc. felpudo de um lado e liso de outro, com fios menos densos e mais longos que o veludo.

PENDÃO - Na Idade Média, flâmula usada por um gentil-homem no alto da lança, ao partir para a guerra. Bandeira, estandarte, lábaro..

PERIQUITO – Na região do Minho, era o topete da cabeça. Apanhado de cabelo enrolado em espiral ou em forma de concha, e fixado na cabeça por meio de grampos, varetas ou coque..

PETRINA - Cinto com fivela, com que antigamente se cingiam por cima do vestido. A *petrina* é uma peça que chegou a ser mencionada nos inventários e testamentos paulistas.

PICOTE - Tecido grosso de algodão eventualmente produzido de modo doméstico em São Paulo no início do século XVII. Isso é confirmado por Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras* e por um inventário de 1616 que traz calções feitos com *picote* da terra. O

picote, segundo Bluteau era um tecido grosseiro e de cor cinza, nada mais era que burel, ou seja, um rústico tecido de lã.

PICOTILHO - Picote de melhor qualidade e menos grosso.

PLATIBANDAS: Ornamento de arquitetura. Moldura chata, mais larga que saliente. Grade ou muro que rodeia um terraço. Bordadura de um canteiro de jardim

PORTALEGRE - Tecido de lã feito na cidade portuguesa desse nome, no Alto Alentejo, importante centro de produção de lanifícios no século XVI. Num dos inventários paulistas há menção a uma *saia de portalegre florentina*.

POSTIGOS: Pequena porta que se abre em outra maior. Tampa com que se fecham as vigias e goteiras dos navios. Pequena porta embutida em outra, portinhola, com ou sem grade ou vidro. Porta da sala, chamada de tipo americana.

PRIMAVERA - Espécie de tecido de seda ornado de flores e matizes.

RÁS OU RASA - Tecido caro usado pelos moradores da Bahia, conjuntamente com veludos e sedas. *Rás* ou *Raz* eram os panos d'Arras, antiga cidade flamenga, depois francesa, que a partir do século XIV passou a fabricar famosas tapeçarias decorativas para cobrir paredes de ricas residências, peças que chegaram a ser exportadas para Portugal.

RAXA - Antigo pano grosso, de algodão. Nos inventários paulistas há menção a raxa proveniente de Florença. Bluteau cita raxas de Florença, Segóvia, Inglaterra e, Covilhã. Alcântara machado se refere à esse tecido considerando-o como um dos menos apreciados, de qualidade semelhante à palmilhada e à raxeta fradenha.

RAXETA FRADENHA – Raxa mais delgada. Certamente um tipo de raxeta usada na confecção de hábitos de frades. Bluteau fala em raxeta de Segóvia, de Inglaterra, da França, e Montalvão. A raxeta era um pano de lã raso, sem pelos, e com muitas cores, mesclado. Esse tipo de tecido era eventualmente fabricado de modo doméstico em São Paulo no início do século XVII.

RENDA- Tecido leve e transparente feito com fio de linho, seda, algodão etc., que serve de guarnição a vestidos, toalhas e outras utilidades.

RETRÓS - Fio torcido de seda.

RISCADILHO - Tecido barato de algodão com riscos coloridos; riscadinho.

RODA DOS EXPOSTOS – Caixa giratória instalada na portaria de conventos, azilos e orfanatos. Cilindro implantado no muro por um eixo que permitia sua rotação. O cilindro era aberto do lado de fora do muro, permitindo que no seu interior fosse colocada uma criança, que ao girá-lo era recolhida pelo lado interno. Através desse mecanismo, a criança era entregue à caridade pública, sem que se soubesse a identidade de quem a depositara na roda. A utilização da Roda dos Expostos que preservava a identidade do expositor tornou-se um emblema do enjeitamento de crianças na época moderna. Um dos motivos mais comuns alegados para o enjeitamento de crianças era ser o inocente filho de amores ilícitos ou de mães solteiras, adúlteras, viúvas, noviças ou freiras. Havia também, escravos que expunham seus filhos para tentar livrá-los do cativeiro, pois, no Brasil, crianças enjeitadas eram, por definição, livres.

RÓTULAS – As casas de morada típicas das áreas urbanas dos séculos XVIII e XIX no Brasil, traziam janelas com rótulas - esquadrias constituídas de peças de madeira sobrepostas diagonalmente, segundo costume árabe, de modo a formar desenhos variados, com a finalidade de resguardar a intimidade familiar, "Tem-se a impressão de que se é espreitado por toda a parte – escreve um viajante francês em 1840 – entretanto as ruas de S. Paulo são quase desertas". Os olhares estavam por detrás das rótulas.

ROUPÃO - Veste masculina ampla e comprida. Nome do *saio* feminino quinhentista e seiscentista a partir de meados do século XVIII, segundo Alcântara Machado.

ROUPETA - Nos meados do século XVI, essa vestimenta masculina devia ter a aparência da *ropilla* espanhola, sendo vestida sobre o gibão. A *ropilla* era larga na cintura, tinha aletas na parte superior das cavas e mangas perdidas, deixando ver as mangas do gibão. A partir de determinado momento, talvez se tenha confundido com o *pelote*, termo aparentemente caído em desuso no século XVII, e substituído pela palavra *roupeta*, mesmo quando a peça tinha a aparência de *pelote*.

ROUPETILHA OU ROUPETINHA- Talvez o mesmo que *roupinhas*. Vestidura de mulher, que se apertava por diante, chegava até a cintura e tinha manga até meio braço ou manga inteira. Nos inventários paulistas aparece sendo usada com anáguas (supostamente,

saias menos rodadas e decoradas que a vasquinha). Havia a versão infantil para meninas, de acordo com o regimento dos alfaiates de 1587. Em geral, essas peças eram feitas de tecido encorpado (sarja, baeta e serafina acabada). Muito citadas em inventários paulistas datados dos anos de 1649-1656.

RUÃO - Certa qualidade de linho tosado que se fabricava na cidade desse nome (Aulete).

SAIA - Vestidura da mulher, que lhe cobre o corpo da cintura para baixo.

SAIO - Abrigo feminino, como a roupa aberta de hoje, mas com a diferença de ter mangas perdidas até o colo do braço abertas no sangradouro [parte interna da articulação do braço, onde se fazia a sangria], e por esta abertura se enfiava o braço não o querendo cobrir com toda a manga; e a cauda do vestido era de quatro quartos, ou por mais enfeite de 2 somente; tinham no cotovelo hum bolso grande”. Em São Paulo essa peça foi introduzida no século XVI e ainda era usada, com modernizações, no início do século XIX. Debret viu-o sendo vestido no Rio de Janeiro

SALVA DE PRATA – Semelhante à bandeja e utilizada com funções semelhantes

SARAGOÇA - Tecido grosso de lã escura. O nome vem da cidade espanhola onde era fabricado esse tipo de tecido.

SARJA - Tecido entrançado de lã, algodão ou seda, usado para confecção de roupas.

SARJETA - Ao que parece, um tipo mais delgado de sarja

SEDA - Substância filamentososa e brilhante que constitui o casulo do bicho-da-seda ou fio feito com essa substância. Tecido fio fino e macio, produzido pela larva do bicho-da-seda e de outros insetos que se encasulam na fase larvar.

SERAFINA - Espécie de baeta encorpada, geralmente com desenhos. Nos inventários paulistas aparece uma variedade de tecido definida como acabada, ou seja felpuda, tal como a baeta.

SOMBREIRO - Chapéu de homem adotado na Espanha no começo do século XVII, mas já usado desde muito tempo na Ibéria, e em uso em toda a Europa durante o seiscentismo. Chapéu leve, com ou sem pluma de avestruz, que os espanhóis levantavam do lado direito

TAFETÁ - Tecido ligeiro de seda. Tecido lustroso feito de fios de seda retilíneos e bem tapado.

TAFIEIRA tafeeira – Era uma espécie de chita [isto é; pano de algodão de pouco valor, estampado] da Índia.

TELA - Tecido formado por fios de lã, seda, linho, ouro etc.

TELINHA, ou antes telhilha - Tela muito fina.

VARAS - Medida antiga de comprimento equivalente a cinco pés portugueses. Também usada como metrologia. Unidade de comprimento do antigo sistema metrológico brasileiro, que equivalia a 1,10 m.

VELUDO - Tecido com uma lanugem macia. Essa lanugem é conhecida como pêlo. O veludo pode ser de seda, raíom, náilon, algodão, ou uma mistura de dois ou mais desses fios. Tecido que tem o avesso liso e o lado de fora coberto de pelos macios, cerrados e curtos.

VENEZIANA - Tipo de esquadria, de porta ou janela que apresentam frestas que permitem a ventilação permanente dos ambientes, impedindo, no entanto, a visibilidade e a entrada da água da chuva. É formada por palhetas inclinadas e paralelas. Algumas apresentam palhetas móveis.

VÉSTIA - No século XVII, quando se divulgou a moda francesa para homens, a véstia (*veste*, em francês) era a peça que tomou o lugar do gibão, ficando entre a camisa e a casaca. Geralmente feitas de rico tecido a parte da frente da peça e as mangas, o resto da vestimenta, em tecido de forro. De início, a véstia era longa, até os joelhos, depois foi encurtando, até virar *ogilet* (colete), sem mangas, usado na França desde o século XVIII.

VESTIDO - Nos inventários e testamentos paulistas vestidos se referem a combinação de duas ou mais peças do vestuário masculino feitas com o mesmo tecido, por exemplo: *gibão, roupeta e calções*, todos da mesma cor ou do mesmo tecido. No século XVII, vestido era o conjunto completo composto de gibão e roupeta; capa e roupeta; calções e roupeta. Quando foi adotado o traje à francesa (*habit*, em francês), o conjunto completo, ou *vestido*, passou a ser: capa, casaca, véstia ou colete e calções. No vestuário feminino também eram usados conjuntos de peças executadas com o mesmo tecido.

VOLANTE- Tela muito rara de linho, ou lã. Tecido leve e transparente, próprio para véus e outros ornamentos.

ZIBELINA - Termo designado aos mamíferos carnívoros do gênero *Martes*, da família dos mustelídeos, encontrados especialmente em áreas florestais do hemisfério norte; semelhantes às doninhas, mas de corpo maior e mais pesado, focinho mais longo e pontudo e cauda mais peluda [Algumas espécies, como a marta-zibelina, apresentam pelagem longa e sedosa, muito valorizada no comércio de peles]. Tecido de pele de animal, a marta-zibelina, muito valorizada comercialmente.